

ANTONIA COSTA ANDRADE

**Os governos FHC e Lula e a ressignificação do neodesenvolvimentismo: o
Reuni**

Uberlândia-MG
2013

ANTONIA COSTA ANDRADE

Os governos FHC e Lula e a ressignificação do neodesenvolvimentismo: o Reuni

Tese de Doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de doutora em Educação sob orientação do Prof. Dr. Carlos Alberto Lucena.

Área de concentração: Trabalho, Sociedade e Educação

Uberlândia-MG

2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

A553g Andrade, Antonia Costa, 1967-
2013 Os governos FHC e Lula e a ressignificação do neodesenvolvimentismo: o
Reuni / Antonia Costa Andrade. -- 2013.

229f. : il.

Orientador: Carlos Alberto Lucena.
Tese (doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de
Pós-Graduação em Educação.
Inclui bibliografia.

1. Educação - Teses. 2. Ensino superior - Brasil - Aspectos políticos -
Teses. 3. Educação e Estado - Brasil - Teses. 4. Neoliberalismo – Teses. 5.
Professores – Teses. I. Lucena, Carlos Alberto. II. Universidade Federal de
Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDU: 37

ANTONIA COSTA ANDRADE

BANCA EXAMINADORA:

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Lucena (PhD) - UFU

Prof. Dr. Robson Luiz de França (PhD) - UFU

Prof. Dr. Antonio Bosco de Lima (PhD) - UFU

Prof. Wander Pereira - ESAMC

Prof. Dr. Anderson Assunção Andrade - UFTM

Uberlândia-MG

2013

Que tipo de sociedade é esta, em que se encontra a mais profunda solidão no seio de tantos milhões; em que se pode ser tomado por um desejo implacável de matar a si mesmo, sem que ninguém possa prevê-lo? Tal sociedade não é uma sociedade; *ela é*, como diz Rousseau, *uma selva*, habitada por feras selvagens. (MARX, 2006, p. 28)

AGRADECIMENTOS

Aos movimentos sociais dos professores em resistência, que influenciou o objeto desse estudo, representado aqui na amiga e presidente do ANDES Marinalva Oliveira; em especial as duas IFES: Universidade Federal de Uberlândia pela cooperação acadêmica com a Universidade Federal do Amapá tornando possível o DINTER; a professora Silvana Malusá, coordenadora acadêmica do DINTER, que soube expressar com boniteza o significado de solidariedade e amizade; leal reconhecimento e honra ao Prof. Dr. Carlos Alberto Lucena pelo compromisso, dedicação, paciência e competência dispensados na orientação, sobretudo, pelo companheirismo grandioso e belo; aos meus colegas do colegiado do Curso de Pedagogia pelo amparo e proteção nessa caminhada, em especial meus amigos Arthane Menezes e André Guimarães, que sempre estiveram ao meu lado, mesmo estando à distância; à professora e aluna do DINTER Marlucilena Pinheiro por sempre ser amiga, pronta a ajudar; à toda minha família pelo apoio incondicional, em especial minha irmã Lourdes Andrade, sua filha e minha sobrinha Hilleanne Gheysa, que deixou de lado sua vida e, me acompanhou até Uberlândia para me apoiar durante seis meses durante os estudos presenciais; aos meus filhos Yan Gabriel e Gabriella, que sentiram meu distanciamento por conta dos estudos mas souberam esperar o tempo do amor integral chegar; ao meu marido Rinaldo Martins pela presença permanente e companheirismo nessa fase tão conturbada de nossas vidas. Dedico o trabalho especialmente a duas pessoas grandiosas: a minha mãe que sempre estará presente em minhas lembranças por toda minha vida e a Deus, por tudo que sou, por tudo que penso, por tudo que tenho, por tudo que realizo: obrigada por mais essa benção!

RESUMO

Esta tese de doutoramento objetiva realizar um estudo comparativo entre os governos FHC e Lula, tomando como referência as mudanças no neodesenvolvimento e seus impactos na sociedade e na educação. Para isso toma-se como referência, em termos educacionais, o REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. A pesquisa é dividida em duas partes. A primeira parte analisa o governo FHC e os primórdios da implantação do Plano Real. A segunda parte debate o governo Lula, demonstrando seus pressupostos, continuidades e rupturas com o governo FHC e uma ênfase final no projeto de expansão do ensino superior público denominado Reuni. Foram pesquisadas fontes primárias manifestas em jornais do período, documentos governamentais e análise do discurso dos principais atores políticos do projeto em questão. O que demonstramos é que o governo Lula não rompeu com a lógica monetarista inerente ao governo FHC. No governo FHC houve expansão do ensino superior privado, manifestando projetos precarizantes do trabalho dos professores. No governo Lula, o processo de interiorização da universidade pública manifestou a contradição do acesso a alunos no ensino superior, porém em condições também precárias para o desenvolvimento da ciência e tecnologia.

Palavras-chave: Reuni; neodesenvolvimento; trabalho docente; precarização; neoliberalismo; estranhamento; alienação.

ABSTRACT

The objective of this doctoral thesis is to conduct a comparative study between the FHC and Lula governments, taking as reference the changes in the neodevelopment and its impacts on society and education. For it, it is taken as a reference, in educational terms, Reuni - Support Program for the Restructuring and Expansion of Federal Universities. The study is divided into two parts. The first part analyzes the FHC government and the beginning of the Real Plan. The second part discusses the Lula government, demonstrating his assumptions, continuities and ruptures with the FHC government and a final emphasis on the expansion project of public higher education called Reuni. Primary sources were researched in newspapers of the period, government documents and discourse analysis of the main political actors of the project in question. What we show is that the Lula government did not break with the monetarist logic of the FHC government. In FHC government there was an expansion of private higher education, expressing precarious projects of teachers' work. In the Lula government, the process of internalization of the public university expressed the contradiction of the access to students in higher education, but also in poor conditions for the development of science and technology.

Keywords: Reuni; neodesenvolvimento; teaching profession; insecurity; neoliberalism; estrangement; alienation.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Taxa de Crescimento Real no Brasil (%)	59
Tabela 2 - Número de ocupações e assentamentos realizados	64
Tabela 3 - Expansão do Consumo e da Capacidade Instalada de Energia Elétrica - Brasil 1980-2000.....	68
Tabela 4 - Números do ensino superior no Brasil	86
Tabela 5 - Número de alunos por área do conhecimento	87
Tabela 6 - Pessoal e encargos sociais de todas as IFES e de sete IFES da região Sudeste (Amostra da Pesquisa)	88
Tabela 7 - Evolução dos salários do corpo docente permanente por regime de trabalho - 1995-2005 - IFES - Remunerações totais ativos, a preços de dezembro/2006 corrigidos pelo IGP-DI da FGV (final do mês) – Titular doutor	89
Tabela 8 - Evolução dos salários do corpo docente permanente por regime de trabalho - 1995-2005 - IFES - Remunerações totais ativos, a preços de dezembro/2006 corrigidos pelo IGP-DI da FGV (final do mês) – Adjunto IV doutor	89
Tabela 9 - Evolução dos salários do corpo docente permanente por regime de trabalho - 1995-2005 - IFES - Remunerações totais ativos, a preços de dezembro/2006 corrigidos pelo IGP-DI da FGV (final do mês) – Assistente I mestre	90
Tabela 10 - Evolução do número de cursos de graduação, mestrado e doutorado – Sete IFES da Região Sudeste – 1995-2005	91
Tabela 11 - Evolução do número de matrículas de graduação presencial, mestrado e doutorado – Sete IFES da Região Sudeste – 1995-2005	91
Tabela 12 - Produção Intelectual dos docentes de Pós-Graduação – UFES – 1998-2005	94
Tabela 13 - Produção Intelectual dos docentes de Pós-Graduação – UFF – 1998-2005.....	95
Tabela 14 - Produção Intelectual dos docentes de Pós-Graduação – UFJF – 1998-2005	96
Tabela 15 - Produção Intelectual dos docentes de Pós-Graduação – UFMG – 1998-2005	96
Tabela 16 - Produção Intelectual dos docentes de Pós-Graduação – UFU – 1998-2005	97
Tabela 17 - Produção Intelectual dos docentes de Pós-Graduação – UNIFESP – 1998-2005.97	
Tabela 18 - Produção Intelectual dos docentes de Pós-Graduação – UNIRIO – 1998-2005 ...98	
Tabela 19 - Número de licenças ambientais 2002-2009.....	132
Tabela 20 - Matrículas e docentes nas IFES.....	163

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - As mudanças na Lei de Falência	130
Quadro 2 - Comparativo entre o antigo e o novo desenvolvimentismo	142
Quadro 3 - Tripés do Desenvolvimento Comparados	144
Quadro 4 - Tripés Macroeconômicos Comparados	145

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Comparativo inflacionário entre os principais planos econômicos brasileiros	34
Gráfico 2 - Taxa de Inflação acumulada em 12 meses.....	34
Gráfico 3 - PIB - 1999-2001.....	38
Gráfico 4 - Taxa de Juros 1999-2001	39
Gráfico 5 - Produção Agrícola Brasileira 1993-2001.....	39
Gráfico 6 - Índice de desemprego no Brasil 1999-2001.....	40
Gráfico 7 - Elevação do emprego no Brasil 1995-2001	
Gráfico 7 - Elevação do emprego no Brasil 1995-2001	40
Gráfico 8 - Salário Mínimo e Cesta Básica 1994-2000.....	41
Gráfico 9 - Investimentos estrangeiros diretos líquidos 1993-2000.....	41
Gráfico 10 - Evolução da Arrecadação Líquida 1995-2000.....	42
Gráfico 11 - Títulos da Dívida Pública Interna e Produto Interno Bruto	57
Gráfico 12 - Dívida Interna Líquida - Federal, Estadual e Municipal.....	57
Gráfico 13 - Dívida Líquida - Setor Público	58
Gráfico 14 - Reservas brasileiras internacionais	58
Gráfico 15 - Benefícios concedidos 1995-2000	61
Gráfico 16 - Evolução dos benefícios emitidos 1995-2000	61
Gráfico 17 - Arrecadação Líquida 1995-2000.....	62
Gráfico 18 - Benefícios para pessoas em condição de deficiência.....	62
Gráfico 19 - Famílias assentadas	63
Gráfico 20 - Taxa de escolarização líquida - ensino fundamental 1995-2000	80
Gráfico 21 - Programa Nacional de Alimentação Escolar 1995-2000	81
Gráfico 22 - Número de alunos beneficiados pelo Programa Nacional do Livro Didático	81
Gráfico 23 - Recursos Financeiros - Programa Dinheiro Direto na Escola.....	82
Gráfico 24 - Educação à distância - TV Escola.....	82
Gráfico 25 - Número de bibliotecas implantadas	83
Gráfico 26 - Relação alunos matriculados e docentes	162

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - FHC e Lula distribuindo jornais de campanha em porta de fábrica nos anos 1970	31
Figura 2 - Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva no palanque pelas “Diretas Já”	31
Figura 3 - Eldorado dos Carajás	65
Figura 4 - Universidade Federal do Amazonas - Campus Benjamin Constant - obra não concluída.....	152
Figura 5 - UFAM funcionando em uma antiga escola rural por falta de instalações próprias	153
Figura 6 - Paredes mofadas e alimentos armazenados de forma precária no refeitório do campus de Guarulhos da Unifesp. Foto tirada em junho/2012	153
Figura 7 - Prédio principal do campus de Guarulhos da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).....	154
Figura 8 - Instalações improvisadas no campus da UFF.....	154
Figura 9 - Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) em Serra Talhada - obras paralisadas	155
Figura 10 - Laudo do Corpo de Bombeiros sobre as condições de prédios da Universidade Federal de Rondônia (Unir).....	155
Figura 11 - Laudo do Corpo de Bombeiros sobre as condições de prédios da Universidade Federal de Rondônia (Unir).....	156
Figura 12 - Laudo do Corpo de Bombeiros sobre as condições de prédios da Universidade Federal de Rondônia (Unir).....	156
Figura 13 - Laudo do Corpo de Bombeiros sobre as condições de prédios da Universidade Federal de Rondônia (Unir).....	157

LISTA DE SIGLAS

ALCA - Área de Livre Comércio das Américas
ALCSA - Área de Livre Comércio Sul-Americana
ANDES-SN - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD - Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
BM - Banco Mundial
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEBRAP - Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CONAD - Conselho Nacional de Associações Docentes
CUT - Central Única dos Trabalhadores
DIT - Divisão Internacional do Trabalho
FMI - Fundo Monetário Internacional
FHC - Fernando Henrique Cardoso
FMI - Fundo Monetário Internacional
FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
NSG - Grupo dos Supridores Nucelares
IES - Instituição de Ensino Superior
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira
MCTR - Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis
MEC - Ministério da Educação
MERCOSUL - Mercado Comum do Sul
MRE - Ministério das Relações Exteriores
OIT - Organização Internacional do Trabalho
OMC - Organização Mundial do Comércio
ONU - Organização das Nações Unidas
PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola
PSDB - Partido Social Democracia Brasileira
PFL - Partido da Frente Liberal
PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

PT - Partido dos Trabalhadores

REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SINDUFAP - Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Amapá

TNP - Tratado de Não-Proliferação Nuclear

UFU - Universidade Federal de Uberlândia

UNIFAP - Universidade Federal do Amapá

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO 1 - O GOVERNO FHC E O NEODESENVOLVIMENTISMO.....	19
1.1 Os pressupostos do Plano Real	20
1.2 O governo FHC e o Plano Real	30
1.3 O governo FHC e o discurso anti-inflacionário	33
1.4 As crises econômicas internacionais e o Plano Real.....	42
1.5 O Plano Real e a privatização	51
1.6 O governo FHC e a reforma da previdência social	59
1.7 O governo FHC e o sistema financeiro	65
1.8 O governo FHC e a infraestrutura nacional	68
1.9 A política externa do governo FHC	70
1.10 O debate educacional no governo FHC	80
CAPÍTULO 2 - O GOVERNO LULA E O NEODESENVOLVIMENTISMO.....	106
2.1 A reforma da Previdência Social.....	122
2.2 A reforma tributária.....	126
2.3 A Lei de Falências.....	129
2.4 O governo Lula e o meio ambiente	132
2.5 As parcerias público-privadas	134
2.6 O novo desenvolvimentismo	137
2.7 O governo Lula e o Reuni	146
CONSIDERAÇÕES FINAIS	165
REFERÊNCIAS	169
ANEXOS	190
ANEXO A - Transcrição da Palestra do Ministro Pedro Malan no Seminário Internacional Estratégias para a Superação da Pobreza (07/11/2002).....	191
ANEXO B – Pronunciamentos de Pedro Malan em 22/11/1997 e 15/05/1998	194
ANEXO C - Pedro Malan – Entrevista à homepage do Ministério da Fazenda (12/11/1997)	197
ANEXO D - Transcrição da fala do ministro Pedro Malan durante a abertura da apresentação do Programa de Estabilidade Fiscal na Câmara dos Deputados (04/10/98)	199
ANEXO E – Discursos de Malan sobre a reforma da Previdência.....	200

ANEXO F - Discurso de FHC sobre o processo de privatização no Brasil	203
ANEXO G - Discurso da vitória de Lula	205
ANEXO H - Carta ao povo brasileiro	209
ANEXO I - Carta aberta sobre a Inflação ao Ministro da Fazenda Henrique de Campos em 21/1/2003 e, ainda, palestra do Presidente o Banco Central, Dr. Henrique Meirelles, no Seminário “Política Monetária, Inflação e Crescimento Econômico” em 26/08/2003	214
ANEXO J - Discursos e pronunciamentos do presidente do Banco Central, Henrique Meirelles e do Ministro da Fazenda, Antonio Palocci - pressupostos da política monetária nacional, o Banco Central e a aposta no crescimento econômico	216
ANEXO L – Discurso sobre a importância e conquistas do Plano Real voltadas ao crédito, abertura da economia, financiamento e dívida externa elaborado pelo “núcleo duro” do governo federal	221
ANEXO M - Discurso de Posse do Ministro da Previdência Social Ricardo Berzoini em 02 janeiro de 2003	224
ANEXO N - Discursos de Henrique Meirelles e Antonio Palocci sobre os fundos de pensão complementar	227

INTRODUÇÃO

Na atualidade, é imprescindível voltar nossa atenção mais uma vez ao pensamento de Marx, não por simples dilatativismo, mas em função de uma necessidade teórico-prática que nos impulsiona à busca do entendimento da realidade contemporânea e as vias possíveis de sua transformação. (VAISMAN, 2000, p. 13).

A organização lógica do pensamento de Vaisman (2000) sobre a contemporaneidade teórica/prática marxista nos remete a um duplo movimento desafiador, simultâneo, no processo de entendimento da história do presente. Prescindindo da lógica linear, o primeiro movimento é a apropriação dos pressupostos marxistas, como base essencial pelo método científico, para compreender a história em movimento e em sua totalidade como resultado da luta de classes. Simultaneamente, o segundo movimento exige mais do que compreender tal realidade é preciso mudá-la.

Esses pressupostos teóricos norteiam a pesquisa que aqui se realiza. Tendo como referência a categoria resistência e contradição, visamos debater e construir a crítica sobre o advento do neoliberalismo no Brasil expresso nos governos Fernando Henrique Cardoso e Lula e sua influência no ensino superior público através do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Defendemos a tese que o Reuni e seu impacto na educação superior acelerou da precarização do trabalho dos professores e condições de aprendizagem dos alunos. Entendemos que o Reuni expressa uma condição subordinada de desenvolvimento da ciência e tecnologia expressa nas transformações do trabalho em nível internacional.

Para além de várias justificativas que possam manifestar-se, a presente pesquisa trouxe um motivo bastante próximo e de cunho pessoal e, sobretudo, político para se concretizar. Além do processo de precarização ter alcançado o trabalho docente realizado no Ensino Superior nas últimas décadas, pode-se indicar a origem na experiência vivida, profissionalmente, nos últimos anos deste processo e, especialmente, como militante dos movimentos sociais, desde quando professora substituta na Universidade Federal do Amapá no início dos anos 1990. É importante que o pesquisador compreenda que o processo e o produto de suas investigações tenham para sua vida uma finalidade, a fim de orientar sua prática e contribuir na leitura da realidade que o cerca, transformando-a.

As transformações em curso no Brasil desde o advento do governo Itamar Franco foram consideráveis. Elas foram manifestações influenciadas por um profundo processo de

reestruturação em âmbito internacional voltadas a manter, independente do custo social, as taxas acumulativas do capital.

O advento das ideias neoliberais ganhou fôlego a partir da crise do capitalismo manifesta no final dos anos 1960, no decorrer da década de 1970 e início da seguinte. Essa mesma crise pode ser dividida em fases específicas e interligadas que redefiniram formas acumulativas e colocaram em cheque o Estado de Bem-Estar Social.

A primeira fase ocorreu nos Estados Unidos da América (EUA) no final dos anos 1960, sendo que este país foi central para a organização do capitalismo após o final da Segunda Grande Guerra Mundial. Um amplo acordo foi construído para esse fim, denominado como sistema de Bretton Woods, responsável pela criação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. Nessa forma organizativa, os EUA potencializaram a internacionalização do dólar como âncora para todas as outras moedas dos países capitalistas. Em outras palavras, garantiram a estabilidade do sistema através da estabilidade de sua própria economia.

Porém, a situação política e econômica nos Estados Unidos se agravou no final dos anos 1960. A Guerra do Vietnã e o crescente acúmulo do capital em poder de frações de classe do capital despertaram protestos sociais que enfraqueceram a posição política governamental do país. Um conjunto de mobilizações sociais, merecendo destaque os movimentos sindical, negro, feminista, hippie, entre outros, questionaram nas ruas a política interna e externa do país, trazendo à tona a exclusão social que ela causava.

Em resposta a essa questão, o governo estadunidense elevou seus gastos em políticas sociais que garantissem a eleição do presidente Nixon. A elevação desses gastos somada ao considerável custo da guerra do Vietnã fragilizou a economia deste país, fazendo com que o mesmo, no início dos anos 1970, decretasse que não mais teria condições de arcar com o sistema de Bretton Woods.

Uma forte crise internacional acompanhou a decisão em questão. Essa crise foi acompanhada por uma recessão generalizada que se agravou ainda mais com os conflitos do Oriente Médio em torno do apoio estadunidense ao Estado de Israel. Esse episódio inaugurou a segunda fase da crise, manifesta no desdobramento da Guerra dos Seis Dias. O desdobramento deste conflito entre Israel e nações árabes foi a elevação do preço do barril do petróleo, acirrando a recessão em nível internacional.

A terceira fase da crise ocorreu em virtude do Segundo Choque do Petróleo manifesto na Guerra entre o Irã e o Iraque. Essa guerra se estendeu de 1980 a 1988 proporcionando nova elevação do preço do barril de petróleo.

As três fases da crise apresentadas são essenciais para a interpretação do advento do processo neoliberal na América Latina. A elevação contínua do preço do barril do petróleo elevou os custos do acesso à matéria prima. Da mesma forma, a crise econômica internacional fortaleceu princípios monetaristas voltados à reprodução do capital em sua forma financeira. O FMI assumiu um novo papel com o processo em questão. Por um lado, em face ao empobrecimento dos países periféricos, foi o responsável em elaborar políticas e exigências para a concessão de novos empréstimos para o pagamento da dívida externa crescente. Por outro lado, entre essas exigências estava a obrigatoriedade da abertura da economia dos países periféricos aos interesses transnacionais. Essa abertura implicou na redefinição do papel do Estado Nação, quebra de monopólios, demonização de funcionários públicos, privatização, entre outras ações.

A década de 1980 marcou o crescimento da miséria na periferia do capitalismo como desdobramento da elevação contínua da dívida externa. Porém, o limite desse empobrecimento se deu pela capacidade de continuar a pagar os juros da dívida. A questão que se apresentou foi a continuidade do pagamento, garantindo a reprodução contínua do capital composto de juros, tal qual elucidou Marx em o Livro Terceiro de O Capital.

Esse cenário econômico e político internacional potencializou a construção de planos econômicos voltados à renegociação da dívida externa. Na metade dos anos 1980, o Plano Baker, um pouco mais à frente, o Plano Brady que potencializou a adoção do neoliberalismo em toda a América Latina.

Este breve relato histórico fundamenta o debate que se seguiu no Brasil e vizinhos latino-americanos. O Brasil foi o último país a assinar o Plano Brady, já no ano de 1994, sob o governo Itamar Franco capitaneado por Pedro Malan e Fernando Henrique Cardoso. O Plano Brady colocou os fundamentos que levaram à criação do Plano Real no Brasil. A assinatura do Plano Brady, ainda no governo Itamar Franco, marca o início da trajetória que nos propomos a percorrer no desenvolvimento deste trabalho.

A pesquisa foi dividida em duas partes que se complementam e relacionam, sendo que na primeira parte fazemos referência ao Governo FHC e o neodesenvolvimentismo, destaca-se a construção do Plano Real e seus fundamentos. Nesta parte são recuperados o final do governo Itamar Franco e a eleição de Fernando Henrique Cardoso (FHC) à presidência da

República no Brasil. Demonstraremos as principais ações deste governo e como o mesmo respondeu aos interesses internacionais voltados à redefinição do Estado brasileiro e conquista de novos mercados. Privatizações, enxugamento de funcionários públicos, quebra de monopólios e criminalização dos movimentos sociais marcaram a ação do governo em questão.

Debatemos ainda o projeto educacional no governo FHC, tomando como referência o ensino superior. Demonstramos que a lógica de FHC atendeu aos interesses do Banco Mundial, fortalecendo a expansão de uma educação privada e precarizada em termos da produção científica. O produtivismo acadêmico foi instaurado como expressão da transferência dos critérios de produtividade do “chão das fábricas” para a educação.

Já na segunda parte recuperamos a eleição do governo Lula e suas promessas aos trabalhadores, demonstrando como esse mesmo governo não rompeu com aquele que o antecedeu. São recuperadas ações em torno da Lei das Falências, reforma da Previdência Social, os transgênicos, entre outras ações, que atenderam aos interesses dos prestamistas internacionais.

Finalmente, nesta última parte, debateremos a ação do governo Lula referente ao ensino superior público, dando ênfase ao Reuni. Debate o intenso processo de precarização do trabalho dos professores de Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) manifesto na ausência de condições para o ensino e a aprendizagem. Demonstra também que os critérios da competência empresarial, produtivismo acadêmico, entre outros, não foram abandonados, mas sim aperfeiçoados.

Entendemos a complexidade que se apresenta no esforço de realizar um comparativo entre esse dois governos nos impede de esgotar essa discussão, até porque cada uma delas é suficiente para a realização de outro trabalho acadêmico. Desta forma, nossa intenção é contribuir com o debate sobre o neoliberalismo, a política nacional e as condições de trabalho dos professores do ensino superior público no Brasil. Esperamos que este trabalho some a este debate.

CAPÍTULO 1 - O GOVERNO FHC E O NEODESENVOLVIMENTISMO

A chegada à presidência do então vice-presidente, Itamar Franco, após o impeachment de Fernando Collor, significou a continuidade da construção do projeto neoliberal no Brasil. O processo de reformas constitucionais estava em curso e, com ele, o acirramento dos debates em torno da privatização das empresas estatais brasileiras, em total acordo com as perspectivas apontadas pelo Plano Brady.

O Plano Real foi um desdobramento do Plano Brady de renegociação da dívida externa do Brasil com os Bancos credores. A negociação em torno do Plano Brady referente ao pagamento e renegociação da dívida brasileira é fundamental para a problematização do período histórico em questão. Quando nos referimos ao período FHC, tomamos como pressuposto um amplo processo político e filosófico presente nas fronteiras nacionais e internacionais.

O Brasil apresentava até então uma situação peculiar em relação aos demais países da América Latina, pois se constituía no único país a não ter um acordo negociado aos moldes do Plano Brady. Isso se deveu ao processo de instabilidade política do país apresentada na parte anterior deste trabalho, bem como pelas dificuldades de pagamentos da dívida externa brasileira junto ao FMI.

As negociações do Brasil com os bancos privados foram desenvolvidas em um longo processo que durou aproximadamente dois anos, sendo concluído em 15 de abril de 1994 por Pedro Malan, no governo Itamar Franco, tendo FHC como Ministro. As bases do acordo tiveram os seguintes pressupostos:

A dívida negociada no acordo era constituída de obrigações externas decorrentes de empréstimos de médio e de igual maneira longo prazos contraídos por entidades do setor público junto a credores privados, de obrigações objeto de contratos firmados também em 1988, conhecidas como '1988 New Money', e de igual maneira de montantes relativos a juros não pagos aos credores privados por entidades do setor público. Também em substituição a essa dívida, que, claro somava aproximadamente US\$ 55 bilhões, o Brasil emitiu os seguintes bônus:

- * ao par ('Par Bond') no valor de US\$ 8,45 bilhões;
- * de desconto ('Discount Bond') no valor de US\$ 7,28 bilhões;
- * de redução temporária de juros ('Front Loaded Interest Reduction Bond' - FLIRB) no valor de US\$ 1,74 bilhões;
- * de redução temporária de juros com capitalização ('Front Loaded Interest Reduction Bond with Capitalization' - C-Bond) no valor de US\$ 7,41 bilhões;

- * de conversão da dívida ('Debt Conversion Bond') no valor de US\$ 8,49 bilhões;
 - * de dinheiro novo ('New Money Bond') no valor de US\$ 2,24 bilhões;
 - * 'Eligible Interest Bond' no valor de US\$ 7,9 bilhões.
- Os bônus ao par, os de desconto, e de igual maneira os de redução temporária de juros, contaram com garantias de juros e/ou principal.¹

O acordo assinado com os credores internacionais nos termos impostos pelo Plano Brady fortaleceram os pressupostos para a instauração do Plano Real no Brasil. O Plano Real foi lançado em 31 de julho de 1994, alicerçado em um forte discurso mediático em torno do fim da inflação e paridade do recém-criado “real” em relação ao “dólar americano”. Na realidade, a sua implantação, em que pese suas conquistas e limites, fortaleceu os discursos liberais existentes na economia nacional, presentes de forma embrionária desde o período do Governo Figueiredo.

1.1 Os pressupostos do Plano Real

O Plano Real, impulsionado pela dinâmica imposta pelo Plano Brady, proporcionou o fortalecimento dos discursos filosóficos que elegeram o liberalismo, em sua nova fase, como sinônimo de eficiência e prosperidade econômica. A paridade com o “dólar americano” proporcionou o aumento do consumo da burguesia e classe média brasileira, fortalecendo os fundamentos para a eleição de FHC à Presidência da República.

Esse consistiu em uma espécie de dolarização monetária dividida em duas fases. A primeira com a implantação da Unidade Relativa de Valor (URV), em que preços e salários foram convertidos por essa unidade, sendo transformados no ato da compra e do recebimento em cruzeiros. A segunda parte, com a troca da moeda, o Cruzeiro pelo Real, o segundo com um valor unitário maior que o Dólar americano.

As questões referentes à moeda nacional foram fundamentais para a formação do Plano Real. O Plano Real, de acordo com seus idealizadores, foi desenvolvido a partir da constatação de um quadro de enfermidade do governo nacional. Esse quadro de constatação da enfermidade possui forte inspiração hayekiana, referente à não intervenção do Estado na economia e os desdobramentos perversos utilizados para esse fim. Essas reflexões ganharam

¹ Disponível em: <<http://brasiliavirtual.info/tudo-sobre/plano-brady>> . Acesso 26/07/2011 às 10h00.

fôlego com a manutenção dos pressupostos hayekianos presentes no governo Collor e mantidos no governo Itamar Franco.

É assim que suas justificativas foram apresentadas tomando como referência a desordem financeira e administrativa do setor público brasileiro manifesto a partir dos seguintes pressupostos:

- a) penúria de recursos para o custeio dos serviços básicos e para os investimentos o governo que são indispensáveis ao desenvolvimento do país;
- b) vazamento dos parcos recursos da República pelos ralos do desperdício, da ineficiência, da corrupção, da sonegação e da inadimplência;
- c) endividamento descontrolado dos Estados, Municípios e bancos estaduais
- e d) exacerbação dos conflitos distributivos em todos os níveis.²

A forma de organização do setor público brasileiro deveria se pautar nos seguintes aspectos:

- a) O Brasil só consolidará sua democracia e reafirmará sua unidade como Nação soberana se superar as carências agudas e os desequilíbrios sociais que infernizam o dia-a-dia da população; b) A dívida social só será resgatada se houver ao mesmo tempo a retomada do crescimento auto-sustentado da economia; c) A economia brasileira só voltará a crescer de forma duradoura se o país derrotar a superinflação que paralisa os investimentos e desorganiza a atividade produtiva; d) A superinflação só será definitivamente afastada do horizonte quando o governo acertar a desordem de suas contas, tanto na esfera da União como dos Estados e Municípios; e) E as contas públicas só serão acertadas se as forças políticas decidirem caminhar com firmeza nessa direção, deixando de lado interesses menores.³

De acordo com os mentores do Plano Real, a recuperação das dívidas e finanças públicas seria possível através da reorganização do setor público, definindo novas relações com a iniciativa privada expressa pela adoção das seguintes iniciativas:

- a) corte e maior eficiência de gastos; b) recuperação da receita tributária; c) fim da inadimplência de Estados e Municípios em relação as dívidas com a União; d) controle e rígida fiscalização dos bancos estaduais; e) saneamento dos bancos federais; f) privatização.⁴

Com referência ao corte de gastos, o Plano Real no governo Itamar Franco enfatizou as seguintes ações econômicas:

- a) Corte do equivalente a 6 bilhões de dólares das despesas no orçamento de 1993, abrangendo todos os ministérios. Caberá a cada ministério, dentro das prioridades definidas pelo presidente Itamar Franco, e ouvido o Congresso Nacional, definir onde e o que cortar na respectiva área. Um projeto de lei de

² <http://www.fazenda.gov.br/portugues/real/pai.asp> acesso em 6 de maio de 2012.

³ Ibid.

⁴ Ibid.

reprogramação orçamentária, fruto desse entendimento, será submetido ao Congresso até o dia 30 de junho próximo; b) Enquanto a nova lei não for sancionada, esse corte será implementado através de cotas trimestrais de despesa por ministério, para compatibilizar o fluxo de despesas com a receita efetivamente arrecadada; c) Elaboração de uma proposta orçamentária para 1994 baseada numa previsão realista da receita. Isto permitirá ao Executivo se comprometer com a execução efetiva da despesa autorizada, definida também de forma realista e transparente; d) Fazer gestões junto ao Senado para a rápida tramitação do projeto de lei, já aprovado pela Câmara, que limita em 60 por cento a participação dos salários do funcionalismo na receita corrente da União, assim como dos Estados e Municípios; f) Envio ao Congresso de projeto de lei complementar prevista no parágrafo único do artigo 23 da Constituição, fixando as normas de cooperação da União com os Estados e Municípios. (BRASIL, 2012)

Essa Lei definiria claramente os programas em que o Governo Federal não pode atuar direta ou indiretamente, por caracterizarem ações típicas de responsabilidade dos outros níveis de governo, bem como os limites da participação da União nas áreas em que a competência constitucional é concorrente. Nesses casos só receberão ajuda os Estados e Municípios que estejam adimplentes com a União e suas entidades.

Com referência à recuperação financeira foram tomadas as seguintes medidas econômicas:

- a) A Receita Federal acompanhará diretamente o cumprimento das obrigações tributárias das 30.000 maiores empresas do país, que têm faturamento acima de 150.000 dólares por mês. Esse acompanhamento, hoje feito sobre 3.000 empresas, até agosto cobrirá as 7.000 maiores empresas, que tem faturamento mensal acima de 500.000 dólares; b) A Receita Federal iniciará imediatamente o processo de cobrança das dívidas das 115.000 pessoas físicas que não recolheram o imposto sobre os valores por elas declarados em 1992; c) A Receita Federal notificará mais de 300.000 pessoas que deixaram de apresentar sua declaração de imposto; d) A Receita Federal vai fiscalizar 600 empresas, selecionadas em função do seu porte e do setor de atividade que tenha sido identificado como de maior nível de inadimplência; e) O Sistema Integrado de Administração Financeira repassará obrigatoriamente para a Receita Federal as informações relativas a pagamentos efetuados, para fins de conferência, pelo Fisco, do pagamento das obrigações tributárias e da coerência de outras informações prestadas pelos contratantes com o Governo, no âmbito tributário; f) A Receita Federal lançará, de ofício, imposto suplementar para as 15.000 pessoas que já foram identificadas pelos sistemas de computação, como tendo tido renda acima da informada na declaração de 1992/1991; g) Será proposta revisão da Lei nº8.383/91 para ampliar a possibilidade de compensação de créditos tributários, beneficiando o fisco e o contribuinte cumpridor de suas obrigações; h) O Serviço de Patrimônio da União será instruído a acelerar o recadastramento dos bens da União e regularizar a sua administração de maneira a obter o potencial de receita que é estimado em cerca de 1 bilhão

de dólares anuais; i) Instar o Ministério Público para que conclua o mais rápido possível as centenas de processos por sonegação já remetidos pela Receita, apresentando denúncia nos casos em que se configurar crime; j) Criação e um cadastro geral das pessoas físicas e jurídicas inadimplentes com o Governo Federal, incluindo a Receita, o Tesouro, o INSS e o FGTS. Proibição expressa de que os inadimplentes firmem qualquer contrato com o governo, participem de concorrência pública, tomem empréstimos dos bancos oficiais e recebam ou mantenham qualquer tipo de concessão da União (rádio e televisão, faculdades, portos, aeroportos etc.) (projeto de lei); k) Fixar taxas de juros de mora das obrigações fiscais e das dívidas com o Tesouro, de forma que os encargos pelo inadimplemento para o Fisco, o Tesouro e o INSS sejam acrescidos de multa compensatória equivalente às taxas de captação pagas pelo Tesouro nos leilões da dívida mobiliária; l) Coibir as operações excepcionais que visam a escapar da tributação exclusiva na fonte dos ganhos financeiros das pessoas jurídicas (resolução do Conselho Monetário Nacional); m) Promoção, em conjunto com os Estados, de campanhas de conscientização do consumidor /contribuinte contra a sonegação.⁵

Com referência ao relacionamento entre os estados e municípios brasileiros foram adotadas as seguintes medidas:

- a) reduzir as transferências não constitucionais de recursos do orçamento federal; b) regularizar os pagamentos da dívida vencida para com a União; c) impedir o retorno de Estados e Municípios ao endividamento insolúvel.⁶

Para viabilizar os objetivos acima propostos, o governo federal deverá:

- a) Suspender a assinatura de novos convênios e as transferências de recursos federais (exceto as constitucionais) para os Estados e Municípios inadimplentes com a União e suas entidades (decreto presidencial); b) Suspender junto a todas as instituições financeiras a concessão das excepcionalidades previstas na Resolução nº 1.718 do Conselho Monetário Nacional, inclusive operações por antecipação de receitas orçamentárias (ARO). Essa medida será estendida a todas as entidades do setor público e abrangerá todo tipo de crédito, exceto os de natureza comercial (resolução do CMN); c) Concluir a negociação da rolagem da dívida dos Estados de forma a que estes retomem os pagamentos a União; d) Retirar até 100 por cento dos recursos dos Fundos de Participação dos Estados e Municípios para os inadimplentes com o INSS e outras entidades federais (decreto presidencial); e) Determinar aos bancos federais a imediata execução programada das garantias contratuais sobre todos os créditos em atraso (decreto presidencial); g) Suspender as autorizações para a contratação de operações de crédito de qualquer natureza com organismos federais por parte dos governos estaduais e municipais que estiverem inadimplentes com a

⁵ Ibid.

União e suas entidades (decreto presidencial); h) Suspender a concessão de aval do Tesouro Nacional para a contratação de operações de crédito externo de governos estaduais e municipais enquanto inadimplentes junto a União e suas entidades (decreto presidencial); i) Exigir das concessionárias de energia elétrica o pagamento integral do suprimento de energia aos fornecedores do sistema elétrico a partir de 1º de janeiro de 1993, com aplicações de sanções severas, até a intervenção, nas concessionárias inadimplentes (decreto presidencial); j) Estabelecimento de critérios para a concessão de garantias do Tesouro Nacional a Estados e Municípios. A concessão para inadimplentes junto à União e suas entidades será vedada explicitamente e sem excepcionalidades, e exigida em qualquer caso a prestação de contra-garantias com base nas receitas próprias dos avalizados (projeto de lei); k) A Procuradoria Geral da Fazenda Nacional agilizará os processos de dívida ativa relativos às entidades da administração indireta estadual e municipal, dando tratamento idêntico ao dos devedores privados (medida administrativa); l) Definição de condições globais para o endividamento público, abrangendo todas as dívidas fundadas e flutuantes. Será exigido como pré-requisito o pleno exercício da competência tributária, vedada a concessão de extra-limites de endividamento e aprimorada a apuração da poupança futura e da capacidade de pagamento (projeto de lei complementar e resolução do Senado).⁷

Com relação aos Bancos Estaduais, os mentores do Plano Real teceram severas críticas ao seu papel ineficiente de financiamento de recursos financeiros que não tinham condições de dispor. Essa ação incentivava os estados brasileiros a não implantarem reformas fiscais em seu interior, contribuindo com o aumento do seu endividamento. Tendo como referência essa afirmação, o Plano Real deve se basear nos seguintes princípios de atuação:

- a) O Banco Central exercerá com autonomia as funções de executar, prevenir ou intervir, se necessário, na atuação dos bancos estaduais. Será reforçada a aplicação das regras que estabelecem os montantes mínimos de capital dessas instituições e os limites de concessão de seus empréstimos para entidades do setor público, inclusive na forma de carregamento de títulos mobiliários dos respectivos Tesouros; b) Será determinada a aplicação ao sistema financeiro oficial do dispositivo da Lei do Colarinho Branco que pune com dois a seis anos de reclusão o administrador de instituição financeira que conceder empréstimo a seu acionista controlador ou empresa por ele controlada. Isso impede os bancos estaduais de emprestar aos respectivos Estados ou a suas empresas (resolução do Conselho Monetário Nacional); c) O Banco Central cumprirá rigorosamente sua obrigação de comunicar ao Ministério Público as infrações a Lei do Colarinho Branco, para efeito das punições previstas; d) Será vedada a concessão de "socorros" financeiros por parte do Banco Central ou do Tesouro Nacional para atender programas de saneamento de bancos estaduais (decreto presidencial); e) Promover programa de restruturação dos bancos

⁷ Ibid.

estaduais de modo a transformar os bancos de desenvolvimento em carteira dos bancos estaduais respectivos e reduzir o número de agências eliminando aquelas que forem deficitárias; f) Serão descredenciados como agentes financeiros do BNDES, CEF, fundos e programas do orçamento das operações oficiais de crédito, os bancos estaduais cujos governos estejam inadimplentes com a União e suas entidades.⁸

Com referência aos Bancos Federais foram identificados os seguintes problemas:

a) superposição de atuação, concorrendo nas mesmas praças e oferecendo produtos idênticos ou semelhantes; b) dependência de fluxos de recursos do governo federal; c) uso de critérios políticos para abertura de agências, implicando em competição autofágica e déficit operacional das agências em funcionamento; d) influência política na concessão de empréstimos e financiamentos; e) forte pressão sobre o Ministério da Fazenda, Conselho Monetário Nacional e Banco Central para concessão de tratamentos privilegiados, que excedam a legislação do sistema financeiro; f) tendência a fugir da fiscalização do Banco Central e de normas do acionista controlador, que é o Tesouro Nacional.⁹

Tomando como referência a constatação dessas questões o Plano Real propôs as seguintes medidas:

a) Aplicação da Lei do Colarinho Branco também aos administradores dos bancos federais; b) Redefinição das funções dos bancos federais para enxugar sua estrutura e evitar a duplicitade e a concorrência recíproca e predatória, consolidando a posição do Banco do Brasil como conglomerado financeiro e como principal agente financeiro do tesouro Nacional; c) Firmar a vocação agrícola do Banco do Brasil, definindo fontes de financiamento e formas de atuação que o tornem independente de recursos de capital providos pelo tesouro ou de financiamentos extraordinários do Banco Central; d) Até 16 de julho, os ministérios da Agricultura e da Fazenda definirão com o Banco do Brasil as condições de financiamento da próxima safra, tornando totalmente claras as regras de política agrícola, tendo em vista as metas do governo Itamar Franco de modernização tecnológica da agricultura, diminuição do êxodo rural e aumento da oferta de alimentos básicos; e) Enxugamento da rede de agências dos bancos federais, fechando as que forem desnecessárias, de acordo com os respectivos programas de restruturação (decreto presidencial); f) Serão reforçadas as condições legais de autonomia ao Banco Central para controlar e fiscalizar a atuação dos bancos federais, podendo inclusive intervir e liquidar (projeto de lei complementar); g) Privatizar o Banco Meridional.¹⁰

⁸ Ibid.

⁹ Ibid.

¹⁰ Ibid.

O governo Itamar entendia que a privatização era fundamental para o equilíbrio financeiro federal. As empresas estatais representavam interesses corporativos, políticos e econômicos que em um cenário de reestruturação do Estado Brasileiro, deveriam ser vendidas à iniciativa privada, desonerando o Estado para esse fim. Entre as ações do processo de privatização das estatais destaca-se:

- a) Concluir rapidamente a privatização de empresas dos setores siderúrgicos, petroquímico e de fertilizantes, conforme o programa já definido;
- b) Dar início à privatização dos setores elétrico e de transporte ferroviário;
- c) Simplificar e acelerar o processo de venda das pequenas participações do governo em empresas, que estão concentradas no Banco do Brasil e no BNDES;
- d) No caso das empresas com perspectivas de rentabilidade, vender o controle acionário mas preservar em mãos do Tesouro parcela das ações preferenciais, para que o patrimônio público se beneficie com a valorização da empresa graças a gestão privada;
- e) Permitir que os créditos dos trabalhadores em fundos sociais sejam usados como moedas de privatização;
- f) Reafirmar o empenho do governo na rápida aprovação pelo Congresso do projeto de lei que amplia a possibilidade de participação do capital estrangeiro nas privatizações, eliminando os entraves ainda existentes;
- g) Permitir a troca de parte da dívida vencida e não paga das empresas estaduais e municipais de energia elétrica e saneamento para com a União por participações em seu capital, que depois poderão ser vendidas em programas estaduais de desestatização (projeto de lei);
- h) Promover a troca dos títulos recebidos pelo alienante ou sucessor na venda de suas participações acionárias, por títulos públicos especiais de longo prazo, a fim de equacionar o problema patrimonial decorrente do aceite daqueles títulos por parte das controladoras (projeto de lei);
- i) Transferir as empresas a serem privatizadas da esfera de controle dos respectivos ministérios para o Ministério da Fazenda, de modo a facilitar o processo de privatização (projeto de lei);
- j) Fortalecer os mecanismos de defesa da concorrência de modo a evitar que sejam criados oligopólios ou monopólios em setores em que a concentração excessiva do capital é indesejável do ponto e vista econômico social (projeto de lei);
- k) Publicação na imprensa oficial das avaliações feitas por consultorias independentes;
- l) O produto da venda de ações de estatais constará obrigatoriamente do orçamento e dos demonstrativos do Tesouro (projeto de lei);
- m) Criação de um Fundo de Privatização com os recursos em cruzeiros da venda de empresas estatais arrecadados pelo Tesouro (projeto de lei).
- As empresas estatais que permanecerem em mãos do governo serão enquadradas em critérios estritos de realismo orçamentário e austeridade. Terão suas justas tarifas e preços, mas deverão dar conta de sua política salarial, de sua eficiência operacional, e terão de ajustar seus programas de investimentos às prioridades do governo;
- n) Retomar e fortalecer em conjunto com o Ministério do Planejamento a ação normatizadora da Sest, para que coordene de forma efetiva o cumprimento das determinações do governo no que se refere a política salarial, contribuições aos fundos de pensão, distribuição de dividendos e prioridades de investimentos;
- o) Determinar ao tesouro o

bloqueio das contas das estatais inadimplentes que não estejam tomando providências para pôr em dia suas obrigações.¹¹

A implantação do Plano Real fortaleceu os discursos governamentais com torno da sucessão presidencial. Uma forte propaganda oriunda de setores conservadores da mídia deu voz aos pressupostos governamentais defensores de que as ações econômicas do governo Itamar constituíam-se na única alternativa para o crescimento econômico no país. No sentido filosófico da afirmativa, a continuidade do plano dependia da eleição de quem o criou – o então candidato à presidência da república, Fernando Henrique Cardoso.

Uma lógica política e filosófica não mais apoiada pela repressão corporal estatal estava em discussão no período em investigação: a construção de um tipo de barbárie não mais justificada pela repressão violenta do Estado, mas sim por uma concepção de repressão simbólica.

[...] a “palavra “bárbaro” é de origem grega. Ela designava, na Antiguidade, as nações não gregas, consideradas primitivas, incultas, atrasadas e brutais. A oposição entre civilização e barbárie é então antiga. Ela encontra uma nova legitimidade na filosofia dos iluministas, e será herdada pela esquerda. O termo “barbárie” tem, segundo o dicionário, dois significados distintos, mas ligados: “falta de civilização” e “crueldade de bárbaro”. A história do século 20 nos obriga a dissociar essas duas acepções e a refletir sobre o conceito – aparentemente contraditório, mas de fato perfeitamente coerente – de “barbárie civilizada”. “A barbárie reapareceu, mas desta vez ela é engendrada no próprio seio da civilização e é parte integrante dela. É a barbárie leprosa, a barbárie como lepra da civilização”. (LÖWY, 2000, p. 1)

As estratégias desenvolvidas pelo governo Itamar Franco em conjunto com uma parcela da mídia conservadora nacional visando a eleição de FHC à Presidência da República atendiam àquilo que Duwe (2007) denomina como estratégias midiáticas de manipulação social através da construção do terror permanente.

Para Sousa (1999) o nível de intelectualidade da população é fundamental para a construção da mensagem midiática. Quanto mais culto é o público que a recebe, menor necessidade se tem em construir a conclusão da mensagem.

Quando os receptores são pouco cultos e/ou instruídos, uma mensagem argumentativa tende a persuadir mais se as conclusões forem devidamente sistematizadas e explicitadas. Hovland Lumsdaine e Sheffield (1949)

¹¹ Ibid.

descobriram que as pessoas com menores “níveis” educacionais tendem a ser mais facilmente persuadidas se apenas for invocado um dos lados da questão em causa. As imagens do horror fascinam parte da população porque embora elas *nada* mostrem – além dos aviões, das construções, do fogo, da paisagem ao fundo, dos estilhaços, da fumaça etc. – sabemos, ao menos, o que elas significam para as vítimas, que não vemos, mas que ali estão: nos aviões, nas construções, no fogo, na fumaça etc. Realiza-se assim o terror em toda a sua estratégia, ao fundar-se nessa ambiguidade do horror que subentendemos e que sabemos ser, agora, graças à sua atualização, possível e, eventualmente, provável. Baudrillard afirma que qualquer massacre lhes seria perdoado, se tivesse um sentido, se pudesse interpretar-se como violência histórica – tal é o axioma moral da boa violência. (SOUSA, 1999, s/p)

Sousa (1999) apud Grant Duwe (2007) aponta que a divulgação de notícias sobre episódios violentos provoca aumento do medo na população. O medo tornou-se a força motriz para o entretenimento, para o espetáculo. O que está em jogo é o poder de manipulação sobre os seres humanos não só sobre *o que* pensar, mas também sobre *como* pensar (DUWE apud SOUSA, 1999.).

As afirmações propositivas de parcela da mídia foram fundamentais para o desenvolvimento exitoso do processo eleitoral em curso até então. A legitimidade construída pelo Plano Real permitiu que os discursos construídos no governo Collor fossem retomados com força política e legitimidade perante parcela considerável da população. Apesar do desgaste político sofrido pelo governo Collor, as bases do projeto neoliberal não foram debatidas com a sociedade, permanecendo os pressupostos de eficiência econômica desta concepção intactas até então.

Devemos destacar que esse processo se deu em um cenário político de intensa disputa na sociedade brasileira. Em um movimento crítico às propostas do governo Itamar estava os partidos, em que pese suas diferenças ideológicas, denominados como o “bloco dos contra”, composto pelo Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Democrático Trabalhista (PDT) e setores do Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), cujo objetivo era conquistar aliados, bloquear votações e tentar inviabilizar o processo.

Com a proximidade das eleições, os deputados recuavam na votação das reformas, pois muitos tinham medo de se “comprometer”, sendo taxados de “entreguistas” no processo eleitoral. As ações eficientes do bloco dos contra e movimentos em defesa das empresas estatais barrou a ação governamental para esse fim, apontando que o embate voltaria após as eleições presidenciais, dependendo do seu resultado.

O processo eleitoral se polarizou em torno de duas propostas principais. De um lado Fernando Henrique Cardoso, apoiado pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e pelo Partido da Frente Liberal (PFL), com um plano de governo cujos principais tópicos incluíam a abertura do mercado nacional aos investimentos internacionais, as privatizações e quebra de todos os monopólios da união, adequando-se perfeitamente aos oligopólios e bancos internacionais.

Seu principal opositor, Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), o candidato da Frente Brasil Popular, formado por partidos opositores ao governo, como o PT, Partido Comunista do Brasil, PCB e Partido Socialista Unificado dos Trabalhadores, além dos movimentos popular e sindical, ligados a Central Única dos Trabalhadores. Entre as diversas propostas para governar o Brasil estavam a manutenção dos monopólios e a não privatização das empresas estatais.

Apesar da vantagem inicial de Lula na preferência dos eleitores no cenário da sucessão presidencial, FHC disparou nas pesquisas, recebendo o apoio de boa parte da burguesia nacional. De acordo com Gorender (1995), em 1994, a democracia se consolidou como forma política de dominação burguesa.

Ao ceder à aspiração democratizante, a classe dominante burguesa conseguiu estabelecer o consenso socialmente amplo acerca de sua própria dominação. As grandes massas populares não vêem que possa haver algo melhor para elas, em matéria de regime político, do que a democracia. Querem a democracia e, simultaneamente, só podem querer a democracia burguesa. (GORENDER, 1995, p. 09)

Gorender (1995) afirma que em 1993 o prestígio popular da democracia era baixo no Brasil. As denúncias de corrupção de Collor que levaram ao impeachment fizeram com que o raciocínio popular apontasse para a inutilidade da escolha democrática, fortalecendo o apolitismo que enfraquecia o apelo ideológico à democracia. As elites nacionais estavam cientes do risco da eleição de Lula e o descontentamento que isto proporcionaria aos parceiros internacionais. Um golpe militar seria impossível, pois o descontentamento crescia nos quartéis com as baixas remunerações e pouco investimento em armamentos. O maniqueísmo anticomunista também era improvável, pois a conjuntura internacional apontava para a democracia.

A saída encontrada foi dentro do processo eleitoral. A eleição de um candidato que conseguisse revitalizar o sentimento democrático das classes trabalhadora e média. Assim

tranquilizavam-se todos os setores dominantes, pois os mesmos, em 1989, tiveram que apoiar um candidato marginal na última hora, face ao risco da vitória de Lula.

Era urgente e imperioso descobrir um personagem que fosse confiável para os empresários e que oferecesse a perspectiva segura de vir a ser o candidato vitorioso. Confiável, porque sua lealdade ao sistema burguês brasileiro já estava suficientemente comprovada. Com perspectiva de triunfo, porque isento de manchas no currículo, capaz de servir à fabricação pela mídia da imagem do eleito pela vontade popular espontânea. (GORENDER, 1995, p. 12)

Fernando Henrique Cardoso foi a alternativa mais consistente encontrada pelas elites nacionais. Com dez anos de senado e relativa confiança dos eleitores, conseguiu apagar as desconfianças de seu passado de esquerdistas, mesmo que moderado.

Não precisou abandonar a sua tese sociológica acerca da burguesia dependente e associada (do imperialismo), bastou-lhe apenas mudar o sinal de valoração. Não havia outra burguesia à qual servir, afinal, não era pecado ser dependente e associada (do imperialismo), no quadro desolador da América Latina. Nos recintos políticos de Brasília, Fernando Henrique fixou a imagem de alguém capaz de um discurso vagamente social-democrata e, ao mesmo tempo, de temperamento conciliador e completamente compreensivo diante dos interesses imperantes. (GORENDER, 1995, p.15)

No início de julho ele subiu nas pesquisas, sendo que em setembro conquistou 25% do eleitorado de Lula, devido principalmente à redução da inflação e o apoio de setores majorativos da mídia brasileira. FHC, eleito em primeiro turno para a Presidência da República, conseguiu também a eleição de boa parte dos Governadores de estado pelos partidos aliados, bem como a maioria no Congresso Nacional.

O período FHC ganhou novo impulso assentado nas bases construídas no governo Itamar Franco e os desdobramentos econômicos proporcionados pelo Plano Brady. Uma nova trincheira de lutas sociais se deu no Brasil. A eleição de um governo fortalecido pelo voto popular implicou na continuidade da adoção de políticas neoliberais no país.

1.2 O governo FHC e o Plano Real

A eleição de Fernando Henrique Cardoso para Presidência da República representou a consolidação do pensamento e propostas neoliberais no Brasil. A chegada ao poder de um candidato de origem filosófica oriunda da social democracia através de aliança política com

os liberais, representados, principalmente, pelo Partido da Frente Liberal, dividiu as opiniões políticas no período em questão. Sua origem intelectual engajada à crítica ao processo de dependência de países subdesenvolvidos às grandes potências internacionais, levando, há aproximadamente uma década, a subida no palanque junto com Luiz Inácio Lula da Silva na luta pelas “Diretas Já” e pela eleição do governo de São Paulo, apontou questionamentos no cenário político em disputa.

Figura 1 - FHC e Lula distribuindo jornais de campanha em porta de fábrica nos anos 1970



Fonte: <http://publiqueideias.com>¹²

Figura 2 - Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva no palanque pelas “Diretas Já”



Fonte: <http://www.integral.br/zoom/imgs/281/image008.jpg>¹³

¹² Disponível em: <<http://publiqueideias.com/sub1/wp-content/uploads/2011/06/Lula-e-Fernando-Henrique-panfletando-juntos-300x242.jpg>>. Acessado em 04 de agosto de 2011.

¹³ Disponível em: <<http://www.integral.br/zoom/imgs/281/image008.jpg>>. Acessado em 04 de agosto de 2011.

A afirmação de FHC referente ao “esqueçam o que escrevi” teve grande significado. Por um lado, foi uma clara sinalização aos organismos internacionais vinculados organicamente aos mentores do Plano Brady de que o governo do Brasil, agora com intensa legitimidade popular expressa pelas eleições, manteria os rumos liberalizantes da economia e reformas no Estado. Por outro lado, essa discussão estava além do utilitarismo econômico e político, traduzindo um debate inerente à social democracia e sua aproximação com o liberalismo, condição essencial para a elaboração de bases do liberalismo social.

As transformações manifestas no Estado Nacional eram condição essencial para a continuidade do Plano Real. O referido plano econômico, agora em continuidade no governo FHC, manteve os seguintes pressupostos: estabilidade econômica composta pela redução inflacionária, reestruturação do sistema financeiro, transformação no Estado e ajuste fiscal; crescimento econômico, aumento da produção e emprego; programas de desenvolvimento social. Seus pressupostos eram justificados como uma saída para a economia nacional, tal qual demonstra o discurso abaixo de Pedro Malan.

Marx dizia que uma sociedade só se coloca problemas que acha que pode resolver. Acho que hoje nós estamos claramente diante de um desafio. É algo que procurarei mostrar que está claramente ao nosso alcance, sem ilusões de que há atalhos, mágicas, piruetas que possam resolvê-los a todos. É importante lembrarmos do passado aqui. Em um curto espaço de uma administração, ou mesmo de duas, ali onde foram equacionados problemas de compatibilizar os três valores essenciais de uma sociedade moderna, que são liberdades individuais, justiça social e eficiência econômica do setor produtivo e eficiência operacional do Estado, em particular nesta área social, isso foi um trabalho de gerações. Foram alcançados ao longo do esforço continuado de gerações com uma determinada visão no sentido de rumo, direção e propósito, que eu acho que nós temos nos últimos dez anos neste país, em particular depois que derrotamos o flagelo da hiperinflação, que, como digo há anos, é o pior, o mais injusto e o mais iníquo e cruel de todos os impostos que uma sociedade pode imaginar, porque incide exatamente sobre os ombros daqueles menos capazes de lidar com ele – o imposto inflacionário. O Brasil é um país em construção, como eu dizia, e nessa construção há quatro pilares ou quatro alicerces fundamentais. (Pedro Malan Transcrição da Palestra do Ministro no Seminário Internacional Estratégias para a Superação da Pobreza 07/11/2002).¹⁴(BRASIL, 2012)

A adoção do Plano Real proporcionou a construção de discursos políticos e filosóficos voltados à demonstração de sua eficiência perante a reformulação política do país. O que se

¹⁴ Ver discurso completo em Anexo A.

percebeu foi a continuidade em torno da justificativa de uma ação governamental, cuja eficiência se manifestaria no combate à inflação.

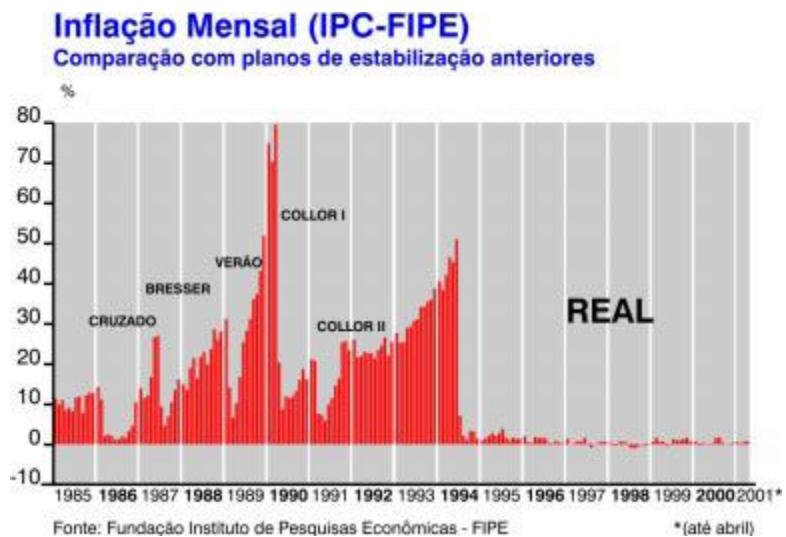
1.3 O governo FHC e o discurso anti-inflacionário

As iniciativas para a redução da inflação foram centrais no plano econômico. De acordo com Bacha (1997) a inflação foi reduzida de 50% ao mês, inerente ao primeiro semestre de 1994, para 2% ao mês no final do mesmo ano. Além disso, o déficit público caiu de 4,99% no ano de 1995 para 3,65% do Produto Interno Bruto (PIB), no ano de 1996. As instabilidades relativas ao início do Plano Real levaram o governo federal a adotar medidas visando estabilizar a economia nacional, sendo que entre essas medidas mereceu destaque o aumento da taxa básica de juros e a adoção de medidas voltadas à restrição da expansão do crédito.

Em junho de 1995, o governo editou a medida provisória da desindexação, abolindo o IPCr, e instituindo o regime de livre contratação salarial a partir de julho de 1995. Mais precisamente, nos acordos e dissídios coletivos anuais, que se realizassem a partir dessa data, seria devido apenas o resíduo do IPCT de 12 meses, entre julho de 1994 e junho de 1995, que ainda não houvesse sido repassado na data base anterior. Assim, por exemplo, uma categoria sindical com dissídio em outubro de 1995 teria direito ao IPCr de outubro de 1994 a junho de 1995, devendo negociar com o sindicato patronal eventuais compensações pela inflação ocorrida entre junho e setembro de 1995. Essa decisão (ainda não transformada em lei pelo Congresso) marca uma ruptura histórica com o regime de indexação salarial introduzido a partir de 1964 pelo regime militar, supostamente destinado a substituir os conflitos sociais pelos cálculos aritméticos da Inflação passada, mas do qual só resultou a Institucionalização da Inflação como forma de acomodar as disputas de rendas entre patrões e empregados. (BACHA, 1997, p. 186-187)

O Gráfico 1 demonstra a queda inflacionária ocorrida no Plano Real em um comparativo com os planos econômicos que o sucederam. Da mesma forma, o Gráfico 2 demonstra que o mês de janeiro de 1999 apresentou o menor índice inflacionário, permanecendo em menos de 5% ao ano.

Gráfico 1 - Comparativo inflacionário entre os principais planos econômicos brasileiros



Fonte: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas.

Gráfico 2 - Taxa de Inflação acumulada em 12 meses



Fonte: IBGE e Fundação Getúlio Vargas.

O debate sobre a redução da inflação no Brasil motivou os discursos políticos do governo FHC em torno da legitimidade das propostas econômicas e políticas materializadas pelo Plano Real na sociedade brasileira. Os discursos de Pedro Malan demonstraram a sua preocupação em estabelecer o Plano Real como uma iniciativa de combate à pobreza e ao desemprego, negando qualquer ação voltada aos trâmites e interesses inerentes à reprodução do capital em nível internacional. Os pronunciamentos e entrevistas de Malan recuperados abaixo comprovam essa afirmação:

Em primeiro lugar, controle da inflação. Nós não vamos abrir mão desse controle - já o dissemos várias vezes - porque a inflação é um imposto compulsório sobre os pobres desse país; é o mais regressivo dos impostos, e nós vamos manter o nosso compromisso de conter a inflação em níveis civilizados. 1997 é o quarto ano consecutivo de inflação numa trajetória de queda. Vamos ter uma inflação entre cinco e seis por cento neste ano de 1997, que era a inflação que tínhamos em quatro, cinco dias, antes do lançamento do Real; a inflação mais baixa que este país experimenta desde o início dos anos cinqüenta. E nós estamos convencidos que é isso o que espera de nós a maioria da população brasileira: relativa estabilidade do poder de compra da moeda nacional, por razões de eficiência econômica e por razões de injustiça social, porque a inflação é o mais iníquo, regressivo, injusto e cruel de todos os impostos. Na verdade, é o imposto compulsório sobre o mais pobre de um país.¹⁵ (Pronunciamento de Pedro Malan - 03/10/97).¹⁶

A defesa de Pedro Malan, como intelectual orgânico da direita, no tocante a redução da inflação no Brasil como desdobramento das ações econômicas e políticas vinculadas ao Plano Real tem suas bases epistemológicas oriundas do pensamento de Hayek no que se refere às relações entre o desemprego e a política monetária de um país expresso em a “Teoria dos Fenômenos Complexos”.

O ponto para o qual tenho chamado a atenção e que há muito foi compreendido, ou seja, o efeito da inflação na estrutura dos preços relativos é algo que não se depreende das estatísticas. As estatísticas servem apenas para os preços médios, e o approach de caráter estatístico referente ao problema da inflação conduziu a uma concentração no relacionamento entre dois tipos de magnitude estatística, ou seja, a demanda total e o nível de preços. (...) O outro efeito da inflação, muito mais sério, em minha opinião, e que se tornou bem compreendido no último século e nos primórdios deste século, é que ela também modifica a relativa magnitude dos diferentes preços. Desloca-os daquela posição de equilíbrio, na qual a distribuição da demanda entre os diferentes tipos de indústria e a distribuição dos recursos pelos diferentes tipos de indústria se harmonizam. O desemprego não é, em última análise, como Keynes e Friedman proclamam, o resultado de uma disparidade entre a demanda plena e a oferta plena, mas, sim, o efeito de uma diferença em termos de distribuição da despesa, a partir da distribuição de recursos para a produção de diferentes tipos de bens. Infelizmente, porém, as estruturas dos preços relativos não podem ser estatisticamente investigadas. Não há estatísticas sobre elas. (HAYEK, 1981a , p. 14)

A inflação é bem recebida em seu início pela população, pois proporciona aumento do nível de empregos. Porém, afirma Hayek, seus efeitos nefastos ocorrerão mais tarde. A

¹⁵ Acompanhar sequência de discursos de Pedro Malan que solidificam suas defesas em Anexo B.

¹⁶ www.fazenda.gov.br - acesso 10/06/2013.

inflação e o desemprego são processos interligados um ao outro, um fenômeno presente na economia capitalista que deve ser evitado.

Há dois motivos para que não possamos conviver com a inflação. O primeiro reside no fato de que tal inflação, para atingir a meta desejada, teria que acelerar-se constantemente; ora, uma inflação em aceleração constante mais cedo ou mais tarde há de atingir um grau que tornará impossível qualquer ordem efetiva de uma economia de mercado. A segundo - e o mais importante - está na certeza de que, a longo prazo, essa inflação criará, inevitavelmente, um volume de desemprego muito maior do que aquele que pretendeu evitar. O argumento, frequentemente apresentado, de que a inflação simplesmente gera uma redistribuição do produto social, enquanto o desemprego reduz este produto, representando, portanto, um mal maior, é falso porque é a inflação que, na verdade, se torna causa de aumento do desemprego. (HAYEK, 1985, p. 40)

A afirmação anterior justifica a preocupação hayekiana em afirmar que quanto mais tempo durar a inflação, maior será o número de trabalhadores que dependerão da sua manutenção e continuidade. “E isto não acontece porque estes trabalhadores não teriam encontrado emprego sem a inflação, mas porque a inflação os leva a empregos temporariamente atraentes, que tendem a desaparecer assim que haja a desaceleração ou o término do processo inflacionário” (HAYEK, 1985, p. 42-43).

[...] a impossibilidade de evitar o ressurgimento do desemprego em volume considerável não é decorrente de uma falha do "capitalismo" ou da economia de mercado, mas sim uma consequência exclusiva de nossos próprios erros - erros que poderiam ter sido evitados se tivéssemos recorrido à experiência passada e a todo o conhecimento que temos disponível. (...) Não que eu recomende o desemprego como meio de combate à inflação: meu aconselhamento parte do princípio de que só temos, no momento, duas alternativas - ou algum desemprego em um futuro próximo ou um desemprego muito maior em um futuro mais distante. (HAYEK, 1985, p. 43-44)

A saída apresentada por Hayek para esse processo consiste em parar o aumento constante da quantidade de moeda realizada pelos governos nacionais, reduzindo-o, no mínimo, à taxa de crescimento real de produção, afirmação essa fundamental para a recuperação dos pressupostos apresentados quando da elaboração do Plano Real.

Se eu fosse, hoje, responsável pela política monetária de um país, certamente tentaria de todas as maneiras possíveis evitar uma deflação iminente, ou seja, uma queda absoluta nos fluxos de renda. Além disso, deixaria bem claro o meu propósito de assim proceder. Por si só, esta medida provavelmente seria

suficiente para evitar que a recessão se degenerasse numa depressão de longa duração. (...) Embora eu reconheça que uma redução geral de salários em moeda é politicamente inviável, lenho certeza de que o necessário ajustamento da estrutura de salários relativos pode e deve ser conseguido sem inflação, através, simplesmente, da redução do salário em moeda de alguns grupos de trabalhadores. (...) É preciso ficar bem claro que nosso objetivo deve ser não o de chegar, em curto prazo, ao máximo de emprego que se possa atingir, mas sim o de um "elevado e estável (ou seja, continuado) nível de emprego", como diz um dos British White Papers do tempo da guerra sobre políticas de emprego. É possível chegarmos a este objetivo, no entanto, simplesmente com o restabelecimento de um mercado capaz de funcionar de maneira apropriada: a livre ação dos preços e dos salários estabelece, para cada setor, a correspondência entre a oferta e a demanda. (...) Igualmente encorajadoras são as palavras do ministro da Fazenda da Grã-Bretanha, Mr. Denis Healey, quando afirma: "É muito melhor que mais gente esteja trabalhando, mesmo que isso signifique uma aceitação de salários em média mais baixos, do que apenas aqueles que tiveram bastante sorte para manter seus empregos nadem em dinheiro, enquanto milhões de pessoas são obrigadas a viver da pensão estatal para desempregados." Parece que, justamente na Grã-Bretanha, país onde tantas doutrinas nocivas tiveram origem, está começando a haver uma guinada nas opiniões. Esperemos que isto se espalhe bem depressa pelo resto do mundo. (HAYEK, 1985, p. 47-50)

Para Hayek (1985) entre as causas apresentadas do desemprego está a má alocação de recursos. “A injeção contínua de quantidades adicionais de dinheiro no sistema econômico gera, em alguns pontos, uma demanda temporária - uma demanda que tende a desaparecer quando o aumento da quantidade de dinheiro para ou se desacelera” (HAYEK, 1985, p. 63).

Essa política, entretanto, não tem produzido empregos em um nível tão elevado que não pudesse ser atingido de outros modos; produz, sim, uma distribuição do emprego impossível de ser mantida indefinidamente. Esta distribuição, passado algum tempo, só poderá ser preservada se houver uma taxa de inflação tal, que logo levaria toda a atividade econômica à desorganização. Em decorrência de uma visão teórica errônea, temos sido levados a uma situação precária, que não nos permite evitar o reaparecimento de um desemprego substancial. E isto não acontece porque o desemprego seja deliberadamente gerado como instrumento de combate à inflação - como, algumas vezes, equivocadamente, se interpreta que seja minha posição -, mas porque, tão logo cesse a aceleração do processo inflacionário, ele passa a ser uma triste, mas inexorável consequência de políticas anteriores equivocadas. (HAYEK, 1985, p. 63).

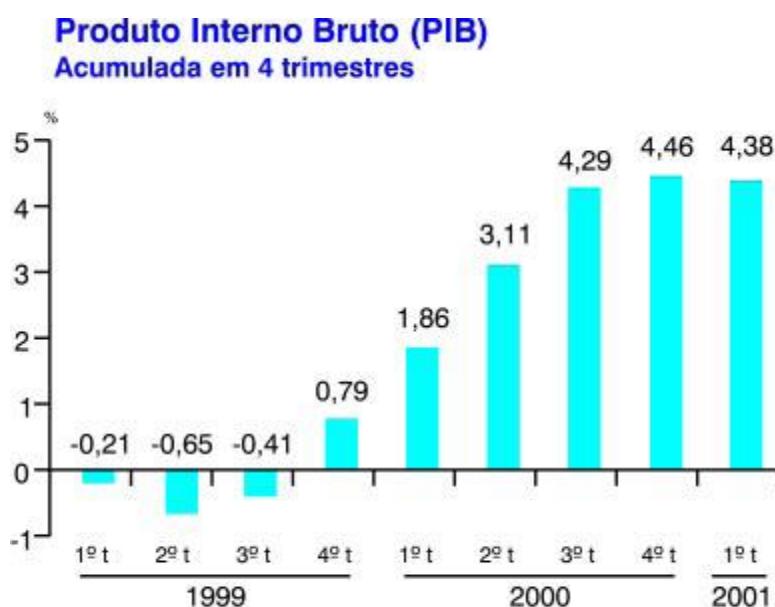
A saída para a superação do processo inflacionário e a volta da estabilidade econômica consiste na superação dos processos keynesianos de gestão da economia, os “ensinamentos daqueles keynesianos que, conforme a Professora Joan Robinson escreveu recentemente

algumas vezes tiveram dificuldade em fazer com que Maynard percebesse qual era, na verdade, o ponto crucial da sua própria revolução” (HAYEK, 1985, p. 73-74).

A inflação tem, obviamente, muitos outros efeitos nocivos, muito mais graves e dolorosos, aliás, do que podem supor as pessoas que não vivenciaram um processo inflacionário severo. Mas o efeito mais devastador, e ao mesmo tempo o menos compreendido, é que a inflação, em longo prazo, inevitavelmente leva ao desemprego em grande escala. Simplesmente não é verdade, ao contrário do que alguns economistas dizem, que, enquanto durar o desemprego, o aumento da demanda agregada vai fazer apenas o bem, e não o mal. Isto pode ser verdade a curto, mas não em longo prazo. Não há a escolha entre inflação e desemprego, da mesma forma que não é possível escolher entre comer demais e indigestão: a glotonaria pode ser muito agradável enquanto está em processo, mas o dia do ajuste de contas - o dia da indigestão - seguramente virá. (HAYEK, 1985, p. 80)

O fim do processo inflacionário justificou as iniciativas econômicas voltadas ao crescimento do país e redução da taxa de desemprego. Os gráficos abaixo demonstram essa iniciativa segunda a visão governamental. É assim que o governo ressaltou o crescimento do PIB, a redução da taxa de juros domésticos e do índice de desemprego como resposta como forma de conter a crítica oposicionista a FHC, o crescimento da produção agrícola, entre outros.

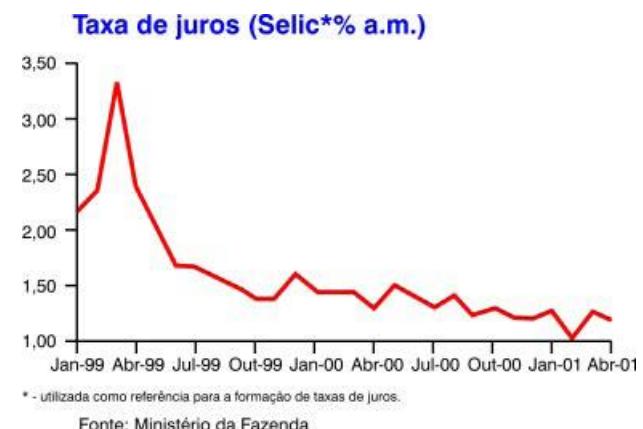
Gráfico 3 - PIB - 1999-2001



Fonte: IBGE

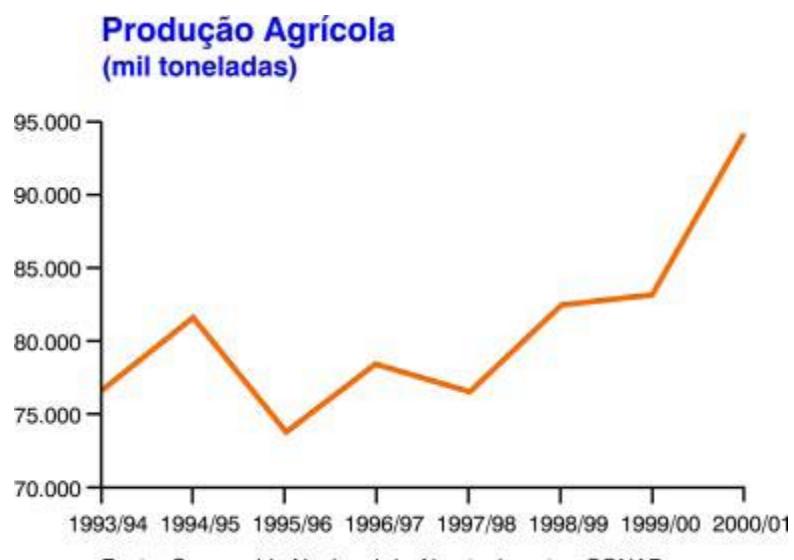
Fonte: IBGE.

Gráfico 4 - Taxa de Juros 1999-2001



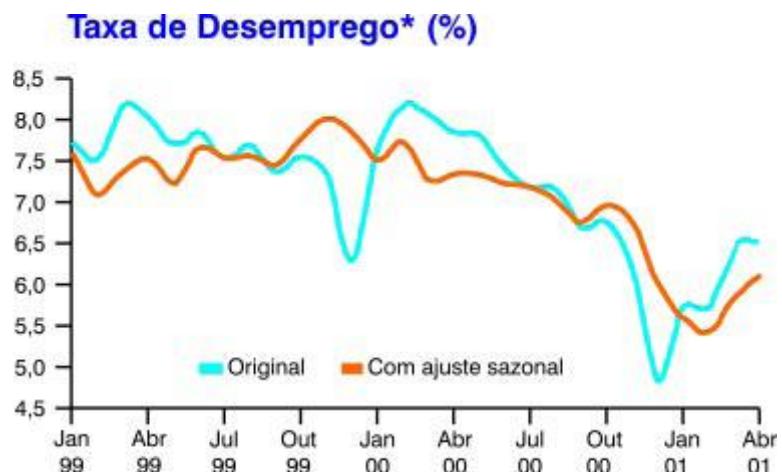
Fonte: Ministério da Fazenda.

Gráfico 5 - Produção Agrícola Brasileira 1993-2001



Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB.

Gráfico 6 - Índice de desemprego no Brasil 1999-2001



* Relação entre as pessoas que procuraram trabalho na semana anterior à semana da pesquisa e a população economicamente ativa, com idade mínima de 15 anos.

Fonte: IBGE

Fonte: IBGE.

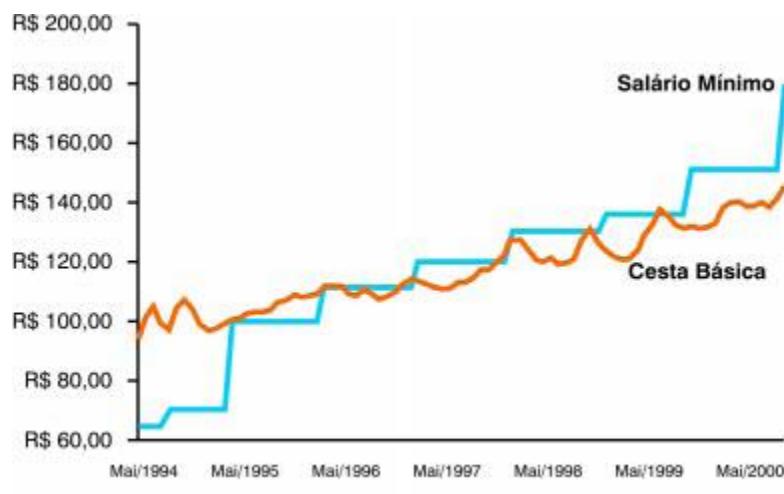
Gráfico 7 - Elevação do emprego no Brasil 1995-2001



Fonte: IBGE

Fonte: IBGE.

Gráfico 8 - Salário Mínimo e Cesta Básica 1994-2000



Fonte: Ministério da Fazenda e Dieese

Fonte: Ministério da Fazenda e Dieese.

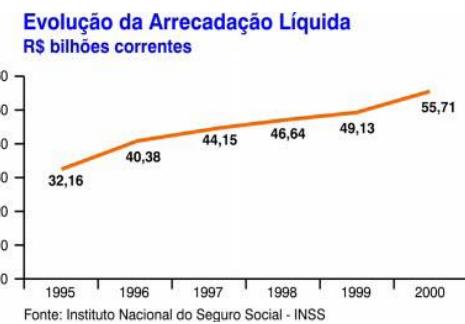
O que nos chama a atenção, tomando como referência os gráficos 9 e 10, foi a relação entre o crescimento do investimento internacional e a arrecadação do Estado proporcionado pelo Plano Real.

Gráfico 9 - Investimentos estrangeiros diretos líquidos 1993-2000



Fonte: Banco Central – Bacen.

Gráfico 10 - Evolução da Arrecadação Líquida 1995-2000



Fonte: Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

A evolução da arrecadação líquida acompanhada do crescimento do investimento internacional demonstra a dimensão monetarista materializada pelo Plano Real. Por um lado, o crescimento da arrecadação potencializa a obtenção de superávit primário voltado à garantia do pagamento dos juros da dívida externa. Por outro lado, a política cambial possibilita a entrada de dólares no Brasil garantindo a paridade entre o real e o dólar e as formas mundializadas de reprodução do capital composto de juros. Esse é o sentido ao qual se apresenta a centralidade do controle inflacionário, ou seja, potencializar a formação de plataformas transnacionais voltadas à acumulação e reprodução do capital em escala ampliada.

1.4 As crises econômicas internacionais e o Plano Real

A existência de crises cíclicas econômicas internacionais foi utilizada, tal qual o combate à inflação, como justificativa fundamental para a continuidade do Plano Real.

O governo FHC manteve a tendência apresentada no governo Itamar Franco referente à construção de discursos apocalípticos em torno das crises econômicas internacionais e o papel do governo frente à manutenção do Plano Real e a estabilidade econômica. Não que as referidas crises não ocorressem, ao contrário, elas fazem parte de um movimento de crises cíclicas do capital tão bem apontado por Marx em “O Capital”, porém seus desdobramentos foram explorados por parte da mídia com o intuito de garantir legitimidade de ações do governo federal. Na prática, os pressupostos do Plano Real passam a ser vinculados ao imaginário da população como único caminho econômico, político e social possível de ser adotado pelo país, negando qualquer possibilidade de emancipação política e social.

O discurso de Pedro Malan, “homem forte” e Ministro da Fazenda do governo FHC, tendo atuado, no governo Collor como negociador da dívida externa brasileira junto aos mandatários do Plano Brady e um dos principais arquitetos da elaboração do Plano Real, justifica essa afirmação.

[...] A crise atual iniciou-se no Sudeste Asiático devido a diversos fatores. Em primeiro lugar, havia um problema estrutural, decorrente da percepção de que o altíssimo crescimento de países como Tailândia, Malásia, Indonésia, Coréia e Filipinas não seria sustentável àquelas taxas ao longo do tempo. O Sudeste Asiático mostrava indícios claros de estar vivendo o processo de esgotamento de um ciclo expansionista clássico. [...] Características como a expansão vertiginosa do crédito, o excesso de endividamento externo, o sobreinvestimento, com os investimentos superando em muito a poupança, e a ocorrência de "boom" imobiliário levaram à percepção de que o ciclo sincronizado de crescimento na região estava chegando ao final. Esses fatores, aliados ao prolongamento da crise no Japão, levaram à conclusão de que as moedas asiáticas estavam desalinhadas frente ao dólar, tornando-as vulneráveis a ataques especulativos. Ao contrário do que ocorreu no México, a crise asiática agravou-se com a demora na adoção de remédios eficazes.¹⁷ (Pedro Malan – Entrevista à homepage do Ministério da Fazenda – 12/11/1997) (BRASIL, 2012)¹⁸

O leitor deve levar em consideração que os discursos acima apresentados se referem ao pleito eleitoral voltado à sucessão presidencial no Brasil, período em que as notícias em torno do processo da crise asiática se intensificaram no país. Na prática, os discursos de Pedro Malan atendiam a dois pressupostos fundamentais: responder de forma positiva aos interesses internacionais quanto à manutenção dos rumos da economia nacional e estabelecer a legitimização da eficiência governamental e necessidade de continuidade junto ao eleitorado.

Isso implica no próprio entendimento da dimensão do Estado Brasileiro que se apresentou no governo FHC. De acordo com Bacha (1997) as transformações no Estado brasileiro no período FHC refletiram as mudanças em curso tanto nas esferas públicas como privadas.

Como resultado dessa reorganização, o Estado empresário vai dando lugar ao mercado, ao mesmo tempo em que assume seu papel regulador e fiscalizador. O Estado reforça seu papel regulador, fiscalizados, bem como indutor e realizador de ações na área social. Com a economia estabilizada, o desafio do desenvolvimento exigiu do Governo uma profunda reforma do

¹⁷ Acompanhar entrevista completa em Anexo C.

¹⁸ www.fazenda.gov.br - acesso 10/06/2013

Estado e a revisão dos conceitos que regem suas relações com a sociedade. O modelo estatal anteriormente em vigor tinha pouca capacidade de investimento, redundava num estilo de gestão antiquado e patrimonialista, sobrecregendo as instituições com tarefas empresariais. (BACHA, 1997, p. 94)

Essa afirmação traduziu uma tensão dentro governo FHC inerente às disputas internas entre concepções filosóficas inerentes ao projeto neoliberal e o Social Liberalismo. O governo FHC oscilou entre essas duas concepções, mantendo ênfase, na primeira concepção. As dificuldades em manter apenas os pressupostos do projeto neoliberal se deram em virtude da dificuldade da concorrência da empresa nacional no mercado internacional, bem como a forte resistência dos trabalhadores, o que abordaremos um pouco mais a frente.

No debate sobre o neoliberalismo e o liberalismo social no governo FHC, destacamos este exame:

[...] destas disputas político-ideológicas no interior do novo bloco político hegemônico e das ações do governo torna perceptível a existência de uma polarização básica entre duas versões distintas de liberalismo – uma mais doutrinária e fundamentalista, o neoliberalismo, e outra, que absorve parte da tradição anterior, o liberal-desenvolvimentismo. A primeira versão foi sem dúvida a predominante, orientando de modo consistente o núcleo duro da política econômica governamental. A segunda versão de liberalismo não teve a consistência da primeira, não se materializa em texto programático nem chegou a orientar sistematicamente a ação governamental. Mas pode ser reconstruída a partir do debate público, de conceitos esparsos aparecidos em documentos oficiais e do "espírito" de iniciativas governamentais surgidas em reação a certas consequências sociais e econômicas supostamente negativas da ortodoxia liberal. (SALLUN JR, 1999: s/p)

Em pleno processo de conflitos internos inerentes às dimensões neoliberais e sociais liberais, o governo FHC construiu discursos e ações tendendo para ambas as concepções. O pensamento de Hayek se fez presente neste quadro. Seus pressupostos relativos à redução da intervenção do Estado na economia influenciaram as ações governamentais brasileiras, na adoção de ações voltadas à redução do déficit público, criação de novas oportunidades de investimento e fortalecimento do mercado pela competição.

Ao redirecionar serviços públicos, através da concessão de sua exploração à iniciativa privada, o Estado viu-se obrigado a montar uma estrutura de regulação econômica e fiscalização dos serviços concedidos, criando um ambiente de maior segurança e confiabilidade à pessoa e à comunidade. Para tanto, foram criadas as Agências Reguladoras, que formam um novo modelo institucional.

[...] Em oposição às normas impessoais dos governos, e contrário à busca do lucro e do ganho pessoal, característico do mercado, surge a necessidade de um esforço conjunto entre os diferentes agentes da sociedade: empresas, poder público, organizações comunitárias e não governamentais. Estas iniciativas não são incompatíveis com políticas públicas, eficientes e responsáveis. Ao contrário, partem delas as ações que permitem refletir de modo mais abrangente os objetivos comuns entre iniciativa privada, estado e sociedade. (BACHA, 1997, p. 94-96)

Dentro da concepção governamental de FHC, o Estado brasileiro “ficou diferente e não menor”. “O que mudou foi seu papel frente à sociedade. Se antes havia a preocupação em reduzir fisicamente o tamanho da estrutura estatal, hoje já se percebe que esta mudança acontece na medida em que o Governo ganha um novo papel, mas sem renunciar à sua responsabilidade normatizadora, reguladora e fiscalizadora” (BACHA, 1997, p. 98).

Visando aprofundar a aproximação da social democracia com o liberalismo, devemos destacar as concepções heterogêneas quanto aos pressupostos epistemológicos referentes ao funcionamento da sociedade existentes no interior do próprio liberalismo. O papel da justiça exemplifica essa afirmação.

De acordo com Callinicos (2007) John Rawls em “Teoria da Justiça” entende que a teoria da justiça deveria se pautar em dois princípios: a igualdade das liberdades civis e políticas e “o famoso “Princípio da Diferença”, em que as desigualdades sociais e econômicas só são justificáveis quando redundam em benefício dos setores mais despossuídos da sociedade.” (Callinicos, 2007: 4) Para Rawls, citado por Callinicos, a equitativa igualdade de oportunidades contradiz a meritocracia consistindo “em legitimar as desigualdades sócio-econômicas argumentando que elas são o resultado de diferenças devidas ao talento e ao esforço.” (CALLINICOS, 2007, p. 4)

Como expressa Rawls(1999) apud Callinicos(2007), “a dotação inicial das vantagens naturais e as contingências de seu crescimento e desenvolvimento nas etapas iniciais da vida são arbitrárias de um ponto de vista moral”(p. 274). Callinicos dialoga com este autor:

O Princípio da Diferença implica que os mais bem dotados deveriam ter a permissão de obter um benefício em virtude de seus talentos que desfrutam sem mérito próprio somente se, ao mesmo tempo em que se utilizam de seus talentos, produzem o maior benefício possível aos menos dotados. Deste modo, os talentos particulares não são propriedade privada das pessoas que os detêm, mas sim posses sociais. (CALLINICOS, 2007, p. 4)

Rawls apud Callinicos entende que a condição de existência de iguais liberdades políticas para todos os homens parte do princípio, independente de sua posição social, da consolidação dos seguintes pressupostos constitucionais:

- a] o financiamento público das eleições e dos modos que assegurem o acesso público à informação sobre as políticas públicas (public policies);
- b] uma certa igualdade de oportunidades, especialmente em relação à educação e à preparação profissional;
- c] uma distribuição “decente” da riqueza que permita cumprir com a terceira condição do liberalismo igualitário, isto é, que todos os cidadãos devem ter o acesso assegurado à multiplicidade de meios necessários, segundo seus propósitos, que lhes permitam fazer um uso inteligente e efetivo das vantagens providas por suas liberdades básicas;
- d] a sociedade como empregadora de último recurso por via do governo local ou nacional, e outras políticas sociais e econômicas necessárias;
- e] um seguro básico de saúde assegurado para todos os cidadãos (RAWLS 1996 apud CALLINICOS, 2007, p. 4-5)

Esse debate influenciou o pensamento filosófico anglo-saxônico. Para Sen a qualidade de vida dos indivíduos implica no comprometimento de:

[...] uma série de “funções” que lhe permitam conseguir desde uma condição saudável até atividades mais complexas que envolvem a reflexão que supõe a liberdade de escolher a vida. [...] Conforme Sen, aquilo que deveríamos tentar igualar é a capacidade de obter a mais ampla variedade de funções possíveis. Esta postura tem como vantagem o fato de nos oferecer um critério de avaliação da felicidade individual mais complexo e sutil que as cruas estatísticas da renda nacional difundidas pelo pensamento econômico convencional. Sen conecta igualdade e liberdade. Sublinha que deveríamos procurar igualar “a liberdade substantiva para obter combinações de funcionamento alternativas (ou dito menos formalmente, a liberdade de exercer vários e diferentes estilos de vida” (SEN, 1999, apud CALLINICOS, 2007, p. 7-8)

Gerald A. Cohen entende que a concepção de igualdade deveria garantir o acesso a vantagens existentes na sociedade capitalista, tomando como referência as diferenças de expectativas existentes entre as pessoas. Dworkin elaborou uma teoria de justiça apoiada nos pressupostos do perfeito funcionamento do mercado. (CALLINICOS, 2007).

A partir de um leilão hipotético que atribua um conjunto de recursos igualmente valorizados pelos indivíduos recorre-se aos mercados para permitir às pessoas afiançar-se e construírem-se seguros contra eventuais desvantagens, tais como: ser ou ficar incapacitado, carecer de talentos naturais, padecer de alguma enfermidade ou ficar desempregado. Estes

filósofos são conhecidos como igualitários liberais justamente pela centralidade que atribuem ao mercado. Entretanto, o que demandam todas as respostas oferecidas à pergunta de Sen, “igualdade de quê?” (igualdade de bem-estar, de recursos, de capacidades ou de acesso a vantagens) vai muito além do que pode ser considerado como aceitável na era neoliberal. (CALLINICOS, 2007, p. 10-11)

No pensamento liberal também existem aqueles que defendem um “liberalismo igualitário”, como Gerald A. Cohen e John Roemer.

Eles entendem que a sociedade deve elaborar um modelo de socialismo de mercado composto por cooperativas de propriedade dos próprios trabalhadores que competiriam entre si em uma economia ainda regida pelos pressupostos de concorrência do mercado. “Entretanto, Cohen opta por um socialismo de mercado faute de mieux, a contragosto e só como uma segunda alternativa, dado que sua primeira preferência já não lhe parece viável”. (CALLINICOS, 2007, p. 13)

Todas as concepções aqui apresentadas, em que pese suas diferenças no campo da aparência e não em sua essência, têm como pressupostos a construção de alternativas voltadas à manutenção da sociedade da forma como ela é, apontando alternativas para o funcionamento perfeito do mercado, gestor de trocas de mercadorias capitalistas.

O debate sobre as diferentes possibilidades de atuação do liberalismo influenciaram o pensamento social democrata. As teses inerentes ao social liberalismo implicaram na construção dos pressupostos oriundos à elaboração do Estado Social Liberal, concepção à qual FHC se vinculava ao afirmar como simplismo, o entendimento que seu governo se resumia apenas aos pressupostos neoliberais de intervenção econômica e política. O que FHC se propunha a discutir era a existência de um debate maior entre o neoliberalismo e o social liberalismo, cujos desdobramentos não eram claros até então em seu governo.

Da mesma forma, FHC entendia que os críticos ao seu governo “demonizaram” as relações do Brasil com o Consenso de Washington, entendendo-o como uma espécie de teoria da conspiração dos países credores junto aos países devedores, voltado apenas para prejudicar os últimos. Na visão apontada por FHC, apesar das dez principais recomendações impostas pelo Consenso de Washington – disciplina fiscal, despesas públicas, reforma tributária, juros de mercado, regulação do câmbio, política comercial, abertura da economia, privatização, desregulação do mercado e direito à propriedade – nem todos os países latinoamericanos conseguiram cumpri-las.

Para FHC os países que seguissem os pressupostos neoliberais ganhariam dinamismo em suas economias, não se tornando dependentes dos Estados Unidos. É assim que se manifestou a sua defesa do neoliberalismo, apoiando-se no pensamento de Hayek ao afirmar que o mesmo era uma tentativa voltada à organização de economias que haviam se esfacelado com os desdobramentos do keynesianismo.

Esse entendimento do projeto neoliberal é fundamental para a recuperação do pensamento de FHC. O que percebemos é que nesse período governamental, FHC, até pelo seu passado como intelectual orgânico do pensamento progressista nacional, tendia a produzir discursos justificadores do liberalismo social, mas, contraditoriamente, agia, na maioria das ações econômicas e políticas adotas, dentro de pressupostos e interesses neoliberais voltados à reprodução do capital em nível internacional.

Bresser-Pereira (2001) contribuiu com esse debate estabelecendo as bases e pressupostos filosóficos de como o Estado Social Liberal deveria funcionar. Nessa concepção, o “[...] Estado social-liberal se mantém comprometido com a justiça social, ao mesmo tempo em que é uma resposta adequada à oferta ineficiente de serviços sociais e científicos” (BRESSER-PEREIRA, 2001, p. 05).

O social democrata, partidários dessa concepção, entendem que existe um movimento político na sociedade voltado à substituição do Estado bem estar Social por um Estado Social Liberal, e não um modelo neoliberal ou mesmo ultraliberal.

No novo Estado que está surgindo, supõe-se que a estabilidade política e a eficácia do Estado na aplicação da lei tenham sido razoavelmente alcançadas: as maiores preocupações políticas são agora aquelas que dizem respeito à responsabilização democrática e à eficiência administrativa – ou seja, transpor para os serviços públicos a eficiência econômica que os mercados asseguram à produção de bens e serviços, mantendo ao mesmo tempo seu caráter público. [...] Não é o Estado ultra-liberal com que sonhou o novo conservadorismo ou a nova direita. Não é o Estado mínimo que apenas garantiria os direitos de propriedade e os contratos. Não é menor sequer do que o antigo Estado social-democrático, se medirmos o tamanho do Estado pela carga fiscal: ou seja, pelas receitas do estado com relação ao PIB. Tomado com esta medida, o tamanho do Estado não tende a diminuir: ao contrário, tende a aumentar moderadamente, na medida em que os custos de educação e saúde tendem a aumentar com relação aos custos médios, e impostos têm que ser arrecadados para financiar essa elevação de custos. (BRESSER-PEREIRA, 2001, p. 10-11)¹⁹

¹⁹ As empresas estatais são uma característica típica do estado social-democrático. No estado social-liberal, somente os monopólios naturais podem continuar a ser estatais. Sempre que a concorrência for possível o estado ficará de fora. Quando a concorrência for possível, ainda que imperfeita, a regulação atuará como uma substituta

O Estado Social Liberal parte do pressuposto da existência da concorrência relacionada à regulação. A regulação, dentro desta concepção, é fundamental para suprir as carências do mercado, fornecendo, ao mesmo tempo, condições estruturais para a proteção do público e da própria concorrência.

Uma segunda razão pela qual o novo Estado é não apenas social, mas também liberal, tem a ver com a maneira pela qual se desincumbe dos serviços públicos: o novo Estado tende cada vez mais a contratar externamente os serviços sociais e científicos. [...] Comparado com o Estado social-democrático, o Estado social-liberal acreditará mais nos mercados e na concorrência administrada, mas continuará igualmente compromissado com os direitos sociais. Nas relações econômicas internacionais, esse Estado será menos protecionista, mas, uma vez que o poder e legitimidade se originam dentro do Estado-Nação, ele continuará ativamente engajado em políticas comerciais e tecnológicas, a fim de proteger o capital e a mão de obra nacionais. (BRESSER-PEREIRA, 2001, p. 14-15)

O entendimento do Estado de cunho político Liberal-Social se relaciona com suas formas de gestão em termos da construção de uma política econômica voltada à competitividade internacional. Na prática, coloca-se como pressuposto a necessidade do aumento da poupança e investimentos econômicos na nação, incorporando as mudanças na tecnologia da produção, capital humano e coesão social expressa na elevação da democracia.

[...] uma política macroeconômica que garanta a saúde financeira do Estado e do Estado-Nação, levando a índices de endividamento interno e externo dentro de limites conservadores, são elementos constitutivos de uma estratégia nacional de desenvolvimento. [...] A estratégia nacional de desenvolvimento ganhará sentido e força quando suas instituições – sejam as de curto prazo, ‘políticas’ ou ‘políticas públicas’, sejam as relativamente permanentes (as instituições em sentido estrito) – responderem às necessidades da sociedade, sendo compatíveis com a dotação de fatores de produção da economia, ou, mais amplamente, com os elementos que compõem a instância estrutural da sociedade. (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 13-14)

Para Sallun (1999), apesar da adoção de políticas compensatórias de princípio filosófico liberal desenvolvimentista, o fundamento liberal continuou a ser o liberalismo econômico. A adoção desses princípios fragilizou a economia nacional em referência ao

parcial da concorrência. Assim, processo de privatização que assistimos no mundo desde os anos oitenta é uma manifestação clara da ascensão do estado social-liberal. (Bresser-Pereira, 2001, p. 12)

sistema financeiro internacional e ampliou o grau de dependência do Brasil através da necessidade constante de ingresso de capital internacional para equilibrar a balança de pagamentos.

Dentro desse quadro geral, sublinhe-se que a política de contenção permanente das atividades econômicas traduziu-se em baixas taxas de crescimento do produto e, a partir de 1997, em altos índices de desemprego. Desta forma, embora a estabilização da moeda tenha provocado, de início, ganhos reais para as camadas assalariadas menos privilegiadas, a continuidade da política de câmbio apreciado e juros altos vem produzindo, desde 1996, uma regressão naquele processo e uma acentuada transferência de renda para os detentores de haveres financeiros. (SALUN JR, 1999: s/p)

Outro ponto a sublinhar é que a perpetuação das políticas cambial e monetária como substitutivo do ajuste fiscal acabou por elevar sistematicamente o endividamento público, principalmente em relação a credores internos, de tal forma que no último ano do primeiro governo Cardoso o pagamento de juros passou a ser o principal fator explicativo do crescimento do déficit público, maior que o déficit da previdência pública e privada.

Isso significa que, mesmo quando alterados os parâmetros básicos da política econômica, a dívida pública demandará que continue a haver transferências muito elevadas de recursos do conjunto da sociedade para o Estado, de modo que este possa satisfazer os seus credores. O exemplo mais gritante aqui é o das estradas de rodagem, cuja manutenção ou construção tem sido concedida a empresas privadas em troca da exploração dos serviços que presta – pedágio e arrendamento dos terrenos públicos que as margeiam. Esta redução das funções empresariais do Estado não eliminou, mas tem transformado profundamente o intervencionismo estatal. Ele vem expandindo suas funções normativas e de controle – seguindo o modelo da agência reguladora de telecomunicações (Anatel) – e preserva grande parte da sua capacidade de moldar as atividades econômicas por meio das compras de bens e serviços. “Sublinhe-se que, caso houvesse predominado na política econômica a ala liberal-desenvolvimentista do bloco hegemônico, o impacto sobre as frações socioeconômicas teria sido completamente distintas. É muito provável que a inflação não tivesse caído tão drasticamente, mas em compensação não teriam sido tão privilegiados os rendimentos financeiros vis-à-vis os derivados das atividades produtivas e do trabalho. Por isso, há que reexaminar interpretações que vêem o governo FHC como expressão da conquista do poder político pela burguesia paulista ou que afirmam que, desde as eleições de 1994, os "paulistas" estariam no poder. Vale lembrar que o empresariado industrial paulista manifestou-se várias vezes contra a política econômica do governo Fernando Henrique e que esta foi comandada por economistas oriundos da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e sintonizada com a ortodoxia liberal lá dominante. Com efeito, a argumentação desenvolvida até aqui, sublinha que, ao invés de manter afinidades com a burguesia paulista ou mesmo uma modernidade abstrata de

mercado representada pelos paulistas, o governo Fernando Henrique tendeu a se sintonizar com as orientações daquilo que Chesnais denomina capitalismo mundial financeirizado. E o fez, apesar da resistência que havia dentro do governo, fora dele mas no interior do novo bloco hegemônico e no conjunto das forças políticas contrárias ao novo bloco hegemônico.” (SALUN JR, 1999: s/p)

1.5 O Plano Real e a privatização

O governo Fernando Henrique Cardoso, atendendo às recomendações do Plano Brady e, fortemente influenciado pelos princípios hayekianos inerentes à centralidade do mercado como gestor das trocas capitalistas, investiu na continuidade do processo de privatização das empresas estatais. O governo incrementou o Programa Nacional de Desestatização, utilizando, em seus discursos, como justificativa, a necessidade veemente da modernização de setores essenciais da economia brasileira. De acordo com Bacha (1997) no “período de 1991 a 2000 esse Programa gerou receita total de US\$ 100,4 bilhões, sendo US\$ 65,7 bilhões de privatizações federais e US\$ 34,7 bilhões de privatizações estaduais” (BACHA, 1997, p. 7).

Um forte discurso herdeiro do governo Collor justificou as ações governamentais, especialmente no que se referiu à construção da imagem da deficiência das empresas estatais junto à sociedade brasileira. O debate sobre a caça aos “Marajás” ganhou novos contornos e significados, tomando dimensão de salvação e eficiência política nacional. A condição de ineficiência do aparelho estatal, enraizado no imaginário popular desde o governo Collor, deu suporte para a elaboração de discursos que justificaram a intensificação dos processos privatizantes no Brasil.

O discurso de Pedro Malan sobre a privatização das empresas estatais elucida a visão governamental sobre o processo que se sucedeu no Brasil.

Bom, a privatização se justifica por três ordens de razões. A primeira delas é de natureza fiscal. A venda de empresas, em particular daquelas que ou eram deficitárias ou que impunham custos futuros para o governo, e temos necessidade de capitalização, por exemplo, significa a sua passagem para o setor privado melhora a médio e longo prazo, e essa é a perspectiva que importa ao tratar dessas questões, a situação fiscal do país. Não se esqueça que as empresas, uma vez privatizadas, não deixam de pagar os seus impostos e contribuir para o equacionamento do problema fiscal. A segunda razão é uma razão de natureza social. Por que a medida que o governo deixa de ter essa necessidade seja de aportar recursos com empresas deficitárias, seja para aporte de capital, é possível que ao longo do tempo se canalizem recursos públicos escassos para onde importa, que é para área social e não na área diretamente produtiva. E via de regra é melhor deixar o setor privado. A

terceira razão é uma razão de eficiência econômica, aqui não vai nenhuma crítica a excelentes administradores públicos que temos, mas normalmente, na média, uma empresa é melhor gerida sob o setor privado por que o quanto mais não seja não está sujeita a interferências indébitas, a mudanças de diretoria a cada quatro anos, de acordo com o ciclo político. E portanto esses três conjuntos de razões - fiscal, social e de eficiência - justificam a continuidade do processo de privatizações no Brasil. E, na medida que as receitas de privatizações sejam utilizadas para reduzir, como é a decisão do governo, o estoque da dívida, isso também melhora a situação fiscal.²⁰ (Pedro Malan – Pronunciamento 12/01/1998).²¹

Porém, o processo de privatização das empresas estatais no governo FHC apresentou contradições respondendo aos interesses dos grandes consórcios nacionais e internacionais. Lucena (2004) demonstrou que os consórcios transnacionais tiveram grandes lucros com o processo de privatização no Brasil. Isso se deveu a diversos fatores como: tarifas e preços, demissões de trabalhadores, dívidas assumidas pelo governo e incorporação dos fundos de pensão das estatais.

O governo federal assumiu dívidas que eram das estatais a serem privatizadas deixando de onerar os compradores em bilhões de reais. Essa afirmação se comprova com a venda da Cosipa (Companhia Siderúrgica Paulista). O mesmo assumiu US\$ 1,25 bilhão, além de adiar o recebimento do ICMS atrasado no valor de US\$ 333,3 milhões. A venda foi efetuada por apenas US\$ 250 milhões. O mesmo processo ocorreu nas negociações dos fundos de pensão onde os compradores também foram privilegiados. No Banerj (Banco do Estado do Rio de Janeiro), o governo estadual emprestou US\$ 2,75 bilhões vendendo o Banco posteriormente por US\$ 275 milhões. A propósito, este valor foi pago em “moedas podres” (títulos emitidos pelo governo, negociados no mercado pela metade do preço – 50% de desconto). A transação foi realizada por US\$ 137,5 milhões, total inferior ao valor do empréstimo de US\$ 2,75 bilhões. (LUCENA, 2004, p. 187)

Outro aspecto a se discutir diz respeito aos prejuízos e às potencialidades financeiras das estatais que foram vendidas. A forma como foi realizada a privatização, os compradores dos bancos estatais puderam utilizar o prejuízo que sofreram em transações comerciais comprovados nos balanços dos últimos anos para abatê-lo do seu próprio lucro, reduzindo-o e diminuindo o Imposto de Renda que deveria ser pago.

²⁰ Acompanhe a continuidade do discurso sobre o processo de privatização na transcrição da fala do ministro Pedro Malan durante a abertura da apresentação do Programa de Estabilidade Fiscal na Câmara dos Deputados em 04/10/98 no Anexo D.

²¹ www.fazenda.gov.br - acesso 10/06/2013.

Um exemplo foi o grupo econômico que adquiriu o Banco Meridional, que pôde utilizar um prejuízo de US\$ 116,16 milhões – do banco adquirido – em seu benefício. Com o custo de US\$ 133,84 milhões, abatidos do prejuízo descontado, na realidade o banco custou US\$ 18,68 milhões. Biondi (1999, p. 11) afirma que a Telesp tinha US\$ 505,05 milhões em suas contas bancárias ao ser entregue à espanhola Telefônica. A mesma havia pagado US\$ 1,11 bilhão pela compra da Telesp. Na realidade pagou US\$ 606,06 milhões. (LUCENA, 2004, p. 188)

Para Biondi (1999), o valor devido pela iniciativa privada está sendo pago em prestações, com juros mais baixos do que os exercidos no Brasil. Na venda das redes ferroviárias, houve uma entrada de 10% a 20% do valor, com prazo, no total, de 30 anos para o pagamento. Os compradores:

[...] das estatais brasileiras têm ainda novos presentes à sua espera: o BNDES lhes oferece empréstimos bilionários, depois que eles tomam posse das empresas, para executarem – com dinheiro do banco estatal, logo nosso – os “investimentos” que se comprometeram a fazer. Ninguém se espante: depois do caos nos serviços de energia elétrica no Rio, no começo de 1998, a Light ganhou um empréstimo de nada menos do que 730 milhões de reais do BNDES. A Companhia Siderúrgica Nacional, comprada com “moedas podres” financiadas, também foi imediatamente presenteada com um empréstimo de 1,1 bilhão de reais do BNDES para execução de um plano de expansão de cinco anos. Tudo, sempre, com juros privilegiados, abaixo dos níveis de mercado. (BIONDI, 1999, p. 12)

No processo para a compra das estatais, os investidores transnacionais conseguiram empréstimos no exterior que foram incluídos na dívida externa do Brasil, elevando os juros que o país tem que pagar aos bancos internacionais.

Essa afirmação se comprova analisando a atuação da empresa já privatizada Vale do Rio Doce, que conseguiu um empréstimo de US\$ 1 bilhão do National Bank para concorrer na compra da Light. Outro exemplo foi a própria Light, também já privatizada e com a Vale como uma de suas proprietárias, que conseguiu um empréstimo de US\$ 1,2 bilhão para comprar a Eletropaulo. (LUCENA, 2004, p. 189)

Relacionado ao processo de privatizações do patrimônio público nacional, a década de 1990 também assistiu à entrega das reservas petrolíferas brasileiras aos grandes conglomerados transnacionais representados pelos homens de negócios. Os conflitos ocorridos entre interesses históricos nacionais e transnacionais em termos do petróleo chegavam ao fim. As reservas de petróleo nacional, a partir da consolidação de políticas

públicas voltadas para a privatização, passaram a ser entregues à exploração econômica transnacional.

Para esse fim, o governo FHC criou a Agência Nacional do Petróleo (ANP) para regulamentar o setor petrolífero no Brasil. Sua atuação foi voltada aos objetivos privatistas, apontando que o desenvolvimento da indústria petrolífera nacional estava articulada à participação do capital internacional. Ela representava toda uma estratégia governamental voltada para a privatização da Petrobrás.

Após a eleição de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e a submissão organizada de seu governo às políticas do FMI, foram remetidas ao Congresso Nacional cinco emendas alterando a ordem econômica na Constituição do Brasil: a quebra do Monopólio Estatal do Petróleo, das telecomunicações, da navegação de cabotagem, do gás canalizado e a eliminação da diferença constitucional entre empresas brasileiras de capital nacional e empresas brasileiras de capital estrangeiro. As mesmas visavam ajustar a economia brasileira aos imperativos dos homens de negócios transnacionais, possibilitando a abertura de espaços para a privatização das empresas estatais. Sua votação ocorreu com forte pressão em favor da aprovação da mídia brasileira. (LUCENA, 2004, p. 191)

De acordo com Lucena (2004) com um Congresso Nacional extremamente fisiológico, cada votação transformava os gabinetes das lideranças do governo em “balcões de negócios” voltados para atender aos anseios das bancadas de representantes de grupos de interesse econômico.

Essa ação acabou por aprovar todas as propostas governistas sem um aprofundamento dos seus impactos no país. Ao mesmo tempo, os partidos antiliberalizantes não conseguiram construir a unidade do movimento social para a defesa de um projeto nacional. O movimento sindical combativo lutava isoladamente, vendo cair uma a uma as garantias constitucionais inerentes aos diferentes ramos produtivos apresentados. (LUCENA, 2004, p. 195)

Devemos notar que com o processo de privatização das empresas estatais relacionado à questão cambial nacional proporcionou o crescimento da desindustrialização nacional, “[...] pois, para as multinacionais de alguns setores (como as do setor automotivo), importar foi se tornando mais vantajoso do que produzir internamente” (SALLUN, 1999, s/p).

Frente às consequências real ou potencialmente negativas do fundamentalismo liberal, desde março de 1995 até o final de 1998 o governo

passou a tomar medidas compensatórias, tais como: criação do sistema de bandas cambiais móveis, desvalorização nominal e depois real, embora suave, do câmbio, aumento de tarifas alfandegárias para alguns produtos industriais, política industrial para o setor automotivo, ampliação extraordinária do volume de empréstimos pelo sistema do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social com taxas especiais de juros (taxas de longo prazo), programação de investimentos em parceria com a iniciativa privada de recuperação da infraestrutura econômica do país (Programa Brasil em Ação), programas de estímulo à exportação, seja por isenção de impostos para produtos agrícolas, seja por financiamento a juros subsidiados, renegociação das dívidas agrícolas, programas especiais de financiamento para setores industriais selecionados, de financiamento para pequenas e médias empresas e assim por diante. (SALLUN, 1999, s/p)

Todo este processo privatizante presente no governo FHC propiciou, tal qual afirmamos anteriormente, índices que não foram favoráveis ao Brasil como acreditavam os gestores governamentais.

[...] Pois bem, é sempre bom não esquecer que, desde 1995, as privatizações alcançaram R\$ 70 bi. No mesmo período, a dívida pública saltou de R\$ 62 bi para R\$ 530 bi, sem contar que o Estado brasileiro bancou 21% das privatizações, isto é, o setor público foi responsável por US\$ 13,285 bilhões dos US\$ 62,564 bilhões obtidos desde 1991 com privatizações de empresas federais e estaduais. A participação estatal (21,2% do total) equivale a quatro vezes o arrecadado com o leilão da Vale do Rio Doce (US\$ 3,3 bilhões). A conta não inclui investimentos da Vale antes de sua venda nem os recursos apurados com concessões novas para telefonia celular (banda B) e fixa (empresas-espelho). O BNDES é a principal fonte de recursos estatais para privatizações entrou com US\$ 6,041 bilhões, em operações de financiamento direto, na compra de títulos das empresas vendidas ou na compra direta de participação acionária. Já os fundos de pensão de funcionários de estatais respondem por 9,5%, ou US\$ 5,974 bilhões. O Banco do Brasil, por sua vez, gastou US\$ 1,27 bilhão em três operações de privatização. (CREMONESE, [s.d.], p. 12)

A privatização das empresas estatais no governo FHC proporcionou o aumento da dívida externa e interna. A dívida externa total, em 31 dezembro 1994, contabilizava aproximadamente 148 bilhões de dólares. Só com o pagamento de juros e amortização da dívida externa entre dezembro de 1994 a dezembro de 1999 (período do governo FHC), foram 195 bilhões de dólares (75 de juros e 120 de amortização). Em dezembro de 1999, a soma total da dívida já era de 234 bilhões de dólares.

[...] A dívida pública do Brasil (ou dívida interna) teve, igualmente, um acréscimo considerável. [...] Outros dados demonstram com mais ênfase os altos números da dívida interna e externa brasileira. Dívida interna em

agosto de 2002, em reais: R\$ 494 bilhões; Em dólares US\$ 163.451.675.875,99; População do Brasil conforme Censo de 2000: 169.799.170. Isso equivale dizer que cada brasileiro deve R\$ 2.909,32 em reais e, em dólar US\$ 962,62. A dívida externa em maio de 2002 era de, em reais R\$ 680.283.462.400,00; em dólares: US\$ 225.088.000.000,00; Considerando a população brasileira de 169.799.170 pessoas, a dívida externa por brasileiro equivale, em reais: R\$ 4.006,40 e em dólar: US\$ 1.325,61. A soma da dívida interna mais a dívida externa totaliza, em reais: R\$ 1.174.283.462.400,00; e, em dólares: US\$ 388.539.675.875,99; Considerando a mesma cifra do total de brasileiros (169.799.170) cada brasileiro tem uma dívida de R\$ 6.915,72; e US\$ 2.288,23 em dólares. [...] desde 1995, as privatizações alcançaram R\$ 70 bi. No mesmo período, a dívida pública saltou de R\$ 62 bi para R\$ 530 bi, sem contar que o Estado brasileiro bancou 21% das privatizações, isto é, o setor público foi responsável por US\$ 13,285 bilhões dos US\$ 62,564 bilhões obtidos desde 1991 com privatizações de empresas federais e estaduais. A participação estatal (21,2% do total) equivale a quatro vezes o arrecadado com o leilão da Vale do Rio Doce (US\$ 3,3 bilhões). A conta não inclui investimentos da Vale antes de sua venda nem os recursos apurados com concessões novas para telefonia celular (banda B) e fixa (empresas-espelho). O BNDES é a principal fonte de recursos estatais para privatizações entrou com US\$ 6,041 bilhões, em operações de financiamento direto, na compra de títulos das empresas vendidas ou na compra direta de participação acionária. Já os fundos de pensão de funcionários de estatais respondem por 9,5%, ou US\$ 5,974 bilhões. O Banco do Brasil, por sua vez, gastou US\$ 1,27 bilhão em três operações de privatização. (CREMONESI, s.d, s/p)²²

Os gráficos abaixo demonstram o crescente endividamento do Brasil no governo FHC exemplificado na emissão de títulos da dívida pública interna brasileira.

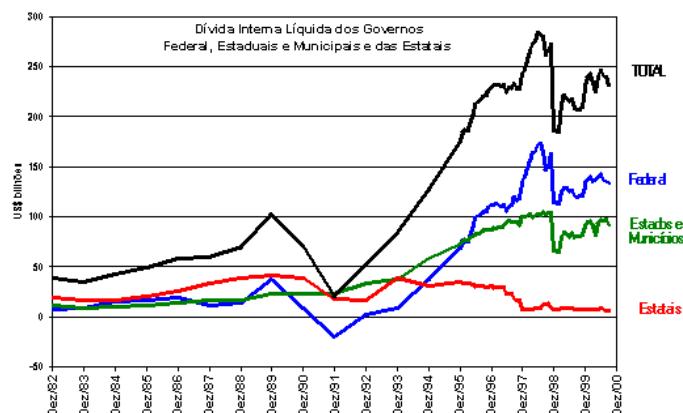
²²As tarifas públicas e os preços administrados subiram: As tarifas públicas e preços administrados foram os que mais subiram na era FHC. Todos os maiores reajustes desde a estabilidade da moeda, sem exceção, foram de tarifas ou preços controlados. De julho de 1994 (início do plano real) a junho de 2002, o gás de cozinha teve aumento recorde no ranking dos produtos: o preço do gás subiu 472,16% desde julho de 1994 até hoje (FONTE: IBGE), e já compromete 12,56% do valor do salário mínimo de R\$ 200. Depois do gás, aparecem altas do aluguel (382%), telefone fixo (381,07%), energia elétrica (227,26%) e ônibus urbano (250,22%). A gasolina, um dos itens de maior peso na inflação oficial, subiu 211,23%. (CREMONESI, [s.d.])

Gráfico 11 - Títulos da Dívida Pública Interna e Produto Interno Bruto



Fonte: <http://ecen.com/>²³.

Gráfico 12 - Dívida Interna Líquida - Federal, Estadual e Municipal

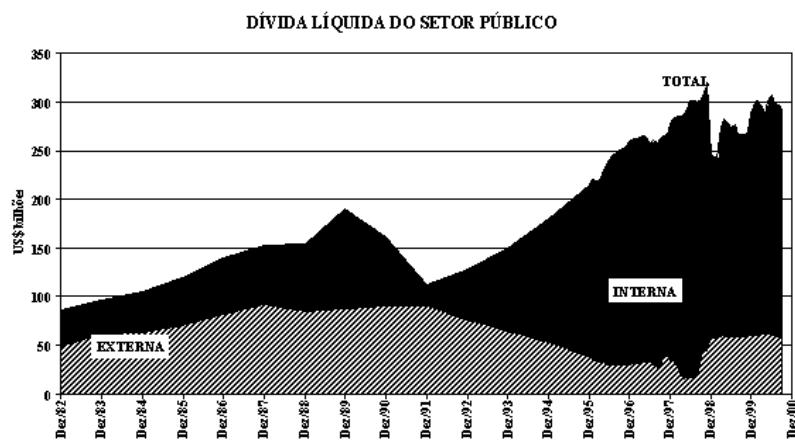


Fonte: <http://ecen.com/>²⁴.

²³ Disponível em: <<http://ecen.com/eee25/audivida.htm>>. Acessado em 02 de agosto de 2011.

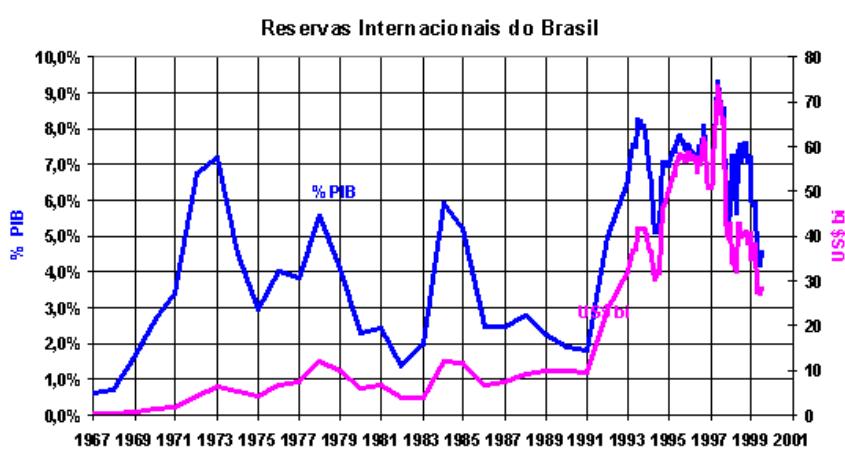
²⁴ Disponível em: <<http://ecen.com/eee25/audivida.htm>>. Acessado em 02 de agosto de 2011.

Gráfico 13 - Dívida Líquida - Setor Público



Fonte: <http://ecen.com>²⁵.

Gráfico 14 - Reservas brasileiras internacionais



Fonte: <http://ecen.com>²⁶.

²⁵ Disponível em: <<http://ecen.com/eee25/audivida.htm>>. Acessado em 02 de agosto de 2011.

²⁶ Disponível em: <<http://ecen.com/eee25/audivida.htm>>. Acessado em 02 de agosto de 2011.

Tabela 1 - Taxa de Crescimento Real no Brasil (%)

2000	-3
2001	0,8
2002	-14,7
2003	-14,7
2004	8,7
2005	8,3
2006	9,2
2007	8,5
2008	8,7
2009	6,8
2010	9,2

Fonte: <http://www.socialismo.org.br>.²⁷

1.6 O governo FHC e a reforma da previdência social

Os discursos em torno da reforma da previdência social acirraram os debates no governo FHC. Esse processo, ganhando grande destaque no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, abandonado quando próximo do pleito eleitoral para a sucessão presidencial e retomado sem sucesso em seu segundo mandato, fortaleceu os discursos em torno das “injustiças sociais” manifestas pela previdência nacional. Os discursos, entrevistas e pronunciamentos de Pedro Malan, recuperados abaixo, demonstram o entendimento governamental sobre o processo em questão.

Há dois conjuntos de aposentados no país. Um, o dos trabalhadores ligados ao INSS. Eles são quase 16 milhões, trabalham, geralmente, até os 60 anos de idade e contribuem para a Previdência ao longo de 35 anos. 90% deles recebem menos de cinco salários mínimos por mês. O outro é o dos trabalhadores com direito a sistemas especiais de aposentadoria, vale dizer, privilégios. Por exemplo: as leis em vigor permitem que servidores públicos possam se aposentar com menos de 50 anos de idade, recebendo salários superiores aos que recebiam quando trabalhavam. Há até casos de aposentados que contribuíram por menos de dez anos. Os trabalhadores que

²⁷ Disponível em: <<http://www.socialismo.org.br/portal/economia-e-infra-estrutura/101-artigo/1979-a-receita-do-crescimento>>. Acessado em 02 de agosto de 2011.

se aposentam pelo INSS ganham, em média, menos de dois salários mínimos por mês, enquanto há certos funcionários públicos aposentados que recebem 20 mil reais. Há funcionários que acumulam, duas, três, até quatro aposentadorias. Não é difícil adivinhar quem paga a conta. Quem paga a conta é toda a sociedade, é todo o povo. A permanecer esta situação, seremos obrigados a aumentar as dívidas do governo, impedindo, entre outras coisas, a queda da taxa de juros. A conta será paga não apenas por nós - ela acabará caindo também sobre os ombros de nossos filhos e de nossos netos. [...] Em 1987, o governo brasileiro gastava perto de 17 bilhões de reais com a folha de pagamento. Os aposentados levavam 4 bilhões e meio. Em 1995, os gastos totais pularam para 40 bilhões. Os aposentados ficaram com 19 bilhões e meio.²⁸ (MALAN 24/05/1996).²⁹

Os discursos apresentados em torno da reforma da Previdência Social no Brasil são justificados também no pensamento de Bacha (1997) ao afirmar que a previdência:

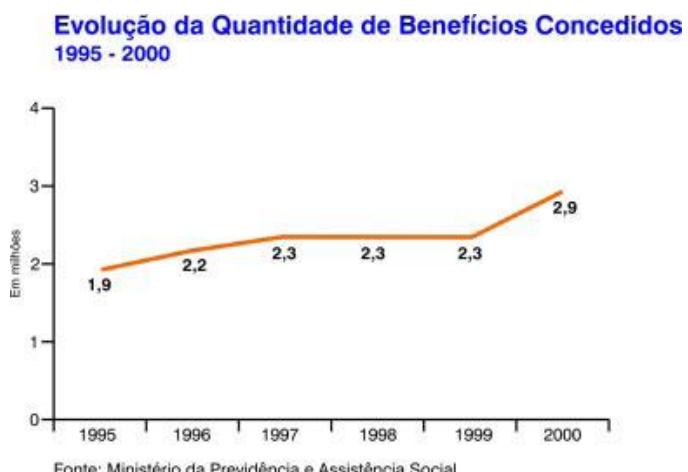
[...] beneficia, só no setor privado, 18,4 milhões de pessoas, com dispêndio equivalente a 6% do PIB. As aposentadorias no meio rural constituem verdadeiro programa de renda mínima, pois são benefícios concedidos sem a correspondente contribuição. De 1994 a 1998, seu valor praticamente dobrou, ao atingir cerca de R\$ 10 bilhões e beneficiar mais de 6 milhões de pessoas. Apesar dessa abrangência, a Previdência Social ainda não atinge 60% da população economicamente ativa. Vencer o grande desafio de incorporar esses 38 milhões de trabalhadores que estão à margem da proteção social exige medidas importantes de racionalização do sistema. A reforma da Previdência constitui elemento fundamental nesse esforço, ao reverter a trajetória explosiva de déficits crescentes, que constituem o maior fator de desequilíbrio fiscal no Brasil. Entre muitas medidas corretivas, deve-se ressaltar a adoção do fator previdenciário, que significou a introdução de critérios atuariais na Previdência Social. Os resultados já alcançados nos últimos dois anos revelam que estamos no rumo certo. Entre 1998 e 1999, o déficit cresceu 25,8%, enquanto em 2000 o déficit previdenciário foi equivalente a 0,9% do PIB, o que representa queda de 0,1% em relação a 1999. Ao mesmo tempo estamos reduzindo a marcante desigualdade entre os benefícios concedidos pela previdência pública e pela previdência privada. (BACHA, 1997, p. 11-12)

O discurso governamental em torno da reforma da previdência social no Brasil, o que devemos destacar, não foi concluída, logrando êxito no governo que o sucedeu, se sustentou na impossibilidade dos recursos financeiros para manter viável o sistema no país. Os gráficos 15, 16, 17 e 18 resumem o entendimento governamental.

²⁸ Acompanhar outros discursos de Malan sobre a reforma da Previdência em Anexo E.

²⁹ www.fazenda.gov.br - acesso 10/06/2013

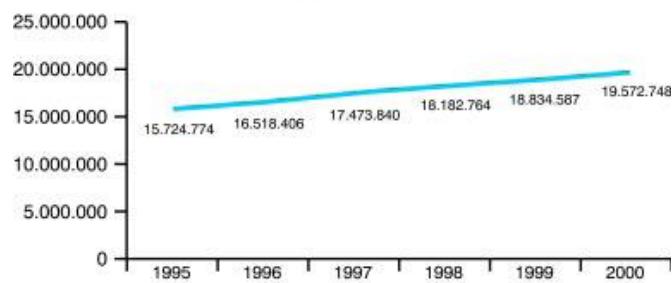
Gráfico 15 - Benefícios concedidos 1995-2000



Fonte: Ministério de Previdência e Assistência Social.

Gráfico 16 - Evolução dos benefícios emitidos 1995-2000

**Evolução da Quantidade de Benefícios
Emitidos pela Previdência Social
posição em dezembro de 2000**

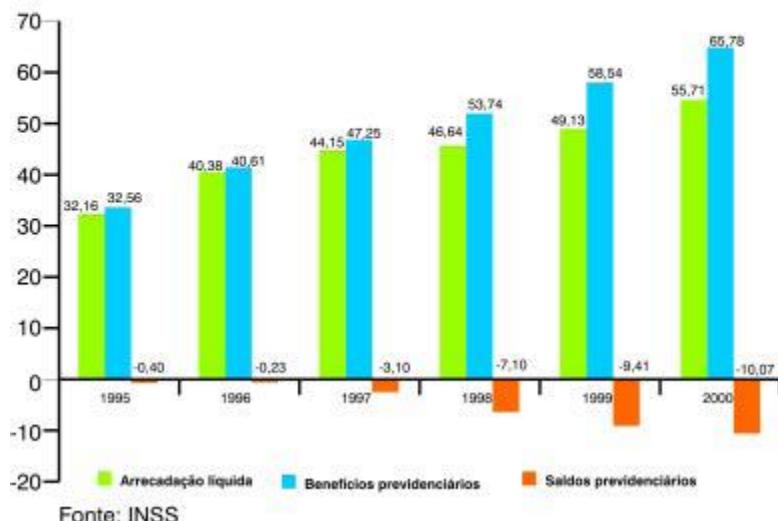


Fonte: Boletim Estatístico da Previdência Social - MPAS

Fonte: Boletim Estatístico da Previdência Social – MPAS.

Gráfico 17 - Arrecadação Líquida 1995-2000

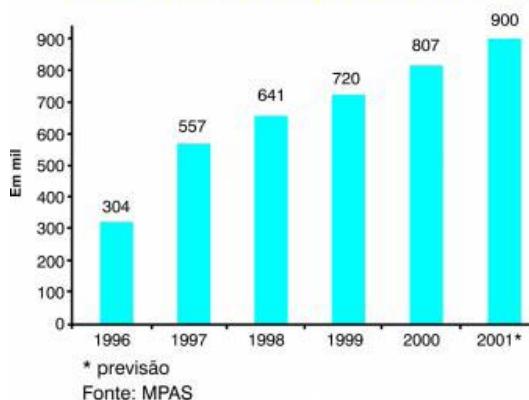
Evolução da Arrecadação Líquida
Despesas com benefícios previdenciários e saldo
previdenciário 1995 - 2000 - R\$ bilhões correntes



Fonte: INSS.

Gráfico 18 - Benefícios para pessoas em condição de deficiência

Benefícios de Prestação Continuada
pessoas portadoras de deficiência beneficiadas



Fonte: MPAS.

O debate sobre a reforma da previdência social foi acompanhado pelo acirramento das lutas no campo e a instauração da reforma agrária. O que se percebe são interpretações distintas sobre os rumos no campo no Brasil em relação ao assentamento do campesinato. O gráfico 19 traduz a visão governamental sobre o tema em questão. O que se percebe é um crescimento do número de famílias assentadas, merecendo destaque o ano de 1998 ao qual foram assentadas 101.094 famílias.

Gráfico 19 - Famílias assentadas



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Os movimentos sociais possuem entendimento diferenciado sobre os dados acima apresentados. Na prática, o número das famílias assentadas considerou apenas aquelas que haviam se inscrito nos programas de assentamento. Alguns dos assentamentos apresentados pelo governo federal, segundo o MST, só existiam no papel. Para Sallun Jr, as mudanças havidas nas diretrizes de exercício do poder não foram tão drásticas a ponto de romper um parâmetro básico da aliança nacional-desenvolvimentista, a intocabilidade da propriedade agrária.

É verdade que a própria estabilização monetária reduziu drasticamente valor da propriedade territorial enquanto o fonte de apropriação de riqueza ao desvalorizar a terra em cerca de 45% (em média). Mas, além disso, por iniciativa própria e por pressão social (do Movimento dos Sem Terra [MST], Confederações Nacional dos Trabalhadores na Agricultura [Contag] e da Igreja), o governo desenvolveu ao longo de quatro anos um extenso programa de reforma agrária. Este programa envolveu não apenas um grande número de desapropriações e de assentamentos. Ademais, promoveu-se um conjunto de reformas institucionais que visavam ampliar a taxação sobre a terra improdutiva e aumentar o poder de intervenção do poder público na estrutura fundiária. Modificou-se em 1996 o sistema de tributação do Imposto Territorial Rural introduzindo-se sobretaxas para terras improdutivas (a maior delas é de 20% do valor da terra improdutiva para propriedades com mais de 5000 hectares e menos de 30% de utilização) e estipulou-se que o valor da terra nua seria declarado pelo proprietário e serviria como valor máximo para efeitos de desapropriação. Instituiu-se também o rito sumário nas desapropriações de terras dificultando para os proprietários de terras improdutivos o uso de medidas protelatórias. Não cabe subestimar estas iniciativas. No entanto, os seus efeitos estiveram longe de corresponder às expectativas iniciais. Em primeiro lugar, a arrecadação do ITR não apresentou alterações substanciais (e que já seria de esperar pela facilidade com que foi aprovado pela "bancada ruralista") e, em segundo lugar, os assentamentos efetuados concentram-se mais nas regiões de ocupação recente do que nas antigas. Isso indica a grande capacidade de

resistência da velha estrutura agrária e de seus representantes, mesmo quando não contam com o respaldo do poder Executivo e encontram poucos porta-vozes explícitos. (SALLUN JR, 1999, s/p)

O que se percebe, tal qual demonstra o tabela 1, foi que a luta no campo se intensificou no período histórico em questão. Merece destaque que o número de ocupações e assentamentos cresceu significativamente entre os anos de 1995 a 1999 em um comparativo entre os anos de 1990 a 1994.

Tabela 2 - Número de ocupações e assentamentos realizados

Período	Nº de Ocupações	Nº de assentam.	Nº de Famílias Ocupantes	Nº de Fam. Assentadas
1990-1994	421	478	74247	65565
1995-1999	1855	2750	256.467	299.323

Fonte: <http://www.joinpp.ufma.br>.³⁰

O acirramento dos conflitos no campo é exemplificado pelo “massacre de Eldorado dos Carajás” no ano de 1996. Nesse conflito dezenove trabalhadores sem-terra foram assassinados pela Polícia Militar no sul do estado do Pará quando cerca de 1500 trabalhadores, realizaram uma marcha pela desapropriação das terras, em especial, da Fazenda Macaxeira.

<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppII/pagina_PGPP/Trabalhos2/Lenise_Jesus_carvalho303.pdf>. Acessado em 03 de agosto de 2011.

Figura 3 - Eldorado dos Carajás



Fonte: <http://www.mst.org.br>.³¹

1.7 O governo FHC e o sistema financeiro

O sistema financeiro nacional apresentou fragilidades quanto a sua ação e constituição. A crise do Banco Econômico, no ano de 1995, proporcionou os fundamentos para que o governo FHC criasse PROER, uma garantia federal para os depósitos realizados à vista. De acordo com a visão governamental, o programa de:

[...] Reestruturação dos Bancos Privados – PROER – teve como objetivo viabilizar a “transferência a novos proprietários dos passivos de bancos privados problemáticos, cuja falência poderia, a juízo da autoridade monetária, pôr em perigo a estabilidade do sistema financeiro. O PROER implicou uma transferência para o governo federal dos empréstimos problemáticos dos bancos em dificuldades...” (BACHA, 1997, p. 190)

Esse programa recebeu severas críticas de setores progressistas e críticos ao capitalismo na sociedade brasileira, uma vez que traduziu o compromisso presidencial com o capital financeiro. Para os economistas do Cepal, o PROER atribuiu 12,3% do PIB brasileiro, ou seja, 111,3 bilhões de reais, em conjunto com a ajuda ao Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e os bancos estaduais.

³¹ Disponível em: <<http://www.mst.org.br/especiais/3>>. Acessado em 01 de agosto de 2011.

Um balanço do Plano Real no governo FHC permite observar algumas questões fundamentais. Em que pese o otimismo governamental expresso pelos dados apresentados pelo referido plano econômico, o governo teve dificuldade em equilibrar suas contas públicas, privilegiando o capital internacional, privatizando o Estado e não resolvendo a questão do problema do desemprego.

O eixo da política macroeconômica foi mantido, mesmo em meio à instabilidade financeira mundial reinante de 1997 em diante, até que o governo viu-se na contingência de romper o próprio regime cambial vigente – apesar do respaldo que tinha do FMI e dos países do G-7 – como último recurso contra o "ataque especulativo" (fuga de divisas) ocorrido na virada dos anos 1998/1999. Creio que a hipótese mais consistente para explicar a opção governamental é bastante simples: a manutenção do fundamentalismo neoliberal foi interpretado pela Presidência da República como um meio decisivo para assegurar o necessário controle sobre o sistema político, tendo em vista realizar a pesadíssima agenda de reformas institucionais que constituía o núcleo duro do programa do governo. Explico-me. O objetivo central do programa de governo de Fernando Henrique era preservar a estabilidade monetária e mudar o padrão de desenvolvimento brasileiro, superando a Era Vargas, que – nas palavras do Presidente – "ainda atravessa o presente e retarda o avanço da sociedade". Já que ela fora parcialmente constitucionalizada em 1988, o cerne do programa do novo governo consistia em um conjunto de projetos destinados a reformar parte da Constituição e alterar leis infraconstitucionais que materializavam institucionalmente o remanescente do varguismo. (SALLUN JR, 1999, s/p)

Essa ação governamental se explica na própria composição do capital existente nos bancos centrais de diferentes países. No Livro III de “O capital” demonstrou que o dinheiro existente nos Bancos Centrais Nacionais é composto em parte pelo dinheiro estatal e, em outra parte, pelo depósito de dinheiro dos bancos privados. Essa composição mista do capital bancário estatal traz implicações ao sistema financeiro, uma vez que a crise do sistema privado afeta o sistema estatal, pois ambos são relacionados.

Marx afirma que parte do capital bancário é, pois, investida nesses assim chamados papéis portadores de juros. Ela mesma constitui parte do capital de reserva que não funciona no negócio bancário real. A parte mais importante consiste em letras de câmbio, isto é, promessas de pagamento de capitalistas industriais ou comerciantes. “[...] Para o prestamista de dinheiro, essas letras de câmbio são papéis portadores de juros: ao comprá-las, ele deduz o juro pelo tempo que falta até o vencimento. Isso é o que se chama descontar. Depende, pois, da taxa de juros em cada momento a grandeza da dedução da soma que a letra de câmbio representa” (MARX, 1988, p. 6).

A outra parte do capital bancário é formada pela reserva em ouro ou mesmo em dinheiro, sendo que esta é a condição do banco para garantir a disponibilidade dos depósitos aos depositantes. Esse capital bancário está sempre em flutuação, uma vez que quando são retirados depósitos por alguns, por outros, nova quantia é depositada.

Os fundos de reserva dos bancos, em países de produção capitalista desenvolvida, expressam sempre, em média, a grandeza do dinheiro existente como tesouro, e parte desse tesouro consiste, por sua vez, em papéis, meros direitos sobre ouro, mas que não constituem valores em si. A maior parte do capital bancário é, portanto, puramente fictícia e consiste em títulos de dívidas (letras de câmbio), títulos de dívida pública (que representam capital passado) e ações (direitos sobre rendimento futuro). Não se deve esquecer que o valor monetário do capital que esses papéis nas caixas fortes do banqueiro representam - mesmo à medida que são direitos sobre rendimentos seguros (como no caso dos títulos da dívida pública) ou à medida que são títulos de propriedade de capital real (como no caso das ações) - é completamente fictício e que é regulado de modo a se desviar do valor do capital real que, pelo menos parcialmente, representam; ou onde representam mero direito a rendimentos e não capital, o direito ao mesmo rendimento se expressa num montante sempre variável de capital monetário fictício. Além disso, esse capital fictício do banqueiro, em grande parte, não representa seu próprio capital, mas o do público, que o deposita com ele, com ou sem juros. (MARX, 1988, p. 7)

As formas de composição do capital bancário expressas na organicidade entre o estatal e o privado fundamenta as relações econômicas e políticas entre os bancos demonstrando que a dificuldade de um segmento pode levar ao colapso de outro segmento bancário. As expressões demonstradas por Marx justificam o temor de frações de classe dos países centrais do calote dos países periféricos no pagamento da dívida no século XX.

Esse pressuposto marxiano fundamenta o “sentido” da corrida do governo FHC em socorrer bancos no Brasil. Tomando como referência a própria composição do capital, a falência de bancos afeta a parcela privada do capital existente no Banco Central do país, fragilizando o Real em relação ao dólar. Da mesma forma, essa ação implicou no oferecimento de uma garantia aos investidores e credores internacionais de que o investimento e concessão de empréstimos ao Brasil não colaria em cheque os seus interesses classistas e, consequentemente, dos países aos quais eram vinculados.

No ano de 1996 o governo FHC agiu no intuito de a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos bancos não fosse instaurada. O escândalo dos gramos telefônicos no Banco Nacional de Desenvolvimento trazendo à tona gravações do ministro das Comunicações Luiz Carlos Mendonça de Barros e do presidente do Banco Nacional de

Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS), André Lara Resende, referente ao apoio da Previ – Fundação dos Funcionários do Banco do Brasil - na compra do Banco Opportunity. Os desdobramentos desse caso levaram à intervenção governamental na Previ. Seis diretores foram afastados, inclusive os eleitos pelos trabalhadores. Essa ação governamental teve participação decisiva de Daniel Dantas, dono do Opportunity. Dantas foi recebido no Palácio da Alvorada, ameaçando divulgar à sociedade um dossiê sobre as irregularidades no processo de privatização nacional. O que estava em jogo era o controle da Brasil Telecom e outras empresas vinculadas a esse setor.

1.8 O governo FHC e a infraestrutura nacional

O ano de 2001 foi marcado pelo racionamento de energia em virtude da falência do setor energético no Brasil. O governo federal elevou as tarifas energéticas visando o compensar os custos das multinacionais vencedoras do leilão no setor. Através de medida provisória, o governo FHC repassou R\$ 22 bilhões às referidas empresas privadas. O racionamento de energia, com duração de 8 meses - junho de 2001 a fevereiro de 2002 - teve um custo total de R\$ 45,2 bilhões de acordo com os dados do Tribunal de Contas da União. O mesmo relatório demonstrou que 60% dos custos foram arcados pela população, sendo os outros 40% desembolsados pelo Tesouro Nacional. O crescimento do consumo foi maior do que a capacidade de produção de energia, tal qual demonstra o quadro abaixo:

Tabela 3 - Expansão do Consumo e da Capacidade Instalada de Energia Elétrica - Brasil 1980-2000

Anos	Consumo	<u>Capacidade Instalada</u>
1980	100,00	100,00
1981	102,65	112,94
1982	108,68	119,23
1983	116,25	120,62
1984	129,17	126,04
1985	142,16	134,38
1986	153,66	136,88
1987	158,17	146,61
1988	166,98	153,68

1989	174,55	162,01
1990	177,87	164,81
1991	185,77	168,19
1992	189,24	171,38
1993	196,77	174,73
1994	204,14	179,28
1995	215,83	183,51
1996	225,35	189,45
1997	239,28	195,96
1998	248,99	203,14
1999	252,86	211,89
2000	265,50	222,61

Fonte: Instituto Ilumina³².

Elaboração: DIEESE

(Base: 1980=100)

A questão energética traduziu a falta de planejamento do governo FHC sobre o tema em questão. Na prática, como forma de evitar o desgaste político perante parcela considerável da população, o governo FHC elaborou discursos visando por um lado, enaltecer a participação dessa mesma população no processo e, por outro lado, difundir as ações governamentais para evitar à crise energética no Brasil.

O discurso de FHC recuperado abaixo demonstra a tentativa governamental de socialização de responsabilidades por algo que era vinculado ao planejamento governamental em longo prazo. O que FHC tinha dificuldade em discutir era a exemplificação dos desdobramentos do severo processo de privatização em curso no Brasil, cuja desnacionalização foi um dos componentes para a composição da crise energética.

Na mensagem de Natal do ano passado, fiz questão de reconhecer que todos os brasileiros estavam contribuindo generosamente para a solução da crise de energia. “Você apagou a luz e iluminou o Brasil” - afirmei na ocasião. Acho que essa frase diz tudo sobre o que se passou nestes últimos meses. No começo, muitos não acreditavam que seríamos capazes de vencer esta crise. Só falavam em “apagão” e em todo tipo de consequência negativa para a

³² Disponível em: <<http://www.ilumina.org.br/de95a2000.html>>. Acessado em 15 de agosto de 2011.

economia e para o país. Felizmente, e graças a você, brasileiro, nada disso aconteceu. A situação mudou, e para melhor.³³ (CARDOSO, 2002, s/p.)

O uso de medidas provisórias traduziu o autoritarismo do governo FHC. Enquanto os governos Sarney e Collor editaram em conjunto 298 medidas provisórias, o governo FHC editou 5.491 medidas. Ao mesmo tempo, houve elevação das tarifas de serviços básicos à população tais quais: tarifas telefônicas, reajustadas acima de 580%; planos de saúde em 460%; gás de cozinha em 390%; combustíveis em 165%; energia elétrica em 170%; e tarifa de água em 135%.

Visando aumentar o processo de arrecadação, o governo FHC promoveu o congelamento do reajuste da tabela do imposto de renda por seis anos consecutivos. Esse processo só foi revertido, com a correção da tabela do imposto de renda em 17,5% depois de elevado descontentamento na sociedade, visto que, com a ausência de reajustes salariais, e elevação da inflação acumulada, segmentos com menores vencimentos também passaram a ser taxados³⁴.

1.9 A política externa do governo FHC

A política externa brasileira no período FHC manifestou a contradição expressa na subordinação aos centros econômicos mais ricos do planeta acompanhada pela tentativa de hegemonizar sua atuação política na América do Sul.

Segundo Cardoso (1993), a política externa brasileira não permite simplificações nem rótulos, pois admite que a abrangência e a multiplicidade de interesses brasileiros na esfera internacional apontam para a necessidade constante de manterem-se sempre abertos as próprias opções de governo. “Não podemos nos limitar a parcerias excludentes ou a critérios reducionistas de atuação internacional. Temos que atuar em diferentes tabuleiros, lidar com diferentes parcerias, estar em diferentes foros” (CARDOSO, 1993, s/p).

No plano político, foi ampliado o alinhamento brasileiro à demanda de regimes internacionais. Numa tentativa de limpeza de agenda nas relações com os EUA, foi encaminhada a adesão ao Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP) e ao Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (MTCR), praticamente renunciando à utilização desse tipo de tecnologia. Deprimindo o papel do bilateralismo, o posicionamento brasileiro foi de defesa do

³³ Acompanhar discurso completo de FHC sobre a privatização no Brasil em Anexo F.

³⁴ Fonte: <http://www.psdbnuncamais.blogspot.com/>.

constante multilateralismo nas relações internacionais, principalmente quanto às questões econômico-comerciais (adesão à Organização Mundial do Comércio) e na defesa dos planos de integração regional. (SILVA, 2005, p. 10)

Um amplo e contraditório processo de reestruturação ocorreu no Estado Nacional no período FHC. Progressivamente, desde quando Ministro e, de forma mais enfática, como presidente, FHC passou a desenvolver a passagem da América Latina pela América do Sul, demarcando assim um novo domínio da política regionalista, obtendo centralidade na política externa do governo, segundo Sennes (2003), com projeção internacional do Brasil, em primeiro lugar na América Latina, e depois mundial.

Cervo (2002) e Vizentini (2003), compreendem que essa diretiva apresentou uma dimensão prática muito importante na agenda diplomática sul-americana e o Mercado Comum do Sul (Mercosul) passou a ser o núcleo desta estratégia. Garantia-se assim, ao país condições de negociar de forma favorável, uma casual integração com a economia norte-americana.

No contexto da liberalização comercial via rebaixamento de tarifas alfandegárias, o governo Collor subitamente acelerou a integração Brasil-Argentina, com a criação do Mercosul e juntamente com o Paraguai e do Uruguai. O objetivo era acelerar a redução de tarifas externas brasileiras, ou seja, o Mercosul foi repensado, no período Collor, não como um contrapeso ao processo de globalização, mas como uma forma de ingressar de forma mais rápida no mundo globalizado. Ainda assim, o Mercosul alcançou sentido estratégico, pois reforçou a presença brasileira no cenário regional e permitiu inclusive que as negociações sobre uma eventual área de livre comércio com os EUA fossem negociados em conjunto, no formato 4+1. A crise e o desmoronamento do governo Collor em 1992 comprometeram profundamente o ideário neoliberal das elites brasileiras. Observa-se então um recrudescimento de posturas neodesenvolvimentistas que procuram influenciar a condução tanto de assuntos domésticos quanto internacionais (SILVA, 2005, p. 04).

Com a aquisição de identidade jurídico-institucional em 1994, o Mercosul, como união aduaneira para os países membros e sua vertente política passou a buscar novos parceiros. Segundo Cervo (2002), o modelo de integração do Mercosul como união aduaneira imperfeita favoreceu, portanto, o Brasil, em termos de ganhos e perdas, pois manteve sua autonomia decisória e conseguiu aproveitar o bloco em outros quadrantes. No entanto no período 1991-1997, Vizentini (2003), visualiza da seguinte forma:

O comércio intrazona apresentou taxas aceleradas de crescimento, afirmando a dimensão econômico-comercial do bloco, mas também avançou no caráter político-estratégico, para aprofundar os mecanismos de reparos e decisões conjuntas (destacando-se a “cláusula democrática” do bloco, decisiva na consolidação dos regimes democráticos na região, sobretudo nas crises paraguaias). Todavia, estes aspectos não se completaram, levando, a partir das crises de 1999, ao esgotamento do Mercosul em sua forma até então vigente. (VIZENTINI, 2003, p. 383)

O Brasil tomou a posição para a defesa fiel do multilateralismo e nas relações econômico-comerciais e na defesa dos planos de integração regional, sucessivamente ganhando tempo, sem hostilidade, no tocante à Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). O comando da política externa brasileira sinalizou uma direção globalista e uma evolução ininterrupta na relação com os EUA. Simultaneamente, inúmeros litígios com os EUA foram resolvidos, caracterizando uma limpeza da agenda internacional: adesão ao TNP (Tratado de Não-Proliferação Nuclear), ao MCTR (Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis) e ao Grupo dos Supridores Nucleares (NSG), o que provocou no assentimento das demandas das grandes potências. Contudo, insuficientes foram os resultados com estas políticas no campo estratégico, político ou econômico (VIZENTINI, 2003).

Em âmbito internacional, a política dos EUA no período no pós-Guerra Fria, se apresentou hostil no domínio do comércio, o que significou um balanço deficitário brasileiro. Segundo Vizentini (2003), simultaneamente a esse quadro, o processo da Alca passou por um conjunto de instabilidade, devido ao constante insucesso do presidente Clinton em conseguir a autorização do Congresso para abreviar sua implementação (mecanismo conhecido por *fast track*).

Na perspectiva de Lampreia e FHC, diante de um ambiente desfavorável, haveria necessidade de mudanças na base conceitual de governo. Aspectos como a reiteração de conceitos como o de *global trader*, o desempenho do Mercosul como espaço de inserção competitiva em nível internacional, sendo primazia, mas não excludente, o pensamento da possível relação com diferentes países idealizam o sentido da concepção teórica que se conservaria no período do governo FHC.

A consolidação paradigmática pela qual o governo se norteava eram carregadas de intencionalidades, pois ao dar corporeidade ao conceito de *global trader*, expressava que o Brasil possuía interesses mundiais, de tal modo podendo adotar posições e diferentes agendas, procurando comercializar e estabelecer relações sem prender-se a um exclusivo parceiro.

A preferência de um *global trader* é pela liberalização comercial multilateral em que seus ganhos podem ser maximizados, e, sobretudo, pela obtenção de recursos financeiros e tecnologia, onde apenas em países desenvolvidos se obteria. A política externa do governo FHC conservou na década de 1990, e até o final do governo, o princípio de que a solução global deve ser o objetivo.

No ano de 1997, FHC alcançou aprovação a emenda da reeleição e obteve vitória para presidente no primeiro turno sobre Lula com 53,06% dos votos com alicerce no Plano Real e no domínio da inflação. Segundo Vizentini (2003), enquanto os produtos expurgados dos índices inflacionários ascendiam (como os consumidos pela classe média), os bens básicos consistiam em ser importados a preços baixos, conservando estável a cesta básica.

A política externa brasileira não passou modificações expressivas durante o governo Collor, mas, sobretudo, no governo de FHC, sendo possível assinalar uma leve inflexão do discurso diplomático brasileiro, ainda que não admitida, podendo-se dividir sua gestão em duas fases no tocante à política externa, correlacionados, aproximadamente aos dois mandatos presidenciais de 1995-1998 (primeiro mandato) e 1999-2002 (segundo mandato).

Portanto, o segundo mandato de FHC começa sob a crise do Plano Real e do Mercosul em 1999, implicando na crise do modelo econômico e de inserção internacional e as ações da política externa brasileira para esse fim.

Entre 1988 e 1993, o governo brasileiro reduziu a tarifa média de 52% para 14% e eliminou todas as medidas não tarifárias. O Plano Real de estabilidade monetária de 1994 introduziu a sobrevalorização cambial. Em 1995, o comércio exterior reverteu a tendência para saldos negativos. O apoio público à liberalização arrefeceu, a tarifa média elevou-se desde 1996 e a moeda iniciou a desvalorização em 1999. A balança de comércio exterior registrou o superávit de 85,9 bilhões de dólares entre 1980-89. Entre 1990-94, o superávit atingiu 60,4 bilhões, mas entre 1995-2000, o déficit somou 24,3 bilhões. O saldo negativo aparece em 1995 e se repete nos seis primeiros anos do governo de Cardoso. Em termos absolutos, o comércio exterior avolumou-se nos noventa, passando de 52,1 bilhões de dólares em 1990 para 110,9 no ano de 2000. (CERVO, 2002, p. 17)

A pressuposição é que teria existido uma alteração na percepção do caráter do processo de mundialização no segundo mandato, sobretudo a partir do não êxito da Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), concretizada em Seattle em 18 de dezembro de 1999.

O objetivo era alcançar um compromisso mínimo para formar uma agenda de temas para uma nova rodada chamada Rodada do Milênio. Entretanto, na terceira conferência Ministerial da OMC, realizada nos Estados Unidos, não conseguiram firmar um acordo para a nova rodada de negociações. Muito deste fracasso se deu pelas posições opostas dos principais atores da OMC, como EUA e EU. Uma das questões de maior divergência foi sobre os subsídios agrícolas, a Declaração Ministerial de Seattle mostra que UE e Japão defendiam a manutenção dos subsídios agrícolas sob pressão contrária dos EUA. Outra disputa foi na área de produtos transgênicos, os EUA acusaram a UE de que o medo à biotecnologia era uma medida para defender o mercado europeu. Outro fator que levou ao fracasso à Conferência foram as várias manifestações da população contra a OMC que tiveram de ser contidas com força policial. (WIKIPEDIA, 2012)

Assim sendo, o colapso de 1999 do Plano Real e do Mercosul, provocou mutações no discurso do governo e ganhou seu apogeu de crise do modelo neoliberal da inserção internacional do Brasil surgido no princípio da década de 1990. Os investidores, atemorizados, arrebataram bilhões de dólares do Brasil.

Durante o governo de Cardoso, entre 1995 e 2000, a dívida pública interna passou de 33% para 53% do PIB. Entre 1994 e 1999, a dívida externa elevou-se de 148 para 237 bilhões de dólares. Juros e amortizações da dívida externa consumiram 50 bilhões de dólares em 2000, ou seja, toda a exportação brasileira. O Brasil ostentava então nesse ponto um dos piores indicadores externos do mundo. Esse desequilíbrio induzia medidas malabaristas na taxa de juros para atrair constantes fluxos de capitais e provocou uma inflexão da política de comércio exterior, que evoluiu de sua função de estabilizar os preços para a nova função de prover recursos para os compromissos da dívida. O grave perfil das contas públicas, em sintonia com instruções vinculadas aos socorros concedidos pelo FMI desde 1990, retirava investimentos produtivos, provocando outras crises, como a escassez de energia elétrica, e bloqueava o crescimento econômico. O fluxo de capitais, marcado por movimentos especulativos, desapropriação dos ativos nacionais, remessa de lucros e serviços da dívida externa, aprofundou nos anos noventa a dependência estrutural do país, financeira e econômica. Correspondeu a uma ilusão de divisas cultivada sob o signo do neoliberalismo pelas autoridades do centro e da periferia. O Brasil transitou, pois, da década perdida à década perversa. (CERVO, 2002, p. 20)

Consecutivamente quando ocorre crise, o capital especulativo procura segurança, aproximando-se dos países desenvolvidos. Sempre que o momento se configura sem turbulências, os referidos ativos vão à busca de lucro, direcionando seu alvo, sobretudo para os países emergentes que, ansiosos por recursos, oferecem juros e lucros maiores do que a dos países desenvolvidos.

O revide da crise instalada no Brasil não foi diferente: sem sucesso em conservar a paridade Dólar/Real, o governo foi compelido a depreciar o real e igualmente apelar ao FMI. Com os empréstimos do FMI em mãos, FHC se viu obrigado a adotar um severo controle sobre os gastos públicos, amortecer investimentos públicos e alçar ainda mais as taxas de juros.

O contexto brasileiro, e, sua relação internacional consolidada pelo Itamaraty, no primeiro governo, passa por um processo de desconstrução e substituição do discurso de que a globalização seria um desafio a ser encarado pelo Brasil. Na compreensão de Vizentini, “o discurso da adesão subordinada à globalização neoliberal foi substituído pela crítica à “globalização assimétrica” (VIZENTINI, 2003, p. 05). Cervo (1999) se referia à política externa estabelecida por FHC como instigadora de grandes debates, trazendo como núcleo de discussão, sua própria imagem, como presidente:

A construção da boa imagem externa explicaria a adoção acrítica do paradigma da globalização pelo Brasil? Com efeito, é desse lado que a diplomacia brasileira obteve recente sucesso. Agradou ao mundo a auréola de intelectual exibida pelo Presidente e a diplomacia de bom comportamento do Itamaraty. Quais são, contudo, os atores que agenciam essa boa imagem externa do país? A pesquisa aponta precisamente para aqueles que tiram vantagens unilaterais do paradigma: mercado, trabalho, emprego, renda, especulação, expansão empresarial, desenvolvimento científico, progresso tecnológico etc. Tanto é que os erros de que resultou o colapso financeiro do país em janeiro de 1999 foram silenciados nos centros de produção dessa imagem positiva, precisamente porque existe aqui um perdedor e lá um lucro. O paradigma da globalização aplicado à política exterior de Fernando Henrique Cardoso está para o desenvolvimento nacional como o de tomada de empréstimos e pagamento de juros usurários esteve para a estabilidade monetária. (CERVO, 1999, p. 08)

A justificativa do governo para a crise instalada no Brasil era de que a mesma era exclusivamente externa. As argumentações de Lampreia (1999) sobre este fato se reduziam na ocorrência de que o colapso teria vindo “de fora” e, que isso, jamais poderia levar o Brasil a uma posição defensiva ou de afastamento do mundo. Segundo ainda o ministro, o Brasil praticava uma política externa em sintonia com os vetores fundamentais da vida internacional, porque eles incidem os valores e os anseios da sociedade brasileira para o seu próprio futuro. Aqui se apresenta novamente o discurso da crise como justificativa de continuidade do Plano Real, tal qual demonstrado anteriormente.

No tocante à integração sul-americana, a posição adotada pelo governo brasileiro não foi de omissão, marcando oposição, embora de forma velada, aos Estados Unidos, que resistiria a iniciativa de liderança hemisférica do Brasil. Análogo entendimento se empregaria ao Mercosul, considerando que frequentemente, o governo brasileiro opor-se-ia metodicamente às sugestões da Argentina de acrescentar temas que excedessem a mera eliminação de obstáculos comerciais e ao amparo da tarifa externa do mercado na região.

Entre 1998 e 1999, o bloco perdeu a dinâmica. Esgotou-se a etapa dos ganhos fáceis com a integração, característicos da fase inicial de expansão de comércio, em decorrência da redução tarifária automática. A partir deste momento, o ministro da Economia argentino Domingos Cavallo passou a investir duramente contra o Mercosul e sua Tarifa Externa Comum (TEC), apostando na integração hemisférica proposta pelos EUA, a Alca, que nesta conjuntura era considerada em ascensão. A Alca e o Mercosul pareciam ser, neste contexto, opções excludentes. Pouco tempo depois, a Argentina sofreu um colapso econômico e político que evidenciou os problemas deste modelo neoliberal. (VIZENTINI, 2003, p. 385)

Concomitantemente, o governo Brasileiro protelava as negociações para ganhar tempo, mas a tática protelatória continha limites, visto que o Brasil igualmente comerciava na OMC (Organização Mundial do Comércio) e com a União Européia (UE). Perante este panorama, distanciando-se da direção inicial de abertura pouco cautelosa e negociações sem as precisadas contrapartidas, em seus dois últimos anos, o Itamaraty ampliou uma expressiva agenda para a América do Sul, como forma de articular uma opção à crise do Mercosul e sustentar o processo de integração. O governo de FHC procurou reconquistar certa margem de autonomia perante aos EUA a partir do começo do governo Bush. Em uma conjuntura adversa, a diplomacia brasileira decidiu dar um salto à frente (VIZENTINI, 2003).

Para Vizentini (2003) especificamente com relação ao Mercosul, deve-se destacar que suas crises resultaram do fato de os governos dos quatro países-membros, não aproveitarem a situação favorável de 1991-1997 para lançar políticas efetivas no campo tecnológico e macroeconômico para tornar suas empresas competitivas, permitindo, inclusive, a desnacionalização de ramos estratégicos, cujo controle seria vital para efetuar-se um salto qualitativo. Além disso, negligenciaram a importância da ampliação dos próprios mercados internos que, se ampliados por reformas sociais, lhes proporcionariam uma economia de escala, potencializando o desempenho de suas empresas. Faltou, enfim, um projeto de desenvolvimento consequente que fomentasse a produção local. Porém, estas dificuldades não impediram o seu relançamento na nova fase da diplomacia brasileira.

A réplica ao colapso do Mercosul veio com o aumento e fortalecimento da América do Sul, na realização da I Cúpula de 12 Presidentes da América do Sul, ocorrida entre 31 de agosto e 1º de setembro de 2000 em Brasília. Vizentini argumenta que “quando muitos acreditavam que qualquer integração latino-americana havia perdido sentido e a Alca era a única solução, o presidente Fernando Henrique Cardoso convocou a I Reunião de Cúpula dos Países Sul-Americanos” (VIZENTINI, 2003, p. 386). A concretização da I Cúpula de Brasília foi concomitante ao lançamento do Plano Colômbia³⁵, auxílio na guerra contra as drogas.

A finalidade do encontro sul-americano foi de aprofundar a cooperação já existente, estabelecendo projeto de cooperação em diferentes campos: combate a drogas ilícitas e delitos conexos; ciência e tecnologia e integração física. Cardoso relançou a ideia da ALCSA (Área de Livre Comércio Sul-Americana) edificar acordos de comércio entre Mercosul e Comunidade Andina, com adesão do Chile. Entretanto, em virtude da circunstância avessa, este encontro histórico tropeçou na impossibilidade de prosseguir acordos comerciais, preferindo por uma direção alternativa de fortalecimento.

Em 1993, com apoio do Mercosul, da Colômbia e da Venezuela, o presidente brasileiro Itamar Franco lançou a iniciativa de formação em dez anos da Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA). Era a ideia de unidade da América do Sul em marcha, e não mais da América Latina, visto haver-se o México orientado para o norte. Desde então, o Brasil contrapôs essa proposta de chegar à ALCA pelo Mercosul à proposta alternativa norte-americana de alcançá-la desde o NAFTA (Associação de Livre Comércio da América do Norte). A construção hemisférica de blocos já contava, aliás, com as vertentes continental (OEA) e latina (SELA). O Brasil foi o único país americano a dizer não aos moldes com que George Bush propôs em 1991 a Iniciativa para as Américas, reafirmada pela Cúpula dos 34 países americanos em Miami em 1994, na de Santiago em 1998 e de Quebec em 2001. (CERVO, 2002, p. 27)

Deste modo, a reunião de Cúpula avançou no processo de deliberação em várias dimensões práticas e de acordos, constituindo-se como mais importante entre todas:

[...] “a integração física da infra-estrutura dos países sul-americanos, que historicamente haviam estado de costas uns para os outros e de frente para o mar.” As agências de transporte, telecomunicações, energia, gasodutos e oleodutos, entre outras, consistiriam em serem integradas, suscitando

³⁵ Segundo Silva (2009, p. 156) “Dois dias antes, com o objetivo de contrabalançar o protagonismo brasileiro, Bill Clinton havia visitado a Colômbia e oficializado ajuda de 1,3 bilhão de dólares para o combate ao narcotráfico”.

estruturas materiais para a integração econômica. (VIZENTINI, 2003, p. 386)

As negociações progrediram no encontro de chanceleres em La Paz (Bolívia) em Junho de 2001, com o indicativo de estabelecimento de uma área de livre comércio anterior ao começo da vigência da Alca. O discurso de FHC em Sessão Solene do Congresso Nacional Boliviano consolida esse intento:

Afinados como estão com o sentimento de seus povos, os Governos brasileiro e boliviano não têm medido esforços para assegurar a aproximação do Mercosul com a Comunidade Andina. Partilho da confiança do Presidente Hugo Banzer de que reuniremos nossos blocos em uma zona de livre comércio antes de janeiro de 2002. Também me satisfaz constatar que Bolívia e Brasil coincidem na defesa de uma integração hemisférica que resulte em proveito de todas as nações americanas. A melhor integração será sempre aquela que se faça em bases equitativas, que opere em benefício comum. Outro não tem sido o fundamento do esforço em que Bolívia e Brasil se vêem engajados de construção de um espaço económico sul-americano. (CARDOSO, 2001, p. 436)

Em meio à crise argentina e o processo eleitoral brasileiro em 2002, ocorreu a II Reunião de Cúpula Sul-Americana em Guayaquil, Equador, em 26 e 27 de julho. A reunião demonstrou a vontade política do governo brasileiro de avançar a cooperação econômica e política na América do Sul. Além disso, Cardoso criticou a maneira protecionista dos países desenvolvidos no campo comercial, anunciou seus receios no tocante a concretização da Alca nas situações então vigorantes e, lamentou, no tocante a relação Mercosul-EU, a carência de efeitos nas negociações.

Além de criticar a política norte-americana, embora sem se referir formalmente aos EUA, o discurso de Fernando Henrique Cardoso pregou a necessidade desta associação entre o Mercosul e a Comunidade Andina. Neste contexto, países como a Colômbia eram refratários à ideia, enquanto a Venezuela desejava uma adesão plena ao Mercosul, o que era inviável individualmente, pois este país já pertencia ao outro bloco. Mas, o protecionismo norte americano e a ausência de ajuda à Argentina, após o colapso financeiro deste país, aliados à instabilidade econômica internacional, deram novo impulso a este projeto. (VIZENTINI, 2003, p. 386-387)

O segundo processo de negociação ocorrido na 23ª Cúpula do Mercosul, concretizada em Brasília dias 5 e 6 de dezembro, sobre a criação de uma área de livre comércio trouxe os seguintes resultados: acordo-marco para a formação de uma zona de livre comércio que foi

protocolado na ALADI, onde por meio deste acordo, os países da Comunidade Andina e do Mercosul reiteraram sua determinação de constituição da área de livre comércio em tempo anterior ao dia 31 de dezembro de 2003. Foi ainda acordado Pacto sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul, Bolívia e Chile.

As grandes pendências foram adiadas para 2003, ou seja, para o novo governo. Assim, o *Grand Finale* desejado pelo presidente FHC acabou não se concretizando, mas reafirmou-se o objetivo de levar adiante o projeto inicial de transformar o Mercosul numa União Aduaneira. De qualquer maneira, o estabelecimento de vínculos entre o Mercosul e a Comunidade Andina, com vistas à formação futura de uma área de livre comércio, criou novas perspectivas para a integração regional e para as negociações da Alca (VIZENTINI, 2003, p. 387).

No desenvolvimento de seus dois mandatos, FHC conseguiu progressos com a finalidade de sustentar o equilíbrio econômico interno e fazer crescer a produtividade, sendo que ao vincular o setor externo e esses objetivos internos, decompôs a funcionalidade da política exterior. Além disso, confundiu abertura com estratégia e sacrificou a política exterior, que não serviu ao desenvolvimento e à superação de dependências estruturais. Ou seja, deixou de estabelecer uma estratégia de inserção internacional, para além da simples abertura (CERVO, 2002). A diplomacia brasileira tratou, sobretudo, direção para uma agenda mundializada.

O balanço das relações internacionais do Brasil durante a era Cardoso tornou-se, destarte, medíocre, senão desastroso, considerando a realização de interesses nacionais. Cardoso falhou em três pontos: expôs as finanças à especulação, converteu a política de comércio exterior em variável da estabilidade de preços e alienou boa parte do núcleo central robusto da economia, mediante o mecanismo da privatização com transferência de ativos ao exterior. Aprofundou, desse modo, a vulnerabilidade externa, tornando-a uma das mais graves entre os países emergentes (CERVO, 2002, p. 30).

O entendimento do conjunto de ações econômicas, políticas e sociais no governo FHC expressos no Plano Real trazem à tona a necessidade de recuperação de suas propostas educacionais. As transformações em curso em âmbito internacional expressas pela adoção de propostas neoliberais impactam nos próprios projetos formativos na sociedade tanto no presente como, principalmente, no futuro. É o que debateremos no próximo capítulo.

1.10 O debate educacional no governo FHC

O governo FHC teve um entendimento, aparentemente, positivo quanto aos resultados apresentados em seu período de governança. Com referência à educação, o país avançou em termos do ensino fundamental de uma taxa de 82% no início dos anos 1990 para 97% no final da mesma década. O gráfico 20 demonstra o crescimento da taxa de escolarização líquida no ensino fundamental. O que se percebe é que ocorreu um crescimento em termos da taxa de escolarização líquida, elevando do índice percentual de 89,1% em 1995 para 97% no ano 2000.

Os gráficos abaixo são referentes ao programa da merenda escolar, ao Programa Nacional do Livro Didático, aos recursos repassados para as escolas, à educação à distância e à implantação de bibliotecas nas escolas, sendo que estes pontos apresentaram índices positivos entre os anos de 1995 e 2000.

Gráfico 20 - Taxa de escolarização líquida - ensino fundamental 1995-2000



Fonte: Ministério da Educação/INEP.

Gráfico 21 - Programa Nacional de Alimentação Escolar 1995-2000



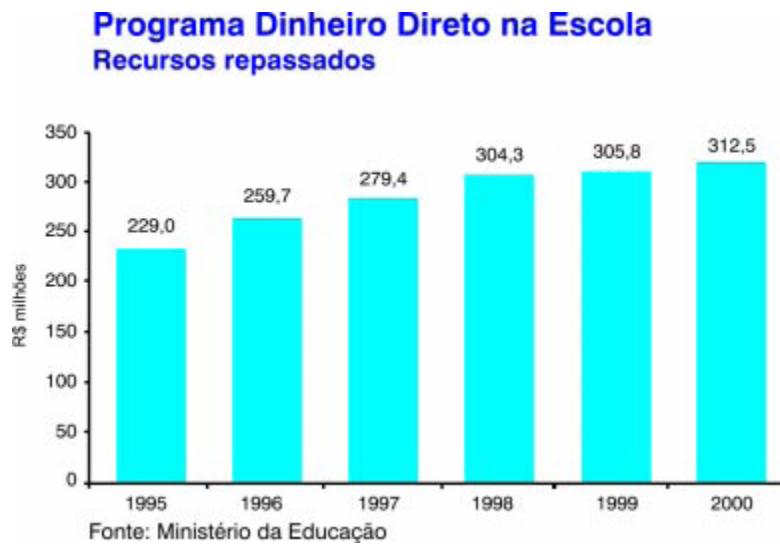
Fonte: Ministério da Educação.

Gráfico 22 - Número de alunos beneficiados pelo Programa Nacional do Livro Didático



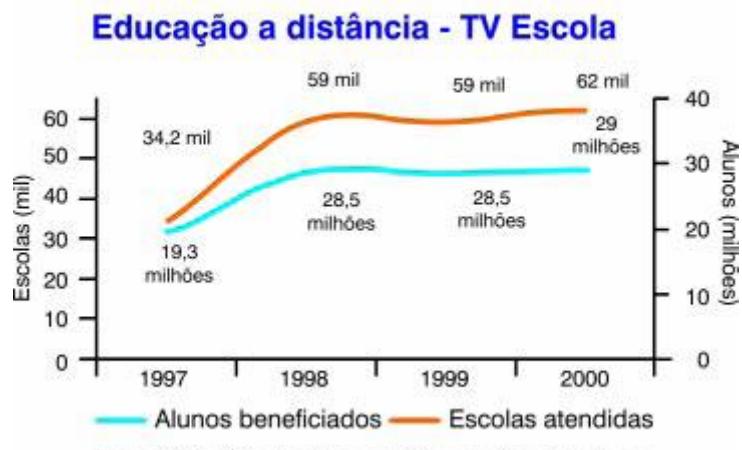
Fonte: Ministério da Educação.

Gráfico 23 - Recursos Financeiros - Programa Dinheiro Direto na Escola



Fonte: Ministério da Educação.

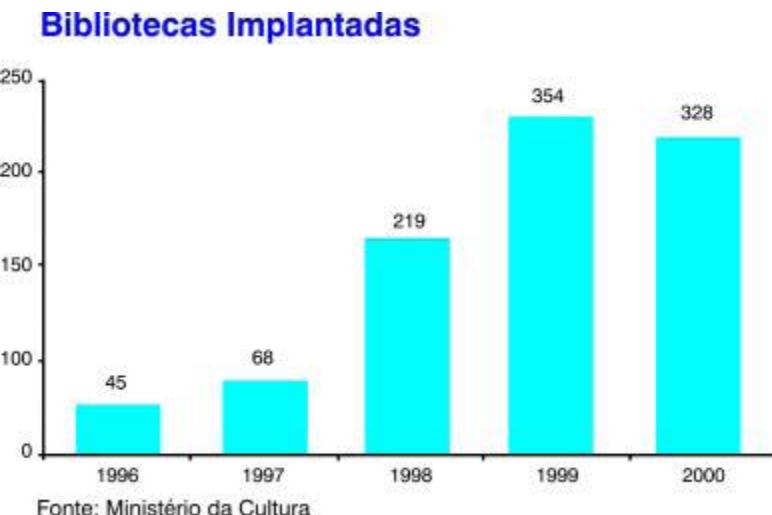
Gráfico 24 - Educação à distância - TV Escola



Fonte: Ministério da Educação/Secr. Ensino a Distância

Fonte: Ministério da Educação/Secr. Ensino a Distância.

Gráfico 25 - Número de bibliotecas implantadas



Fonte: Ministério da Cultura.

De acordo com Bacha, no período em questão o Brasil superou:

[...] a marca de 1% da produção científica internacional – medida por artigos ou índices de citações. Além disso, o aumento da produção científica brasileira entre 1981 e 1998 (365%) tem sido cerca de três vezes superior à média mundial (104%) e poucos países, em sua maioria do Sudeste asiático, têm desempenho melhor. Entre 1995 e 1998, o crescimento de nossa produtividade científica só foi inferior ao da Coréia do Sul. A participação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, que está completando 50 anos em 2001, foi decisiva na montagem dessa base técnico-científica. Nas áreas de ciências e engenharias o número de doutores formados em 1997 foi de 3600 e já está hoje em cerca de 5 mil por ano. Isso coloca o País em situação relativamente favorável, no contexto mundial, com números próximos, entre outros, de países como Coréia do Sul, China, Itália, Suíça e Canadá. O CNPq e outras agências federais dão suporte continuado a programas de formação de recursos humanos e pesquisadores, que concedem atualmente mais de 40 mil bolsas/ano. Incluindo-se todas as demais agências — Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Fundações Estaduais de Amparo — o número de bolsas de estudo passa de 70 mil/ano. Observa-se no período recente um deslocamento progressivo das bolsas em direção às modalidades de doutorado e pós-doutorado, o que demonstra o grau de consolidação do sistema de Ciência e Tecnologia. O sistema de capacitação de pesquisadores precisa ser complementado por um vigoroso esforço de fomento à pesquisa. Os fundos setoriais são essenciais no financiamento do desenvolvimento tecnológico. Também contribuem para maior interação entre a comunidade científica e o setor produtivo, para o aumento da indução da pesquisa científica e tecnológica e para avaliação por resultados. (BACHA, 1997, p. 36-37)

Na prática, em que pese os dados acima apresentados referentes ao otimismo educacional, fortemente alicerçado em dados quantitativos, em termos qualitativos o entendimento é distinto. Na educação fundamental, o intenso processo de precarização do trabalho dos professores foi instaurado no país, sendo que o salário e as condições de trabalho dos professores não corresponderam às iniciativas de melhoria apontadas pelo governo federal. Os processos de municipalização do ensino, como bem afirmou Vitor Paro, “um cavalo de troia” presenteado aos diretores escolares, em virtude da ausência de recursos econômicos voltados à gestão escolar, não atenderam às expectativas dos seus elaboradores, refletindo um intenso processo de sofrimento e adoecimento no trabalho.

Soma-se a essa discussão o “calote no Fundef”, quando no ano de 2002, o valor a ser repassado - R\$ 655,08 por aluno/ano de 1^a a 4^a séries e R\$ 688,67 por aluno/ano da 5^a a 8^a séries do ensino fundamental e da educação especial -, atingiram R\$ 418,00 e R\$ 438,90, obedecendo à mesma sequencia. Os estados mais pobres foram os mais atingidos, pois o calote atingiu o valor de R\$ 11,1 bilhões a partir do ano de 1998.

As reformas econômicas e educacionais engendradas globalmente e no Brasil, indicadas anteriormente, consolidaram antigas e impregnaram novas marcas na classe-que-vive-do-trabalho e nos trabalhadores da educação, em particular. O trabalho precarizado, o subemprego, os trabalhos temporários, o desemprego, os salários aviltantes, as condições subalternas e desqualificadas de trabalho, assim como a corrida pela qualificação exigida pelo mercado, permeiam a profissão docente na atualidade. Somadas a essas condições multiplicam-se as doenças físicas e psíquicas, a alienação do trabalho, as faltas constantes nas aulas. A violência diversificada já compõe o cotidiano de grande parte das escolas brasileiras e, em muitas delas, as grades, o medo e os sintomas de uma guerra social não declarada assustam os mais otimistas. Como ficam o trabalho e a identidade docente neste contexto? (SCOCUGLIA, 2010, p. 180-181)

Essa afirmação é fundamental para o debate sobre o trabalho dos professores. As alternativas encontradas para aumentar a velocidade da reprodução do capital são voltadas à construção de estratégias para a exploração máxima do trabalho tanto em sua dimensão concreta, como abstrata, implicando em formas de recomposição da acumulação do capital em sua forma variável. A redução de postos de trabalho, a multifunção, a conquista da subjetividade do trabalho, o pensar e executar o trabalho por 24 horas/dia foram alternativas conservadoras para a recomposição das taxas de acumulação do capital através do aumento da obtenção da mais-valia absoluta e relativa.

Esse processo relacionado às transformações do Estado Nação expressas em políticas públicas para esse fim articulado à elaboração de grupos transnacionais gestores da economia internacional afetaram o trabalho tanto na sua dimensão concreta como abstrata e, dialeticamente, a educação. Verificamos a constituição da lógica de trabalhador produtivo baseada no aumento da competitividade das empresas e dos próprios trabalhadores. O que está em jogo é a construção de estratégias para a exploração máxima dos trabalhadores, entendendo como educação eficiente aquela que proporciona a construção de currículos e ações voltadas para esse fim.

A educação foi duramente atingida por essas medidas. Todas essas constatações parecem fazer parte de um mecanismo maior que pela via da globalização educacional impactou as *reformas educacionais brasileiras* (nos diferentes graus de ensino) a partir dos anos 1990 e que podem ser resumidas nas conclusões de alguns dos principais pesquisadores registradas em outro texto (SCOCUGLIA, 2008). Segundo essas constatações, uma das expressões máximas dessas reformas tem se verificado no processo de municipalização do ensino fundamental, da educação infantil e de jovens e adultos, nas quais o discurso central é o da *descentralização*, enquanto instrumentalização da modernização gerencial da gestão pública adotada. Em outro grau do sistema em reformas, o documento *La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia* (1995), do Banco Mundial, parametriza: (1) a “privatização desse nível de ensino, sobretudo EM países como o Brasil, que não conseguiram estabelecer políticas de expansão das oportunidades educacionais”; (2) o “estímulo à implementação de novas formas de regulação e gestão das instituições estatais (...) que permitam a busca de novas fontes de recursos junto à iniciativa privada”; (3) a “aplicação de recursos públicos nas instituições privadas”; (4) a “eliminação de gastos com políticas compensatórias (moradia, alimentação)” e (5) a “diversificação do ensino superior, por meio da incrementação de instituições não-universitárias” (Dourado, 2002, p. 238). Para a instauração dessas políticas a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) estabeleceu, entre os seus princípios contraditórios, a descentralização/flexibilização e a controle exercido pelas avaliações padrão. Tal sistema avaliativo implicou: um processo de “economização da educação”; “mudanças significativas na gestão universitária, na produção do trabalho acadêmico e na formação profissional”; maior “poder de controle do Estado” (CATANI; DOURADO; OLIVEIRA, 2002 apud SCOCUGLIA, 2010, p. 183-184)

Essas concepções foram adotadas por políticas públicas governamentais oriundas do governo FHC, importando, a partir de pressupostos oriundos das teorias da administração de empresas, critérios de produtividade do “chão da fábrica” para o “chão da escola”. Passou-se a cobrar da educação, em conformidade com os organismos internacionais, a formação de um “cidadão crítico”, não mais entendido em uma dimensão humanista de problematizar as

diferentes concepções da sociedade para agir no intuito de transformá-la, e sim em uma dimensão reducionista, voltado a sugerir mudanças na produção capitalista. Uma lógica produtivista emerge, atingindo duramente os professores a partir das cobranças dos alunos que terão de formar.

A importação da intensificação do ritmo de trabalho do “chão da fábrica para o chão da escola” afetou a todos os níveis de ensino. Um conjunto de doenças profissionais cresceu e atingiu os docentes nos últimos anos, tais quais a Síndrome de Burnout, tendinites, Lesão por esforço repetitivo (LER), problemas vocais, estresse, bursites, mal-estar geral, falta de ar, pressão baixa, esgotamento físico, tonturas, labirintite, insônia, problemas digestivos, depressão, entre tantas outras patologias.

O ensino superior exemplifica essa afirmação, tanto em sua dimensão privada como pública. Na dimensão privada, os processos de reestruturação do capital impactaram em profundas mudanças. Se por um lado expandiu-se o ensino privado superior, por outro, se precarizou as condições de trabalho dos docentes a ele vinculados.

No governo FHC, o crescimento do setor privado na educação superior foi considerável. As tabelas abaixo demonstram a supremacia do ensino privado no Brasil. No ano de 2000, de um total de 1.180 Instituições de Ensino Superior no Brasil, 1.004 pertenciam à rede privada. Com referência aos cursos de graduação, 10.585 foram oferecidos no total, sendo 6.564 pertencentes à Rede Privada. A mesma tendência se repete quando analisado o volume de matrículas. No ano 2000 ocorreu a matrícula de 2.694.245 de alunos. Desse total, 1.807.219 foram feitas na Rede Privada. O país possuía 183.194 docentes em exercício no ano 2000, sendo que 212.283 vendiam sua força de trabalho em Instituições Privadas de Ensino Superior.

Tabela 4 - Números do ensino superior no Brasil

	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
Instituições	1180	61	61	54	1004
Cursos	10.585	1996	1755	270	6564
Matrículas	2.694.245	482.750	332.104	72.172	1.807.219
Concluintes	324.734	59.098	43.757	9.596	212.283
Docentes	183.194	43.739	30.836	4.137	104.482
Servidores	198.074	67.001	43.879	2.693	84.501

Vestibular - vagas oferecidas	1.100.224	115.272	94.441	28.269	862.242
Vestibular – Inscrições	3.826.293	1.296.749	951.594	59.044	1.685.906
Vestibular – Ingressos	829.706	113.388	90.341	23.428	602.549

Fonte: Schwartzman; Schwartzman, 2002, p. 03.

Tabela 5 - Número de alunos por área do conhecimento

Área do Conhecimento	Número
Ciências Sociais, Negócio e Direito	906.961
Educação	319.348
Saúde e Bem Estar Social	216.450
Ciências, Matemática e Computação	142.681
Engenharia, Produção e Construção	124.578
Outros Serviços	39.503
Humanidades e Artes	36.037
Agricultura e Veterinária	21.661

Fonte: Schwartzman; Schwartzman, 2002, p. 12.

O crescimento do setor privado de ensino superior no Brasil foi acompanhado por uma ação governamental voltada à redução de investimentos no setor público de ensino superior, acompanhando a tendência utilizada por este governo atendendo aos trâmites do projeto neoliberal, tal qual demonstrado anteriormente. A tabela 6 demonstra a redução de investimentos federais nas IFES, perfazendo o governo FHC e o início do governo Lula. Nas IFES da Região Sudeste, em 1995 foram investidos 13.092 milhões de reais. O ano de 2003 representou o menor investimento nas IFES, na ordem de 9.404 milhões de reais, com uma queda de 11,5%. O que se percebe foi que o governo FHC, entre 1995 e 2003, apresentou contínua redução de investimentos no setor em questão.

Tabela 6 - Pessoal e encargos sociais de todas as IFES e de sete IFES da região Sudeste (Amostra da Pesquisa)

ANOS	UFES	UFF	UFJF	UFMG	Unifesp	UNIRIO	UFU	Total sete IFES	Total IFES	Δ%
1995	242	636	175	664	284	111	291	2.403	13.092	0,0
1996	226	557	171	614	268	106	280	2.222	11.687	-
										10,7
1997	206	528	160	607	223	108	262	2.094	11.636	-0,4
1998	209	541	164	613	213	119	268	2.127	11.476	-1,4
1999	218	613	169	664	229	106	285	2.284	11.890	3,6
2000	207	508	168	605	196	97	265	2.046	11.132	-6,4
2001	191	472	152	557	187	92	251	1.902	10.131	-9,0
2002	198	498	166	573	193	96	256	1.980	10.625	4,9
2003	174	439	147	498	171	86	229	1.744	9.404	-
										11,5
2004	197	454	155	546	205	109	248	1.914	10.274	9,3
2005	185	449	148	507	200	108	237	1.834	9.705	-5,5
1995/2005	-24	-29	-15	-24	-30	-3	-19	-24	-26	
Δ%										

Fonte: AMARAL (In DOURADO, CATANI, 1999, p. 18)

Nota: excluindo-se os recursos próprios (inclui inativos, pensionistas e precatórios) 1995-2005.

Valores a preços de janeiro de 2006, corrigidos pelo IGP-DI da FGV em R\$ milhões.

A mesma tendência ocorreu em termos do dispêndio de salários oferecidos ao corpo docente das IFES na região sudeste. A tabela abaixo demonstra a evolução dos salários para professores doutores nas IFES. O que se percebe é uma queda contínua dos salários em todas formas de trabalho, ou seja, 20 horas, 40 horas e Dedicação Exclusiva (DE), sendo que a maior índice percentual de queda ocorreu no ano de 2001, no valor de 8,15%. Merece destaque também o ano de 1998, onde ocorreu a redução de 13,2% para os professores com contrato de 20 horas de trabalho, 8,12% para aqueles com 40 horas e 6,85 para os DE.

Tabela 7 - Evolução dos salários do corpo docente permanente por regime de trabalho - 1995-2005 - IFES - Remunerações totais ativos, a preços de dezembro/2006 corrigidos pelo IGP-DI da FGV (final do mês) – Titular doutor

Corpo docente permanente – Regime de trabalho - Titular doutor						
ANOS	20 HS	Δ %	40HS	Δ %	DE	Δ %
Jan.1995	2.804,96	-	5.609,84	-	8.695,28	-
Jul.1998	2.433,43	-13,2	5.153,45	-8,12	8.099,35	-6,85
Jan.2000	2.412,32	-0,80	5.169,32	0,31	8.146,53	0,80
Abr.2001	2.215,78	-8,15	4.748,15	-8,14	7.482,79	-8,15
Jan.2002	2.127,85	-3,96	4.559,67	-3,98	7.186,69	-3,95
Jan.2003	2.070,78	-2,68	4.414,28	-3,18	6.948,76	-3,31
Mai.2004	2.203,69	6,41	4.723,68	7,00	7.433,93	6,98
Mai.2005	2.031,27	-7,82	4.354,09	-8,00	6.852,28	-7,81
1995/2005 Δ %	-27,56	-	-22,37	-	-21,19	-

Fonte: SRH/MPOG – Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais. SILVA JÚNIOR & SGUSSARDI, Ano 1999, p. 24.

As tabelas abaixo demonstram a evolução dos salários dos professores com doutorado - Adjunto IV - e com mestrado - Assistente 1 - comprovando a tendência redução salarial imposta no período em questão.

Tabela 8 - Evolução dos salários do corpo docente permanente por regime de trabalho - 1995-2005 - IFES - Remunerações totais ativos, a preços de dezembro/2006 corrigidos pelo IGP-DI da FGV (final do mês) – Adjunto IV doutor

Corpo docente permanente – Regime de trabalho – Adjunto IV doutor						
ANOS	20 HS	Δ %	40HS	Δ %	DE	Δ %
Jan.1995	2.310,64	-	4.621,19	-	7.162,86	-
Jul.1998	2.033,39	-11,99	4.320,40	-6,51	6.724,52	-6,12
Jan.2000	2.021,84	-0,54	4.348,69	0,67	6.774,04	0,74
Abr.2001	1.857,11	-8,16	3.994,38	-8,16	6.222,12	-8,14
Jan.2002	1.783,40	-3,98	3.836,78	-3,93	5.976,70	-3,93
Jan.2003	1.733,24	-2,80	3.707,36	-3,36	5.772,97	-3,41
Mai.2004	1.866,17	7,67	4.004,22	8,01	6.205,24	7,48

Mai.2005	1.720,15	-7,82	3.690,92	-7,81	5.719,72	-7,81
1995/2005 Δ %	-25,54	-	-20,12	-	-20,14	-

Fonte: SRH/MPOG – Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais. SILVA JÚNIOR & SGUSSARDI, 1999, p. 25.

Tabela 9 - Evolução dos salários do corpo docente permanente por regime de trabalho - 1995-2005 - IFES - Remunerações totais ativos, a preços de dezembro/2006 corrigidos pelo IGP-DI da FGV (final do mês) – Assistente I mestre

Corpo docente permanente – Regime de trabalho - Assistente I mestre						
ANOS	20 HS	Δ %	40HS	Δ %	DE	Δ %
Jan.1995	1.356,45	-	2.712,95		4.204,98	-
Jul.1998	1.245,03	-8,10	2.665,14	-1,76	4.050,63	-3,66
Jan.2000	1.248,20	0,24	2.706,93	1,57	4.099,14	1,18
Abr.2001	1.146,50	-8,17	2.486,38	-8,16	3.765,17	-8,14
Jan.2002	1.100,45	-4,01	2.388,88	-3,90	3.616,54	-3,93
Jan.2003	1.071,26	-2,72	2.310,79	-3,26	3.504,05	-3,12
Mai.2004	1.298,14	21,19	2.560,16	10,77	3.821,97	9,07
Mai.2005	1.305,29	0,53	2.359,84	-7,81	3.522,92	-7,81
1995/2005 Δ %	-3,76	-	-13,01	-	-16,21	-

Fonte: SRH/MPOG – Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais. SILVA JÚNIOR & SGUSSARDI, 1999, p. 25.

Com referência às Instituições de Ensino Superior Privadas, as condições estruturais para a capacitação de professores não foram proporcionadas, transformando o cotidiano das faculdades em um espaço de competição e capacitação por conta própria. Considerando que a pós-graduação stricto sensu não conseguiu absorver todas as necessidades em curso, centenas de professores graduados foram demitidos, especialmente aqueles vinculados a instituições privadas em cidades longe dos maiores centros econômicos.

Tabela 10 - Evolução do número de cursos de graduação, mestrado e doutorado – Sete IFES da Região Sudeste – 1995-2005

IFES	Ano	Graduação	Δ%	Mestrado	Δ%	Doutorado	Δ%
UFES	1995	42	-	9		1	
	2005	47	11,9	19	111,1	5	400,0
UFF	1995	45	-	27	-	6	
	2005	63	40,0	40	48,1	22	266,7
UFJF	1995	29	-	4	-	0	-
	2005	40	37,9	12	200,0	1	-
UFMG	1995	37	-	51	-	26	-
	2005	48	29,7	58	13,7	48	84,6
UFU	1995	27	-	7	-	2	-
	2005	33	22,2	22	214,3	10	400,0
UNIFESP	1995	4	-	36	-	37	-
	2005	5	25,0	40	11,1	38	2,7
UNIRIO	1995	15	-	5	-	2	-
	2005	17	13,3	6	20,0	3	50,0
TOTAL	1995	199	-	139	-	74	-
	2005	253	27,1	197	41,7	127	71,6

Fonte: SILVA JÚNIOR & SGUSSARDI, 1999, p. 30.

Tabela 11 - Evolução do número de matrículas de graduação presencial, mestrado e doutorado – Sete IFES da Região Sudeste – 1995-2005

IFES	Ano	Graduação	Δ%	Mestrado e Doutorado	Δ%
UFES	1995	9.771	-	1.151	-
	2005	12.858	31,6	1.055	-8,3
UFF	1995	15.967	-	1.180*	-
	2005	19.123	19,8	3.153	167,2
UFJF	1995	7.025	-	-	-
	2005	10.409	48,2	387	-
UFMG	1995	17.747	-	2.567	-

	2005	22.202	25,1	5.566	116,8
UFU	1995	9.360	-	358	-
	2005	12.621	34,8	1.871	422,6
UNIFESP	1995	1.232	-	1.600*	-
	2005	1.319	7,1	2.505	56,6
UNIRIO	1995	4.147	-	155	-
	2005	5.587	34,7	328	111,6
TOTAL	1995	65.249	-	7.011	-
	2005	84.119	29,0	14.865	112,0

*Estimativa

Fonte: IFES da Amostra – Relatórios de Gestão. SILVA JÚNIOR & SGUSSARDI, 1999, p. 34.

O crescimento da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil relacionado com a expansão do ensino superior privado é um processo contraditório. Por um lado, possibilitou o acesso à docência do ensino superior de centenas de professores como desdobramento de políticas públicas para esse fim, exigindo 30% de mestres e doutores nos quadros funcionais. Por outro, as pressões e lutas de resistência empresarial não propiciaram condições de atuação profissional baseadas no tripé ensino, pesquisa e extensão.

Os processos avaliativos criados por agências de fomento, através do qual merece destaque as adotadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), contribuíram para o acirramento das condições precárias de trabalho dos professores.

A competitividade nas relações de trabalho induz a uma coletividade anômala, a uma falsa solidariedade ou a um fetiche de solidariedade. (...) As relações, progressivamente esgarçadas, são induzidas por uma prática real de avaliação punitiva e discriminatória que produz uma hierarquia das instituições, dos programas e dos professores. A avaliação é orientada pelas diretrizes e modelos produzidos por e executadas pela CAPES, mas efetivada e reproduzida até mesmo por docentes que alegam não concordar com elas, mas que, na condição de coordenadores, as acatam. (SILVA E PINTO; SILVA JÚNIOR, 2010, p. 225)

Mesmo em nível dos cursos *stricto sensu*, os processos promovidos pela Capes instauraram a competitividade entre os programas de pós-graduação e entre os próprios professores que o compõem. “Sofriamento, mal estar, estranhamento: eis o que resultou da

incorporação da teleologia com origem em valores instituídos pela CAPES” (SILVA E PINTO APUD SILVA JÚNIOR, 2010, p. 225).

A função de controle e regulação da produção científica da CAPES articula-se ao papel indutor do CNPq que, por meio de editais, convênios e fundos de natureza variada, possibilita que a universidade pública, em sua condição de objetivação do fundo público, mobilize o trânsito dos pesquisadores entre a universidade e o setor produtivo e a valorização do capital, movimento este que implica na imposição do tempo da economia ao tempo da produção e criação do conhecimento. (SILVA E PINTO; SILVA JÚNIOR, 2010, p. 227)

Os professores estranham-se a si próprios, sendo indiferentes aos processos que estão inseridos os seus pares. “O coletivo se configura como mera aparência, ilusão institucionalmente instigada pela cotidianidade da IFES. A alienação, que toma forma de sociabilidade produtiva, se expressa tanto em surdez e cegueira como em acusação, assédio moral, etc” (SILVA E PINTO; SILVA JÚNIOR, 2010, p. 229).

Intensificou-se o produtivismo em detrimento da socialização do que se tem a dizer. “Escrever por escrever”, “produzir por produzir” assemelha-se ao processo da quantificação de peças por tempo de trabalho na indústria capitalista, produzindo relações de poder através das quais os próprios professores discriminam os seus pares. É dessa forma que se acentuam os princípios da produção industrial capitalista dentro da educação.

O mal instalado na saúde do professor é a contraface do mal instalado na universidade, nas suas potencialidades críticas e transformadoras que tendem a ser arrefecidas senão sufocadas pelas políticas de produção acadêmico-científicas e de avaliação – principal instrumento para a consolidação no cotidiano da ideologia do produtivismo acadêmico, com graves consequências para professores, alunos, gestores e funcionários. (...) O individualismo, a competitividade e o produtivismo na universidade não existem como marcas a-históricas desta instituição, mas são requeridas no processo de produção da ciência e da tecnologia, mercadorias capitais do atual processo de produção de valor. O fetiche do prazer e da paixão no trabalho acadêmico-científico se revelam como processo de deterioração das relações de trabalho e de estranhamento do professor pesquisador em relação às objetivações de um trabalho que se extensifica, se intensifica e se precariza. (...) As novas formas de gestão reproduzem a racionalidade instrumental. A manipulação da subjetividade se faz presente na universidade útil e caritativa a reboque da configuração do Estado-gestor e da ideologia produtivista do modelo Capes-Lattes. Indivíduos e grupos são induzidos comungarem com uma gestão heterônoma. São moldados a serem produtivos e empreendedores e tendem a se aprisionar no ardil do produtivismo acadêmico muito bem engendrado em contexto não favorável à crítica com o rigor da teoria. (...) Os professores universitários tendem a

desenvolver uma auto-imagem enaltecida que os conduz e ao mesmo tempo os aprisiona à ideologia do produtivismo acadêmico e à busca por prestígio, com consequências progressivamente prejudiciais à vida sociofamiliar, à saúde e às relações de trabalho, e, assim, à sobrevivência da universidade como uma instituição crítica de si e de seu tempo histórico. O lugar do debate e da dúvida tende a se configurar como *locus* privilegiado da disputa infantil, da prática interesseira. O intelectual é induzido - e às vezes o deixa ser, em grande medida, de forma consciente, em outras, inconscientemente - ao molde do profissional solitário, útil e mudo, útil à economia e mudo politicamente – por isso sofre profundamente, não raramente sem o saber. (SILVA E PINTO; SILVA JÚNIOR, 2010, p. 236-237)

Tabela 12 - Produção Intelectual dos docentes de Pós-Graduação – UFES – 1998-2005

A n o	Cursos (Amostra aleatória)	Docentes	Produção Intelectual (PI)					PI/Doc. Média
			Livros	Artigos	Capítulos	Trab. Compl.	Total	
1 9 9 8	Eng. Elétrica	12	-	9	-	34	43	2,2
	Ciên. Fisiol.	16	-	16	-	-	16	
	Informática	7	-	4	1	15	20	
	Física	11	-	21	-	-	21	
	Educação	9	-	9	4	3	16	
	Psicologia	8	1	10	10	2	23	
2 0 0 5	Eng. Elétrica	15	-	5	-	57	62	3,2
	Ciên. Fisiol.	13	-	16	1	-	17	
	Informática	20	1	7	3	47	58	
	Física	16	2	30	-	14	46	
	Educação	22	6	16	14	42	78	
	Psicologia	12	1	18	18	14	51	
1998/2005 Δ %		55,6	900,0	33,3	140,0	222,2	124,5	45,5

Fonte: CAPES/ Cadernos de Avaliação. SILVA JÚNIOR & SGUSSARDI, 1999, p. 49.

Tabela 13 - Produção Intelectual dos docentes de Pós-Graduação – UFF – 1998-2005

Ano	Cursos (Amostra aleatória)	Docentes	Produção Intelectual (PI)					PI/Doc. Média	
			Livros	Artigos	Capítulos	Trab. Compl	Total		
1 9 9 8	Odontologi a	15	2	12	-	3	17	1,7	
	Eng. de Prod.	15	3	7	2	16	28		
	Biol. Mar.	8	-	2	1	3	6		
	Computaçã o	8	-	6	-	17	23		
	Matemática	16	-	7	-	-	7		
	Letras	41	9	34	10	18	71		
	Educação	16	1	23	9	13	46		
2 0 0 5	Odontologi a	13	-	24	-	2	26	3,2	
	Eng. de Prod.	19	-	28	2	72	102		
	Biol. Mar.	11	-	16	-	6	22		
	Computaçã o	25	1	16	5	68	90		
	Matemática	17	1	15	-	-	16		
	Letras	42	10	39	35	28	112		
	Educação	33	3	50	38	54	145		
1998/2005 Δ %		34,5	0,0	106,6	263,6	228,6	156,1	88,2	

Fonte: CAPES/ Cadernos de Avaliação. SILVA JÚNIOR & SGUSSARDI, 1999, p. 49.

Tabela 14 - Produção Intelectual dos docentes de Pós-Graduação – UFJF – 1998-2005

Cursos (Amostra aleatória)	Docentes	Produção Intelectual (PI)					PI/Doc. Média
		Livros	Artigos	Capítulos	Trab. Comp 1.	Total	
Zoologia	12	-	8	-	8	8	1,5
Letras	11	-	12	2	2	16	
Filosofia	8	2	21	-	1	24	
Zoologia	12	-	29	5	20	54	3,0
Letras	25	4	22	19	10	55	
Filosofia	12	3	20	7	9	39	
1998/2005 Δ %	58,1	250,0	73,2	1450,0	254,5	208,3	100,0

Fonte: CAPES/ Cadernos de Avaliação. SILVA JÚNIOR & SGUSSARDI, 1999, p. 50.

Tabela 15 - Produção Intelectual dos docentes de Pós-Graduação – UFMG – 1998-2005

Cursos (Amostra aleatória)	Docentes	Produção Intelectual (PI)					PI/Doc. Média
		Livros	Artigos	Capítulos	Trab. Compl .	Total	
Zootecnia	21	3	45	-	71	119	2,8
Eng. Elétrica	18	1	14	1	61	77	
Fisiol. Farm.	22	-	47	-	-	47	
Enfermagem	12	1	12	1	-	14	
Computação	21	2	4	-	70	76	
Direito	31	18	23	1	4	46	
Psicologia	15	3	8	6	2	19	
Zootecnia	18	5	43	1	63	112	4,7
Eng. Elétrica	26	-	41	-	100	141	
Fisiol. Farm.	7	1	84	6	2	93	

Enfermagem	11	2	16	12	12	42	
Computação	23	-	18	5	102	125	
Direito	30	19	57	16	1	93	
Psicologia	22	2	29	13	6	50	
1998/2005 Δ %	-02	03	88,2	506,6	38,8	64,8	67,8

Fonte: CAPES/ Cadernos de Avaliação. SILVA JÚNIOR; SGUSSARDI, 1999, p. 50.

Tabela 16 - Produção Intelectual dos docentes de Pós-Graduação – UFU – 1998-2005

Cursos (Amostra aleatória)	Docentes	Produção Intelectual (PI)					PI/Doc Média
		Livros	Artigos	Capítulos	Trab. Compl	Total	
Medicina	12	-	8	15	-	23	3,2
Eng. Elétr.	17	7	8	-	69	84	
Gen.e Bioq.	14	1	10	1	6	32	
Educação	9	1	6	3	7	26	
Medicina	10	-	11	2	-	13	5,3
Eng. Elétr.	17	-	24	-	91	115	
Gen. e Bioq.	14	-	15	-	-	15	
Educação	24	3	32	34	133	202	
1998/2005 Δ %	25,0	-66,7	156,3	89,5	173,2	109,1	65,6

Fonte: CAPES/ Cadernos de Avaliação. SILVA JÚNIOR & SGUSSARDI, 1999, p. 51.

Tabela 17 - Produção Intelectual dos docentes de Pós-Graduação – UNIFESP – 1998-2005

Cursos (Amostra aleatória)	Docentes	Produção Intelectual (PI)					PI/Doc Média
		Livros	Artig os	Capítulos	Trab. Compl	Total	
Cardiologia	6	-	8	1	29	38	4,0
Biol. Molec.	20	-	38	3	4	45	
Enfermagem	15	1	31	6	43	81	
Cardiologia	14	-	50	28	-	78	
Biol. Molec.	30	-	85	2	-	87	

	Enfermagem	23	1	65	13	21	100	4,0
1998/2005 Δ %	63,4	0,0	159,7	330,0	-72,4	61,6	0,0	

Fonte: CAPES/ Cadernos de Avaliação. SILVA JÚNIOR & SGUSSARDI, 1999, p. 51.

Tabela 18 - Produção Intelectual dos docentes de Pós-Graduação – UNIRIO – 1998-2005

Cursos (Amostra aleatória)	Docentes	Produção Intelectual (PI)					PI/Doc. Média
		Livros	Artigos	Capítulos	Trab. Compl.	Total	
Teatro Artes/Música	10	2	8	2	0	11	1,7
	11	2	10	7	5	24	
Teatro Artes/Música	24	6	10	14	11	41	2,4
	13	1	14	17	14	46	
1998/2005 Δ %	76,2	75,0	33,3	244,4	400,0	148,6	41,2

Fonte: CAPES/Cadernos de Avaliação. SILVA JÚNIOR & SGUSSARDI, 1999 , p. 52.

O discurso da produtividade acadêmica instaurada no governo FHC proporcionou a construção de pressupostos conservadores expressos em uma ditadura da quantidade sobre a qualidade. Ao fazer esta afirmação, não devemos ser confundidos como defensores do imobilismo, até porque nos parece que todo múltiplo de zero é igual a zero e a educação não é lugar para o imobilismo. Entendemos que o caminho é distinto dos pressupostos defensores da quantidade como uma expressão por si só. A *produtividade acadêmica* tem dimensão diferenciada do *produtivismo acadêmico*. A *produtividade acadêmica* implica em ter o que se dizer no seu devido tempo, em socializar com a humanidade o que realmente foi investigado, contribuindo, significativamente, para a sua melhoria. O professor é um profissional da ciência, condição fundamental para o exercício da profissão. A *produtividade acadêmica* implica em uma lógica científica distinta e oposta daquela que criticamos na primeira parte deste trabalho. A bandeira de luta dos professores contra a precarização passa pela luta ao acesso à ciência e seus resultados.

Já o *produtivismo acadêmico* tem outra dimensão. O *produtivismo acadêmico* implica na eterna reprodução do que já foi dito. Arriscamo-nos a dizer que o *produtivismo acadêmico* é a expressão da concepção de ciência classista voltada à reprodução do capital. O *produtivismo acadêmico* condena a educação às fronteiras do fazer durkeiminianos, afirmando como ciência aquilo que não é e estimulando a prepotência de muitos professores contra si próprios: a possibilidade concreta de em toda uma carreira imaginar que fez ciência, quando na realidade não passou de imensas revisões e fichamentos elaborados sobre o que já dito em nome de uma eficiência de cunho metafísico. Essa concepção carrega em sua essência pressupostos defensores daquilo que a sociedade é, negando perspectivas para a sua emancipação.

Outro aspecto a considerar faz referência ao sentido do trabalho e da educação manifesta no governo FHC, sendo que a dimensão da empregabilidade ganhou força no período em questão. O entendimento do período FHC se explica a partir de transformações no mundo do trabalho manifesta na redefinição do conceito de empregabilidade e da transnacionalização do capital.

Para Lucena (2004) o Estado passou por profundas transformações no cenário da transnacionalização do capital. O mesmo, no fordismo, foi fundamental no processo global de reprodução do capital.

O capital transnacionalizado provoca um profundo divórcio entre o espaço econômico e o político. Ao mesmo tempo em que o capital se transnacionaliza, o Estado deve permanecer essencialmente nacional. Com isso, a gestão estatal torna-se contraditória. Nos países onde o capitalismo não se desenvolveu, esse mesmo Estado assume uma dimensão de influência nacional que se reduz sensivelmente. Ao mesmo tempo, em países onde o capitalismo se desenvolveu, toma uma dimensão ampliada que se articula para além das fronteiras nacionais: um instrumento de coerção para garantia dos interesses econômicos de segmentos de homens de negócios. (LUCENA, 2004, p. 145)

Para que o capital pudesse dispor livremente do uso intensificado dos trabalhadores, era preciso flexibilizar o mercado de trabalho. Isso possibilitaria que os mesmos fossem colocados em disponibilidade, sem direitos, sem jornadas regulamentadas. De acordo com Lucena (2004) o objetivo foi a concretização de uma larga parcela disponível à venda da força de trabalho a baixos valores, mesmo a tida como capacitada. É importante salientar que, embora em alguns setores produtivos precisa-se realmente de capacitação diferenciada, em outros a capacitação é um mero requisito ideológico que os homens de negócios utilizam para

pressionar os trabalhadores. Ou seja, mesmo que exista uma vaga onde para o labor não seja necessário o nível escolar superior, contrata-se o trabalhador com este nível de escolaridade, pois permite o aumento da concorrência entre os próprios trabalhadores. O elevado desemprego estrutural permite aos homens de negócios serem mais seletivos nas suas contratações.

A transnacionalização transformou radicalmente o mercado de trabalho. Suas ações articulam-se ao fenômeno do desemprego estrutural e seus desdobramentos. Os programas de formação profissional passaram a coincidir com as teses neoliberais voltadas para a consolidação de uma ordem social voltada para o livre mercado e o desmantelamento do setor público. O sistema educacional deveria promover o conceito neoliberal de “empregabilidade”. A busca de uma maior eficácia em termos de capacitações ligadas aos empregos, uma ação que demonstra a submissão às transformações na organização técnica da produção capitalista. (LUCENA, 2004, p. 98)

De acordo com Taddei (1999) um dos princípios dos modelos de formação profissional existentes no cenário do capitalismo monopolista atual é que o conhecimento tradicional se desvaloriza e volatiliza mais rapidamente do que nas sociedades anteriores. A educação foi eleita como a responsável pelos males do desemprego na sociedade produtora de mais valia.

O desemprego tomou uma dimensão abstrata, uma invenção dos trabalhadores e suas organizações representativas: ao capital “empregos existem”, o que ocorre é a falta de capacitação da força de trabalho para atingi-los. O desemprego transforma-se num instrumento de chantagem sobre aqueles que ainda trabalham formalmente, uma chantagem que tem como objetivo elevar o ritmo e o tempo de trabalho. O fenômeno desemprego é um processo de reorganização global da força de trabalho. Um processo que reserva a estabilidade de emprego e seguridade social para poucos profissionais altamente capacitados e condena elevadas parcelas de trabalhadores a condições miseráveis de trabalho. O desempregado é uma força de trabalho em situação de inferioridade e em amplo processo de marginalização. O que se oculta por trás do desemprego não é o fim da centralidade do trabalho, mas a reestruturação do emprego em condições precárias. Consolida-se o princípio do estar-empregável, um fenômeno individual, onde o trabalhador capacita-se por conta própria, atendendo aos imperativos do mercado que determina o que e onde o mesmo deve estudar, sem oferecer qualquer garantia de emprego. (LUCENA, 2004, p. 178)

Mattoso (1999) afirma que, no Brasil, as aberturas comercial e financeira colocaram a economia em uma competição internacional sem qualquer proteção. Desta forma, o governo

nacional passou a propor a flexibilização da legislação inerente ao trabalho de forma a favorecer a redução dos custos empresariais. O autor parte do princípio que a criação de empregos só é possível através da redução do custo do trabalho e com a deterioração dos empregos existentes. O que está em jogo é o rompimento da relação entre cidadania e o exercício do trabalho, em que o emprego é um direito do cidadão e cabe ao Estado assegurá-lo. Desenvolve-se uma estratégia que visa a liberação dos encargos do emprego, fazendo com que o desemprego seja de responsabilidade individual. A discussão sobre a “empregabilidade” passou a ser feita dentro dessa perspectiva. Trata-se de uma tentativa da transferência de riscos e responsabilidades aos mais fracos, fazendo com que o trabalhador assuma a sua empregabilidade, por meio de formação profissional, recuperação, etc. Tanto as empresas como o Estado podem até destinar recursos para esses cursos, que por mais importantes que possam ser, são incapazes de gerar mais postos de trabalho.

Esses fenômenos não são novos nem exclusivos deste período de transformações na organização da produção capitalista. Nas últimas décadas do século XX, as sociedades mundiais estão passaram por um acelerado processo de mudanças e inovações tecnológicas que ainda estão em curso no início do século XXI. As mesmas determinam transformações na organização da produção que apontam mudanças sobre as formas de emprego e a qualificação profissional. De acordo com Salm e Fogaça (1998) no final do século XIX até a Primeira Grande Guerra Mundial, existiu um processo semelhante ao atual, onde os efeitos das transformações produtivas sobre o emprego e sobre os requerimentos educacionais entraram em discussão. O desemprego é algo que está presente na economia capitalista a mais de duzentos anos. Na segunda metade do século XIX, com o incremento da tecnologia e as transformações das exigências do e para o trabalho que ocorreram com a Segunda Revolução Industrial, levaram boa parte dos trabalhadores ao desemprego estrutural. A experiência acumulada com as máquinas simples, típicas da Primeira Revolução Industrial, relacionada ao avanço científico permitiu o aperfeiçoamento das máquinas e possibilitou transformações no processo de produção. Em termos de capacitação da força de trabalho, a importância da destreza manual e as habilidades específicas perderam importância quando as máquinas assumiram um importante papel na divisão do trabalho. Essa divisão fabril do trabalho, ao contrário da divisão manufatureira, permitiu uma flexibilidade da distribuição dos trabalhadores dentro do sistema das máquinas. Salm e Fogaça (1998) afirmam que se, por um lado foi eliminada a especialidade, a habilidade específica, por outro, essa não especialização significou a concretização do trabalhador operar diferentes máquinas nas diversas etapas do processo produtivo, antecipando de certa forma o que se denomina nos dias atuais como polivalência. Marx analisa em *O Capital* que o processo de evolução tecnológica conduz à necessidade por parte do capital, de contar com trabalhadores os mais versáteis possíveis. A tecnologia, ao transformar as combinações sociais do processo de trabalho produz outras combinações dos movimentos fundamentais que compõem o

processo de produção. Com efeito, a questão da educação do trabalhador surge com base nessa tendência à recapacitação atrelada aos interesses do capital. (LUCENA, 2004, p. 180)

As transformações do capitalismo, os imperativos da produção de mercadorias, fazem com que se inicie um questionamento da educação por diferentes segmentos da sociedade.

O governo FHC apontou para dois eixos básicos a educação no Brasil: a melhoria do ensino em todos os níveis do sistema e a adequação da rede pública de ensino técnico vocacional às demandas da esfera produtiva. A subordinação da formação profissional aos interesses do capital no cenário atual do capitalismo ocorreu no Brasil através da qualificação e ensino médio técnico dos jovens e adultos, uma diretriz diretamente mercantilista. Desde 1994, os técnicos brasileiros ligados ao Banco Mundial estão introduzindo mudanças no ensino técnico de nível médio, tirando a sua perspectiva formativa e reduzindo-o a treinamento. (LUCENA, 2004, p. 182)

O Banco Mundial atuou em suas determinações relativas à orientação pedagógica, à adaptação e conformação do trabalhador às novas bases materiais, tecnológicas e organizacionais da produção capitalista. No interior da pedagogia da competitividade, centrada nos conceitos de competência e produtividade, ocorrem mudanças profundas na educação e aos processos de formação técnico-profissional. No plano ideológico, afirma Frigotto (1999), desloca-se a responsabilidade social do Estado para o plano individual. Com a ausência de política de emprego e a falta de perspectiva de uma carreira profissional, a sociedade se divide entre os indivíduos empregáveis e os não empregáveis. Para os últimos, resta-lhes uma procura interminável por um emprego, um emprego que passa longe do mercado de trabalho formal, configurando-se num cenário de precariedade total e permanente.

A formação profissional permanente, ao contrário de constituir-se em um mecanismo que possibilite a concretização da igualdade de oportunidades, bem como, da inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho, tem contribuído para o aumento da competição e da exclusão no mercado de trabalho. Nos últimos trinta anos, as políticas econômicas de desregulamentação e privatização das empresas públicas vêm criando uma massa de desempregados pelo planeta. (LUCENA, 2004, p. 183)

Em alguns países da Europa, a criação de um mercado educacional e a liberação de parte da educação pela iniciativa privada, está inserida em um processo maior no qual a formação profissional tem um importante papel. O setor privado acaba sendo privilegiado

pela própria recuperação profissional que é gerida pelo Estado. A França é um exemplo desta afirmação.

Taddei (1999) afirma de acordo com a Legislação vigente nesse país, o setor privado pode recorrer ao Estado visando que o mesmo financie a formação dos seus trabalhadores. Podem também recorrer à iniciativa privada que provém cursos de formação profissional. Esses cursos são pagos através de um fundo de formação inerente ao orçamento do Estado e das regiões – cerca de 75 bilhões de francos – ou das empresas – 55 bilhões de francos consagrados aos assalariados. A propósito, os representantes dos trabalhadores têm o direito de discutir com os empresários as políticas de formação profissional. Entretanto, em um cenário de crise e enfraquecimento das organizações representantes dos trabalhadores, a relação encontra-se desigual. Os empresários e o capital encontram-se em uma situação privilegiada, podendo, em função dessa relação, influenciar diretamente na orientação das políticas de formação profissional. O desemprego acaba por operar como um poderoso aliado, um aliado que possibilita a diminuição da resistência e dos conflitos. Com a grande disponibilidade de força de trabalho vivo, os empregadores sequer reconhecem em termos de aumento salarial as iniciativas de capacitação dos seus trabalhadores. Consolida-se por parte dos homens de negócios a difusão da “obrigação” da realização desses cursos, sob pena de perda do emprego e ingresso no “universo globalizado” dos desempregados. Esse é um processo ao qual as empresas financiam a baixos custos, a recuperação da força de trabalho, aumentando com isso a competitividade e os lucros.

Em períodos de disponibilidade de força de trabalho, os cursos de formação são utilizados pelos empregadores como um mecanismo que visa subsidiar parte do salário durante o período de treinamento. O Estado acaba por cumprir a função de ajuda não só custeio da formação dos trabalhadores, bem como na própria constituição dos salários. As propostas neoliberais de não intervenção do Estado na economia vêm por terra, visto que os empresários ainda o requerem quando é para o aumento dos lucros. Os trabalhadores acabam sendo os grandes prejudicados nesse processo. O imperativo da formação apresenta-se como a grande alternativa para a manutenção do emprego. Visando o aumento do ritmo da produção, os homens de negócios visam a competição entre os assalariados e a ofensiva contra os sindicatos. (LUCENA, 2004, p. 184)

A formação profissional vista como a única possibilidade de inserção no mercado de trabalho, transformou-se em uma armadilha. Ao contrário de ser vista como o principal instrumento que garante a volta do desempregado ao emprego, o que se observa é que as

mesmas transformaram-se em meros aparelhos de adestramento profissional, onde a compreensão de como a máquina funciona, qual a concepção de ciência que ela trás embutida, a serviço de quem ela está e qual o projeto de classe social que representa passam longe da discussão da formação.

A manter-se essa perspectiva, o próprio desemprego passa a ser compreendido numa perspectiva individual. A sociedade dentro da lógica do capital transforma-se em algo semelhante a uma selva, em que a possibilidade de capacitação ou não se torna uma arma para que um homem exclua o outro. O desemprego, dentro dessa ótica, toma a dimensão do darwinismo social. O mercado é para os mais fortes, cabendo para os mais fracos – os excluídos – conviver com a miséria como o estágio final na espera da morte. (LUCENA, 2004, p. 185)

As capacitações desenvolvidas pelos trabalhadores – especialmente nos cursos de nível superior – passam a ser explorados pelas empresas gratuitamente. São trabalhadores – com formação em Administração de Empresas – dando sugestões de melhoria na organização empresarial, bancários – com formação em Ciências Contábeis – sugerindo alterações na organização bancária, etc. Todo esse processo ocorrendo sem qualquer aumento de custo.

O conhecimento operativo relativo à experiência profissional serve como alicerce para a concretização das sugestões citadas. Não é qualquer administrador ou contabilista que está sugerindo mudanças, mas sim, um profissional que conhece a especificidade da empresa em que trabalha. Logo, toda e qualquer sugestão comprehende um sistematizar tanto do conhecimento formal, obtido nos cursos superiores, como do conhecimento tácito, construído através da experiência no local de trabalho. Os homens de negócios os utilizam para racionalizar constantemente o processo. Racionalização que comprehende cortes de custos, redução de empregos e elevação de mais-valia absoluta e relativa, transformando as habilidades dos trabalhadores contra os próprios trabalhadores. (LUCENA, 2004, p. 188)

Esta ação configura a arena para a luta de um trabalhador contra outro. Enfraquece o coletivo e reforça o individual. Apostando no individualismo absoluto, restringe o conceito de qualificação profissional às fronteiras da capacitação e do apoliticismo. É por isso que só o conhecimento técnico – a capacitação profissional – desprovido da política e da luta de classes não é sinônimo de qualificação. A qualificação fragmentada e despolitizada constitui-se no esvaziamento do conteúdo dos trabalhadores. A qualificação profissional deve ir além, construindo uma crítica que permita aos trabalhadores discutirem qual é a sociedade em que

estão vivendo, seus limites e em qual gostariam de viver. A qualificação profissional deve ser construída pelos próprios trabalhadores, recuperando a historicidade das suas lutas e reivindicações.

Essa ação toma como referência o próprio sentido da educação e suas mediações com as relações sociais. Mészáros afirma que a educação ocorre em uma totalidade inerente ao modo de produção capitalista e a luta de classes a ele inerente. A ruptura total dos preceitos educacionais oriundos desse modo de produção tem como pressupostos a superação do próprio capitalismo. É por isso que a transição de governos por via eleitoral apresenta dificuldades em termos da superação radical do passado em prol da construção de um novo futuro.

A transição de governos é um processo contraditório entre a continuidade e possibilidade de ruptura. No Brasil, este processo se materializou com a eleição de Lula à Presidência da República. É o que demonstraremos na próxima parte.

CAPÍTULO 2 - O GOVERNO LULA E O NEODESENVOLVIMENTISMO

A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República do Brasil representou a ruptura histórica da eleição de presidentes, por via direta e indireta, com histórico de vida vinculado às classes dominantes do país. O "discurso da vitória" manifestou as intenções políticas do governo então eleito.³⁶ Lula trazia em seu retrospecto político a militância e liderança ativa junto aos metalúrgicos do ABCD, personagem central na fundação do Partido dos Trabalhadores e a Central Única dos Trabalhadores. Para alguns, uma das maiores lideranças sindicais das décadas finais do século XX, para outros, um autêntico intelectual orgânico das classes trabalhadoras.

O partido dos Trabalhadores formado, no final dos anos 1970 do século XX, por um conjunto de correntes políticas com posições distintas quanto à realização do processo de transformação social – sociais democratas; trotskistas, socialistas, comunistas, anarquistas, entre outros – tinha como pressuposto a união de diferentes correntes distintas contra um inimigo político comum constituído pelo governo militar. Essas correntes políticas tinham contradições que se manifestaram no próprio caminhar da história do partido. O debate sobre o socialismo, a crítica radical ao neoliberalismo, e as alternativas de construção de propostas políticas para além do liberalismo econômico se apresentaram a esse debate³⁷.

Com o final da ditadura militar, o debate das correntes políticas se acirrou dentro do PT. Ocorreu uma disputa interna entre os socialistas e os sociais democratas, prevalecendo a segunda concepção. A vitória interna da Articulação, grupo político ao qual Lula sempre foi vinculado, implicou na negação do socialismo.

Luiz Inácio Lula da Silva perdera as eleições presidenciais na disputa com os candidatos Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso, apresentando um forte discurso contra a financeirização do capitalismo e seus impactos no Brasil expressos pelo projeto neoliberal. Como resposta a esse processo, ocorreu uma mudança radical na propaganda partidária do então candidato Luiz Inácio Lula da Silva. Nas primeiras eleições às quais Lula foi derrotado por Collor e FHC, a propaganda partidária se identificava com a transformação social. Porém, nas eleições vencidas por Lula, o apelo propagandístico se

³⁶ Ler na íntegra o discurso da vitória de Lula em Anexo G.

³⁷ Entre essas correntes merece destaque: Democracia Socialista (DS); Esquerda Democrática (ED); Articulação de Esquerda (AE); PT de Luta e Massa (PTLM); Novo Grupo; Movimento PT; PT Amplo; O trabalho; Articulação; Democracia Socialista, Ação Popular Socialista, entre outras.

transformou radicalmente. O “Lula-lá” do final dos anos 1980 foi substituído pelo “Lulinha Paz e Amor” em 2002.

As correntes majoritárias do Partido dos Trabalhadores que davam sustentação ao então candidato Luiz Inácio Lula da Silva, entenderam que era necessário uma mudança de ação propagandística para conseguir ganhar as eleições presidenciais. Nesse sentido, contratou Duda Mendonça, profissional de marketing político, para construir a estratégia de marketing nas eleições presidenciais.

Ao analisar as pesquisas a favor e contra, Duda Mendonça sintetizou qual seria nosso trabalho: ‘Nós temos um terço do eleitorado com Lula, um terço contra Lula e um terço que não é a favor nem contra. É por esse eleitor que nós precisamos brigar, ao mesmo tempo em que trabalharemos para diminuir o índice de rejeição. (KOTSCHO, 2006 apud LARANJEIRA, 2006, s/p)

O lema *Trabalhador vota em trabalhador* cedeu lugar ao *A esperança venceu o medo*. A imagem do “sapo barbudo”, como uma vez Brizola referiu-se a Lula, foi substituída pela do Lula conciliador, sereno, sensato e apaziguador: o Lula Paz e Amor.

Tudo isso em decorrência dos estudos da política de opinião e das táticas em pautar e direcionar o enfoque dos meios de comunicação. Duda Mendonça desempenhou com competência as atribuições esperadas de um profissional da área, como bem explica Wilson Gomes: “O melhor agente nesse campo realiza o duplo serviço de produzir uma campanha que ‘venda’ a ‘marca’ ou imagem ao público e, ao mesmo tempo, transforme-se, ela mesma, em fato político irresistível para o sistema informativo” (2004, p. 157 apud LARANJEIRA, 2006, s/p).

Porém, essa não era apenas uma estratégia para vencer as eleições. Sua concepção traduzia uma clara sinalização política, expressa pelas alianças partidárias realizadas pelo PT, que implicava na adoção de propostas governamentais voltadas à legitimação do capital internacional e suas formas de reprodução. Essa era uma discussão que não era nova dentro do PT. Tese promovera, ainda na década de 1990, a expulsão de duas correntes internas – a convergência socialista e a causa operária – por não se adequarem às concepções tomadas pelo partido.

A saída dessas correntes impulsionou o partido à adoção contínua de processos voltados ao estabelecimento dos pressupostos da social democracia em seu interior. Essas ações ganharam eco em virtude da queda do muro de Berlim e as propostas revisionistas inerentes ao marxismo em nível mundial. Entre as propostas filosóficas revisionistas do

marxismo, um conjunto de autores passou a ser central nas análises dos partidos de tradição crítica ao capitalismo, criticando a centralidade do trabalho e da luta de classes.

A rediscussão do pensamento marxista e os processos políticos inerentes à social democracia alemã, base política e teórica da articulação no Brasil, influenciaram os rumos tomados pelo Partido dos Trabalhadores. “Na Alemanha, o SPD (Partido Social-Democrata) mudou sua luta, buscando uma representação além de sua base trabalhista e assumiu o “*espaço do centro*”. Em outros países da Europa é possível observar o mesmo movimento. A tendência passou a ser a moderação, pois esta apresenta um maior apelo eleitoral, uma vez que permite um esvaziamento da definição ideológica”. (MARQUES; PEREIRA, 2005, p. 9)

Essas concepções influenciaram o PT e a ação política de suas correntes internas majoritárias. O cenário político internacional traduzia a ação e pensamento de sua maior corrente, a articulação, expressando-se em posturas para esse fim não só no partido, como no movimento sindical. Um exemplo dessa afirmação foi o encantamento dos metalúrgicos do ABCD com as tecnologias de produção japonesa e com a participação nas câmaras setoriais. As tecnologias de produção japonesa foram entendidas como o espaço sublime de atuação e negociação sindical.

Giovanni Alves definiu essa concepção sindical como neocorporativista. Através dela, o movimento sindical passou a atuar nos pressupostos da “cooperação conflitiva”, que expressa o conflito, mas que a centralidade está na cooperação e participação.

[...] A nova praxis sindical neocorporativa de cariz propositivo tendeu a avançar através das negociações por empresas, favorecendo as categorias assalariadas mais organizadas e privilegiando a organização sindical vinculada aos locais de trabalho. Na verdade, o objetivo de implementar a capacidade organizativa é tão-somente para aumentar o poder de barganha nas negociações *setoriais e por empresa*, num sentido pró-ativo, sem uma postura classista e antagônica para com o capital. O “sindicalismo propositivo” seria, portanto, uma outra denominação da nova práxis sindical neocorporativa que caracterizou a CUT nos anos 90. O sindicalismo neocorporativo, caracterizado pela prática sindical concertativa permeada por uma lógica corporativa setorial, tendeu a expressar as novas práticas políticas (e ideológicas) da social-democracia que surgiram na década passada. [...] De certo modo, é o novo “arranjo neocorporativo” social-democrata que vai legitimar, no plano político e ideológico, a vinculação concreta entre o sindicalismo neocorporativo e a lógica corporativa setorial posta – e imposta – pelo toyotismo. [...] Diante disso, não interessa para o capital o sindicato com política social-democrata no sentido clássico, tendo em vista que a percepção social-democrata clássica do “espaço-tempo” da produção (e reprodução) sistêmica do capital não corresponde àquela nova realidade posta pela reprodução sistêmica do capital na era da

mundialização. O que é exigido é um tipo de sindicalismo de empresa, com política de atuação restrita e setorial; um sindicalismo que preserve um controle sócio- burocrático sobre os trabalhadores, exercendo o papel de regulador das expectativas capitalistas e das demandas corporativas dos trabalhadores. Mas exige, antes de tudo, um sindicalismo pró-ativo (e propositivo) diante das novas estratégias do capital na produção. Por isso, a idéia de “concertação social” que incorpora o espírito da colaboração ativa entre capital e trabalho e da participação dos próprios trabalhadores assalariados – visto sob a perspectiva do trabalhador individual e parcelar e não do “trabalhador coletivo” – na implementação das estratégias produtivas. (ALVES, 2005, s/p)

As concepções de ruptura ao modo de produção capitalista foram paulatinamente abandonadas, privilegiando, a negociação constante com o patronato, as alianças com o pequeno e médio patronato e uma atitude dócil quanto às perspectivas de entrada do capital internacional no Brasil. No movimento sindical “cutista”, tal qual demonstrado acima, essa concepção embasou os discursos internos defensores de avançados, os processos de negociação com o capital, aproximando-os das ações e procedimentos históricos oriundos do sindicalismo de resultados.

A crítica ao pensamento crítico e revolucionário dentro do partido ganhou fomento após as sucessivas derrotas no pleito eleitoral de Luiz Inácio Lula da Silva. A articulação, corrente à qual Lula era pertencente, culpou a direção nacional do partido, controlada por correntes críticas ao capitalismo, pelo fracasso das negociações com o PSDB voltadas à construção de uma chapa única para concorrer à eleições do ano de 1994.

De acordo com Marques & Pereira (2005) como desdobramento do II Congresso do Partido dos Trabalhadores de 1999 aprovou-se um documento denominado “Por uma esquerda republicana”, traduzindo o fim da opção do Partido pelo socialismo.

O II Congresso do PT suscita novamente debate público sobre o socialismo. Na tese que apresentamos para o Congresso partidário decidimos não fazer referência ao socialismo por entendermos que este conceito designa uma realidade identificada historicamente com o comunismo soviético e do Leste europeu. Trata-se de uma herança negativa, fracassada, assimilada à supressão da liberdade política e econômica, à ditadura de partido único e de líderes autocráticos, que violaram os direitos humanos.

[...] Ao não defendermos o socialismo, não significa que passamos a aderir ao capitalismo como modelo econômico. Propomos uma esquerda que resgate as tradições históricas das lutas democráticas e republicanas, que na sua essência, são lutas por liberdade, por igualdade, por justiça, por cidadania e por direitos. Democracia, desde suas origens gregas, além da

liberdade política e do pluralismo, significa também uma sociedade de equilíbrio, social e economicamente eqüitativa, com direitos iguais perante a lei [...]. O programa do PT deve atacar essas condições estruturais do capitalismo brasileiro que concentram a riqueza e a terra e impedem a democratização do capital e da propriedade. Promover uma radical reforma democratizadora do capital, da propriedade e das rendas, e republicanizadora do Estado, tem, no Brasil, o alcance de uma revolução. (MARQUES; PEREIRA, 2005, p. 14)

As propostas apresentadas no referido documento traduziram os pressupostos e filosofias oriundas da social democracia como forma de ação política do PT, fortalecendo a articulação como a maior corrente política dentro do partido e consequentemente, Luiz Inácio Lula da Silva.

A democracia representativa passou a ser o grande destaque, justificando que a partir da conquista do Governo Federal seria possível iniciar um processo de transformação. Para isto, tornaram-se necessárias as alianças com partidos de centro ou centro-direita, como estratégia para obter o comando do Executivo Federal.

[...] A partir do momento em que se ampliou o leque de alianças, utilizando a imagem de um partido de direita (PL), o PT conseguiu atrair parte substancial do eleitorado ainda em primeiro turno. A nova política de alianças foi uma determinação aprovada no II Congresso Nacional do partido, efetivando uma prática diferente da tradição petista. Com objetivo de aumentar as chances de ganhar as eleições de 2002, foi aprovada a coligação com o PL, um partido historicamente adversário do PT. [...] Este processo de transformação não representou o fim da polarização esquerda e direita. Essa bipolaridade, representada também por socialismo versus capitalismo, ainda está presente na luta política partidária. A esquerda prioriza a luta social em detrimento da ampliação dos espaços de poder dentro das instituições políticas, neste caso acreditam que o melhor mecanismo para o estabelecimento do socialismo é a democracia direta e que a ampliação do espectro de alianças para além dos partidos de esquerdas tende a promover uma degeneração. Do outro lado, as tendências de direita priorizam a democracia representativa e a luta institucional e, quanto à política de alianças, defendem a união com partidos de centro. O fim do socialismo real, na verdade, representou uma derrocada na via pela qual se implementaria o processo de transformação da sociedade, exigindo que os partidos de esquerda mudassem seu posicionamento, uma vez que seus discursos não mais encontraram eco na sociedade. Deste modo, a partir desta guinada rumo ao centro, que ocasionou o isolamento das tendências de esquerda, o PT abandonou sua política de partido anti-sistema juntamente com a perspectiva revolucionária e aderiu a uma prática política reformista, acreditando que as mudanças somente podem ocorrer por meio das próprias instituições do Estado, sem a necessária superação imediata do capitalismo, ora apresentando-se no estágio neoliberal, mas a partir de mudanças gradativas. (MARQUES; PEREIRA, 2005, p. 18-20)

Os pressupostos acima apresentados foram fundamentais para a eleição de Lula como Presidente da República. A estratégia propagandística utilizada ia de encontro às mudanças que se desenvolviam no interior do Partido. Tanto é que a primeira ação após assumir a presidência foi a divulgação de uma carta de intenções políticas à população – A carta ao povo brasileiro³⁸ – cujo “povo brasileiro” era constituído na realidade pelos banqueiros, investidores e grandes cartéis internacionais.

De acordo com Mercadante (2010) a “carta ao povo brasileiro” foi elaborada em virtude da fragilidade econômica do Brasil no cenário sucessório do governo FHC. A desvalorização do câmbio, os ataques especulativos, a redução das reservas cambiais, o aumento da inflação e a fuga de capitais incentivaram a adoção de estratégias políticas voltadas ao atendimento dos interesses do mercado internacional.

Na “Carta ao Povo Brasileiro”, lançada em julho de 2002, abdicávamos publicamente de uma estratégia de ruptura e assumíamos o compromisso com uma transição progressiva e pactuada para o novo modelo de desenvolvimento. O compromisso com a estabilidade econômica era apresentado como inegociável e o regime de metas inflacionárias, o câmbio flutuante, o superávit primário e o respeito aos contratos eram claramente incorporados ao programa de governo. Acredito que a opção por uma transição progressiva foi acertada e fundamental para assegurar a governabilidade democrática, administrar politicamente a condição de minoria no parlamento, especialmente no Senado Federal, e acumular forças para que pudéssemos avançar em direção ao novo padrão de desenvolvimento. Contudo, na “Carta ao Povo Brasileiro”, Lula deixava claro que o “equilíbrio fiscal não é um fim, mas um meio”. Para nós, só o crescimento poderia levar o país a contar com um equilíbrio fiscal consistente e duradouro. (MERCADANTE, 2010, p. 3)

Para Mercadante (2010), a ação governamental, ao contrário das críticas impostas ao governo Lula como continuidade do governo FHC, constituiu em uma estratégia junto ao mercado para consolidar o crescimento econômico e do mercado de massa. Esse fenômeno, acentuado no segundo mandato de Lula, implicou, segundo Mercadante, na implantação das bases do novo desenvolvimentismo no Brasil, um projeto distinto dos pressupostos neoliberais.

Conforme assinalamos, a “Carta ao Povo Brasileiro”, concebida em um momento em que a economia brasileira sofria forte ataque especulativo, representou um compromisso de responsabilidade política com uma transição gradual dos programas neoliberais fracassados para as novas

³⁸ Acompanhar Carta ao povo brasileiro em Anexo H.

diretrizes políticas que estavam assinaladas no documento “Um Outro Brasil é Possível”. Tal compromisso tinha um caráter fundamentalmente tático. Tratava-se de preservar a estabilidade monetária, seriamente ameaçada pela fragilidade estrutural da nossa economia na época, agravada por uma conjuntura política de transição que gerava incertezas e desconfianças. (MERCADANTE, 2010, p. 18)

A chegada à presidência de Lula implicou, logo em sua posse, que as mudanças propostas pelo governo seriam lentas e graduais. Ao mesmo tempo, o governo federal produziu um forte discurso de mudança social, traduzindo, através da mídia, os pressupostos de que suas ações eram inéditas na política brasileira.

O discurso filosófico evolucionista utilizado no governo Collor foi revitalizado no governo Lula. Da mesma forma que Collor esbravejava contra os militares e nova república, se recusando a cumprimentar em sua posse, o então presidente José Sarney, uma ação política com significado de ruptura com o passado, Lula utilizada constantemente em seus discursos o termo: “nunca nesse país...”, dando ênfase ao inédito, o novo, a ruptura com o passado.

O governo federal não apregoou mudanças na política econômica, mantendo, em síntese, os mesmos pressupostos do governo anterior. Ao mesmo tempo, o sinalizava ações em longo prazo voltadas à retomada do crescimento econômico do Brasil.

Eu não mexo na política econômica. Não tem volta. O caminho está tomado e ponto final. Não adianta inventar. Os resultados são positivos e estamos colhendo os frutos, que devem aparecer em 2005. É importante que todo o governo e o partido tenham unidade de ação e discurso afinado. Quem pensa em contestar o rumo da economia não terá espaço comigo para discutir isso. (Lula - Discurso em reunião com Ministros do PT - 24 de novembro de 2004)

Um forte discurso anti-inflacionário foi produzido durante todo o governo do presidente Lula. A derrota sobre a inflação teve inspiração filosófica de competência governamental e administrativa, especialmente nos comparativos inerentes ao governo FHC. Manter a inflação sob controle atendia aos interesses do mercado financeiro internacional e suas estratégias reprodutivas do capital. Os discursos e entrevistas das lideranças governamentais vinculadas ao “núcleo duro” do governo traduzem essas afirmações.

Nestas eleições, a sociedade manifestou seus desejos legítimos. Todos nós queremos alto crescimento econômico, inflação baixa, câmbio estável, reservas internacionais elevadas, baixo déficit externo, juros baixos, crédito abundante e boa distribuição de renda. Essas são, certamente, metas do

governo e da sociedade. A finalidade de qualquer política é o crescimento econômico e o bem estar da população. O governo passado elegeu como meta prioritária de Governo a estabilidade de preços, ou pelo menos como tal foi percebida pela sociedade. Existiram diversas consequências desta opção, entre as quais destaca-se a extraordinária atenção da sociedade ao papel do Banco Central. Vamos trabalhar para que a estabilidade de preços passe a ser lugar comum na paisagem econômica brasileira e onde todos possamos trabalhar com serenidade e planejamento de longo prazo. Nesse contexto, a condução da política monetária terá como prioridade estratégica evitar que essa alta transitória de inflação seja percebida como permanente. Combateremos, sem tréguas, as expectativas de mudança do patamar inflacionário e a indexação na economia. A política monetária manterá, portanto, o objetivo de assegurar o retorno da inflação à trajetória estabelecida em um prazo que não resulte em custos desnecessários para a economia.³⁹ (Discurso de Posse do Presidente do Banco Central do Brasil -7 de janeiro de 2003)⁴⁰

A política econômica do governo Lula se norteou em uma redefinição das normas e formas de funcionamento do Banco Central. Essa proposta teve como pressuposto proporcionar a autonomia operacional do Banco Central.

Em relação a essa proposta, deve-se notar, em primeiro lugar, que a mesma nunca constou dos programas do Partido dos Trabalhadores e sequer foi proposta ou defendida pelos economistas ligados ao referido partido. Em segundo lugar, deve-se observar que tal proposição de autonomia operacional do Banco Central sinaliza que a política monetária a ser executada pela referida instituição será operacionalizada tão-somente para manter a inflação sob controle, negligenciando, assim, a importância de um outro objetivo que, em muitos países, como, por exemplo, os Estados Unidos, também é atribuído ao Banco Central, qual seja, o de procurar compatibilizar o controle da inflação com o crescimento econômico. Nesse sentido, em função do conservadorismo do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, a taxa básica de juros (Selic) da economia foi elevada em 1,5% nos primeiros dois meses, subindo para 26,5% ao ano, e manteve-se nesse patamar ao longo do primeiro semestre de 2003. Além do mais, as atas do Copom, que explicam as razões da elevação dos juros, deixam claro que a política de manutenção de taxas de juros elevadas é **imprescindível** para assegurar o “cumprimento” da meta de inflação e que sua redução está condicionada à queda da inflação. Tal política, é bom lembrar, fundamenta-se no tripé já conhecido: política de câmbio flutuante, combinada com livre movimento de capital, regime de metas de inflação e

³⁹ Acompanhe Carta aberta sobre a Inflação ao Ministro da Fazenda Henrique de Campos em 21/1/2003 e, ainda, palestra do Presidente o Banco Central, Dr. Henrique Meirelles, no Seminário “Política Monetária, Inflação e Crescimento Econômico” em 26/08/2003 em Anexo I.

⁴⁰ Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pec/appn/Pron/Port/200301PRP-Discurso%20de%20Posse%20do%20Presidente%20do%20Banco%20Central%20do%20BrasilHenrique%20de%20Campos%20Meirelles.pdf>- acesso em: 17/06/2013 às 20:00h.

políticas fiscal e monetária restritivas, combinando elevadas taxas de juros com elevados superávits fiscais. (CORAZZA; FERRARI FILHO, 2004, p. 247)

O governo federal justificou essa ação como único caminho possível para garantia da estabilidade econômica, condição essencial para a volta do crescimento do país. Os discursos e pronunciamentos do presidente do Banco Central, Henrique Meirelles e do Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, demonstram os pressupostos da política monetária nacional, o Banco Central e a aposta no crescimento econômico⁴¹.

O controle da inflação e a política monetária adotada pelo Banco Central foram justificados pela adoção de discursos expressos no desenvolvimento sustentado. Mercadante (2010) demonstra que a estratégia expressa pelo governo foi a tentativa de crescimento econômico sustentável voltado a transformar o Brasil na quinta maior economia do planeta. O país colheria vantagens econômicas se mantivesse seu crescimento econômico, ficando, segundo a opinião de Mercadante, atrás apenas do Japão, da Índia, dos Estados Unidos e da China, a qual já ocuparia, há bastante tempo, a liderança mundial (MERCADANTE, 2010).

O autor aponta ainda um conjunto de vantagens que o Brasil conseguiria com o desenrolar desse processo. A primeira vantagem faz referência ao crescimento econômico da Ásia, tendendo a dinamizar as economias de países exportadores de bens compostos de recursos naturais.

A segunda vantagem se relaciona ao fato de o Brasil ter condições excepcionais para viabilizar a interação entre o aproveitamento das potencialidades na produção de produtos primários com o desenvolvimento da base industrial da economia. [...] [...] Uma terceira vantagem comparativa é a relativa ao nosso potencial na área ambiental, particularmente no campo da produção das energias renováveis. Para muitos países, essa transição será difícil e custosa. Para o Brasil, no entanto, essa mudança de paradigma criará mais oportunidades do que custos e riscos. O nosso país já tem matriz energética relativamente limpa, baseada, sobretudo, em hidrelétricas, e notória vanguarda na produção e desenvolvimento das energias renováveis provenientes da exploração da biomassa (etanol e biodiesel). A quarta vantagem tange ao imenso potencial do nosso mercado interno de consumo de massa, que foi significativamente ampliado ao longo do governo Lula. Deve-se observar que o crescente dinamismo desse mercado foi de fundamental importância para o enfrentamento da crise, que deprimiu consideravelmente o comércio global. [...] Isso implica consolidar o social como um dos eixos estruturantes do Novo Desenvolvimentismo no Brasil, aprofundando as vertentes de distribuição de renda e inclusão social

⁴¹ Acompanhar discursos de ambos em Anexo J.

implantadas no governo Lula. [...] A quinta vantagem diz respeito ao nosso perfil demográfico. Embora as nossas taxas de natalidade já tenham caído muito, o que aliviará a pressão sobre o mercado de trabalho nos próximos anos, ainda temos uma população predominantemente jovem, o que nos dá fôlego para enfrentar os estrangulamentos do Estado do Bem-Estar que se verificam, há décadas, nos países mais desenvolvidos. Por último, não podemos deixar de mencionar as amplas perspectivas geradas pela descoberta do Pré-Sal. As gigantescas reservas de petróleo e gás poderão, se bem administradas, permitir que o Brasil dê um grande salto qualitativo em seu desenvolvimento. (MERCADANTE, 2010, p. 468-470)

As afirmações de Mercadante são corroboradas pelos discursos de Henrique Meirelles e Antonio Palocci. Percebemos que a discussão sobre o desenvolvimento sustentado sempre esteve presente no governo Lula, tais quais demonstram os discursos abaixo:

O verdadeiro determinante do crescimento de longo prazo é o nível de investimento de uma economia. Para que o crescimento realmente se materialize de forma sustentada, será preciso mobilizar o volume de investimentos necessários à ampliação sustentada da capacidade produtiva. O aumento do volume de investimento requer que se mobilize a poupança doméstica necessária a financiá-lo. (Palestra do Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles, no Seminário “Política Monetária, Inflação e Crescimento Econômico” 26/08/2003)⁴²

E aí chegamos a um importante pré-requisito do crescimento sustentado: um ambiente de estabilidade macroeconômica. A estabilidade macroeconômica pode contribuir para estimular tanto o investimento quanto a poupança. A confiança dos agentes econômicos permite o alongamento de horizontes inerente a projetos mais ambiciosos de investimento ou a planos de poupança das famílias. Os horizontes se ampliam porque a confiança na estabilidade macroeconômica a longo prazo facilita a previsão das taxas de retorno sobre a poupança e o investimento. Nossa objetivo é construir de forma responsável as condições para o crescimento sustentado. Já fizemos muito em menos de um ano de governo. Basta comparar a situação de crise do segundo semestre do ano passado e o cenário, francamente mais positivo, que se descontina à nossa frente. A rápida reversão das expectativas abriu caminho para a retomada da atividade. A economia brasileira tem todas as condições para crescer pelo menos 3% no ano que vem e ainda mais nos anos seguintes. (Palestra do presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles, em seminário no Congresso Nacional 02/12/2003)⁴³

Nosso desafio é outro. É construir de forma responsável as condições que nos permitirão crescer de forma sustentada, a taxas bem maiores que nas últimas décadas, por muitos e muitos anos. O crescimento sustentado nascerá da ampliação da capacidade produtiva da economia brasileira. É dele que nascerá o novo Brasil, com distribuição de renda, inclusão social e geração de empregos. (Discurso do Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles, no Jantar Anual da Febraban 04/12/2003)⁴⁴

⁴² Ibid.

⁴³ Ibid.

⁴⁴ Ibid.

A adoção de medidas econômicas ortodoxas fez crescer o nível de confiança do Brasil com o FMI e demais bancos privados internacionais. Houve uma queda do “Risco-Brasil”, elevação de entrada de capitais de curto prazo, valorização da taxa de câmbio e dos títulos da dívida externa e, se encerrou os ataques especulativos ao real.

Outros resultados pontuais da política econômica, nesse primeiro ano de mandato, podem ser assim resumidos: por um lado, a taxa de inflação, medida pelo IPCA do IBGE, fechou 2003 em 9,3%, (apesar de ter ficado abaixo dos dois dígitos, ela ultrapassou a meta de inflação do Governo, que era de 6,5%); por outro, o crescimento do PIB, que foi estimado no início do governo para uma taxa entre 2% e 3%, foi negativo (-0,2%). Na verdade, o resultado do PIB não poderia ser diferente, se for considerada a queda significativa dos investimentos na economia brasileira dos últimos anos, cuja tendência se acentuou no primeiro ano do Governo Lula. Com efeito, a relação investimentos/PIB, que era da ordem de 22,5% na metade da década de 90, chegou a 17,0% em 2003, um dos níveis históricos mais baixos. Se é verdade que, em parte, isso ainda é resultado da política econômica anterior, no entanto, o corte dos investimentos públicos realizado ao longo do ano, como resultante da restrição orçamentária praticada pelo Governo, certamente também contribuiu para acentuar essa queda dos investimentos. [...] Com efeito, os juros básicos da economia, que já eram altos no final de 2002, em parte em função da crise cambial, elevaram-se ainda mais no início do novo governo, voltando a uma trajetória de queda na virada do primeiro semestre do ano. Em função disso, em 2003, a média anual da taxa Selic foi da ordem de 23,0%, enquanto os juros reais médios ficaram em torno de 12,5% ao ano, ainda uma taxa altíssima para os padrões internacionais. Outra variável importante relacionada ao nível dos investimentos e do PIB foi a baixa relação crédito bancário/PIB, que, no início dos anos 90, se situava na faixa dos 35,0% e, em 2003, se reduziu para a faixa dos 25,0%. (CORAZZA; FERRARI FILHO, 2004, p. 248-249)

Um forte discurso sobre a importância e conquistas do Plano Real voltadas ao crédito, abertura da economia, financiamento e dívida externa foi elaborado pelo “núcleo duro” do governo federal.

Enfrentamos hoje um momento de grande desafio. Temos a responsabilidade de um compromisso com um país mais justo e com melhores oportunidades de crescimento, emprego e, sobretudo, de melhores perspectivas para as novas gerações depois de décadas de estagnação da renda per-capita e da nossa secular má distribuição de renda. Retomar o crescimento econômico, simultaneamente a uma melhoria da distribuição de renda, eis o desafio do novo governo e o compromisso do Presidente Lula.⁴⁵ (Transcrição do

⁴⁵ Leia discurso completo sobre a importância e conquistas do Plano Real voltadas ao crédito, abertura da economia, financiamento e dívida externa elaborado pelo “núcleo duro” do governo federal em Anexo L.

pronunciamento do ministro da Fazenda, Antonio Palocci na cerimônia de transmissão do cargo 02/01/2003).⁴⁶

O governo federal cortou gastos, mantendo as bases de uma rígida disciplina fiscal. Esse corte de gastos e ajuste fiscal, baseado no corte de investimentos, tinha como objetivo prover recursos para o pagamento de juros da dívida externa.

No entanto, nem isso foi suficiente para estabilizar a relação dívida líquida do setor público/PIB, que aumentou de 56,5% em 2002 para 58,7% em 2003. As variáveis externas da economia brasileira apresentaram resultados contraditórios. Por um lado, houve uma melhora significativa no saldo da balança comercial, que se situou na faixa dos US\$ 25 bilhões, fato que contribuiu para o pequeno superávit na balança de transações correntes. O saldo comercial expressivo deveu-se, em parte, à desvalorização cambial de 2002 até o primeiro trimestre de 2003, à recessão doméstica e à melhora dos preços internacionais das *commodities*, dentre outros fatores. [...] Na verdade, a melhora do estado de confiança e da balança comercial deu motivos para um endividamento externo maior e de pior qualidade. Com efeito, o passivo externo da economia brasileira ampliou-se para cerca de US\$ 450 bilhões, alimentado, em parte, pelo novo ciclo de liquidez internacional. Há que se considerar, ainda, como agravante desse endividamento, o encurtamento dos prazos médios, ou seja, piorou o perfil do financiamento externo, fato que se traduz no aumento do grau de fragilidade externa do País no médio prazo. No mesmo sentido, os investimentos diretos estrangeiros caíram pela metade, ampliando-se os investimentos de portfólio e outros de curto prazo em detrimento dos de longo prazo. Esses fatos permitem melhor avaliar a natureza da credibilidade conquistada pela política econômica junto à comunidade financeira internacional. (CORAZZA; FERRARI FILHO, 2004, p. 249-250)

Em seu primeiro mandato, o governo Lula manteve os mesmos pressupostos do governo FHC, mantendo metas da inflação e câmbio flutuante e, no campo político, a manutenção da hegemonia das mesmas classes sociais. Bresser-Pereira (2005) contribui com essa discussão ao afirmar que na década de 1990, em virtude do fracasso dos planos econômicos neoliberais, fazendo referência ao Chile, Peru, Argentina e México:

[...] iniciou-se um movimento do centro para a esquerda, mas a eleição infesta e controvertida de um presidente radicalmente conservador no país dominante, os Estados Unidos, interrompeu esse processo. Na América Latina, porém, na qual o fracasso das reformas neoliberais foi radical, o movimento do centro para a esquerda vem continuando. Isto aconteceu porque algumas dessas reformas, especialmente a abertura financeira, além de serem concentradoras de renda, revelaram-se contrárias aos interesses nacionais do desenvolvimento econômico. O enorme desenvolvimento dos

⁴⁶ Ibid.

países asiáticos, que, embora comprometidos com o desenvolvimento capitalista, rejeitaram as reformas propostas ou pressionadas a partir do Norte, vem aprofundando esse movimento dos países latino-americanos para a esquerda, não obstante a hegemonia que os Estados Unidos exercem sobre a região. (BRESSER-PEREIRA, 2005, s/p)

E continua Bresser-Pereira:

Dante desse quadro, a esquerda nos países em desenvolvimento não pode reproduzir o discurso sobre o nacionalismo dos países ricos, inclusive de sua esquerda. O motivo não é apenas o nível de desenvolvimento econômico e político desses países, menor do que o da França, Alemanha ou Grã-Bretanha. É preciso não esquecer que o Brasil, embora apresentando uma sociedade dual e, portanto, uma economia subdesenvolvida, já é uma sociedade capitalista moderna. Porém, é preciso também considerar que, sem uma atitude nacionalista, os países de desenvolvimento médio não lograrão evitar a dominação vinda do Norte se não adotarem as políticas e instituições necessárias para seu desenvolvimento. Nos últimos 20 anos, enquanto os países asiáticos dinâmicos continuavam a usar do nacionalismo para construir seus Estados nacionais e para promover com êxito seu desenvolvimento, os países latino-americanos, inclusive o Brasil, que entre os anos 30 e 80 estavam realizando suas revoluções nacionais, viram essa construção ser interrompida [8]. Nos últimos 20 anos a nação brasileira, a partir da crise da dívida externa transformada em crise fiscal do Estado e em alta inflação, enquanto era submetida à onda ideológica neoliberal e globalista vinda do Norte, perdeu autonomia real e voltou à condição semicolonial. Isto ocorreu porque o antigo modelo nacional-desenvolvimentista, que fora bem-sucedido em promover a industrialização do país entre 1930 e 1980, entrou em crise. Ocorreu também porque a pressão ideológica globalista vinda do Norte, afirmado que na era da globalização o Estado-nação perdera relevância e anunciando a governança global em um mundo sem fronteiras, tornou-se fortíssima a partir daquela mesma data. E ocorreu, finalmente, porque as elites brasileiras conservadoras e dependentes, principalmente aquelas ligadas ao setor financeiro, aderiram rapidamente às novas idéias. (BRESSER-PEREIRA, 2005, s/p)

O governo Lula, apesar de manter suas alianças políticas com o movimento sindical e parcela dos movimentos sociais, adotou políticas econômicas voltadas ao conservadorismo liberal e atendendo ao setor parasitário do mercado financeiro. Algumas questões se colocaram ao Partido dos Trabalhadores, especialmente no que se refere aos partidos de origem histórica crítica ao capitalismo.

As justificativas políticas do Partido dos Trabalhadores referentes às suas ações econômicas perante a sociedade nacional partiram dos pressupostos que para:

[...] governar o capitalismo melhor e com mais justiça do que uma coalizão de direita, uma coalizão de esquerda precisa reconhecer a lei básica do capitalismo: a taxa de lucro dos empresários, dos capitalistas ativos, deve ser mantida em nível satisfatório para que eles continuem a investir. Conforme observou Przeworski, os empresários têm o ‘poder de voto’ sobre o sistema. Se deixam de investir, o crescimento econômico estanca e o país entra em crise. Por isso, algum tipo de associação com os empresários produtivos é essencial. Já os capitalistas rentistas, que no passado viviam de aluguéis e hoje vivem principalmente de juros pagos pelo governo, não podem ser aliados de um governo de esquerda. Também não pode ser aliada de uma coalizão de esquerda uma parte dos empresários produtivos que se recusam a fazer compromissos com os trabalhadores e as classes médias profissionais. Como também não podem fazer parte do sistema de apoio a uma coalizão de esquerda todo um grupo de profissionais que, sabendo que o capitalismo hoje é o capitalismo do conhecimento ou dos técnicos, aproveitam-se desse fato para obter ganhos extraordinários apoiados em seu conhecimento técnico. Não podem porque um governo só será de esquerda se, além de ser formado por políticos que se definem como de esquerda, lograr, ainda que marginalmente, desconcentrar a renda e a riqueza, transformar em uma realidade mais concreta a igualdade de direitos entre pobres e ricos, entre mulheres e homens, e entre as diversas raças, avançar na implantação de uma maior igualdade de oportunidades de renda, poder e prestígio social, e dar à democracia um caráter mais representativo e mais participativo. (BRESSER-PEREIRA, 2005, s/p)

Em sociedades marcadas por uma história política movida pelo autoritarismo, a ausência de democracia e participação popular proporciona fundamentos para que os governos, assim que eleitos, busquem legitimidade política junto à sociedade civil aproximando-se dos valores hegemônicos conservadores inerentes às classes dominantes nacionais e internacionais.

Isto porque, eleito o novo governo, a sociedade civil tenderá a dar um voto de confiança aos novos governantes. Entretanto, a sociedade civil, e principalmente seus componentes mais à direita, esperam que o novo governo, ainda que conservando uma retórica de esquerda, revele rapidamente seu respeito pela propriedade e pelos contratos – pela ordem estabelecida, portanto – e que não adote políticas redistributivas fortes. Caso contrário, o governo correrá o risco de perder seu apoio. (BRESSER-PEREIRA, 2005, s/p)

O primeiro mandato de Lula teve a seu favor uma conjuntura internacional materializada pelo crescimento econômico mundial referentes ao Produto Interno Bruto proporcionando moderado crescimento econômico no Brasil. O crescimento econômico mundial relacionado ao crescimento econômico nacional proporcionou que o governo

brasileiro repassasse fundos ao capital financeiro internacional mantendo intactas as premissas filosóficas e políticas do projeto neoliberal.

[...] aprofundou-se o compromisso de repassar ao capital financeiro quantidades enormes da renda nacional sob a forma de pagamentos de juros da dívida pública: 8,2% do PIB, na média dos quatro anos contra 8% durante o segundo governo FHC, mais de R\$ 1 trilhão nos dois quatriênios somados. O declínio da dívida externa, que pesa favoravelmente na análise global da situação do país, é contrabalançado pelo aumento da dívida interna, que paga taxas de juros mais altas e vence em prazos mais curtos. A elevação dos superávits fiscais, que fez com que dobrasse o montante de recursos transferidos do patrimônio público para o segmento rentista (alcançou R\$ 330,9 bilhões no quatriênio), não impediu que a dívida interna aumentasse em R\$ 186 bilhões no mesmo período. [...] enquanto o PIB brasileiro crescia, com Lula, a taxas de 3,3%, a economia mundial, no mesmo período, avançava ao ritmo médio de 4,9% anuais. Isto determina que o hiato de crescimento dos anos Lula foi de 1,5% negativos, enquanto a média histórica dos presidentes é de 1,2% positivos. Um hiato de crescimento negativo significa que, crescendo menos que a média mundial, o Brasil “anda para trás” e deixa de aproveitar a oportunidade excepcionalmente favorável criada pela situação internacional. Neste indicador o governo Lula é pior do que 26 outros presidentes e melhor apenas do que Floriano Peixoto (1891-94), Castello Branco (1964-67) e Fernando Collor (1990-92). (COELHO, 2007, s/p)

O governo Lula visou a busca da estabilidade, responsabilidade fiscal, políticas anti-inflacionárias, crescimento do déficit primário, regime de câmbio flutuante e estreitamento das relações econômicas e políticas com os organismos internacionais marcaram o seu governo. Ocorreu a elevação das contas públicas, elevando-se, entre 1999 e 2005, uma média de 18,3% ao ano.

Nos dez anos que vão de 1995 a 2005, as despesas do governo federal cresceram 77% acima da inflação: em média, houve uma expansão real anual de 5,8%, bem maior do que o crescimento do PIB, que foi de 2,5%. Nos três anos do governo Lula, a média de aumento de gastos públicos correntes foi de 6,23% acima da inflação. (ALMEIDA, 2006, s/p)

Ocorreu redução nos investimentos produtivos em infraestrutura, saúde e educação. Entre os anos de 1995 até 2005, os investimentos reduziram-se de 0,6% para 0,5% do PIB. A produtividade nacional também acompanhou a mesma tendência. Nos anos de 2003 até 2005 o crescimento foi de apenas 0,4%.

As políticas assistencialistas, em que pese sua eficiência na redução de tensões sociais, tiveram um efeito paliativo com referência à pobreza, pois não proporcionam condições

efetivas para a sua superação, mantendo intactas as suas bases constitutivas. Em outras palavras, entende Coelho:

[...] além de mantê-las em um cenário de manipulação política, com a retirada do benefício, tal qual demonstra o PNDA de 2004, as 7 milhões de pessoas que deixaram a pobreza extrema voltaria à condição anterior. A melhoria nas condições de distribuição de renda no governo Lula [...] baseiam-se em dados da PNAD que, por sua natureza, subestimam a renda do capital (juros, lucros e aluguéis) e revelam, principalmente, a distribuição dos rendimentos do trabalho assalariado e autônomo. (...) Os indicadores analisados apontam uma tendência persistente de perda relativa de rendimentos do trabalho para o capital ao longo dos mandatos de FHC e Lula: a participação do salário na renda nacional caiu de 32% (2000) para 31% (2004), a proporção entre a massa salarial e excedente operacional bruto caiu de 94,3% para 86% no mesmo período e o salário médio cresceu 3,9% menos que o PIB durante o governo Lula, segundo dados do IBGE. Em contrapartida, os rendimentos do setor financeiro não pararam de crescer, absoluta e relativamente. A participação dos ativos dos grandes bancos no PIB saltou de 11,6% no primeiro mandato de FHC para 17,2% no segundo mandato e 19,3% no primeiro mandato de Lula. (COELHO, 2007, s/p)

A taxa de juros real em 2005 foi em média de 12% quando o risco Brasil não justificava mais do que 3%. De um gasto com juros pelo setor público estimado em R\$ 160 bilhões em 2005, correspondendo a 8% do PIB, apenas R\$ 40 bilhões são justificáveis: o restante é mera transferência aos credores do Estado brasileiro, que se tornou deles reféns com a desculpa de que essa taxa é necessária para combater a inflação. Temos, assim, chancelada por um governo de esquerda, uma brutal transferência de renda dos pobres e da classe média que pagam impostos (principalmente indiretos no Brasil) para os ricos que recebem juros e, no mercado financeiro, comissões.

Por outro lado, sua política social não revelou inovações. O único gasto social que aumentou foi o assistencialista, através da substituição da Bolsa-Escola, que exigia dos pais pobres que os filhos estivessem na escola, para a Bolsa-Família. Ou seja, ao invés de ênfase em políticas universalistas, que são de esquerda, adotou uma política conservadora de focalização.

Um considerável número de dirigentes sindicais passou a constituir os quadros políticos do Estado Brasileiro, esvaziando, sobre medida, os sindicatos cutistas no país. Da mesma forma, ocorreu a redução do número de greves, especialmente nas categorias mais organizadas, em virtude do esvaziamento das lutas impostas por esses dirigentes que, apesar de ocupar os referidos cargos, ainda mantiveram controle político dos sindicatos. “[...] poucos

discordariam da afirmação que o governo Lula não perseguiu nenhuma das prioridades que caracterizam qualquer governo de esquerda no século XX” (BRESSER-PEREIRA, 2005, s/p). Em outras palavras, foram governos eleitos pela esquerda, mas não foram governos de esquerda.

A eleição de Lula demonstrou que o Partido dos Trabalhadores adotou um conjunto de medidas que criticou em toda a sua história. Suas relações com bancos privados e demais segmentos vinculados à reprodução do capital relacionados à cooptação de dirigentes sindicais colocou esse governo em pressupostos similares ao governo FHC.

Andrioli e Schmalz (2006) destacaram as principais ações do governo Lula que o aproximaram do governo FHC, dando ênfase na política macroeconômica, à prioridade no pagamento da dívida externa, controle da inflação e corte dos gastos públicos, e na implementação de um conjunto de reformas manifestas na Previdência Social, na área tributária, privatização, Lei de falências, liberação de transgênicos e reforma trabalhista.

2.1 A reforma da Previdência Social

A reforma da previdência merece destaque. Aprovada em 19 de setembro de 2003, o governo Lula concluiu o processo iniciado no governo Collor e derrotado no governo FHC. O governo Lula impôs uma forma truculenta para a aprovação da medida, dificultando até os votos contra dos integrantes do seu próprio partido. O discurso de posse do Ministro Ricardo Berzoini fundamenta esse debate⁴⁷

Mercadante exprime e visão governamental sobre as reformas na previdência. O ciclo de reformas da previdência social:

[...] teve início no governo FHC, com a aprovação da Emenda Constitucional nº 20/1998, depois de longa e polêmica tramitação legislativa. Realizada com o objetivo de promover o equilíbrio financeiro e atuarial do sistema previdenciário, essa reforma substituiu o critério de tempo de serviço pelo de tempo de contribuição, acabou com a aposentadoria proporcional por tempo de serviço e estabeleceu limite de idade para a aposentadoria dos servidores públicos. Também extinguiu a aposentadoria especial para professores universitários, unificou as regras previdenciárias dos três níveis de governo, e previu a criação de regimes complementares para os servidores públicos. Foi definido, ainda, um conjunto de regras de transição para os trabalhadores em atividade e retirou-se do texto constitucional a fórmula de cálculo dos benefícios previdenciários, o que possibilitou a adoção do chamado Fator

⁴⁷ Efetivar a leitura na íntegra em Anexo M.

Previdenciário, nova fórmula de cálculo dos benefícios do RGPS que combina tempo de contribuição e tempo de idade para aposentadoria. Mesmo assim, os gastos previdenciários continuaram a aumentar, indicando a persistência do risco potencial de futuros desequilíbrios. Isso levou o governo Lula, três meses após o início do primeiro mandato, a encaminhar ao Congresso Nacional nova proposta de reforma do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)²¹⁵, que resultou na Emenda Constitucional nº 41/2003. Com ela, procurou-se tornar mais equitativas as regras do Regime Próprio e do Regime Geral e buscar a convergência progressiva entre esses regimes, a sustentabilidade de longo prazo da previdência dos servidores públicos e a adequação às transformações demográficas do país. Apesar das paixões que o assunto sempre desperta, essa reforma foi encaminhada sem ferir direitos adquiridos de aposentados, pensionistas e servidores em atividade, com um conjunto de regras de transição e a prioridade à adoção do novo sistema para as futuras gerações de servidores públicos. (MERCADANTE, 2010, p. 321)

De acordo com Mercadante (2010) os principais pontos da reforma do regime próprio são assim elucidados:

1. Aumento do tempo mínimo de idade para aposentadoria dos atuais servidores e incentivo à permanência em atividade para quem já cumpriu os requisitos para se aposentar;
2. Definição de novas regras para o cálculo das aposentadorias e pensões, em consonância com as regras adotadas para os trabalhadores vinculados ao Regime Geral;
3. Aplicação do teto do Regime Geral para futuros servidores públicos, condicionada à prévia criação de um sistema próprio de previdência complementar;
4. Coibição de benefícios abusivos por meio da aplicação de teto remuneratório geral no âmbito dos governos federal, estaduais e municipais;
5. Fim da paridade entre valores de benefícios e remunerações, com a indexação dos reajustes de aposentadorias e pensões aos índices de inflação, excetuando os casos previstos nas regras de transição. (MERCADANTE, 2010, p. 321)

A principal justificativa governamental para a reforma da previdência social estava na necessidade de incluir a população de baixa renda e aqueles que não aderiam à previdência por falta de informação no sistema previdenciário. Com a eleição de Lula, existia a expectativa de setores progressistas da sociedade que o governo adotasse a universalização da cobertura do risco-velhice, em discussão desde a Constituição de 1988. Ao contrário do que se esperava a proposta encaminhada ao congresso pelo governo federal apenas se atinha às condições de acesso e valores a serem pagos pela previdência, desprezando qualquer princípio de inclusão de trabalhadores desprotegidos do risco-velhice.

De acordo com Marques & Mendes (2004) entre os principais argumentos utilizados para a aprovação da reforma da previdência esteve a defesa da existência de um grande déficit em suas contas, repetindo o argumento defendido pelo governo FHC.

Mas para conquistar esse apoio também não foi menos importante outra “associação” que o governo Lula fez questão de fazer: relacionar a precária situação do serviço público, principalmente na área social, com o funcionalismo público. Foi esse o sentido de seu discurso, ao dizer que, fazendo a reforma, mais seria alocado na prestação de serviços de saúde, por exemplo. Dessa forma, somou-se à idéia construída desde o governo Collor (de que o funcionário público é “marajá”, ganhando sem trabalhar ou trabalhando pouco) aquela que o considera parte integrante de um segmento privilegiado da população e, por isso, em nome da justiça social, deveria ser imposta a reforma. Curiosamente, a promoção dessa justiça social foi defendida a partir do nivelamento por baixo e nada foi dito quanto a melhorar a situação dos que ganham pouco. E isso não por acaso, pois significaria o enfrentamento dos determinantes da má-distribuição de renda existente inclusive entre os trabalhadores, tanto no setor privado como no setor público. (...)Ainda em nome da justiça social, o governo aprovou a contribuição de 11% para os aposentados, embora, em função da resistência, tenha sido obrigado a isentar aqueles com aposentadoria até R\$ 1.440,00 (para os funcionários federais) e até R\$ 1.200,00 (para funcionários estaduais e municipais). (MARQUES; MENDES, 2004, p. 10-11)

A reforma da previdência exposta pelo governo Lula traduziu a ação governamental vinculada aos interesses do capital financeiro internacional. Como nos ensina Francisco de Oliveira (2003)

É isso que explica recentes convergências pragmáticas entre o PT e o PSDB, o aparente paradoxo de que o governo de Lula realiza o programa de FHC, radicalizando-o: não se trata de equívoco, mas de uma verdadeira nova classe social, que se estrutura sobre, de um lado, técnicos e intelectuais doublês de banqueiros, núcleo duro do PSDB, e operários transformados em operadores de fundos de previdência, núcleo duro do PT. (OLIVEIRA, 2003, p. 38)

A ausência de garantia referente ao valor do benefício colocou os contribuintes como reféns do capital financeiro.

Uma das outras razões do empenho do governo Lula na aprovação da reforma da previdência foi a realização de superávits primários expressivos. Como é sabido, nos últimos anos, por força de acordo estabelecido com o FMI, o Brasil tem feito um esforço sobre-humano para gerar um excedente (receita menos despesa, desconsiderando os juros), cuja finalidade é garantir

o fluxo de pagamento da dívida externa. (MARQUES; MENDES, 2004, p. 11)

Em 28 de maio de 2003, portanto um mês após o envio do projeto de reforma previdenciária ao Congresso Nacional, em carta dirigida a Horst Köhler, diretor gerente do FMI, o ministro da Fazenda, Antônio Palocci, subscreveu:

O governo tem avançado rapidamente no cumprimento de sua agenda para a recuperação econômica e implantação das reformas. Depois de um importante esforço para a construção de consensos, uma proposta ambiciosa de reforma tributária e previdenciária foi enviada ao Congresso antes do previsto. A política fiscal tem se concentrado na redução da dívida pública: a Lei de Diretrizes Orçamentárias, enviada ao Congresso, aumenta a meta de superávit primário de médio prazo para 4,25% do PIB. Além disso, a emenda constitucional que facilita a regulação do setor financeiro – um passo necessário à formalização da autonomia operacional do Banco Central – foi aprovada (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2003, p. 1, § 1 APUD MARQUES & MENDES, 2004, p. 12)

A reforma da previdência programada pelo governo Lula promoveu a quebra de um contrato existente entre os servidores públicos e o Estado Brasileiro, construindo condições em que poucos conseguirão se aposentar com aposentadoria integral.

Diante desse claro objetivo, a reforma da previdência também tem o papel de colaborar na continuidade de obtenção de superávits primários expressivos. Segundo estimativas do então ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, em 20 anos as mudanças aprovadas irão resultar em uma economia de R\$ 52 bilhões. Além disso, também a cobrança de inativos e o aumento do teto de R\$ 1.869,34 para R\$ 2.400,00 para o RGPS irão gerar aumento da arrecadação. Antes das negociações ocorridas na Câmara, que aumentaram o limite de isenção para a cobrança da taxa sobre a aposentadoria, o governo esperava com essa medida obter recursos adicionais de R\$ 147 milhões. Desnecessário dizer que a geração de superávits primários com vistas ao pagamento do serviço da dívida constitui uma verdadeira sangria, mas ela é ainda maior quando se considera que o nível do gasto público em determinadas áreas já é extremamente baixo, impedindo a ação ativa do Estado. [...] Por tudo isso, a reforma encaminhada pelo governo Lula caracteriza-se por ser antidemocrática, anti-republicana e ainda por promover uma redistribuição de renda às avessas, entre servidores e o capital financeiro (MARQUES; MENDES, 2004, p. 12)

A distribuição de renda proporcionada pela reforma implica na transferência de recursos dos servidores para o capital financeiro, através da criação, quando regulamentado,

dos fundos de pensão complementar. A afirmação é corroborada por Fernando Meirelles na transcrição de parte das palestras abaixo⁴⁸:

A reforma da Previdência, aprovada pela Câmara em primeiro turno em tempo recorde, é um grande avanço. Em primeiro lugar, permite que as necessidades de financiamento corrente do setor público pesem menos sobre a poupança privada, liberando um volume maior de recursos para o investimento produtivo. Além disso, certamente servirá de incentivo adicional à poupança privada à medida em que dá maior ênfase a um regime de capitalização em detrimento de um regime de repartição. (Palestra Henrique Meirelles, no Seminário “Política Monetária, Inflação E Crescimento Econômico” 26/08/2003)⁴⁹

Em síntese, as expectativas referentes ao governo Lula quanto à ampliação do risco-velhice não se concretizaram. Ao atender os interesses do capital especulativo e do FMI e seus parceiros, concretizaram as aspirações dos governos Collor e FHC. Os pressupostos filosóficos dos funcionários públicos entendidos como “marajás” foram mantidos e reforçados.

2.2 A reforma tributária

A reforma tributária, aprovada no governo Lula quase que simultaneamente à previdenciária, também seguiu os pressupostos e interesses do capital financeiro internacional. Seu objetivo, similar ao do governo FHC, partiu do princípio da tributação no país ser um fenômeno neutro, voltada a não aumentar a carga tributária de apenas um segmento da economia.

A neutralidade da estrutura tributária foi defendida tradicionalmente sob o argumento de que os impostos não devem provocar distorções nos preços e nas decisões econômicas.

Esta tese, de inspiração liberal, foi substituída pelo reconhecimento de que a cobrança de impostos é um dos principais instrumentos para a correção dos desequilíbrios de renda e riqueza gerados pela economia de mercado. Estabeleceu-se assim a preferência pela cobrança dos impostos diretos, que incidem diretamente sobre a renda dos indivíduos e empresas e sobre a riqueza acumulada. O imposto de renda (IR), o mais importante dentre eles, estabelece alíquotas diferenciadas por faixa de renda e isenta, em geral, a

⁴⁸ Acompanhar leitura dos discursos de Henrique Meirelles e Antonio Palocci em Anexo N.

⁴⁹ Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/appn/Pron/Port/200308PRP-Seminario%20Depois%20Consenso%20WashingtonHenrique%20de%20Campos%20Meirelles.pdf>>. Acessado em 10 de junho de 2013.

maioria da população. Os impostos indiretos, ao contrário, afetam a todos igualmente, pois incidem sobre fatos econômicos gerais. O mais importante dentre eles é o imposto sobre as vendas, em geral na forma de imposto sobre o valor agregado. No Brasil, o imposto mais importante é deste tipo, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), ao lado do Imposto sobre a Produção Industrial (IPI) e do Imposto sobre Serviços (ISS). (BRAMI-CELENTANO; CARVALHO, 2007, p. 45)

A proposta de reforma tributária foi aprovada em 19 de setembro de 2003. Seus pressupostos foram voltados para a busca de legitimidade junto aos organismos internacionais, especialmente no que se refere a proporcionar a formação de superávits primários voltados a evitar o crescimento da dívida pública brasileira. A aprovação da emenda constitucional visando a reforma tributária implicou na negociação com parlamentares e governadores de estado, tendo como maior articulador político, o então chefe da Casa Civil, José Dirceu.

Em um lance político de grande repercussão, Lula convidou os governadores ao Palácio do Planalto no final de fevereiro de 2003, para pedir apoio e discutir o projeto de reforma. Depois de semanas de negociações, assinou com os governadores a *Carta de Brasília*, que expressa, de forma bastante precisa, o entendimento entre o governo federal e os estados em torno da reforma tributária. Em 30 de abril, em outro gesto de impacto, destinado a enfatizar a importância conferida à reforma, o presidente Lula compareceu ao Congresso Nacional para entregar a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) n. 41, “destinada a alterar o Sistema Tributário Nacional e dar outras providências” (BRAMI-CELENTANO; CARVALHO, 2007, p. 49)

Entre as principais mudanças apontadas na PEC nº 41 estavam a uniformização do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), proibição da adoção de normas específicas pelos estados do Brasil voltadas à concessão de vantagens a empresas; incorporação da Lei Kandir, do ano de 1996, que por um lado, retirou a cobrança do ICMS na aquisição de bens nos ativos permanentes e nas exportações de produtos primários e semi-elaborados e, por outro, proporcionava compensação governamental aos estados que exportassem esses produtos. Além disso, determinava a distribuição de mais 2% do imposto de renda e do imposto sobre produtos industrializados para municípios e estados, a instauração de um fundo voltado ao financiamento de projetos de regiões mais pobres e o crescimento do combate da evasão fiscal.

No ICMS, o projeto previa que os produtos com alíquota mais baixa deveriam ser os produtos de consumo popular, como medicamentos,

alimentação. A intenção inicial do Executivo era que estes produtos tivessem alíquota apenas simbólica, mas unificada em todo o país. O projeto previa também a ampliação e aprofundamento do Simples. A PEC prorrogou até 2007 o percentual de 20% de Desvinculação de Receitas da União, a DRU, mecanismo criado na preparação do Plano Real, em 1993 e prorrogado deste então. Em relação ao capítulo da Constituição dedicado à Seguridade Social, que contém as disposições sobre as contribuições sociais, a PEC propunha eliminar a incidência cumulativa da COFINS, que passaria a ser não-cumulativa, com alíquota mais alta, definida pela lei. O projeto retomou o mecanismo adotado em dezembro de 2002, que havia abolido a incidência cumulativa do PIS. A PEC previa ainda a prorrogação da CPMF, com alíquota fixa de 0,38%. A CPMF foi criada em 1996, com caráter provisório, substituindo o Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira, IPMF, criado em 13 de julho de 1993. A alíquota da CPMF, originalmente de 0,20%, foi elevada para 0,38%. Inicialmente os recursos obtidos a partir da taxação sobre a movimentação financeira seriam destinados às políticas de saúde, mas hoje vão também para o Fundo de Combate à Pobreza. Em 2006, o governo arrecadará, com a CPMF, R\$ 32 bilhões. (BRAMICELANTANO; CARVALHO, 2007, p. 49)

A reforma tramitou no Congresso Nacional em fases subsequentes. A primeira fase teve como fundamento principal a prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e o uso de 20% das receitas do país, 25% do montante da Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico e 6 bilhões de reais do Fundo Constitucional de Compensação pela Exportação de Produtos Industrializados composto por 10% do Imposto sobre produtos industrializados (IPI). A segunda fase, voltada à mudança do regime de cobrança, redução das alíquotas do ICMS. A terceira fase, a substituição do ICMS, IPI e Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) por um único imposto que juntaria os três, denominado Imposto sobre Valor Agregado (IVA).

A proposta governamental não priorizou a justiça social e fiscal no processo em curso, tal qual a elevação da tributação das fortunas, que sequer entrou em pauta no período, a redução da tributação sobre o consumo de grande parte da população e redução dos impostos de salários. Rompendo com as propostas críticas inerentes ao próprio partido, o governo Lula se aproximou dos pressupostos defendidos pelo governo FHC.

O governo Lula aderiu inteiramente às teses neoliberais que orientaram as ações do PSDB e de FHC. Para estas teses, a tributação deve ser neutra e os objetivos sociais devem ser deixados para a distribuição do gasto público. Trata-se de manter a estrutura tributária injusta, que coloca o peso maior da arrecadação sobre os mais pobres e sobre os assalariados, vítimas da tributação indireta, que atinge todos os produtos, e dos descontos do imposto de renda sobre os salários. Uma avaliação favorável dirá que a reforma tributária de 2003 foi prova de um pragmatismo inevitável por parte de um

governo que dispunha de margens de manobra muito estreitas na área fiscal, constrangido duplamente pela necessidade de gerar superávits primários e pelas dificuldades para atuar em área politicamente muito sensível. É certo que o enorme poder de pressão dos beneficiados pela concentração de renda e de riqueza dificulta qualquer avanço na área fiscal que atenda a objetivos sociais. Não é menos verdade, porém, que o presidente recém-eleito dispunha, em 2003, de grande legitimidade para empreender algumas iniciativas um pouco mais ousadas. O que ocorreu, ao contrário, foi a continuidade das propostas de reforma apresentadas e discutidas durante os dois mandatos do PSDB, do que resultou uma reforma em que os objetivos sociais ocuparam espaços muito modestos, como uma espécie de prêmio de consolação para os setores que viam na eleição de Lula e do PT a possibilidade de mudanças mais profundas no país. (BRAMI-CELENTANO; CARVALHO, 2007, p. 51)

Os resultados programados pelo Governo Lula em seu primeiro mandato proporcionaram a elevação da carga tributária, atingindo 37,37%, mais de um terço de toda a renda nacional, no ano de 2005. Devemos considerar que no ano de 1993, a carga tributária atingia 25,72%, ou seja, uma elevação de 12 pontos percentuais em 12 anos. A tributação indireta - repassada ao cidadão no preço dos bens de consumo - atingia os mais pobres em 74% das transferências monetárias manifestas pelo Governo Federal, contradizendo as afirmações do próprio governo referentes à instauração do sistema tributário como alternativa para a consolidação dos programas de transferência de renda, uma que os pobres acabaram por ser severamente afetados.

O IR é arrecadado sob três formas. O IR retido na fonte (IRRF), que representa 3,92% do PIB e fornece 57% do total do IR, incide principalmente sobre salários pagos a pessoas físicas; o IR sobre empresas (IRPJ) arrecada 2,55% do PIB e 37% do IR total; e o IR sobre pessoas físicas (IFPF) apurado nas declarações anuais responde por 0,33% do PIB e 5,2% do IR total. (BRAMI-CELENTANO; CARVALHO, 2007, p. 47)

No primeiro governo de Lula, as rendas mais altas receberam baixa tributação, compondo 3% das receitas públicas. A tributação do patrimônio - IPTU, IPVA - e de heranças e doações mantiveram-se estáveis no período atingindo 0,04% do PIB. Podemos concluir que a classe média – com renda entre 5 a 20 salários mínimos - foi a mais atingida pela reforma tributária do governo Lula. Isso se explica por o seu nível de renda se enquadrar nas faixas tributantes retidas na fonte.

2.3 A Lei de Falências

O governo federal conseguiu a aprovação da lei de falências em discussão há onze anos no Congresso Nacional. A defesa governamental para a aprovação desta Lei se deu pela necessidade de mudança na Lei de concordata no Brasil. O governo federal apresentou dados demonstrando que as concordatas no país constituíam processos jurídicos que duravam até vinte anos e, com a reforma, se resolveriam no máximo 180 dias.

A Lei de falências aprovada no governo Lula atendeu às exigências do Fundo Monetário Internacional, corroborando com a revisão do acordo com o FMI, realizado no mês de fevereiro de 2004, através do qual o governo federal se comprometeu a aprovar a Lei das falências. O que se percebe com as mudanças por ela imposta é a agilidade em negociar as dívidas com juros estabelecidos, favorecendo os interesses dos bancos e credores privados. As mudanças aprovadas na nova lei de falência são apresentadas no quadro abaixo:

Quadro 1 - As mudanças na Lei de Falência

Atual Lei	Nova Lei
É iniciativa da empresa e permite apenas negociação em dois anos de dívidas com promissórias, cheques etc. Outros credores disputam dívidas na Justiça. Não tem prazo para conclusão do processos.	<p>Acaba a concordata. A empresa em crise pode requerer recuperação extrajudicial ou judicial.</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Recuperação Extrajudicial - o empresário apresenta aos credores - exceto empregados e fisco - proposta de recuperação homologada pelo Judiciário. b) Recuperação Judicial - Empresário negocia plano de recuperação com todos os credores, inclusive trabalhadores e o fisco. Se em 180 dias não houver acordo, o Judiciário poderá decretar falência. Só podem ser aplicadas se as empresas estiverem em dia com as determinações legais. c) O plano de recuperação determinará a ordem dos pagamentos, privilegiando sempre os trabalhistas. d) Mecanismos de recuperação - O plano poderá prever condições especiais de pagamento, cisão, incorporação, fusão e outros mecanismos. e) Credor não pode requerer falência nesta fase.
Atual Lei	Nova lei
a) Juízes relutam em decretar falência para evitar desemprego e destruição de ativos.	a) Ganha agilidade e racionalidade para evitar a dilapidação do patrimônio

<p>Credores tem facilidade para pedir falência da empresa em vez de negociar dívida.</p> <p>b) Ordem de prioridade para pagamento das dívidas é:</p> <ul style="list-style-type: none"> - dívidas trabalhistas, sem limite. - tributos federais, estaduais e municipais. - dívidas garantidas por bens móveis ou imóveis. - dívidas com privilégios especiais. - dívidas com privilégio geral. - quirografários (promissórias, cheques, etc). <p>c) Restituições de bens (sob leasing ou alienação fiduciária) e de Adiantamento de Contrato de Crédito (ACC) são pagos antes das dívidas.</p> <p>d) Qualquer credor pode pedir falência.</p>	<p>empresarial.</p> <p>b) Ordem de prioridade para pagamento das dívidas é:</p> <ul style="list-style-type: none"> - dívidas trabalhistas até R\$ 39 mil. - dívidas bancárias garantidas por bens móveis e imóveis. - dívidas tributárias, os outros débitos. <p>c) Pedido de falência é restrinido a dívidas acima de 40 salários mínimos.</p>
---	--

Fonte: Jornal Estadão⁵⁰.

A Lei trouxe como novidade a retirada da prioridade do pagamento das dívidas trabalhistas em caso de falência das empresas. Conforme demonstra o quadro acima, a prioridade do pagamento das dívidas trabalhistas só ocorre até um valor máximo de 150 salários mínimos. Caso o valor devido ultrapasse o teto apresentado, a prioridade dos pagamentos são os empréstimos bancários. A Lei de falências passou a vigorar após 120 dias de sua publicação no Diário Oficial. Porém, através de pressão política do vice-presidente, José Alencar, as empresas aéreas tiveram acesso de imediato aos benefícios propostos pela Lei, ação que beneficiou a Viação Aérea Riograndense (Varig), a Transbrasil e a Viação Aérea São Paulo (Vasp) que passavam por séria crise financeira.

O presidente Lula vetou três artigos da Lei da Falência. O primeiro artigo vetado faz referência ao impedimento do Ministério Público acompanhar as falências. O segundo item se refere à representação dos trabalhadores pelos sindicatos em ações judiciais em caso de falência das empresas. Da forma como foi redigida a Lei e com o veto do presidente Lula, os trabalhadores terão que arcar com os custos do processo de forma individual contra as

⁵⁰ Disponível em: <<http://portal3.process.com.br/novo/modules.php?name=News&file=article&sid=7698>>. Acessado em 07 de agosto de 2012.

empresas. O terceiro voto se refere à indicação do administrador judicial condicionada à aceitação da assembleia composta por todos os credores.

2.4 O governo Lula e o meio ambiente

O governo Federal introduziu um conjunto de medidas no que se refere ao meio ambiente. Entre essas medidas merece destaque a criação do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e de Queimadas no Cerrado (PPCerrado). No ano de 2003 foi criado o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal.

Desde 2003, o governo brasileiro atuou fortemente na implementação da Agenda 21 Brasileira. Essa Agenda é um instrumento de planejamento participativo e tem como eixo central a sustentabilidade e a transversalidade. A partir de 2003, a Agenda 21 Brasileira não somente entrou na fase de implementação, como também foi elevada à condição de programa do PPA 2004-2007. O Programa Amazônia Sustentável (PAS) e a Política Nacional de Mudanças Climáticas são exemplos da transversalidade da política ambiental, uma vez que suas ações e programas envolvem os três entes da Federação (União, Estados e Municípios), diferentes segmentos econômicos e sociais e vários ministérios. (MERCADANTE, 2010, p. 402)

A tabela abaixo demonstra as ações do governo Lula no que se refere à concessão de licenças ambientais emitidas entre os anos de 2002 a 2009.

Tabela 19 - Número de licenças ambientais 2002-2009

Ano	Número de Licenças
2002	213
2003	123
2004	240
2005	295
2006	312
2007	373
2008	480
2009	339

Fonte: IBAMA.

O conflito enfrentado pelo Governo Lula se deu no processo de liberação dos transgênicos. A medida provisória n. 131, que liberou o plantio de soja transgênica, atendendo

a forte pressão política de setores do empresariado e dos latifundiários do Rio Grande do Sul⁵¹, e da empresa transnacional Monsanto, acirrou os debates no Brasil.

Um embate governamental entre o Ministro da agricultura, Roberto Rodrigues e a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, se instalou no Brasil. O primeiro representava os interesses do agronegócio privado no Brasil, defensor de uma concepção neoliberal de agricultura empresarial voltada à exportação. Sua postura política foi favorável às existência de sementes transgênicas no Brasil. Marina Silva, por sua vez, possuía forte ligações com o movimento ambientalista e lutas sociais.

Apesar das promessas de campanha do governo Lula que:

[...] se eleito, manteria a moratória a estes produtos até que fossem feitos todos os estudos de impacto ainda necessários e enquanto não estivessem esclarecidas todas as dúvidas quanto aos seus riscos para a saúde e para o meio ambiente. Lula mostrava-se, também, ciente das questões econômicas envolvendo o caso e disposto a levá-las em conta ao conduzir sua política. Estas "promessas" aparecem, pelo menos, em seis momentos de seu programa de governo (Caderno "Meio Ambiente e Qualidade de Vida", pp. 12 e 28, Caderno "Vida Digna no Campo", p. 22, e Caderno "Fome Zero", pp. 50, 87 e 92). (LONDRES, s/d)

O desenrolar do processo em disputa pelos transgênicos mobilizou as frações de classe empresariais e os movimentos sociais. Iniciaram-se campanhas de ONGs, movimentos populares, organizações sindicais contra a liberação dos transgênicos. Do lado empresarial, a Monsanto aglutinou os interesses dos empresários privados em posição distinta às dos movimentos sociais.

De acordo com Londres (s/d), organizou-se em Brasília, em meados de março, o Seminário Internacional "A Ameaça dos Transgênicos - Propostas da Sociedade Civil". O Seminário de Brasília reuniu 85 entidades e terminou com um caderno de propostas detalhadas sobre cinco temas - o destino da safra gaúcha; legislação sobre os transgênicos na agricultura; composição e atribuições da CTNBio; propostas de ação para a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária / Ministério da Saúde); e Pesquisa em Biotecnologia. A única ministra de Estado que conseguimos atrair para o encontro para receber as propostas da sociedade civil organizada foi Marina Silva, do Meio Ambiente.

⁵¹ Os produtores do Rio Grande do Sul argumentaram que possuíam um estoque elevado de sementes transgênicas que se não fosse liberados para o plantio ocasionaria grande prejuízo.

O governo Lula se aproximou dos interesses dos empresários sinalizando a regularização das sementes transgênicas no Brasil, desenvolvendo um acordo com a bancada ruralista ao qual se comprometia a promover um projeto de lei em curto prazo sobre a questão dos transgênicos.

No final de setembro, Lula chamou, sem prévios avisos e atropelando todos os processos e instâncias consolidados pelo próprio governo, o governador do Rio Grande do Sul Germano Rigotto (atual líder dos grupos pró-liberação no estado), o secretário-executivo do Ministério da Agricultura, três parlamentares do PT e um do PMDB, todos favoráveis à liberação dos transgênicos, para, numa tarde, definir e assinar a MP liberando a safra 2003/04. Isso só não se deu nesse dia graças à determinada intervenção da Ministra Marina Silva, que, sabendo da reunião através da imprensa, apressou-se em se intrometer. (LONDRES, s/d)

Apesar da relutância do vice-presidente José Alencar – presidente em exercício devido à ausência de Lula em viagem diplomática – em assinar a medida Provisória 131, a medida foi assinada e legitimada pelo Governo Federal.

Em março de 2005, o Presidente Lula finalmente sancionou a nova Lei de Biossegurança (11.105, de 24/03/2005) (3), que regulamenta definitivamente o plantio e a comercialização das variedades transgênicas. O texto final aprovado afirmar que toda e qualquer empresa que desejar plantar e/ou comercializar um variedade transgênica precisa submeter um pedido à CTNBio, que deverá emitir seu parecer, que, caso seja favorável à liberação, será confirmado ou rejeitado pelo Conselho Nacional de Biossegurança (CNBS), composto por 9 Ministros e um Secretário Especial. Desta forma, a nova lei retira a obrigatoriedade a realização de estudos de impactos ambientais e sobre a saúde humana, cabendo à CTNBio solicitá-los ou não. A lei também retira a competência dos Ministérios da Saúde e do Meio Ambiente, que antes tinham o poder de exigir a realização deste tipo de estudos e avaliar os impactos que a liberação da variedade transgênica poderiam trazer para suas áreas de atuação.⁵²

2.5 As parcerias público-privadas

O governo Lula através da Lei 11.079/2004 introduziu as parcerias público-privadas no Brasil. As Parcerias Público-Privadas (PPP) tiveram início no governo Fernando Henrique Cardoso, pela Lei nº 8.987/95. Na prática, essas parcerias se aplicam em contratos de

⁵²Fonte:

<http://www.greenpeace.org/raw/content/brasil/documentos/transgenicos/greenpeacebr_050430_transgenicos_documento_contexto_politico_port_v1.pdf>. Acessado em 07 de agosto de 2013.

concessão de serviços públicos que não consigam se sustentar por ausência de condições de financiamento próprio oriundo do Estado. Essa situação permite ao setor privado financiar, projetar e desenvolver determinado serviço contando com a contribuição financeira do setor público.

De acordo com Lins (2006) as PPP representam a retomada dos pressupostos do Acordo Multilateral de Investimentos, que proporciona aos grandes grupos internacionais exercerem grande domínio político no Brasil.

O acordo do AMI – defendido pelos EUA e pela UE -, quando da sua negociação, foi veementemente criticado por organizações da sociedade civil, pois estas entendiam que este acordo reduziria de forma drástica a capacidade regulatória dos governos nacionais quanto à entrada e à atuação de investidores estrangeiros em seu território. O Acordo Multilateral de Investimentos revelava-se, pois, nocivo à democracia – em sua acepção tradicional de instrumento do direito soberano dos povos (e não, como hoje parece, de defesa dos direitos das corporações capitalistas) -, já que colocava as obrigações para com os investidores estrangeiros à frente das prioridades e necessidades do país em que investiam. Caso tivesse sido concluído o AMI, governo de um país signatário não poderia mais definir que sua prioridade estava no atendimento à sua população; em primeiro lugar, viriam os intocáveis investidores. Qualquer impedimento ao lucro seria taxado, e o patrimônio nacional poderia ser vendido a qualquer comprador interessado, não importando suas prioridades: era a privatização dos países. A mobilização da sociedade civil, revelando as nefastas consequências deste acordo, constrangeu os governantes e deu suporte para que o AMI não se concretizasse. Agora, esta possibilidade encontra-se de novo em pauta, sob nova roupagem. Com a divulgação para o grande público, que acabou levando à não-conclusão do AMI, ficou claro que o mundo ainda não estava preparado para aceitar o domínio incontestável das grandes empresas, nem a declarar o lucro como único fim válido a ser defendido na justiça – consequências diretas de se aceitar como incontestáveis as modernas regras do livre comércio. (LINS, 2006, s/p)

Como resposta das grandes empresas transnacionais ao processo de disputa presente na sociedade, foi adotada uma estratégia de negociar com países periféricos formas de inserção internacional de empresas transnacionais em suas economias.

Porque é disso que se trata: as PPP dão todas as garantias às grandes empresas, sem que estas assumam nenhum risco como contrapartida. E quem se encarrega da conta? Os governos nacionais, é claro. Aos governos nacionais (cujas instituições são seguidamente chamadas de paquidérmicas, antiquadas, ineficientes, morosas, dispendiosas) cabe assumir os riscos que as grandes empresas ("eficientes", "dinâmicas", "arrojadas", "competentes", "eficazes") não desejam, garantindo simultaneamente a remuneração de seus

investimentos. Nada de novo no front: parcerias entre governo e setor privado não são nenhuma novidade e sempre existiram: para isso os instrumentos da licitação, da concessão governamental e, evidentemente, as empresas estatais. O que este projeto coloca em pauta é uma mudança de regras em favor dos interesses dos investidores, que garante às empresas privadas o lucro sem risco, e engessa o governo na obrigação de priorizar o pagamento das empresas "parceiras" em detrimento de outras necessidades. (LINS, 2006, s/p)

De acordo com Dércio Garcia Munhoz, em entrevista ao Correio da Cidadania:

[...] a diferença para a PPP é que não há uma empresa constituída para isso. É um sistema de parcerias em que o Estado dá garantias de rentabilidade ao capital privado. O capital, para investir em uma economia em crise, bloqueada, como a nossa, precisa de garantia de lucro. Isso significa que chova ou faça sol o governo tem que dar um rendimento determinado para o capital privado." A lógica do governo é simples: decretada a inexorabilidade da geração de superávits pelo governo, é necessário que o setor privado realize os investimentos necessários ao país. E para isso, deve-se garantir ao "parceiro" privado o lucro sem risco que o levará a realizar o investimento. O que acontece, então? Os recursos que o governo não tem para investir (por causa da necessidade de gerar superávit) subitamente aparecem quando se trata de remunerar os investidores privados, conforme reza o artigo 7º: "para o cumprimento das obrigações mencionadas no art.6º desta Lei [obrigações contraídas pela administração pública com o parceiro privado], será admitida a vinculação de receitas e a instituição de fundos especiais...". E, no artigo 8º: "para a concessão de garantias (...) fica a união autorizada a integralizar recursos (...) em fundos fiduciários de incentivo às parcerias público-privadas criados por instituições financeiras públicas." Como aponta a economista Ceci Vieira Juruá: "Paradoxal no entanto, na proposta de PPPs, é que o mesmo governo que se considera desprovido de recursos financeiros suficientes para cumprir suas atribuições constitucionais, apresenta-se ao setor privado, e à sociedade, como um parceiro que poderá assumir o resgate das dívidas contraídas pelo setor privado para operacionalização dos contratos de parceria. (...) Mais uma vez, o dinheiro vai para os poderosos, e a sociedade que elegeu Lula com esperança de mudança "assiste bestificada". Assim como o compromisso com o superávit primário faz com que os pagamentos de juros da dívida venham antes das reais necessidades do país (de saúde, educação, moradia, segurança), as PPP garantem que os lucros vêm antes dos salários dos professores e dos médicos do setor público, antes do pagamento aos aposentados, antes da reparação de escolas e hospitais. E o "governo democrático e popular" revela-se, a cada passo, o algoz de seus eletores e o humilde cumpridor dos mais obscuros desejos do FMI e do Banco Mundial. (LINS, 2006, s/p)

Com referência ao primeiro governo de Lula e os avanços apresentados com relação ao governo FHC merece destaque as seguintes realizações:

- tem uma política externa ativa e soberana, de enfrentamento dos interesses dos países mais ricos, na questão das relações comerciais. Consegiu até o momento barrar a ALCA, enfrentou os EUA e a União Européia na OMC em Cancún; procura articular-se com os países emergentes (China, Índia, África do Sul), procura articular os países da AL em favor de um Mercosul ampliado; tem sido barreira contra o intervencionismo dos EUA na Venezuela.
- tem uma política de apoio aos pequenos agricultores, à agricultura familiar.
- várias medidas conseguiram reduzir os preços de produtos básicos, facilitando a vida das classes populares.
- tem programas sociais amplos e melhores dos que os do governo FHC.
- interrompeu o processo mais amplo de privatizações (Petrobras, Banco do Brasil, Correios). Mas propôs e fez aprovar o projeto das PPPs (Parcerias Público-Privado), que é outro caminho para a privatização de alguns serviços públicos.
- promoveu o aumento do salário-mínimo acima da inflação. Isto foi melhor do que fez FHC.
- tem promovido criação de empregos: segundo o governo, mais de cem mil empregos ao mês. Mas a taxa de desemprego passou de 11,6% (média de 2002) para 12,3% (2003), 11,4% (2004), 9,8% (2005) e 10% (primeiros meses de 2006) – nas seis regiões metropolitanas acompanhadas pelo IBGE.
- tem promovido um reforço em alguns setores do Estado, entre outras coisas realizando concursos públicos. Tem substituído funcionários terceirizados por funcionários concursados.
- frente à pressão dos movimentos sociais, o governo Lula em geral não os criminaliza e tem mantido uma disposição de diálogo e aqui certamente inova face aos governos anteriores. (LESBAUPIN, 2006, s/p)

2.6 O novo desenvolvimentismo

Em termos filosóficos, o governo Lula foi marcado pela adoção de teses econômicas denominadas como novo desenvolvimentismo. Essas teses se baseiam na defesa de um Estado Liberal-Social como pressuposto para a consolidação de políticas econômicas e sociais voltadas ao “Novo Desenvolvimentismo”.

O encantamento de FHC pelo Liberalismo Social, tal qual mostrado anteriormente, mostrou continuidade no governo Lula. A ênfase de FHC em demonstrar que seu governo não era neoliberal ganhou força no governo Lula.

O “novo desenvolvimentismo” apresenta algumas características que o diferem do projeto neoliberal. Entre esses destacamos que “ele rejeita a estratégia de crescimento com poupança estrangeira e a liberalização da conta de capitais. Além disso, propõe que a taxa de câmbio seja administrada e acredita que é necessária uma estratégia para superar as altas taxas de juros/valorização da moeda, que mantém a economia brasileira instável” (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 6). O autor afirma também:

A partir dos anos 1970, porém, no contexto da grande onda ideológica neoliberal e conservadora que se iniciava, a teoria keynesiana, a teoria econômica do desenvolvimento e o estruturalismo latino-americano passaram a ser desafiados de forma bem sucedida pelos economistas neoclássicos, que, em sua grande maioria, passaram a adotar uma ideologia neoliberal. A partir da década de 1980, no quadro da grande crise da dívida externa que fortalece politicamente os países ricos, esses economistas conseguiram redefinir, em termos neoliberais, seus preceitos voltados aos países em desenvolvimento. A ideologia neoliberal voltada para esses países torna-se hegemônica, expressando-se pelo que ficou chamado de consenso de Washington, mas que eu prefiro chamar de ortodoxia convencional. O desenvolvimentismo passa, assim, a ser objeto de ataque sistemático. Aproveitando-se da crise econômica, que, em parte, derivava da superação do modelo de desenvolvimento e das distorções que sofrera nas mãos de políticos e classes médias populistas, a ortodoxia convencional torna o desenvolvimentismo uma expressão depreciativa: identifica-o com o populismo ou a irresponsabilidade em matéria de política econômica. Em seu lugar, propõe políticas econômicas ortodoxas e reformas institucionais neoliberais que resolveriam todos os problemas. Propõe também que os países em desenvolvimento abandonem o antiquado conceito de nação adotado pelo nacional-desenvolvimentismo e aceitem a tese globalista, segundo a qual, na era da globalização, os Estados-Nação haviam perdido autonomia e relevância: mercados livres no âmbito mundial, inclusive os financeiros, se encarregariam de promover o desenvolvimento econômico de todos. (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 7)

Essa concepção entende que a nação tem condições de fortalecer a democracia formulando um projeto de desenvolvimento nacional coordenado pelo mercado. Isso implica em uma ação governamental voltada à construção de um novo pacto social voltado ao desenvolvimento econômico, potencializando os empresários para concorrer no mercado internacional.

A nação envolve uma solidariedade básica entre as classes quando se trata de competir internacionalmente. Empresários, trabalhadores, burocratas do Estado, classe média profissional e intelectuais podem entrar em conflitos entre si, mas sabem que têm um destino comum, e que este depende de seu êxito em participar de forma competitiva do mundo dos Estados-Nação. Envolve, portanto, um acordo nacional, o contrato social básico que dá origem à nação e a mantém forte ou coesa. É o grande acordo entre as classes sociais de uma sociedade moderna que permite que esta se transforme em uma verdadeira nação, ou seja, em uma sociedade dotada de um Estado capaz de formular uma estratégia nacional de desenvolvimento. (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 10)

Estava em jogo, segundo a concepção governamental, era a formulação de um conjunto de propostas econômicas nacionais voltadas à construção de estratégias políticas que aproximem o Brasil e os demais países da América Latina aos países centrais, oferecendo

fundamentos e preposições reais para que eles concorram no mercado em condições favoráveis.

Essa afirmação, em continuidade ao governo FHC, implicava na busca incessante da liderança brasileira sobre os demais países latino-americanos, visando uma espécie de “imperialismo caboclo” na América Latina.

É o conjunto de ideias que permite às nações em desenvolvimento rejeitar as propostas e pressões dos países ricos de reforma e de política econômica, como a abertura total da conta capital e o crescimento com poupança externa, na medida em que essas propostas representam a tentativa de neutralização neo-imperialista de seu desenvolvimento – a prática de ‘empurrar a escada’. É a forma por meio da qual empresários, técnicos do governo, trabalhadores e intelectuais podem se constituir em nação real para promover o desenvolvimento econômico. Não inclui os países pobres no novo desenvolvimentismo, não porque eles não precisem de uma estratégia nacional de desenvolvimento, mas porque, tendo ainda que realizar sua acumulação primitiva e sua revolução industrial, os desafios que enfrentam e as estratégias que precisam adotar são diferentes. (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 11)

Os pressupostos econômicos e filosóficos do neoliberalismo são criticados pelo “novo desenvolvimentismo” especialmente no que se refere:

[...] primeiro, que o maior problema do país é a falta de reformas microeconômicas que permitam o livre funcionamento do mercado; segundo, que, mesmo depois do fim da alta inflação inercial, em 1994, o controle da inflação continua a ser o principal objetivo da política econômica; terceiro, que, para realizar esse controle, os juros serão inevitavelmente altos devido ao risco-país e aos problemas fiscais; quarto, que ‘o desenvolvimento é uma grande competição entre os países para obter poupança externa’, não sendo motivo de preocupação os déficits em conta corrente implícitos e a valorização do câmbio provocada pelos influxos de capital. O desastre que esse discurso representou em termos de crises de balanço de pagamentos e de baixo crescimento para os países latino-americanos que o adotaram a partir do final dos anos 1980 é hoje bem conhecido. (...) O discurso oposto é o da esquerda burocrático populista. De acordo com essa perspectiva, os males do Brasil vinham da globalização e do capital financeiro, que impunham ao país um alto endividamento externo e público. A solução seria renegociar a dívida externa e a dívida pública do país, exigindo-se um grande desconto. O segundo mal estava na insuficiência de demanda, que poderia ser resolvida com o aumento do gasto público. O mal maior – a desigual distribuição de renda – seria resolvido pela ampliação do sistema assistencialista do Estado brasileiro. Essa alternativa foi aplicada, por exemplo, no Peru de Alan Garcia. No Brasil, jamais foi realmente posta em prática. (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 1)

Para o “novo desenvolvimentismo”, a partir do “fracasso” do neoliberalismo, a globalização da cultura e a mundialização da economia constituem-se em possibilidades para a manifestação de uma intensa competição através do mercado. Na prática, isso implica no fortalecimento do Estado Nacional em nível fiscal, administrativo e político, elaborando condições reais para que as empresas nacionais possam concorrer no mercado internacional.

[...] a Argentina já o fez depois da crise pela qual passou em 2001, que, no Brasil, o desenvolvimento é impedido, no curto prazo, por uma taxa de juros básica de curto prazo altíssima, decidida pelo Banco Central, a qual pressiona para cima a taxa de juros de longo prazo, desconectando-a do Risco Brasil. Supõe que, para alcançar o desenvolvimento, é essencial aumentar a taxa de investimento, devendo o Estado contribuir para isso por meio de uma poupança pública positiva, fruto da contenção da despesa de custeio. Finalmente, em um plano mais geral, o novo desenvolvimentismo que está se delineando como estratégia nacional de desenvolvimento parte da convicção que o desenvolvimento, além de estar sendo impedido pela falta de nação, é também obstaculizado pela concentração de renda que, além de injusta, serve de caldo de cultura para todas as formas de populismo. (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 12)

Para isso seria necessário a centralidade do Governo Federal em termos de gestão de políticas econômicas nacionais voltadas para esse fim. Na prática, isso implica no fortalecimento do Estado e suas instituições, indo, de acordo com seus defensores, contra os pressupostos neoliberais de mudança de atuação do Estado-Nação.

O que é uma estratégia nacional de desenvolvimento? É mais do que uma simples ideologia, como é a ortodoxia convencional: é um conjunto de instituições e de políticas orientadas para o desenvolvimento econômico. É menos do que um projeto ou um plano nacional de desenvolvimento, porque não é formalizada; não tem documento com definição precisa de objetivos e de políticas a serem adotadas para alcançá-los, porque o acordo entre as classes sociais que lhe é inerente não tem nem texto nem assinaturas. É mais porque envolve informalmente toda ou grande parte da sociedade. Porque dá a todos um rumo a ser seguido, e certas orientações muito gerais a serem observadas. Porque, embora não pressuponha uma sociedade sem conflitos, envolve uma razoável união de todos, quando se trata de competir internacionalmente. Porque é mais flexível do que um projeto. Porque está sempre considerando as ações dos demais adversários ou competidores. Porque o fator a motivar o comportamento individual não é apenas o interesse próprio, mas a competição com as demais nações. (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 12)

Para Bresser-Pereira (2008) o desenvolvimento econômico de um país só é possível com a existência de um Estado eficaz. Apesar de nessa proposta, a maior parte dos

investimentos caberem aos empresários, o Estado deve criar condições para que o processo de desenvolvimento nacional se concretize.

As elites empresariais continuam a ter uma grande influência, mas a classe média e mesmo os pobres têm voz. Juntos, e apesar do conflito entre eles, eles constituem a nação, e quanto mais desenvolvido for um país ou Estado-nação, mais capaz será a nação de usar o Estado como um instrumento para alcançar seus objetivos políticos (ordem social, liberdade, bem-estar, justiça e proteção do meio ambiente) em uma economia globalizada competitiva. Nas democracias modernas, o papel do Estado é em última instância decidido pelos eleitores e pelos políticos que eles elegem. Eles decidirão se o Estado deve garantir os direitos sociais em termos de educação, assistência à saúde, cultura e previdência social, e como o governo dará suporte ao desenvolvimento econômico nacional. No entanto, é provável que eles não se envolvam diretamente na discussão mais técnica sobre como o Estado deveria ser organizado. Uma vez decidido politicamente o papel do Estado, os cidadãos precisarão dar ao Estado uma estrutura eficiente, compatível com esse papel. (BRESSER-PEREIRA, 2008, p. 394-395)

O Estado deve atuar apenas na formulação de políticas nacionais, a definição das instituições responsáveis pela organização da sociedade e promover a segurança da população, utilizando para tal, recursos de alto nível intelectual existentes na sociedade. Para Bresser-Pereira (2008) o Estado e sua administração não devem se voltar para a obtenção de lucros econômicos, mas sim, seu aspecto gerencial deve se voltar ao atendimento do “[...] “cliente-cidadão” e dois de seus três mecanismos específicos de responsabilização — administração por objetivos e competição administrada visando à excelência — foram emprestados da administração de empresas. Isso não deve ser mal interpretado” (BRESSER-PEREIRA, 2008, p. 399).

Assim, o modelo estrutural de gerência pública envolve organizações estatais, públicas não-estatais, corporativas e privadas. Como essas organizações são cada vez mais interdependentes, formando redes de todo tipo, os modelos de gestão pública são muitas vezes identificados com parcerias público-privadas-terceiro setor. [...] Da mesma forma que os governos foram capazes de terceirizar a construção civil e outros serviços auxiliares para empresas comerciais, eles podem terceirizar a prestação de serviços sociais e científicos para organizações públicas não-estatais sem renunciar às suas responsabilidades. (BRESSER-PEREIRA, 2008, p. 398)

A reforma gerencial, entendida em termos do modelo estrutural de gerência pública, destina-se essencialmente a aumentar a capacidade do Estado de garantir direitos sociais e republicanos sem incorrer nas deficiências que caracterizaram o Estado do bem-estar social burocrático do século XX.

A ideia não é substituir o Estado social por um “Estado facilitador” (*enabling state*) como propõe o pensamento neoliberal; não é considerar o Estado social como paternalista, já que ele estabelece redes de segurança, e substituí-lo por uma forma de Estado que “dá poderes aos indivíduos para competirem no mercado”. As pessoas realmente precisam ser preparadas para competir, mas elas também necessitam de proteção, exigem segurança — sobretudo os mais fracos e os menos aptos. (BRESSER-PEREIRA, 2008, p. 405)

Seu pressuposto de atuação parte do princípio de não realizar uma abertura da economia de forma indiscriminada, negociando esta mesma abertura através de acordos regionais e internacionais, não renunciando, ao mesmo tempo, a implementação e gestão de políticas industriais. Segue abaixo o quadro com as principais diferenças entre o antigo e novo desenvolvimentismo de acordo com os pressupostos de Bresser-Pereira (2006):

Quadro 2 - Comparativo entre o antigo e o novo desenvolvimentismo

Antigo Desenvolvimentismo	Novo Desenvolvimentismo
Estado tem papel central em poupança forçada e investimento em empresas	Estado tem papel subsidiário, mas importante em ambas as atividades Protecionista e pessimista Exportador e realista
Protecionista e pessimista	Exportador e realista.
Certa frouxidão fiscal	Disciplina fiscal
Certa complacência com a inflação	Nenhuma complacência com inflação

Fonte: BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 16.

Entre as diferenças entre o novo desenvolvimentismo e o neoliberalismo merece destaque a atuação do Estado Nação. Para o primeiro, o Estado deve elaborar uma poupança financeira forçada, investindo apenas em setores estratégicos da economia, acreditando, ao mesmo tempo, na potencialidade do setor privado em investir no crescimento da economia nacional.

O novo desenvolvimentismo rejeita a tese neoliberal de que o “Estado não tem mais recursos”, porque o Estado ter ou não ter recursos depende da forma pela qual as finanças do aparelho estatal sejam administradas. Mas entende que, em todos os setores em que haja competição razoável, o Estado não deve ser investidor, mas tratar de defender e garantir a concorrência. Mesmo excluídos esses, sobram ainda muitos investimentos a serem

realizados pelo Estado, financiados pela poupança pública e não por endividamento. Em síntese, refletindo, novamente, o estágio diferente em que se encontram os países de desenvolvimento médio, o novo desenvolvimentismo vê o mercado como uma instituição mais eficiente, mais capaz de coordenar o sistema econômico do que viam os antigos desenvolvimentistas, embora esteja longe de ter a fé irracional da ortodoxia convencional⁵³ no mercado. (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 16)

O ponto de partida é o fortalecimento do Estado visando suprir as carências de uma sociedade movida pela lógica do mercado que se mostrou ineficaz para regular as trocas capitalistas.

Como uma das bases do novo desenvolvimentismo é a economia política clássica e que era, essencialmente, uma teoria da riqueza das nações, de Smith, ou da acumulação de capital, de Marx, as estruturas sociais e as instituições são fundamentais para ele. Além disso, como adota uma perspectiva histórica do desenvolvimento, os ensinamentos institucionalistas da escola histórica alemã e do institucionalismo americano do início do século XX são parte essencial de sua visão do desenvolvimento. Instituições são, portanto, fundamentais e reformá-las é uma necessidade permanente, na medida que, nas sociedades complexas e dinâmicas em que vivemos, as atividades econômicas e o mercado precisam ser constantemente regulados. O novo desenvolvimentismo, portanto, é reformista. (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 18)

São utilizadas políticas industriais de forma moderada, apoiando apenas as empresas que apresentam condições de competir internacionalmente. O que está em jogo não é o protecionismo industrial, mas sim estratégias que capacitem as indústrias nacionais para a competição.

Muitas das reformas institucionais são comuns ao novo desenvolvimentismo e à ortodoxia convencional. Mas os objetivos são, com freqüência, diferentes. Tome-se, por exemplo, a reforma da gestão pública. O novo desenvolvimentismo a patrocina porque quer um Estado mais capaz e mais eficiente; já a ortodoxia convencional o faz porque vê nele a oportunidade de reduzir a carga tributária. Para o novo desenvolvimentismo, esta consequência pode ser desejável, mas trata-se de uma questão distinta. A carga tributária é uma questão política que depende principalmente das funções que as sociedades democráticas atribuem ao Estado e, secundariamente, à eficiência dos serviços públicos. Em outros casos, o problema é de medida. O novo desenvolvimentismo é favorável a uma economia comercialmente aberta, competitiva, mas não radicaliza a idéia e

⁵³ Para Bresser-Pereira a “ortodoxia convencional é entendida como o Consenso de Washington e o projeto neoliberal. Constitui-se na ideologia do mercado contra o Estado. Reconhece o mercado como suficiente para coordenar as trocas capitalistas.

sabe usar as negociações internacionais para obter contrapartidas, já que os mercados mundiais estão longe de serem livres. Em outros, a diferença é de ênfase: tanto o novo desenvolvimentismo quanto a ortodoxia convencional são favoráveis a mercados de trabalho mais flexíveis, mas o novo desenvolvimentismo, apoiado em experiências principalmente do norte da Europa, não confunde flexibilidade com falta de proteção, enquanto que a ortodoxia convencional flexibiliza o trabalho para precarizar a força de trabalho e viabilizar a baixa de salários. (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 18-19)

O desenvolvimento de um país em consonância com as forças do mercado deve ter estabilidade macroeconômica; Estado forte e políticas econômicas voltadas ao desenvolvimento; promoção de poupança interna e incentivo a inovação empresarial.

Quadro 3 - Tripés do Desenvolvimento Comparados

Ortodoxia	Novo Desenvolvimentismo
Controlar a inflação e as contas públicas	Manter a estabilidade macroeconômica
Reformar para fortalecer o mercado	Reformar para fortalecer mercado e Estado e ter uma política industrial
Obter poupança externa	Promover poupança interna e inovação

Fonte: Bresser-Pereira, 2006, p. 19.

Em contraposição à postura política dos países dominantes de pensamento neoliberal que defendem a transferência de recursos econômicos para os países em desenvolvimento, o novo desenvolvimentismo parte do pressuposto que os países em desenvolvimento não necessitam desta ajuda para se desenvolver. Os pressupostos neoliberais partem do pressuposto que o endividamento externo é relacionado e inerente às economias dos países em desenvolvimento.

[...] para o novo desenvolvimentismo, essa dupla situação não tem nada de natural ou necessária, e os países que mais se desenvolvem – os asiáticos – têm recorrido muito parcimoniosamente à poupança externa. Geralmente crescem com “despoupança” externa, ou seja, com superávits em conta corrente. Recebem investimentos diretos, como, aliás, também o fazem os países ricos, mas não para financiar déficits em conta corrente, e sim como contrapartida de investimentos no exterior ou aumento de reservas. (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 20)

A estabilidade macroeconômica é entendida a partir dos seguintes pressupostos: controle do governo do déficit público e suas despesas mantendo uma poupança que viabilize seus investimentos; ampliação do mandato do Banco Central, controle da inflação e equilíbrio da balança de pagamentos; competitividade da taxa de câmbio e redução da taxa de juros relacionados à estabilidade dos preços.

Tanto o novo desenvolvimentismo quanto a ortodoxia convencional querem o controle firme das contas públicas, mas, no caso da ortodoxia convencional, a medida fundamental é a do superávit primário. Com isso, procura-se assegurar que a relação dívida/PIB não aumente, e os credores fiquem assegurados. O novo desenvolvimentismo é mais ambicioso: quer controlar o déficit público e, mais do que isto, lograr uma poupança pública positiva que financie, senão totalmente, grande parte dos necessários investimentos públicos. (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 21)

Quadro 4 - Tripés Macroeconômicos Comparados

Ortodoxia	Novo desenvolvimentismo
Obter superávit primário	Obter poupança pública
Atribuir ao Banco Central único mandato e único instrumento	Atribuir ao Banco Central duplo mandato e duplo instrumento
Abrir conta capital e flutuar câmbio	Administrar câmbio usando controles de capital quando necessário

Fonte: Bresser-Pereira, 2006, p. 21.

Finalmente, há uma diferença fundamental em relação à taxa de câmbio. Para a ortodoxia convencional, o mercado dela se encarregará, sendo contraditório e contraproducente, no quadro do câmbio flutuante, procurar administrá-la; para o novo desenvolvimentismo, esse é o preço macroeconômico mais estratégico, e, dentro de restrições ou limites razoáveis, precisa e pode ser administrado. Para administrar o câmbio, é necessário que a taxa de juros interna seja moderada, de forma a permitir a compra de reservas quando os influxos de capitais são muito elevados. Em alguns momentos, pode ser necessário o recurso aos controles de capital. O novo desenvolvimentismo é a favor deles nesse momento, na linha do que o Chile fez nos anos 1990. (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 21)

O novo desenvolvimentismo visa o controle total de todas as contas da nação (conta corrente), redução do endividamento do Estado e formação de contas externas visando manter a autonomia nacional. Sua proposta é administrar a taxa de juros da economia, mantendo como proposta de ação o câmbio flutuante.

As continuidade e rupturas do governo Lula com o governo FHC, demonstradas nessa parte impactam no entendimento das políticas educacionais criadas para esse fim, merecendo destaque o ensino superior. A expansão da universidade pública no Brasil foi um processo contraditório que materializou a inclusão educacional com a precarização das condições de ensino oferecidas. É o que demonstraremos na próxima parte.

2.7 O governo Lula e o Reuni

A análise do governo Lula referente à educação superior traduz a continuidade de pressupostos expostos no governo FHC. A reforma universitária justifica esta afirmação. A adoção da expansão do ensino superior público manifesto pelo Reuni, através do Decreto Lei n. 6.096 de 24/04/2007 materializou mudanças nessa modalidade de ensino manifesta na ocupação de possíveis vagas ociosas, currículos flexíveis, implantação de formas de mobilidade acadêmica interinstitucional, crescimento da oferta de cursos de graduação e expansão do EAD.

A reformulação da educação superior que está sendo realizada pelo governo Lula da Silva encontra-se inserida em um amplo reordenamento do Estado brasileiro, caracterizado pela sistemática diluição das fronteiras entre público e privado, a partir da materialização da noção de público não estatal operada pelas parcerias público-privado. Esse processo atravessou o governo Cardoso, quando a educação foi incluída no setor de atividades não exclusivas do Estado (Silva Jr e Sguissard, 1999), e está sendo aprofundado no atual governo por meio de mais uma fase da reforma da educação superior (Neves, 2004; Neves e Siqueira, 2006 e Lima, 2007). A noção da educação como um descaracterizado “bem público” cria as bases políticas e jurídicas para a diluição das fronteiras entre público e privado: se a educação é um “bem público” e instituições públicas e privadas prestam esse serviço público (não-estatal), está justificada, por um lado, a alocação de verbas públicas para as instituições privadas e a ampliação da isenção fiscal para estas instituições, e, por outro, o financiamento privado das atividades de ensino, pesquisa e extensão das instituições públicas. (LIMA, 2001, p. 02)

O que se percebe é a continuidade de uma racionalidade exposta no governo Itamar Franco voltado ao privilégio da rede privada de ensino e a privatização interna das instituições públicas. A isenção fiscal criada pelo Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) e o Programa Universidade para Todos (ProUni) em conjunto com a instituição de que instituições públicas e privadas validem os diplomas de mestrado e doutorado obtidos no exterior exemplificam esta afirmação.

No interior das Instituições Federais de Ensino Superior/IFES, o Plano de Desenvolvimento Institucional/PDI e a política de avaliação implementada pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior/SINAES mantêm a lógica meritocrática e produtivista que orientou a política de avaliação do governo Cardoso, naturalizando a privatização interna das IFES pela diversificação das suas fontes de financiamento realizada por meio da constituição de “receitas próprias” geradas com a venda de “serviços educacionais” através das fundações de direito privado (MELO, 2006 apud LIMA, 2001, p. 03)

O Reuni foi influenciado por programas nacionais e internacionais voltados à reformulação da educação manifesta por interesses conservadores. Em âmbito nacional, sofreu influência do Programa Universidade Nova, proposto pela Universidade Federal da Bahia voltado à organização de bacharelados interdisciplinares e formação profissionalizante. A diferença do Reuni com o Programa “Universidade Nova” ficou explícita em termos quantitativos voltados ao financiamento. Em outras palavras, o primeiro previa maiores volumes de financiamento público, enquanto, o segundo, foi implantado com baixo volume de recursos.

Em âmbito internacional recebeu influência do Banco Mundial - e seus ditames voltados aos países periféricos subordinados em termos da divisão internacional do trabalho - e do Processo de Bolonha.

Analisando as bases de fundamentação teórica e política do REUNI, encontramos como referência a reformulação da educação superior europeia denominada “processo de Bolonha” que tem seu início em 1999 e prossegue no início do novo século com a finalidade de construir um espaço europeu de educação superior até o ano 2010, através da adoção de sistema de graus comparável; de um sistema baseado, essencialmente, em ciclos e da promoção da mobilidade de estudantes. Um processo que vem sofrendo duras críticas, pela fragmentação da formação profissional que realiza e pelo indicativo de formação de um promissor “mercado educacional” europeu, facilitando a ação das empresas educacionais (ROSA, 2003 apud LIMA, 2001, p. 04)

A criação do Reuni foi acompanhada pela aprovação de um conjunto de Leis e Decretos voltados à regulamentação da relação entre o público e o privado na educação brasileira.

Além da regulamentação das Fundações de Direito Privado e dos diversos projetos de lei e decretos que tratam da reformulação da educação

profissional e tecnológica, é preciso citar medidas legais, todas já aprovadas, que se constituem em importantes precedentes para a futura reforma desse nível de ensino: Lei 51 nº10.861, aprovada em 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES); Lei nº10.973, aprovada em 02 de dezembro de 2004, conhecida como Lei de Inovação Tecnológica; Lei n.º 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de Parceria Públíco-Privada (PPP), no âmbito da administração pública; Lei nº11.096, sancionada em 13 de janeiro de 2005, que institui o Programa Universidade para Todos (PROUNI); Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, cuja aprovação deu as bases legais da modalidade da educação a distância (EAD) e, por fim, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), delineado em 2007. (...) Cabe destacar, no caso da educação superior, o Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007, que estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET, no âmbito da rede Federal de Educação Tecnológica; o Decreto nº 6096, de mesma data, que institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI; as Portarias Normativas Interministeriais nº 22 e 224, ambas de 2007, dos Ministérios da Educação e do Planejamento, que constituem, em cada universidade federal, como instrumento de gestão administrativa de pessoal, um banco de professores-equivalente, além do documento “Reestruturação e expansão das Universidades Federais: diretrizes gerais”, de agosto de 2007, elaborado por um grupo assessor. (LÉDA; MANCEBO, 2009, p. 50-51)

O processo de reestruturação do ensino público brasileiro é marcado pelos pressupostos do governo FHC manifesto na limitação orçamentária e subordinação das IFES ao Ministério do Planejamento. Uma forte propaganda governamental contra a “ineficiência” das universidades públicas e a necessidade de construção de uma “universidade nova” ganhou coro no Brasil em 2006.

Em fins de 2006, começos de 2007, circula, em ambiente restrito, o documento não-oficial do MEC com o nome de “Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais”. Ocorreram discussões do MEC com outras entidades, em especial com a ANDIFES, até se chegar à versão final do Decreto Presidencial nº 6.096, em abril de 2007, que, no essencial, manteve os mesmos mandamentos dos documentos que lhe precederam. (LÉDA; MANCEBO, 2009, p. 53)

A limitação de recursos para o projeto de expansão marcou o processo em curso. O que se percebe no referido projeto é que o oferecimento de recursos econômicos às universidades públicas implicará no cumprimento de metas em prazos estabelecidos. O que se verifica aqui é a adoção de um plano de metas oriundos das empresas, baseado em critérios

empresariais de produtividade como condição para a disputa de recursos entre as diferentes IFES.

De todo modo, o que se pode prever é que, daqui por diante, o repasse de recursos estará vinculado à assinatura de um contrato de metas, a serem atingidas dentro de determinados prazos pelas instituições, o que incluirá, além do aumento de vagas, medidas como ampliação ou abertura de cursos noturnos, redução do custo por aluno, flexibilização de currículos, criação de arquiteturas curriculares e ações de combate à evasão, dentre outros mecanismos que levem à expansão do sistema de educação superior. (LÉDA; MANCEBO, 2009, p. 55)

Algumas questões merecem destaque na análise do Reuni. O princípio da indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão é esquecido no processo em questão.

Todavia, surpreendentemente, a palavra “pesquisa” não aparece uma só vez no Decreto que determina o REUNI; nem no documento de agosto de 2007, que normatiza e detalha o Decreto (intitulado Diretrizes Gerais do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais). Nas “Diretrizes” ocorre uma única menção à palavra extensão ao se referir às “Políticas de extensão universitária”, como uma dimensão do compromisso social da instituição. Sem meias palavras: a expansão desejada e ‘financiada’ é só para o ensino, seguindo antigas lições do World Bank (1994), que além de condenarem a predominância das universidades de pesquisa (*humboldtianas*) – uma realidade que nunca existiu no sistema de educação superior brasileiro – propunham as universidades (!!!) de ensino (que se ocupariam do ensino ou da formação neoprofissional), mais adequadas aos países com déficit público crônico. Em síntese, o processo de reforma em curso para as IFES implica, por um lado, regredir ou, no mínimo, congelar, o nível científico e técnico da universidade brasileira, sucateando-a e precarizando-a, no geral e, por outro, manter e ampliar os centros de excelência, em determinadas áreas específicas, de acordo com os interesses do capital financeiro, como as relativas a commodities, por exemplo, para o desenvolvimento de tecnologia de cana, de minérios, petróleo, biocombustível, dentre outros. (LÉDA; MANCEBO, 2009, p. 56)

O que nos chama a atenção é a redefinição do próprio conceito de autonomia universitária proposto neste projeto. Na prática, os limites dessa "autonomia" são voltados ao atendimento dos imperativos governamentais e seus pressupostos competitivos influenciado pela lógica mercadológica expressa pelas forças do mercado.

O Reuni tem por objetivo o oferecimento de cursos universitários voltados à formação geral dos alunos:

[...] antecedendo a formação profissional da graduação e a formação científica ou artística da pós-graduação. As principais bandeiras em sua defesa são: evitar a escolha profissional precoce, visto que esta somente ocorrerá após a conclusão do bacharelado (três anos após a entrada no ensino superior); ampliar a base de conhecimentos gerais do aluno e oferecer flexibilidade na composição curricular, através da oferta de diversas disciplinas optativas. Justifica-se, também, que esses aspectos conjugados ajudariam a reduzir a evasão no ensino superior, além de possibilitarem, mais amplamente, a empregabilidade dos egressos. (LÉDA; MANCEBO, 2009, p. 56)

O que se percebe com essa afirmativa, em que pese sua preocupação em termos da redução da evasão no ensino superior é a utilização de pressupostos voltados ao interesse da formação profissional manifesta nas forças do mercado. A flexibilidade profissional inerente à influência toyotista na organização da produção capitalista está presente. A amplitude formativa, em que pese seus limites dentro da lógica alienada e estranhada do trabalho, atende aos interesses reprodutivos do capital em comprar uma força de trabalho dócil e que se adapte rapidamente ao processo produtivo.

Esse entendimento na relação entre o trabalho e o capital fortalece a crítica ao sentido da educação nas mudanças no mundo do trabalho. Na prática, os quatro posicionamentos valorativos podem ser assim elucidados:

[...] aprender a aprender [...]: **o primeiro** posicionamento considera mais desejável o processo de aprendizagem que o indivíduo realiza sozinho, pois somente dessa forma se produziria a sua autonomia; **o segundo** ressalta que a metodologia desse processo deve ser desenvolvida pelo próprio indivíduo; **o terceiro** aspecto é o que considera primordial na condução do processo de aprendizagem, as necessidades e interesses do aluno, acentuando o aspecto funcional da educação e, por fim, **o quarto** posicionamento valorativo traz a ênfase para uma educação que esteja em sintonia com a sociedade do conhecimento. “Aprender a aprender é, pois, [...] um lema que sintetiza uma concepção educacional voltada para a formação, nos indivíduos, da disposição para a constante e infatigável adaptação à sociedade regida pelo capital” (DUARTE, 2003 apud LEDA; MANCEBO, 2009, p. 57-58)

Tomando como referência lógica toyotista expressa anteriormente, percebemos que a educação manifesta no Reuni atende aos princípios de potencializar a exploração máxima da força de trabalho tanto em nível da mais-valia absoluta, como relativa.

A lógica reprodutiva proposta nesta forma de ensino implica na intensificação do trabalho dos professores, elevando, de forma considerável, e em muitos casos, sem condições estruturais para esse fim, a relação entre professores e alunos nas salas de aula,

potencializando formas educativas manifestas em princípios tradicionais. Em outras palavras, o que se espera dos professores é uma fórmula de ensino manifesta na simples transmissão de conteúdos e adoção de formas avaliativas para esse fim, reproduzindo um conhecimento pronto e acabado.

O entendimento desta concepção educacional, em que pese seu apelo do “novo e inclusivo” recupera os princípios positivistas presentes na obra de Durkheim especialmente no que se refere ao papel do Estado como legitimador da harmonia e da disciplina. O Estado tem importante papel na educação. Tudo o que é educação deve ser submetido a sua influência. Isto não quer dizer que o Estado deva monopolizar o ensino. O fato de deixar abrir escolas que não sejam as suas, não se segue o fato de que deva tornar-se estranho ao que nelas venha a passar. A educação privada deve estar sob seu juízo e fiscalização.

Para Durkheim é preciso estabelecer uma harmonia para o trabalho. A educação é em essência, um fenômeno social que consiste em socializar os indivíduos. A educação assegura a diversidade, permitindo especializações. Com a especialização do trabalho provoca um primeiro fundo de ideias e de sentimentos comuns, mais rica diversidade de aptidões profissionais. Com efeito, a educação é para a sociedade o meio pela qual ela prepara as condições essenciais da própria existência. (...) A educação consiste em habituar os indivíduos a uma disciplina, a qual deve ter, e não pode deixar de ter, um caráter autoritário. Aperfeiçoar os indivíduos, tendo em vista a integração na sociedade, é torná-los conscientes das normas que devem orientar as atitudes de cada um e do valor imanente e transcendente das coletividades que cada um pertence ou deverá pertencer. A educação visa constituir no homem um ser novo. (LUCENA, 2013)

O princípio positivista relacionado à construção de uma lógica do trabalho alienado é "camouflado" através do "canto da sereia" da inclusão social manifesta pelo governo federal.

As propostas de aumento do acesso de camadas populares à universidade pública, a eliminação do vestibular, uma formação ampla, aumento dos índices de aprovação, dentre outros aspectos sedutores, ganham adesões de muitos desavisados, mesmo porque essas mesmas metas já foram móveis de lutas por parte dos defensores da universidade pública. No entanto, as condições de oferta desse programa, como se discutiu anteriormente, sem o suficiente aporte de recursos, favorecerão tão somente a precarização da instituição e um ensino de ‘qualidade’ duvidosa. Os documentos encobrem o sentido das mudanças que estão sendo impostas ao ensino superior no Brasil, pois sob propaganda de que se abre a universidade aos pobres, se estará oferecendo um engodo a essa mesma população, conforme recente publicação da Associação (2007^a, p. 19) adverte: “[...] o governo, por meio do PDE, busca implantar, para a maioria desfavorecida da população, uma

pseudo-educação de nível superior, que poderia ser caracterizada como um pós-médio ou ensino compensatório decorrente da baixa qualidade da educação básica.” Por fim, deve-se destacar que a proposta busca, pelos seus diagnósticos e propostas concretas, particularmente a dos bacharelados interdisciplinares, ser uma referência compatível, com outros projetos relativos a esse nível de ensino, como é o caso daquele surgido nos países da União Européia, no âmbito do Processo de Bolonha e, também, do que Sguissardi (2008, p. 6, grifos do autor) denomina de “*Modelo da Universidade Mundial* do Banco Mundial [numa alusão a Hugo Aboites que cunhou esta expressão, em 1996] ou de *Modelo Anglo-Saxônico de Universidade*. (LEDA; MANCEBO, 2009, p. 58)

O trabalho dos professores é atingido com as mudanças propostas no Reuni. Um intenso processo de precarização das condições e exercício do trabalho é imposto a esses profissionais, atendendo aos trâmites do capitalismo que apostava na intensificação do trabalho e absorção do tempo livre dos trabalhadores. O que se percebe é a instauração de um trabalho precarizado acompanhada de condições também precarizadas de formação educativa.

Figura 4 - Universidade Federal do Amazonas - Campus Benjamin Constant - obra não concluída⁵⁴



⁵⁴ <http://veja.abril.com.br/noticia/educacao/reuni-cgu-aponta-%E2%80%98sistematica-de-atrasos%E2%80%99-em-obras-das-universidades-federais>

Figura 5 - UFAM funcionando em uma antiga escola rural por falta de instalações próprias⁵⁵



Figura 6 - Paredes mofadas e alimentos armazenados de forma precária no refeitório do campus de Guarulhos da Unifesp. Foto tirada em junho/2012⁵⁶



⁵⁵ Ibid
⁵⁶ Ibid

Figura 7 - Prédio principal do campus de Guarulhos da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)⁵⁷



Figura 8 - Instalações improvisadas no campus da UFF⁵⁸



⁵⁷ Ibid

⁵⁸ Fonte: <http://veja.abril.com.br>

Figura 9 - Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) em Serra Talhada - obras paralisadas⁵⁹

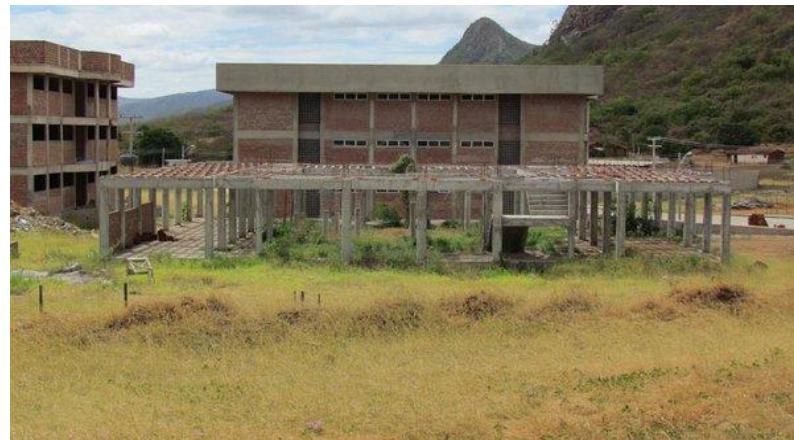
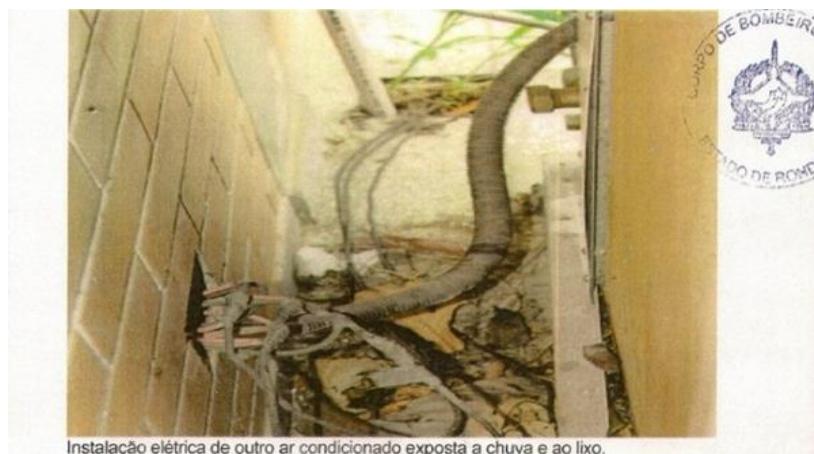


Figura 10 - Laudo do Corpo de Bombeiros sobre as condições de prédios da Universidade Federal de Rondônia (Unir)⁶⁰



⁵⁹ Ibid

⁶⁰ <http://veja.abril.com.br/noticia/educacao/reuni-cgu-aponta-%E2%80%98sistematica-de-atrasos%E2%80%99-em-obras-das-universidades-federais>

Figura 11 - Laudo do Corpo de Bombeiros sobre as condições de prédios da Universidade Federal de Rondônia (Unir)⁶¹



Outro hidrante externo em situação semelhante ao anterior.

Figura 12 - Laudo do Corpo de Bombeiros sobre as condições de prédios da Universidade Federal de Rondônia (Unir)⁶²



⁶¹ Ibid

⁶² <http://veja.abril.com.br/noticia/educacao/reuni-cgu-aponta-%E2%80%98sistematica-de-atrasos%E2%80%99-em-obras-das-universidades-federais>

Figura 13 - Laudo do Corpo de Bombeiros sobre as condições de prédios da Universidade Federal de Rondônia (Unir)⁶³



Encontramos na obra de Marx a teorização para o processo aqui apresentado. Guardadas as especificidades históricas do período em questão, Marx demonstrou a condição miserável da educação oferecida aos trabalhadores na Inglaterra do século XIX.

Ao visitar uma dessas escolas expedidoras de certificados fiquei tão chocado com a ignorância do mestre-escola que lhe disse: ‘Por favor, o senhor sabe ler? Sua resposta foi: Ah! Algo (summat). E, como justificativa, acrescentou: De todos os modos estou à frente dos meus alunos’ [...] A primeira escola que visitamos era mantida por uma Mrs. Ann Killin. Quando lhe pedi para soletrar o sobrenome, ela logo cometeu um erro ao começar com a letra C, mas, corrigindo-se imediatamente, disse que ser sobrenome começava com K. Olhando sua assinatura nos livros de assentamento escolares, reparei, no entanto, que ela o escrevia de vários modos, enquanto sua letra não deixava nenhuma dúvida quanto a sua incapacidade de lecionar. Ela mesma também reconheceu que não sabia manter o registro [...] Numa segunda escola, encontrei uma sala de aula de 15 pés de comprimento e 10 pés de largura e nesse espaço contei 75 crianças que estavam grunhindo algo ininteligível. Não é, porém, apenas nessas covas lamentáveis que as crianças recebem certificados escolares, mas nenhuma instrução, pois, em muitas escolas onde o professor é competente, os esforços dele são de pouca valia em face ao amontoado atordoante de crianças de todas as idades, a partir de 3 anos. Sua receita, mísera no melhor dos casos, depende totalmente do número de pence, recebidos do maior número possível de crianças que seja possível empilhar num quarto. A isso acresce o parco mobiliário escolar, carência de livros e outros materiais didáticos, bem como o efeito deprimente, sobre as pobres crianças, de uma atmosfera fechada e fétida. Estive em muitas dessas escolas, onde vi séries inteiras de crianças não fazendo absolutamente nada; e isso é certificado como freqüência escolar e, na estatística oficial, tais crianças figuram como sendo educadas (educated). (MARX, 1988, p. 25)

⁶³ Ibid

Marx retratou a educação oferecida aos trabalhadores nas indústrias metalúrgicas de estamparia inglesa, demonstrando que, em uma sociedade de classes organizada nas fronteiras da reificação crescente, o acesso ao conhecimento é heterogêneo e diversificado.

Toda criança, antes de ser empregada numa dessas estamparias, deve ter frequentado a escola ao menos por 30 dias e por não menos de 150 horas durante 6 meses que precedem imediatamente o primeiro dia de seu emprego. Durante a continuidade de seu emprego na estamparia, precisa igualmente freqüentar a escola por um período de 30 dias e de 150 horas a cada período semestral. [...] Em circunstâncias normais, as crianças freqüentam a escola de manhã e à tarde por 30 dias, 5 horas por dia e, após o decurso dos 30 dias, quando estatutária global de 150 horas foi atingida, quando eles, para usar seu linguajar, acabaram o seu livro, voltam para a estamparia, onde ficam de novo 6 meses até que vença outro prazo de frequência escolar, e então ficam novamente na escola até que acabem o livro novamente. [...] Muitos jovens que freqüentavam a escola durante as 150 horas requeridas, quando voltam ao término de 6 meses de permanência, estão no mesmo ponto em que estavam no começo. [...] Eles naturalmente perderam tudo quanto tinham adquirido com sua frequência anterior à escola. (MARX, 1988, p. 26)

As afirmações de Marx demonstram que a precariedade educativa dos filhos dos trabalhadores não é algo inédito no modo de produção capitalista. No contexto atual, em que pesce os discursos do “canto da sereia” em termos da elevação da sabedoria e inclusão social, o que se verifica é a permanência de um processo formativo centrado nas fronteiras do trabalho alienado e estranhado, cujo conteúdo empobrece o próprio trabalhador desprovido dos meios de produção.

Marx debateu a questão entre o trabalho e o capital na sociedade capitalista. Marx afirma nos Manuscritos que nem os deuses, nem a natureza, mas só o homem pode ter esse poder estranho sobre os próprios homens.

Com a culminação do processo de reificação, a circulação acaba por apagar a diferença entre as mercadorias, por igualar os intercambiantes. O dinheiro apresenta-se como uma matéria geral de todos os contratos e com isso apaga-se as diferenças. Uns enriquecem, outros empobrecem, uns acumulam valores de uso, outros valores de troca, uns obtém mercadorias cujo valor desaparece no consumo e outros, força de trabalho cujo consumo produz valor.⁶⁴

⁶⁴ Portal Trabalho Educação e Sociedade. Disponível em: <www.carloslucena.pro.br>. Acessado em 05 de maio de 2013.

Com o desenvolvimento da sociedade moderna instaura-se a separação entre o trabalho manual e o intelectual, entre instrução profissional e instrução geral. Na sociedade capitalista que generaliza as exigências do conhecimento sistematizado existe uma contradição. Por ser esta sociedade baseada na propriedade privada dos meios de produção, os recursos produtivos provenientes do trabalho dos homens são adquiridos pela parcela da sociedade detentora dos meios de produção. A Ciência é incorporada ao trabalho produtivo, transformando-se em potencial material atuando no capitalismo como um meio de produzir riqueza. O capital não a criou, mas desenvolveu formas de explorá-la, transformando-a numa mercadoria adequada ao seu interesse. Uma mercadoria que é utilizada, a princípio, como um meio de separação entre o saber e o trabalhador e, posteriormente, através da restrição desse saber, uma vez que a produção do conhecimento passa a ser pertencente aos domínios do capital. (LUCENA, 2004, p. 30)

A indústria moderna repousa no instrumental de trabalho, na transferência da operação produtiva das mãos dos homens para as máquinas (máquina ferramenta), potencializando o grau de intensificação da força produtiva do trabalho. Marx (1987, p. 69) discute em *A Miséria da Filosofia* que as relações sociais possuem sólidas ligações com as forças produtivas. A partir do momento, que os homens mudam a sua forma de produção, as relações sociais também são transformadas. O trabalho organiza-se e divide-se de acordo com os instrumentos de que dispõe. Para entendê-lo, inicia-se a análise pela sua divisão, dando ênfase à ascensão das máquinas.

Não possuindo as condições materiais do trabalho, os trabalhadores são obrigados a venderem a sua força de trabalho em diferentes atividades, tornando-os indiferentes ao que produzem. A produção capitalista, que possui uma base revolucionária, através da Ciência, reorganiza sistematicamente a produção e o trabalho a ela submetido. Com efeito, na busca de domínio do mercado, o capital se desdobra de ramo em ramo da produção, obrigando o trabalhador a acompanhar o seu movimento, inventando e reinventando profissões. (LUCENA, 2004, p. 35)

Com referência à formação dos trabalhadores, a divisão entre o trabalho manual e intelectual, entre proprietários e não proprietários de meios de produção acentua-se, pois, o trabalhador que detém apenas a sua força de trabalho. Tal concepção implica a divisão entre os que concebem e os que executam o processo de trabalho (LUCENA, 2013).

A formação parcial dos trabalhadores expressa em uma forma produtiva em que se divide o trabalho manual e intelectual potencializa o sentido do Reuni. Marx afirma que não existem ideias simplesmente falsas da realidade, mas uma realidade falseada, invertida, que provoca a representação ideológica correspondente. Uma teoria materialista da falsa

consciência. O desenvolvimento mais complexo da teoria é a teoria da reificação (coisificação).

Marx aponta que, diferentemente do animal, que tem necessidades limitadas e as satisfaz de maneira igualmente limitada, por meios limitados, os homens possuem necessidades ilimitadas que são sempre maiores do que o que pode produzir com o seu trabalho.

O trabalho é alienação e objetivação ao mesmo tempo. No primeiro, a matéria é o espírito fora de si e, no segundo, o resultado do trabalho existe previamente na consciência do homem e “objetiva-se” no processo de trabalho. O trabalhador reconhece no trabalho o objeto como algo independente, estranho e, ao mesmo tempo, ao modificá-lo, reconhece-o também como algo próprio. A relação negativa com o objeto converte-se em forma deste e em algo permanente, visto em frente ao trabalhador o objeto tem independência. (LUCENA, 2013)

Essa afirmação aparece nos Manuscritos de 1844 como no Capítulo Primeiro do Capital, apresentado como diferença entre a produção humana e animal, como mera objetivação e não como alienação. Marx separa-se de Feuerbach no conceito de alienação através do conceito da história. Para o primeiro, a alienação é histórica, para o segundo não o é. Nos Manuscritos de 1844, o estudo da alienação centra-se no trabalho. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou em um objeto, que se fez coisa.

A discussão sobre a mercadoria só pode ser entendida articulada dialeticamente ao conceito de alienação. Para Marx, o que possibilita que as mercadorias possam ser trocadas entre si é o fato de que todas elas são produtos do trabalho humano, e o que permite que tenham uma medida comum de valor é a natureza igual ou reduzível à igualdade dos próprios trabalhos humanos. Enquanto valor de uso, a mercadoria é produto do trabalho concreto, enquanto valor de troca, o trabalho que a produziu desaparece. O que caracteriza o trabalho que cria o valor de troca, escreve Marx na Contribuição à Crítica da Economia Política, é que as relações sociais entre as pessoas aparecem invertidas, como uma relação social entre coisas. O reverso da coisificação das relações sociais é constituído pelo fato de as coisas aparecerem perante os indivíduos como sujeitos com qualidades sociais: o fetichismo (LUCENA, 2013).

São essas críticas realizadas por Marx à Economia Política Liberal que fundamentam a situação dos professores e suas condições de ensino. O que se percebe é que o Reuni expressa

os pressupostos de um modelo educacional oferecido aos trabalhadores e, consequentemente, em sua maioria, aos filhos dos pobres.

As metas propostas nas empresas passam a ser exigidas aos próprios professores, intensificando e ocupando o seu tempo livre com o tempo do trabalho, aquilo que Marx denominou, quando em análise da manufatura, do trabalho se confundir com o lar. A adoção de novas tecnologias na educação ocupa o espaço de trabalho do professor, independente de estar ou não nas unidades educativas. O festival de "e-mails" com suas propostas, cobranças e possibilidades, invade a vida dos professores intensificando o estranhamento do e pelo trabalho.

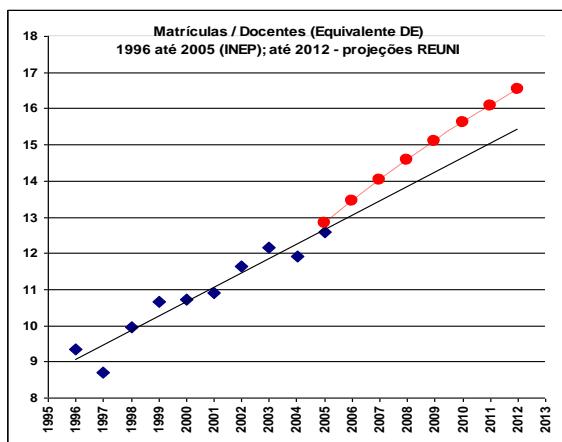
Assim, seu rol de atividades é extenso e sua carga de trabalho se estende para além dos muros das instituições, da carga horária de oito horas diárias, da semana de cinco dias, com a produção de diversos tipos de doenças, desânimo, cansaço, ansiedade, visto que em cada trabalhador, conforme graus diferenciados, sempre existem limitações corporais e subjetivas no enfrentamento desse ritmo de trabalho. Com a reforma proposta, deve-se acrescentar a esse quadro, o sobretrabalho que poderá advir da multiplicação de estudantes sob sua responsabilidade, bem como o desgaste de um cotidiano sem sentido, pois marcado pelo insucesso de estudantes que aprendem mal e competem pelo acesso ao 2º nível. (LEDA; MANCEBO, 2009, p. 58)

A precarização do trabalho dos professores com o Reuni se apresenta em sua própria lógica constitutiva. A Portaria Interministerial MEC/MPOG nº 22, de 30 abril de 2007, possibilita, a partir da criação de metas para a expansão do Reuni e seus limites orçamentários, a instauração de um "banco de professores equivalentes" e a contratação de professores substitutos.

Em síntese, o banco de professores-equivalente corresponde ao total de professores de 3º grau efetivos e substitutos em exercício na universidade, no dia 31 de dezembro de 2006, expresso na “unidade professor-equivalente”. Para chegar a essa unidade, a Portaria toma como referência a equivalência salarial entre um professor efetivo e um professor substituto, atribuindo um fator (peso) diferenciado a cada docente segundo sua condição de trabalho. Assim, um docente adjunto, em dedicação exclusiva, por exemplo, vale um pouco mais (1,55) que três professores efetivos em regime de 20 h (0,5) e um pouco menos do que quatro professores substitutos com 20 h (0,4) e tais fatores deverão ser considerados por ocasião da contratação de professores substitutos. O governo avalia a institucionalização do ‘banco’ como um grande avanço do ponto de vista da gestão da universidade pública e admite a possibilidade de estendê-lo a outros setores da administração pública. Todavia, mesmo com as modificações introduzidas na Portaria

Interministerial nº 224, de 23 de julho de 2007, considerando no cálculo a pós-graduação, o banco de professores equivalentes permanece um mecanismo ágil que força um aumento de produtividade institucional, em detrimento da qualidade, necessariamente, resultando na precarização das condições de trabalho. (LEDA; MANCEBO, 2009, p. 59-60)

Gráfico 26 - Relação alunos matriculados e docentes



Fonte: INEP

O que se verifica é um processo que intensifica o trabalho de todos os professores nas IFES.

A possibilidade de reposição rápida de professores efetivos por substitutos em maior número vai aprofundar, além disso, o fosso entre o trabalho realizado pelo professor efetivo, com dedicação exclusiva, e o trabalho do professor substituto, cujo contrato de trabalho o limita a dar aulas. Na realidade, o uso do banco afetará o trabalho de todos, pois o professor substituto possui vínculo transitório com a instituição e não pode [...] assumir cargos administrativos, desenvolver e/ou orientar pesquisas, submeter e coordenar projetos. Tudo isso leva a um comprometimento do trabalho institucional-acadêmico como um todo, pois um número cada vez menor de professores efetivos terá que acumular essas tarefas. (Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, 2007a, p. 28). (LEDA; MANCEBO, 2009, p. 60)

Tabela 20 - Matrículas e docentes nas IFES

Matrículas / docente IFES						
Ano	Matrículas *	MAT**	Prof.Eq.(DDE)***	Ano	Matrículas/DDE	MAT**/DDE
1996	388.987		41646	1996	9,34	
1997	395.833		45427	1997	8,71	
1998	408.640		41071	1998	9,95	
1999	442.562		41463	1999	10,67	
2000	482.750		45040	2000	10,72	
2001	502.960		46162	2001	10,90	
2002	531.634		45736	2002	11,62	
2003	567.101		46587	2003	12,17	
2004	574.584		48252	2004	11,91	
2005	579.687	591193	46066	2005	12,58	12,83
2006			47383	2006		13,45
2007			48699	2007		14,03
2008			50015	2008		14,58
2009			51331	2009		15,11
2010			52647	2010		15,61
2011			53964	2011		16,08
2012		913762	55280	2012		16,53

* Dados INEP. **MAT = Matrícula Projetada (dado REUNI)
***Dados INEP até 2004. Dados REUNI 2005/12 (aumento linear de 20% de docentes)

Os dados sublinhados referem-se aos números e metas do REUNI; prevê-se aqui aumento linear do número de docentes e de alunos até o final do programa, em 2012.

O aumento de matrículas projetadas até 2012 previsto pelo REUNI é de 54,6%

Fonte: INEP

A precarização das condições e trabalho nas IFES manifestas pelo Reuni possuem potencial de transformá-las em instituições apenas de ensino de baixa qualidade, reduzindo a pesquisa a centros de excelência financiados pelo capital. Aqui, se materializa um processo através do qual, setores científicos são privilegiados em detrimento de outros setores científicos.

Isso se explica a partir da lógica do trabalho expressa no modo de produção capitalista. Tomando como referência o controle da burguesia sob a abstratividade do trabalho na sociedade capitalista, o controle da ciência e seus resultados são entendidos enquanto um processo classista. O que produzir e como produzir passa a ser uma decisão das frações de classe burguesas potencializando a divisão internacional do trabalho. É nesse sentido que se apresenta os ditames do Banco Mundial que influenciaram o Reuni, tal qual demonstrado anteriormente.

No capitalismo, as tecnologias que circulam o planeta não são homogêneas e de última geração. Os países de terceiro mundo têm acesso a tecnologias obsoletas, ou semi-obsoletas, já abandonadas pelas nações que possuem uma posição predominante na divisão internacional do trabalho no planeta. Esse movimento se explica através de um processo complexo, dialético e contraditório entre a produção e a circulação das mercadorias.

Mészáros em “Para além do capital” afirma que o modo de produção capitalista apresenta uma tendência de reduzir drasticamente as práticas produtivas voltadas para a durabilidade das mercadorias produzidas.

Desse modo, a sociedade de mantém como um sistema produtivo manipulando até mesmo a aquisição dos chamados ‘bens de consumo duráveis’ que necessariamente são lançados ao lixo (ou enviados a gigantescos ferros-velhos, como os ‘cemitérios de automóveis’ etc.) muito antes de esgotada a vida útil. (MÉSZÁROS, 2002, p. 640)

O acirramento das crises cíclicas, as estratégias dos homens de negócios para recompor a acumulação e a resistência manifestada através da luta de classes, que por mais que a neguem e decretam a sua morte, insiste em intervir nas mediações da marcha da história, afetam diretamente a ciência, interferindo nos seus resultados e questionando a sua neutralidade. Mészáros em “O poder da ideologia” afirma que o controle da ciência pelo Estado cresceu ao tal ponto que não se compara com os estágios passados do desenvolvimento histórico. A própria liberdade dos cientistas entrou em discussão.

Os cientistas ganham condições de trabalho quando se manifestam estudos que atendem aos interesses reprodutivos do capital e vice-versa.

A educação precarizada pelo Reuni que aqui se apresenta atende à própria posição do Brasil na Divisão Internacional do Trabalho. Negando qualquer dimensão redentora da educação como ponto de partida de uma sociedade, entendemos que a educação que aqui se apresenta é desdobramento das condições materiais produtivas expressas no modo de produção capitalista.

Como bem alertou o próprio Einstein: “por que a ciência aplicada, que é tão magnífica, economiza trabalho e torna a vida mais fácil, nos proporciona tão pouca felicidade? A resposta é simples: ainda não aprendemos a utilizá-la adequadamente” (EINSTEIN apud MÉSZÁROS, 2004, p. 288).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre os governos FHC e Lula trouxe fundamentos para a interpretação da breve e conturbada história da influência do Neoliberalismo no Brasil. Partindo do entendimento marxiano através do qual o particular se explica no geral, percebemos que o processo em curso no Brasil ocorre em virtude das amplas mudanças e contradições em desenvolvimento em nível internacional.

O leitor deve perceber que na última frase acima, utilizamos a conjugação verbal no tempo presente. Isso não se deu ao acaso. Em outras palavras, o governo Dilma, tema que aqui não tratamos, continua as ações políticas expressas por FHC e Lula, não rompendo com as tramas do mercado internacional e seu ávido interesse em garantir as formas reprodutivas e acumulativas do capital.

Marx apontou em o Livro 3 de *O Capital* a tendência da configuração de crises cíclicas no capitalismo expressas em intervalos cada vez menores de tempo. A sua afirmação do apogeu anunciar a catástrofe e a catástrofe o apogeu norteia os entendimentos sobre os rumos da sociedade capitalista. A dimensão bancária expressa na financeirização do capital em forma mundializada norteou e norteia grupos financeiros ávidos pelo enriquecimento, independente do custo social que essa ação signifique.

O capital possui uma forma expansiva incontrolável. Sua ação de expansão e consumo se espalha por todo o planeta, cobrindo todas as formas produtivas possíveis. A expansão incontrolável do capital, tese importante defendida por Marx e retomada por Mészáros, impacta em mudanças e reestruturações em nível internacional acompanhadas de ideologias que justifiquem esse fim.

As crises cíclicas do capital, construções humanas e não sobrenaturais, foram justificadas pelas frações burguesas de classe como um fenômeno natural e conjuntural intrínseco ao movimento do mercado como uma força metafísica presente além da própria vontade do homem. A tese da economia política liberal constituída pela centralidade do mercado manifesta na relação da circulação preceder a produção ganhou ênfase no cenário do capitalismo nos últimos quarenta anos. O entendimento da circulação como ponto de partida de uma sociedade omite as relações de exploração de classe que se desenvolvem em âmbito local, regional, nacional e internacional. As relações entendidas como desprovidas da existência de classes em conflito e disputa são entendidas como um fenômeno de indivíduos relacionando-se com indivíduos, produtores com consumidores e vice-versa.

Por outro lado, em negação aos pressupostos da economia política tão caros a Smith e seus seguidores, entendemos que o processo econômico, político e social presente nos governos FHC e Lula manifesta relações classistas expressas em uma intensificação da reprodução do capital em sua forma financeira, atendendo aos trâmites sociais inerentes às respostas à crise do Welfare State exposta pela queda do Sistema de Bretton Woods e dois choques do Petróleo.

O processo de reestruturação que ocorreu entre as décadas de 1960 a 1980 implicou no empobrecimento dos países periféricos acompanhadas da ávida busca dos países centrais e os setores transnacionais a eles vinculados em garantir o retorno dos seus investimentos, criando um mercado cativo para o empréstimo constante de capital.

O Brasil participou de forma subordinada nesse movimento internacional. Em que pese os “bravejos” de Collor, a auto-suficiência de FHC e a linguagem “neo-populista” de Lula, a condição do país é subordinada em termos das relações econômicas e políticas com os países centrais. A negociação internacional com FMI em termos das formas de pagamento do montante e juros da dívida externa brasileira confirma essa afirmação.

O Plano Real foi uma invenção do Plano Brady. Em outras palavras, levando em consideração a necessidade expansiva do capital mundializado, com a crise do capitalismo no final do século passado, a própria forma de regulação estatal se transformou. A expansão do capital em sua forma financeira e produtiva implicou na mudança da ação do Estado Nacional que deveria abrir todos os espaços possíveis para uma internacionalização de suas próprias economias.

O Plano Real foi expressão maior dessa afirmativa. O que se percebe foi uma aposta internacional em governos de longa duração para viabilizar as medidas econômicas necessárias aos interesses acima demonstrados. As metas que um governo não conseguisse cumprir seriam realizadas pelo governo seguinte sustentado por sua própria legitimidade eleitoral. Esse foi o sentido demonstrado daquilo que FHC não conseguiu cumprir e Lula terminou, merecendo destaque a mudança na Previdência Social, a discussão dos transgênicos, entre outros.

As ações educacionais nesses dois governos foram implacáveis e legitimadas pelo mesmo princípio neoliberal. Tomando como referência o ensino superior, o governo FHC investiu em políticas públicas voltadas à expansão das instituições privadas. Ocorreu o crescimento e expansão destas Instituições em todo o território nacional, algumas com

considerável condição de ensino e, a ampla maioria, em condições precárias de funcionamento.

Essa expansão se justificou pelo discurso da individualidade e empregabilidade. Um processo de capacitação por conta própria ganhou corpo no Brasil, legitimado por um entendimento ideológico que a sociedade do desemprego que ali se apresentava era, na realidade, uma sociedade de oportunidades àqueles mais preparados para o mercado do trabalho. Reformas curriculares voltadas à redução do tempo formativo foram criadas, sacrificando as disciplinas de cunho social, científico e filosófico dos conteúdos oferecidos aos acadêmicos.

A expansão do ensino superior no governo FHC foi um processo contraditório. Por um lado, instaurou a precariedade na oferta das condições de ensino na maior parte das Instituições Privadas de ensino superior no Brasil, por outro, abriu espaço de trabalho para jovens professores. A dificuldade para as condições de oferta do ensino foram acompanhadas pela exigência, fruto de luta histórica das organizações docentes dos professores, merecendo destaque o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), de no mínimo 30% de mestres e/ou doutores por curso nos quadros docentes. A política avaliativa criada e a dificuldade de acompanhamento dessa mesma política, entre outros.

Por sua vez, a expansão no governo Lula não rompeu com os pressupostos ideológicos da empregabilidade manifestos no governo FHC. A mudança legislativa em torno dos 30% de professores titulados por curso para 30% do montante de toda uma Instituição proporcionou a demissão em massa de professores titulados de Instituições Privadas de Ensino Superior no Brasil, chegando ao ponto de professores esconderem a titulação com medo da perda do emprego.

A expansão universitária do governo Lula ocorreu com o Reuni. Ele expressou um movimento de expansão precária sustentado pelo mesmo princípio da empregabilidade proposta no governo FHC. A discussão do Reuni foi acompanhada pela tentativa de instauração de centros de excelência, onde ocorreriam os maiores investimentos em ciência e tecnologia. Essa afirmação manifesta a contradição através da qual a precariedade das condições oferecidas pelas IFES aos filhos dos pobres seria acompanhada pela formação de centros de excelência em total consonância com os interesses do capital. Esta foi uma iniciativa voltada ao Estado financiar a iniciativa privada, desenvolvendo patentes, oferecendo bolsas a pesquisadores, cujo resultado de suas pesquisas seriam automaticamente absorvidos pela Iniciativa Privada.

Essa ação implicou na divisão entre os próprios professores que, acometidos pelo conceito da eficiência, negam aos outros e a si mesmos, potencializando o crescimento da alienação e do estranhamento do e pelo trabalho.

O projeto neoliberal abriu espaços de trabalho a centenas de professores, mas, ao mesmo tempo, intensificou a precarização de suas próprias condições para o exercício do magistério. O projeto neoliberal, por representar a materialização da exploração de classe pela burguesia, produziu tentáculos em todos os segmentos dos países periféricos, merecendo destaque o Brasil.

A precarização do trabalho docente materializado pelo Reuni nas IFES não é um caminho sem volta. O caminho passa pela resistência política e sindical dos professores nele inseridos. Em que pese a condição lamentável de trabalho da maioria dos profissionais no exercício do magistério, são essas as condições materiais para a construção das futuras lutas sindicais, agora com um maior conjunto de professores, sendo o Andes um importante interlocutor no futuro.

Como bem afirma Marx “os homens fazem a sua história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim, sob aquelas que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (MARX, 2002, p. 6).

REFERÊNCIAS

AGGIO, Alberto. **Trinta anos sem Allende**. 2003. Disponível em: <<http://www.acessa.com/gramsci/?page=visualizar&id=270>>. Acessado em 24 de junho de 2012.

ALMEIDA, M. P. **Reformas neoliberais no Brasil**: a privatização nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso (Tese de doutorado). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2010.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Diplomacia financeira**: o Brasil e o FMI, de 1944 a 2002. 2002. Disponível em: <<http://www.pralmeida.org/04Temas/11academia/05materiais/927DiploFinanceira.html>>. Acessado em 25 de abril de 2012.

_____. **Um balanço preliminar do Governo Lula**: a grande mudança medida pelos números. 2006. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/058/58almeida.htm>>. Acessado em 25 de abril de 2012.

ALVES, Giovanni. **Toyotismo e neocorporativismo no sindicalismo do século XXI**. 2005. Disponível em: <http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/05/out5_04.pdf>. Acessado em 05 de agosto de 2012.

ALVES, Maria Aparecida; TAVARES, Maria Augusta. A dupla face da informalidade do trabalho: “autonomia” ou precarização. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 425-444.

AMADEO, Edward. Mercado de trabalho brasileiro: rumos, desafios e o papel do Ministério do Trabalho. In: POSTHUMA, Anne Caroline (Org.). **Abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil**. Brasília: OIT/MTE, 1999. 34ª ed.

AMARAL, Nelson Cardoso. Autonomia das universidades públicas federais: situação atual, propostas e perigos. In: DOURADO, L.F., CATANI, A. M. (orgs.) **Universidade pública, políticas e identidade institucional**. Campinas, Autores Associados/UFG, 1999.

AMIN, Samir; HOUTART, François. **Mundialização das resistências**: estado das lutas. São Paulo: Cortez, 2003.

ANDERSON, Perry. **O fim da história**: de Hegel a Fukuyama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

_____. A Batalha das Ideias na Construção de Alternativas. **Conferencia proferida na Conferência Geral do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO)**. La Habana, Cuba, 2003. Disponível em: <http://resistir.info/cuba/perry_anderson_havana_port.html>. Acessado em 10 de fevereiro de 2008.

ANDRIOLI, Antônio Inácio; SCHMALZ, Stefan. O governo Lula: continuidade da política neoliberal no Brasil? Revista Espaço Acadêmico, n. 62, jul de 2006. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/062/62andrioli.htm>>. Acessado em 25 de abril de 2012.

ANTUNES, Ricardo. **O novo sindicalismo**. São Paulo: Brasil Urgente, 1991.

_____. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez/Unicamp, 1995.

_____. Nota sobre a consciência. In: ANTUNES, Ricardo; RÊGO, Walquiria D. L. (Orgs.). **Luckács: um Galileu do século XX**. São Paulo: Boitempo, 1996.

_____. Lutas sociais e desenho societal socialista no Brasil dos anos 90. **Revista Crítica Marxista**. São Paulo: Brasiliense, n. 7, p. 89-110, 1998.

_____. **Os Sentidos do Trabalho:** Ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ARANHA, A. V. S. O conhecimento tácito e a qualificação do trabalhador. **Revista Trabalho e Educação**. Belo Horizonte. n° 2. 1997. p. 12-30.

ARISTÓTELES. **Metafísica**. Tradução de Leonel Vallandro. Porto Alegre: Globo, 1969.

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 1997. p. 295-376.

BACHA, E. L. Plano real: uma segunda tentativa. In: BRASIL. IPEA. **O plano real e outras experiências internacionais de estabilização**. Brasília: IPEA/CEPAL, 1997.

BARROS, Pedro Silva; HITNER, Verena. A economia política do Peru: da ruptura interrompida aos dilemas contemporâneos. **OIKOS**. Rio de Janeiro: v. 9, n. 2, 2010, p. 143-164. Disponível em: <<http://www.revistaoikos.org/seer/index.php/oikos/article/view/229/145>>. Acessado em 25 de abril 2012.

BARROS, R. D. B.; CASTRO, A. M. Terceira Idade: o discurso dos experts e a produção do “novo velho”. **Estudos interdisciplinares sobre o envelhecimento**. Porto Alegre: v. 4, 2002. p. 113-124. <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/RevEnvelhecer/article/viewFile/4723/2648>. Acessado em 8 de agosto de 2008.

BELTRAME, Sônia Aparecida Branco. **MST, Professores e Professoras:** sujeitos em movimento (Tese de Doutorado). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000.

BERNARDO, J. **Economia dos conflitos sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. **Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores:** ainda há lugar para os sindicatos? São Paulo: Boitempo, 2000.

BERZOINI, Ricardo. **Discurso de posse na pasta de Ministro da Previdência Social em 02/01/2003**. Disponível em:
<http://www1.uol.com.br/fernandorodrigues/.../discurso_de_posse-previdencia>. Acesso em: 10/06/2013 às 22h00.

BIHR, Alan. **Da grande noite à alternativa**: o movimento operário europeu em crise. São Paulo: Boitempo, 1998. 287p.

BIONDI, Aloysio. **O Brasil privatizado**: um balanço do desmonte do Estado. São Paulo: Perseu Abramo. 1999.

_____. **O Brasil privatizado II**: o assalto das privatizações continua. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

BORON, Atílio A. **Império imperialismo**: uma leitura crítica de Michael Hardt e Antonio Negri. Buenos Aires: Clasco, 2002.

_____. Hegemonia e imperialismo no sistema internacional. In: BORON, Atílio A. (org.). **Nova Hegemonia Mundial**: alternativas de mudança e movimentos sociais. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales, 2004.

BOITO JR. A. Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil. **Revista Crítica Marxista**. São Paulo: Brasiliense, v. I. n. 3, p. 80-105. 1996.

BRAMI-CELENTANO, Alexandrine; CARVALHO, Carlos Eduardo. A reforma tributária do governo Lula: continuísmo e injustiça fiscal. **Revista Katálysis**. Florianópolis: v. 10 n. 1 p. 44-53 jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v10n1/v10n1a06.pdf>>. Acessado em 25 de abril de 2012.

BRANT, Vinícius Caldeira. **Paulínia**: Petróleo e Política. São Paulo: CEBRAP, 1990.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução nº 3, de 4 de março de 1997**. Brasília: FNDE, 1997.

_____. Ministério da Educação. **Balanço sobre o Fundef 1998-2000**. Brasília, 2000.

_____. Ministério da Fazenda. **Plano Real**: Programa de Ação Imediata. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/portugues/real/pai.asp>>. Acessado em 6 de maio de 2012.

BRAVERMAM, H. **Trabalho e capitalismo monopolista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O Plano Brady. **Revista Isto É - Senhor**. 22/03/1989. Disponível em: <<http://www.oocities.org/laertemoreira/planobrady.html>>. Acessado em 10 de junho de 2012.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Uma nova gestão para um novo Estado: liberal, social e republicano. **Revista do Serviço Público**. v. 52 (1), janeiro. p. 5-24. 2001.

_____. **O paradoxo da esquerda no Brasil**. Novembro 2005. Disponível em: <http://www.filolite.com/extranet_filolite/content/arquivos_pdf/dedde912ffe64a9b92774cc6d2ef04aa.pdf>. Acessado em 12 de março de 2012.

_____. O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. **São Paulo em Perspectiva**. v. 20, n. 3, p. 5-24, jul./set. 2006.

BRUNI, José Carlos. Uma introdução ao presente. In: BRUNI, José Carlos; MENNA-BARRETO, Luiz; MARQUES, Nelson. **Decifrando o tempo presente**. São Paulo: Unesp, 2007. p. 11-23.

CALLINICOS, Alex. Igualdade e capitalismo. In: BORON, Atilio A.; AMADEO, Javier; GONZALEZ, Sabrina (Orgs.). **A teoria marxista hoje: Problemas e perspectivas**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2007.

CARCANHOLO, Marcelo Paixão. **Dívida externa e suas sequelas sobre a população afrodescendente do Brasil**: uma análise. Disponível em: <prospectiva.www.laeser.ie.ufrj.br/pdf/uma_analise_prospectiva.pdf>. Acessado em 12 de março de 2012.

CARCANHOLO, Reinaldo. A Dialética da Mercadoria: guia de Leitura. **Textos Didáticos**. Espírito Santo: UFES/ Fundação Cecílio Abel de Almeida, n. 4, 1993.

CARDOSO, Fernando Henrique. Política externa: fatos e perspectivas. **Política Externa**. v. 2, n. 1, jun. 1993.

_____. **Discurso durante o encontro de Chanceleres em La Paz, Bolívia, 26 de junho de 2001**. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos-1/2o-mandato/2001-1o-semestre/65.pdf/at_download/file>. Acessado em 15 de junho de 2012.

_____. **Leia a íntegra do pronunciamento de FHC sobre o fim do racionamento**. 2002. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u41968.shtml>>. Acessado em 14 de maio de 2013.

CARNEIRO, Dionísio Dias; MODIANO, Eduardi. Ajuste externo e desequilíbrio interno. In: ABREU, Marcelo Paiva (org). **A ordem do progresso**: cem anos de política republicana. p. 43-47. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/54970135/11/CAPITULO-12-%E2%80%93-AJUSTE-EXTERNO-E-DESEQUILIBRIO-INTERNO-1980-1984>>. Acessado em 12 de março 2012.

CARVALHO, L. J. O MST e a questão agrária: os atos de ocupação de terra de FHC a Lula. **II Jornada Internacional de Políticas Públicas**. São Luiz, 2005. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppII/pagina_PGPP/Trabalhos2/Lenise_Jesus_carvalho303.pdf>. Acessado em 03 de agosto de 2011.

CASTELLS, Manuel. **A teoria marxista das crises econômicas e as transformações do capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

CERVO, Amado Luiz. Relações Internacionais do Brasil: um balanço da Era Cardoso. **Revista Brasileira de Política Internacional**. n. 45, 2002. p. 05-35.

_____. A contra-revolução do desenvolvimento. **Carta Internacional**. n. 71, Ano VII, Janeiro de 1999.

CHESNAIS, François. O capitalismo de fim de século. In: COGGIOLA, Osvaldo L. A. (Org.) et. al. **Globalização e Socialismo**. São Paulo: Xamã, 1997. p. 7-34.

COELHO, Eurelino. **Resenha do livro “A economia política do governo Lula”** de FIGUERIAS, Luiz; GONÇALVAS, Reinaldo. São Paulo: Contraponto, 2007. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal26/20lula.pdf>>. Acessado em 12 de março de 2012.

CORAZZA, Gentil. **O processo de privatização do governo Collor**. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/297/513>>. Acessado em 12 de julho de 2011.

CORAZZA, G.; FERRARI FILHO; Fernando. A política econômica do Governo Lula no primeiro ano de mandato: perplexidade, dilemas, resultados e alternativas. **Revista Índice Econômico**. FEE, Porto Alegre: v. 32, n. 1, p. 243-252, maio 2004. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/moeda/pdfs/politica_economica_governo_lula.pdf>. Acessado em 04 em agosto de 2011.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Democracia como Valor Universal**. São Paulo: Cortez, 1992.

Cremonese, Dejalma. **A origem e a implementação do neoliberalismo no mundo e no brasil**. Disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalhos915/origem-neoliberalismo-brasil/origem-neoliberalismo-brasil2.shtml>>. Acessado em 13 de junho de 2013.

DAVIES, Nicholas. Governo Fernando Henrique Cardoso e o Programa “Toda Criança na Escola”: a fragilidade das estatísticas oficiais. **Revista brasileira de Estudos pedagógicos**. Brasília: v. 83, n. 203/204/205, p. 23-43, jan./dez. 2002.

DAWIS, Mike. **Planeta favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

DELORS, Jacques. **Educação**: um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez, 2001.

DEWEY, John. **Democracia e educação**: introdução à filosofia da educação. São Paulo: Nacional, 1979. 4^a ed.

DOWBOR, L. **O mosaico partido**: a economia além das equações. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

_____. **Introdução teórica à crise**: salários e lucros na divisão internacional do trabalho. São Paulo: Brasiliense, 1981.

DUARTE, Newton. **A Individualidade para-si**: contribuição a uma teoria histórico-social da formação do indivíduo. Campinas: Autores Associados, 1993.

_____. **Vigotski e o “Aprender a Aprender”**: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigostkiana. Campinas: Autores Associados, 2000.

DURKHEIM, E. **L'Éducation morale**. Paris: Alcan, 1925.

_____. **La Educación Moral**. Buenos Aires: Losada, 1947.

- _____. **Lições de Sociologia**. São Paulo: Martins Fontes, 1950.
- _____. **As regras do método sociológico e outros textos**. São Paulo: Nacional, 1968.
- _____. **Educação e Sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1977.
- _____. **Educação Moral**. In: DURHKEIM, E. **Sociologia, Educação e Moral**. Lisboa: Rés, 2001.
- DUWE, Grant. **Mass Murder in the United States: A History**. McFarland & Company, Inc., 2007. Disponível em: <<http://www.albany.edu/scj/jcpc/vol15is1/Bratina.pdf>>. Acessado em 22 de fevereiro de 2009.
- ECHEVERRÍA, J. I. Relato sobre uma flutuação “suja” com dolarização: o Peru entre 1990 e 1992. In: BRASIL. IPEA. **O plano real e outras experiências internacionais de estabilização**. Brasília: IPEA/CEPAL, 1997.
- ENGELS, Friedrich. **Prefácio da Dialética da Natureza**. 1952. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/img/obras/dialectica_da_natureza.asp>. Acessado em 04 de abril de 2008.
- _____. **A dialética da natureza**. São Paulo: Paz e Terra/Apêndice, 1991. p. 215- 238.
- _____. **O Anti During**. 2002. Disponível em: <http://www.pstu.org.br/biblioteca/engels_antiduhring.pdf>. Acessado em 10 de maio de 2007.
- _____. **Discurso no Funeral de Karl Marx em 18 de março de 1883**. 2006. Disponível em: <<http://www.opopssa.info/Livros/Discurso%20no%20Funeral%20de%20Karl%20Marx.pdf>>. Acessado em 10 de agosto de 2008.
- _____. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- EINSTEIN, Albert. **Como vejo o mundo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
- FARIA, Maria da Graça Druck. **Terceirização: (Des) Fordizando a Fábrica**. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 1995.
- FAUSTO, Ruy. **Dialética Marxista, Dialética Hegeliana: A Produção Capitalista como circulação simples**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- FONTAINE, T. Arturo. La Critica de la “Escuela Austríaca” al Socialismo. **Estudios públicos**. Chile: n. 10, 1983.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- FREITAS, Rosana de Carvalho Martinelli. A política de combate à pobreza e as agências multilaterais: um estudo comparativo entre o Brasil e o México nas décadas de 80 e 90. **Anais da II Jornada Internacional de Políticas Públicas, mundialização e Estados Nacionais**. A

questão da emancipação e da soberania. UFMA, 2005. Disponível em:
<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppII/pagina_PGPP/Trabalhos2/Rosana_de_Carvalho_martinelli_Freitas.pdf>. Acessado e, 23 de junho de 2009.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e Liberdade**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a Crise do Capitalismo Real**. São Paulo: Cortez, 1995.

FURTADO, Celso. **Seca e Poder**: entrevista com Celso Furtado. São Paulo: Perseu Abramo, 1999. 2^a ed.

FUKUYAMA, FRANCIS. **O fim da história e o último homem**. São Paulo: Rocco, 1992.

GADOTTI, Moacir (Org.). **Perspectivas Atuais da Educação**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

GALLO, Ezequiel. Hayek y la investigacion historica: algunas reflexiones. **Revista Estudios Públicos**. Santiago, Chile: n. 50, 1993. p. 1-18.

GAMBOA, Sílvio Sánchez. **Pesquisa em educação**: métodos e epistemologias. Chapecó: Argos, 2007.

GOERGEN, Pedro. **Pós-Modernidade, ética e educação**. Campinas: Autores Associados, 2001.

GORENDER, Jacob. Hegemonia Burguesa: reforçada pela prova eleitoral de 94. **Revista Crítica Marxista**. São Paulo, 1995.

GORZ, A. **Adeus ao Proletariado**: para além do socialismo. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987. 203p.

GRASEL, Disceu. A política educacional no contexto neoliberal. **Educação & Sociedade**. ano X, nº 22, Novembro/2000.

GRAMSCI, A. **Concepção Dialética da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GROS, Denise Barbosa. **Institutos liberais e neoliberalismo no Brasil da nova república**. Tese de doutorado. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 2003. Disponível em:
<http://www.fee.tche.br/sitefee/download/teses/teses_fee_06.pdf>. Acessado 12 de março 2012.

GREENPEACE. **Transgênicos**: documento contexto político. Disponível em:
<http://www.greenpeace.org/raw/content/brasil/documentos/transgenicos/greenpeacebr_050430_transgenicos_documento_contexto_politico_port_v1.pdf>. Acessado em 07 de agosto de 2012.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1996. 6^a ed.

- HAYEK, F. A. The Theory of Complex Phenomena en el volumen *The Critical Approach to Science and Philosophy*. In: BUNGE, M (Ed.). **Essays in Honor of K. R. Popper**. Londres: MacMillan Publishing, 1964.
- _____. **O caminho da Servidão**. São Paulo: Globo, 1974.
- _____. *New Studies in Philosophy, Politics, Economics and History of Ideas*. Londres e Henley: Routledge & Kegan, 1985.
- _____. Los fundamentos éticos de una sociedad libre. **Exposición en el Ciclo de Conferencias sobre Fundamentos de um Sistema Social Libre**. Santiago de Chile: Estudios Públicos, abril de 1981a.
- _____. Los fundamentos éticos de una sociedad libre. **Estudios públicos**. 1981b, n.3.
- _____. Los principios de un orden social liberal. **Estudios públicos**. 1982, n.6.
- _____. El Uso del Conocimiento en la Sociedad. Traduzido da **American Economic Review**. XXXV, N° 4 (setembro, 1945), 519-30. Estudios Públicos, n. 12, 1983.
- _____. **Porque não sou conservador**. 2008. Disponível em:
<<http://www.ordemlivre.org/?q=node/114>>. Acessado em 15 de abril de 2011.
- HIRATA, Helena. Da polarização das qualificações ao modelo da competência. In: FERRETTI, Celso João et al. (Orgs.). **Novas Tecnologias, Trabalho e Educação**: um debate multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 1994.
- HOBSBAWM, Eric. J. **Pessoas extraordinárias**: resistência, rebelião e jazz. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998a.
- _____. **A era dos impérios**: 1875-1914. Tradução Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998b.
- _____. **A era dos extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- _____. **Jornal Geneton**. 2004. Disponível:
<<http://www.geneton.com.br/archives/000143.html>>. Acessado em 10 de janeiro de 2008.
- _____. **Estratégias para uma esquerda racional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- _____. **Globalização, Democracia e Terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- _____. **A era das revoluções**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.
- HOVLAND, C. I.; LUMSDAINE, A.; SHEFFIELD, F. **Experiments on mass communication**. Princeton: Princeton University, 1949.
- IANNI, Octávio. **Dialética & Capitalismo**. São Paulo: Vozes, 1987.
- _____. **A Era do Globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. 225p. 3^a ed.

_____. Neoliberalismo e nazi-fascismo. **Revista Crítica Marxista**. São Paulo, Xamã, nº 7., 1998. pp. 112-120.

JIMENEZ, Susana Vasconcelos (Coord.). A formação sindical no reino da qualificação: breves considerações sobre a política de formação da CUT. **Revista do Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade**. Fortaleza: UECE, 2000.

_____. **A Docência no Contexto das Relações entre Trabalho e Educação**: um exame crítico das teorizações e propostas dominantes no campo da formação do professor. Fortaleza: IMO (UECE/UFC)/UNCAP, 2003a.

_____. **Consciência de Classe ou Cidadania Planetária?** Notas críticas sobre os paradigmas dominantes no campo da formação do educador. Fortaleza, 2003b.

JIMENEZ, Susana Vasconcelos; MENEZES, Ana Maria Dorta de; ARAÚJO, Raquel Dias. **Trabalho e Educação**: uma intervenção crítica no campo da formação docente. Fortaleza: Demócrata Rocha, 2001.

KATZ, C; COGGIOLA, O. **Neoliberalismo ou Crise do Capital?** São Paulo: Xamã, 1996.

KOSIC, Karel. **A dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. 2^a ed.

KUENSER, Acácia Zeneida. **Competência, conhecimento e competências no trabalho e na escola**. Disponível em: <<http://www.senac.br/informativo/BTS/282/boltec282a.htm>>. Acessado em 10 de dezembro de 2007.

_____. **Competência como Práxis**: os Dilemas da Relação entre Teoria e Prática na Educação dos Trabalhadores. Disponível em: <<http://www.senac.br/informativo/BTS/303/boltec303g.htm>>. Acessado em 10 de dezembro de 2007.

_____. As políticas de formação: A constituição da identidade do professor sobrante. **Educação & Sociedade**. ano XX, nº 68, Dezembro/99.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização**. Trad. Karen Elsabe Barbosa. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

_____. **Os últimos combates**. Petrópolis: Vozes, 1997. 394p.

LAGUEUX, M. Ordre spontané et darwinisme méthodologique chez Hayek. In: DOSTALER, G.; ÉTHIER, D. (eds.). **Friedrich Hayek**: Philosophie, économie et politique. Montréal: ACFAS, 1988. p. 87-103

LAMPRÉIA, Luiz Felipe. Seguir em Frente. **Carta Internacional**. n. 71, Ano VII, Janeiro de 1999.

LARANJEIRA, Álvaro Nunes. O polimento da imagem pública de Luiz Inácio Lula da Silva passando pelos conceitos de hegemonia, política de opinião e simulacro. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**. 2006. Disponível em: <<http://www.compos.org.br/seer/index.php/compos/article/viewFile/117/116>>. Acessado em 14 de fevereiro de 2013.

LÉDA, Denise Bessa; MANCEBO, Deise. REUNI: Heteronomia e precarização da universidade e do trabalho docente. **Revista Educação e Realidade**. n. 34, 2009. p. 49-64.

LEFORT, Fabio. **Dívida externa brasileira e o plano Brady**. Disponível em: <http://www.mackenzie.br/fileadmin/Graduacao/CCSA/Publicacoes/Jovens_Pesquisadores/02/2_07.pdf>. Acessado em 11 de julho de 2012.

LEHER, Roberto. **Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização: a Educação como estratégia do Banco Mundial para o “alívio” da pobreza**. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998.

LÊNIN, Vladimir Ilich. **O imperialismo**: fase superior do capitalismo. Tradução Olinto Beckerman. São Paulo: Global, 1987. 4ª ed.

LENZ, Maria Heloisa. A evolução do conceito de renda da terra no pensamento econômico: Ricardo, Malthus, Adam Smith e Marx. **Anais do XIII Encontro Nacional de Economia Política – SEP**. João Pessoa: 2008.

LESBAUPIN, Ivo. **Governo Lula**: O Governo Neoliberal que deu certo? 2006. Disponível em: <www.iserassessoria.org.br/novo/arqsupload/133.doc>. Acessado em 10 de julho de 2012.

LESSA, Sérgio. **Para uma Ontologia**: um retorno à ontologia medieval. São Paulo: Boitempo, 1996.

LIMA, Kátia. **Contra-reforma da educação nas universidades federais**: o REUNI na UFF. Disponível em: <http://www.aduff.org.br/especiais/download/20090917_contra-reforma.pdf>. Acessado em 05 de março de 2013.

LIMA, Kátia R. S. Reforma universitária do governo Lula e educação a distância: democratização ou subordinação das universidades públicas à ordem do capital? **Revista ADVIR**. n. 14. Setembro de 2001. Publicação da Associação de docentes da UERJ (ASDUPERJ). p. 57-65.

LINS, Renata. **Parcerias PÚBLICO-PRIVADAS**: uma ameaça à democracia, 2006. Disponível em: <<http://lbsrzd-686216616.us-east-1.elb.amazonaws.com/noticia/2781+artigo+parcerias+publico+privadas+uma+ameaca+a+democracia>>. Acessado em 07 de agosto de 2011.

LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luis. **Marxismo e história de educação**: algumas reflexões sobre a historiografia educacional brasileira recente. Tese de doutorado. Campinas: Unicamp, 1993.

_____. História da educação brasileira e marxismo. **Revista Trajetos**. n° 1, 1994.

_____. **Capitalismo, Trabalho e Educação**. Campinas: Autores Associados, 2002.

LONDRES, Flávia. **Campanha Por um Brasil Livre de Transgênicos**: um balanço de fins de 2002 a fins de 2003. 2003. Disponível em: <<http://www.social.org.br/relatorio2003/relatorio017.htm>>. Acessado dia 05 de abril de 2013.

LOPES, Bárbara. **O Lacônico Governo Collor (1989-1992): Prelúdio Neoliberal.** 2005. Disponível em: <<http://igepri.org/news/2011/05/o-laconico-governo-collor-1989-1992-preludio-neoliberal/>>. Acessado em 12 de julho de 2012.

LOPES, Carlos Magno de Lima. O Reuni e a intensificação do trabalho docente. **V Jornada Internacional de Políticas Públicas.** São Luís, 2011.

LÖWY, Michael. Barbárie e modernidade no século XX. **Critique Communiste.** n. 157. Fórum Social Mundial. Brasil, Dez. 2000. Disponível em: <<http://ruibebiano.net/zonanon/non/plural/doc44.html>>. Acessado em 15 de outubro de 2008.

_____. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen:** marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. São Paulo: Cortez, 2003.

LUCENA, Carlos. **Aprendendo na luta:** a história do sindicato dos petroleiros de Campinas e Paulínia. São Paulo: Publisher Brasil, 1997.

_____. **Os tempos modernos do capitalismo monopolista:** um estudo sobre a Petrobrás e a (des) qualificação profissional dos seus trabalhadores. Tese de doutorado. Campinas: Unicamp, 2001.

_____. **Tempos de destruição:** educação, trabalho e indústria do petróleo no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2004.

_____. Marxismo, crise do capitalismo monopolista e qualificação dos trabalhadores. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. **Marxismo e Educação:** debates contemporâneos. Campinas: Autores Associados, 2005.

_____. Capital, ciência e precarização: um estudo sobre a (des) qualificação profissional dos trabalhadores da Petrobrás. **Revista de Educação PUC-Campinas.** Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2006, n. 20. pp. 77-93.

_____. (org.) **Capitalismo, Estado e Educação.** Campinas: Átomo, 2008a.

_____. (org.) **Trabalho, precarização e formação humana.** Campinas: Átomo, 2008b.

_____. **Portal, Trabalho, Educação e Sociedade.** Disponível em: <www.caroslucena.pro.br>. Acessado em 08 de junho de 2013.

LUCENA, C.; LOMBARDI, J. C.; FERRI, C. Educação, qualificação profissional e empregabilidade em Caçador-SC. **Anais da III Jornada do HISTEDBR.** Americana: Unisal, 2003.

LUCENA, Maria de Lurdes Almeida e Silva; GONÇALVES NETO, Wenceslau. Imprensa e educação: um estudo sobre o pensamento educacional überlandense através do Jornal “A Tribuna” (1930-1942). **Revista Histedbr On Line.** n. 27, setembro, 2007.

MACHINÉA, J. L. Uma reflexão a meio caminho: dois anos de conversibilidade. In: BRASIL. IPEA. **O plano real e outras experiências internacionais de estabilização.** Brasília: IPEA/CEPAL, 1997.

MAIA, Osterne; JIMENEZ, Susana. A chave do saber: um exame crítico do novo paradigma educacional concebido pela ONU. In: JIMENEZ, Suzana; RABELO, Josefa Jackline (Orgs). **Trabalho, Educação e Luta de Classes**: a pesquisa em defesa da história. Fortaleza: Brasil Tropical, 2003. p. 105-125.

MALAN, Pedro. **Entrevista à Radio CBN, Brasil, 15 de maio de 1988**. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/portugues/documentos/1998/P980515b.asp>>. Acessado em 15 de junho de 2012.

_____. **Transcrição da Palestra do Ministro no Seminário Internacional Estratégias para a Superação da Pobreza**. 07/11/2002. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/portugues/documentos/2002/Pr021114.asp>>. Acessado em 15 de junho de 2012.

_____. **Pronunciamento - Palestra do Ministro da Fazenda, Pedro Sampaio Malan, por ocasião do Seminário Internacional sobre Financiamento da Saúde e Estabilização Econômica, promovido pela Organização Pan-Americana de Saúde**. 03/10/1997. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/portugues/documentos/1997/pr971003.asp>>. Acessado em 15 de junho de 2012.

_____. **Pronunciamento: Crise não acabou, alerta Malan**. 22/11/1997. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/portugues/documentos/1997/pr971122.asp>>. Acessado em 15 de junho de 2012.

_____. **Entrevista à homepage do Ministério da Fazenda Malan analisa origem da crise das bolsas**. 12/11/1997. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/portugues/documentos/1997/pr971112.asp>>. Acessado em 20 de junho de 2012.

_____. **Pronunciamento: Brasil mantém rumo de política econômica**. 12/01/1998. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/portugues/documentos/1998/P980112.asp>>. Acessado em 30 de junho de 2012.

_____. **Transcrição da fala do ministro Pedro Malan durante a abertura da apresentação do Programa de Estabilidade Fiscal na Câmara dos Deputados - Qüinquagésima - Primeira Reunião do Comitê Interino**. 04/10/98. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/portugues/documentos/1998/P981004.asp>>. Acessado em 15 de julho de 2012.

MALTHUS, Thomas Robert. **Ensaio sobre a População**. Tradução de por Antonio Alves Cury. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Coleção Os Economistas.

MARIN, Solange Regina. A Análise Situacional de Karl Popper: alguma analogia com a lógica da situação na Economia? **Economia e Sociedade**. Campinas: Unicamp, Vol. 17, n. 2, 2008.

MARQUES, Angela Peralva Baumgratz; PEREIRA, Valter Pires. Nem esquerdas e nem revolução, o processo de busca do centro. **Revista Ágora**. Vitória: n. 1, 2005, p. 1-21. Disponível em:

<http://www.ufes.br/ppghis/agora/Documentos/Revista_1_PDFs/Angela%20Peralva%20-%20%C3%81gora_1.pdf>. Acessado em 05 de maio de 2013.

MARQUES, Ramiro. **A Ética de Karl Marx (1818-1883)**. Disponível em: <http://www.eses.pt/usr/ramiro/docs/etica_pedagogia/A%20ÉTICA%20DE%20KARLMARX%5B1%>. Acessado em 07 de agosto de 2008.

MARQUES, Rosa Maria; MENDES, Áquiles. **São Paulo em Perspectiva**. n. 18, v.3, p. 3-15, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n3/24774.pdf>>. Acessado em 05 de maio de 2013.

MARX, K. **O Capital: crítica de la economía política**. México: Fondo de Cultura Econômica, 1966.

_____. **Elementos fundamentais para la crítica de la economía política**. Grundisse. Buenos Aires: Siglo XXI Argentina, 1973.

_____. **Crítica da educação e do ensino**. Comentário e notas de Roger Dangeville. Portugal: Moraes, 1978a.

_____. **18 Brumário de Luís Bonaparte**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978b.

_____. Prefácio à contribuição para a crítica da economia política. In: MARX, K. **Consequências sociais do avanço tecnológico**. São Paulo: Populares, 1980a.

_____. Grundisse. In: MARX, K. **Obras Completas: consequências sociais do avanço tecnológico**. São Paulo: Populares, 1980b.

_____. **A ideología alemana**. São Paulo: Moraes, 1984a. 119p.

_____. **O Capital: crítica da economia política**. Livro 3º, Volume VI, tradução Reginaldo Sant' Anna. São Paulo: Nova Cultural, 1984b. 305p. 3ª ed.

_____. **O Capital: crítica da economía política**. Livro 1º, Volume I, tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1985a. 301p. 2ª ed.

_____. **Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Grundisse) 1857-1858**. Volume 2. México DF: Siglo Veintiuno, 1985b. 10ª ed.

_____. **Capítulo VI (inédito) do livro I de O Capital**. São Paulo: Ciências Humanas, 1985c. 169 p.

_____. **Miseria de la filosofía**. México DF: Siglo Veintiuno, 1987. 215p.

_____. **O Capital: crítica da economia política**. Livro 1º, Volume II, tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1988. 294p. 3ª ed.

_____. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998. 254p.

- _____. **Para uma crítica à economia política.** 2001. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_fontes/acer_marx/tme_08.pdf>. Acessado em 02 de março de 2008.
- _____. **Sobre o suicídio.** São Paulo: Boitempo, 2006.
- _____. **A ideologia alemã.** São Paulo: Boitempo, 2008.
- MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto Comunista.** São Paulo: Boitempo, 1998.
- MARTINS, José de Souza. Reforma Agrária – o impossível diálogo sobre a história possível. Tempo Social. **Revista Sociologia.** São Paulo: USP, 2000.
- MATTOSO, Jorge. **O Brasil Desempregado.** São Paulo: Perseu Abramo, 1999.
- MAZZUCHELLI, Frederico. **A contradição em processo:** o capitalismo e suas crises. Campinas: Unicamp, 2004.
- MEIRELLES, Henrique de C. **Carta aberta ao Ministro da Fazenda Henrique de Campos.** 21/1/2003. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/appron/Pron/Port/200301PRPCarta%20Aberta%20ao%20Ministro%20da%20Fazenda-Henrique%20de%20Campos%20Meirelles.pdf>>- acesso em: 10/06/2013 às 14:00h.
- _____. **Discurso de Posse do Presidente do Banco Central do Brasil.** 07/01/03. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pec/appron/Pron/Port/200301PRP-Discurso%20de%20Posse%20do%20Presidente%20do%20Banco%20Central%20do%20BrasilHenrique%20de%20Campos%20Meirelles.pdf>- acesso em: 17/06/2013 às 20h00.
- _____. **Palestra no Seminário “Política Monetária, Inflação e Crescimento Econômico”.** 26/08/2003. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/appron/Pron/Port/200308PRP-Palestra%20Pol%EDtica%20Monet%E1ria%2C%20Infla%E7%E3o%20e%20Crescimento%20Econ%F4mico-Henrique%20de%20Campos%20Meirelles.pdf>> acesso em: 10/06/2013 às 18:00h.
- _____. **Discurso na Cerimônia de Posse do Diretor Alexandre Schwartsman.** 04/11/2003. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pec/appron/Pron/Port/200311PRP-Discurso_schwartsman.pdf>. Acessado em 10 de junho de 2013.
- _____. **Palavras do Presidente na Abertura do Seminário “Depois do Consenso de Washington” 28/08/2003].** Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/appron/Pron/Port/200308PRP-Semin%E1rio%20Depois%20do%20Consenso%20de%20WashingtonHenrique%20de%20Compos%20Meirelles.pdf>>. 10/06/2013 às 22h00.
- _____. **Palestra do Presidente do Banco Central em Seminário no Congresso Nacional.** 02/12/2003. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pec/appron/Pron/Port/disco..._meireles_PMDB.pdf>. Acessado em 10 de junho de 2013.

- MELLER, Patrício. A política antiinflacionária chilena da década de 90. In: BRASIL. IPEA. **O plano real e outras experiências internacionais de estabilização**. Brasília: IPEA/CEPAL, 1997.
- MELLO, A. F. **Capitalismo e mundialização em Marx**. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- _____. **Marx e a globalização**. São Paulo: Boitempo, 1999. 286p.
- MERCADANTE, A. **As bases do novo desenvolvimentismo no Brasil**: análise do governo Lula entre 2003 e 2010. Tese de doutorado. Campinas: Unicamp, 2010.
- MÉSZÁROS, István. **Marx**: a teoria da alienação. Trad. Watensis Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- _____. A Crise Atual. **Caderno Ensaios**. São Paulo: n. 17, 1985.
- _____. **Filosofia, Ideologia e Ciência Social**. São Paulo: Ensaio, 1993.
- _____. **Para além do capital**. Trad. Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.
- _____. **O século XXI**: socialismo ou barbárie? São Paulo: Boitempo, 2003.
- _____. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- _____. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MORAIS, Reginaldo C. Correa de. Liberalismo e neoliberalismo: uma introdução comparativa. **Primeira Versão**. Campinas: IFCH-Unicamp, n. 73. março de 1997.
- MOURA, Alkimar R., Rumo à entropia: a política econômica, de Geisel a Collor. In: LAMOUNIER, B. (org.) **De Geisel a Collor**: o balanço da transição. São Paulo: Sumaré, 1990.
- MUNHOZ, Dercio Garcia. (s/d) Disponível em:
<<http://www.jornaldaimprensa.com.br/Editorias/5582/Privatiza%C3%A7%C3%A3o:-o-sucesso-dos-falsos-liberais>>. Acessado em 05 de maio de 2013.
- NAPOLEONE, Cláudio. **Lições sobre o capítulo sexto (inédito) de Marx**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Ciências Humanas, 1981. p. 86-95.
- NASCIMENTO, Rangel Silvando da Silva do. **A política econômica externa do governo Collor**: liberalização comercial e financeira. Disponível em:
<www.seufuturonapratica.com.br/.../Jan_Jul.../Artigo_Rangel.pdf>. Acessado em 12 de julho de 2012.
- NETTO, José Paulo. **Capitalismo e Reificação**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- NOGUEIRA, K. A. **Educação, saber e produção em Marx e Engels**. São Paulo: Cortez, 1990.

NORONHA, Olinda Maria. **Políticas neoliberais, conhecimento e educação**. Campinas: Alínea, 2002.

NOSELLA, Paolo. **A Escola de Gramsci**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1992.

OLIVEIRA, Francisco. Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento. In: OLIVEIRA, Francisco; RIZEK, Cibele Saliba (Orgs). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 15-48.

OLIVEIRA, Francisco. **O Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003. P. 121-150.

OLIVEIRA, Marcos Antonio Lima de. **As empresas brasileiras e a busca da competitividade**. Disponível em:

<http://www.qualitas.eng.br/qualitas_artigos_empresas.html>. Acessado em 11 de julho de 2012.

PACHECO FILHO, Calino. **Emprego e salário**: saldos do governo Collor. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/709/957>>. Acessado em 12 de julho de 2012.

PALERMO, Vicente. Algumas hipóteses comparativas entre Brasil e Argentina no século XX. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, v. 17, n. 33, p. 123-130, jun. 2009.

PALOCCI F. Antonio. **Exposição no seminário "Seis Anos de Metas de Inflação no Brasil"**. 01/09/2005. Disponível em:

<<http://www.fazenda.gov.br/portugues/releases/2005/r01090.asp>>. Acesso 10/06/2013 às 23:00h.

_____. [Discurso na Conferência da OCDE "Investimento para o desenvolvimento: ações concretas"]. 26/10/2005. Disponível em:

<<http://www.fazenda.gov.br/portugues/documentos/2005/p261005.asp>>. Acessado em 10 de janeiro de 2013.

_____. **Discurso na recepção ao Diretor Gerente do FMI Rodrigo de Rato**. 10/01/2006. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/portugues/documentos/2006/p100106.asp>>. Acessado em 10 de junho de 2013.

PAQUAY, Léopold; WAGNER, Marie-Cécile. Competências profissionais privilegiadas nos estágios e na vídeo-formação. In: PAQUAY, Léopold; PERRENOUD, Philippe; ALTET, Élelyne Charlier (Orgs.). **Formando Professores Profissionais**: Quais estratégias? Quais competências? Porto Alegre: Artmed, 2001.

PARO, V. H. **Administração escolar**: introdução crítica. São Paulo: Cprez-Autores Associados, 1990.

_____. **Eleição de diretores**: a escola pública experimenta a democracia. Campinas: Papirus, 1996a.

_____. **Por dentro da escola pública**. São Paulo: Xamã, 1996b.

_____. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 1998.

PAULA, Germano Mendes. **Privatização e estrutura de mercado na indústria siderúrgica nacional**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

PAULANI, Leda. **Modernidade e discurso econômico**. São Paulo: Boitempo, 2005.

PERONI, Vera M. Vidal. O Estado brasileiro e a política educacional dos anos 90. **Anuário GT Estado e Política Educacional: políticas, gestão e financiamento da educação**. Caxambu: Anped, 2000.

PERRENOUD, Philippe. O trabalho sobre o Habitus na formação de professores: análise das práticas e tomada de consciência. In: PAQUAY, Léopold; PERRENOUD, Philippe; ALTET, Élelyne Charlier (Orgs.). **Formando Professores Profissionais: Quais estratégias? Quais competências?** Porto Alegre: Artmed, 2001.

PETRAS, James. Os intelectuais em retirada. In: COGGIOLA, Osvaldo (Org.). **Marxismo Hoje**. São Paulo: Xamã, 1996.

POCHMANN, M. **O emprego na globalização**. São Paulo: Boitempo, 2001.

POCHMANN, Márcio et alii. **Atlas da exclusão social no Brasil**, volume 3: os ricos no Brasil. São Paulo: Cortez, 2004.

POLANYI, M. **The Tacit Dimension**. Londres: Routledge, 1967.

POSSAS, Luisa de Medeiros. **O governo Collor**. s/d. Disponível em: <http://www.usp.br/fau/cursos/graduacao/arq_urbanismo/disciplinas/aup0270/6t-alun/2008/m3-collor/m3-collor.pdf>. Acessado em 12 de julho de 2012.

PRADO, Eleutério F. S. **Complexidade**: Hayek e Marx. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2007. Disponível em: <www.iea.usp.br/iea/evolusociais>. Acessado em 10 de outubro de 2008.

_____. **A dialética de Engels a Marx e o evolucionismo de Hayek**. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.econ.fea.usp.br/eleuterio/ArtigosNaoPublicados/Dialectica_evolucionismo.pdf>. Acessado em 05 de outubro de 2008.

POMAR, Valter. **A dívida externa brasileira**. Disponível em: <<http://geografiaeconjuntura.sites.uol.com.br/brasil/br12.htm>>. Acessado em 06 de julho de 2011.

RANIERI, Jesus. **A câmara escura: alienação e estranhamento em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2001.

ROBERTS, Richard. **Por Dentro das Finanças Internacionais**. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=zk7jVoxzoDgC&pg=PA25&lpg=PA25&dq=O+plano+brady+na+%C3%ADntegra&source=bl&ots=yfCQxz8kB3&sig=11hNGo7DqeYSkuf8XX2-VihesBI&hl=pt-BR&ei=k5EdTrrwEofZgAeZr-DHCQ&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=9&ved=0CEsQ6AEwCDgK#v=onepage&q&f=false>. Acessado em 11 de julho de 2012.

- RODRIGUES, Alberto Tosi. **Sociologia da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- ROMERO FILHO, Carlos Augusto. **As dimensões escondidas do Universo**. Disponível em: <<http://www.fisica.ufpb.br/port/artigoCRF.htm>>. Acessado em 09 de novembro de 2008.
- ROS, Jaime. Inflação e estabilização da economia mexicana. In: BRASIL. IPEA. **O plano real e outras experiências internacionais de estabilização**. Brasília: IPEA/CEPAL, 1997.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio, ou da Educação**. São Paulo: Difel, 1979. 3^a ed.
- RUBIN, Isaak Illich. **A Teoria Marxista do Valor**. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- SALAMA, Pierre. **Pobreza e exploração do trabalho na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- SALLUM JR., Brasilio. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo. **Tempo Social; Revista de Sociologia USP**. São Paulo, n. 11, v. 2, p. 23-47, out. 1999 (editado em fev. 2000).
- SANTOS, Adilson Pereira dos; CERQUEIRA, Eustáquio Amazonas de. Ensino superior: trajetória histórica e políticas recentes. **IX Colóquio Internacional sobre gestão universitária na América do Sul**. Florianópolis, 2009.
- SANTOS, E. H. Trabalho prescrito e trabalho real no atual mundo do trabalho. **Revista Trabalho e Educação**. Belo Horizonte: n. 1, 1997 p. 13-27.
- SANTOS, F. Educação, trabalho, cidadania e qualidade Social. **Revista Trabalho e Educação**. Belo Horizonte: n. 1, 1997 p. 48-55.
- SANTOS, Inalda Maria dos. Política de financiamento da educação e participação da comunidade na gestão da escola. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. v. 22, n. 2, p. 315-329, jul./dez. 2006.
- SENNEZ, Ricardo. **As mudanças da política externa brasileira nos anos 80: uma potência média recém-industrializada**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- SCHWARTZMAN, Jacques; SCHWARTZMAN, Simon. **O ensino superior privado como setor econômico**. BNDS, 2002. Disponível em: <<http://biblioteca.planejamento.gov.br/biblioteca-tematica-1/textos/educacao-cultura/texto-98-2013-o-ensino-superior-privado-como-setor-economico.pdf>>. Acessado em 02 de agosto de 2011.
- SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura Economia, 1961.
- _____. **A Teoria do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Abril, 1982.
- SCOCUGLIA, A. C. (2005b). **Globalização, trabalho e docência**: constatações e possibilidades. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, número especial, p. 175-190, ago.2010.

SILVA FILHO, Horácio Penteado de Faria. O Empresariado e a educação. In: FERRETTI, Celso João. et al (Orgs.). **Novas Tecnologias, Trabalho e Educação**: um debate multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 1994.

SILVA JÚNIOR, Ary Ramos da. **O neoliberalismo no México**: o governo Carlos Salinas de Gortari (1988 a 1994). s/d. Disponível em: <http://www.feata.edu.br/downloads/revistas/economiaepesquisa/v7_artigo04_neoliberalismo.pdf>. Acessado em 22 de junho de 2012.

SILVA JR, João dos Reis; SGUSSARDI, Valdemar. **Novas Faces da Educação Superior no Brasil**: Reforma no Estado e mudança na produção. Bragança Paulista: EDUSF, 1999.

_____. **Políticas Públicas para a educação superior**. Piracicaba, S.P.: Ed. UNIMEP, 1997.

SILVA, E. Pinto; SILVA Jr, J. dos R. **Estranhamento e desumanização nas relações de trabalho na instituição universitária pública**. Campinas, Revista HISTEDBR, número especial, p.223- 238, ago. 2010.

SILVA, Luiz Inácio da. “**Carta ao povo brasileiro**” em 22/06/2002. Disponível em <<http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article>>. Acesso em 21/02/2013 às 13h30.

_____. **Discurso de Lula na avenida paulista em 2002**. Disponível em: <<http://olhosdosertao.blogspot.com.br/2009/12/discurso-de-lula-na-avenida-paulista-em.html>>. Acessado em 7 de agosto de 2011.

_____. **Discurso em reunião com Ministros do PT - 24 de novembro de 2004**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/emquestao/>>. Acessado em 26 de abril de 2005.

SILVA, Roberta Rodrigues Marques da. A Argentina entre as reformas econômicas neoliberais e a redefinição das negociações com o FMI (1989-2007). **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba: v. 17, n. 33, p. 13-37, jun. 2009.

SILVA, André Luiz Reis da. A política externa brasileira e a matriz neoliberal de inserção internacional (1990-2002). **Segunda Jornada de História Regional Comparadas**. Livro de Resumos. Porto Alegre: 2005, v. 1. p. 5-5.

_____. **Do Otimismo Liberal à Globalização Assimétrica**: a política externa do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Curitiba: Juruá, 2009.

SINGER, André. Collor na periferia: a volta por cima do populismo? In: LAMOUNIER, Bolívar; MOURA, Alkimar Ribeiro. **De Geisel a Collor**: o balanço da transição. São Paulo: Sumaré, 1990. p. 135-152.

_____. Disponível em: <<http://brasiliavirtual.info/tudo-sobre/plano-brady>>. Acessado em 26 de julho de 2011.

SMITH, Adam. **Riqueza das Nações**. São Paulo: Hemus, 1981. Livros I a V.

SMITH, P. S. **Petróleo e política no Brasil moderno**. Petrópolis: Vozes, 1976.

SOARES, Domingos S. L. **A teoria cosmológica do estado quase estacionário.** 2001. Disponível em: <<http://www.observatorio.ufmg.br/pas35.htm>>. Acessado em 10 de outubro de 2008.

SOUZA, Jorge Pedro. **As notícias e os seus efeitos as “teorias” do jornalismo e dos efeitos sociais dos media jornalísticos.** 1999. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-pedro-jorge-noticias-efeitos.html>>. Acessado em 09 de outubro de 2008.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão:** um guia para educadores. Trad. Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mancano. **Brava Gente:** a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

STEPAN, Alfred C. **Os Militares:** da Abertura à Nova República. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

SWWEZY, Paul M. **Teoria do desenvolvimento capitalista.** São Paulo: Abril Cultural, 1983.

TADDEI, E. H. “Empregabilidade” e Formação Profissional: A “Nova” Face da Política Social da Europa. In: SILVA, H. S. **A Escola Cidadã no Contexto da Globalização.** São Paulo: Vozes, 1999. p. 340-367.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. **A Economia Política da Social Democracia:** uma análise crítico-comentada. Fortaleza, 1997.

TOLEDO, Caio Navarro de. A modernidade democrática da Esquerda: adeus à revolução? **Crítica Marxista.** São Paulo: Brasiliense, n. 1, v. 1, 1994.

TOMMASI, Lívia de; WARDE, Miriam Jorge; HADDAD, Sérgio. **O Banco Mundial e as Políticas Educacionais.** São Paulo: Cortez, 1996.

TONET, Ivo. Socialismo e Democracia. Práxis. **Projeto Joaquim de Oliveira.** Belo Horizonte., n. 9, mar./jun. 1997.

VAISMAN, Ester. A obra de juventude e da maturidade: ruptura ou continuidade? In: BOITO JR. et al. (org.). **A obra teórica de Marx:** atualidade, problemas e interpretações. São Paulo: Xamã, 2000.

VAZ E SILVA, José. **Do liberalismo revolucionário à contra-revolução neoliberal.** 2011. Disponível em: <http://josevazsilva.fponto.net/pr_jvs_art.php?id=64>. Acessado em 24 de fevereiro de 2012.

VESTERGAARD, Torben; SCHRODER, Kim. **A linguagem da propaganda.** São Paulo: Martins Fontes, 1988. Disponível em: <http://josevazsilva.fponto.net/pr_jvs_art.php?id=65>. Acessado em 05 de maio de 2013.

VIANA, Nildo. A teoria da população em Marx. UEG. **Boletim Goiano de Geografia.** Instituto de Estudos Sócio Ambientais, UEG v. 26. n. 2, jul a dez, 2006.

VIZENTINI, Paulo. O Brasil e o mundo, do apogeu à crise do neoliberalismo: a política externa de FHC à Lula (1995-2004). **Ciências e Letras**. Porto Alegre: n. 37, p. 317-331, jan/jun. 2003.

WARSCHAWSKI, Michael; SAMIR, Amin; HOUTART, François. **Mundialização das resistências**: estado das lutas. São Paulo: Cortez, 2003.

WEBER, Silke. Novos padrões de financiamento e impactos na democratização do ensino. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 112, 1998.

WIKIPEDIA. **Rodadas da Organização Mundial do Comércio**. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Rodadas_da_Organização_Mundial_do_Comércio#Confer.C3.AAncia_Ministerial_de_Seattle_-_30_de_novembro_a_3_de_dezembro_de_1999>. Acessado em 07 de julho de 2012.

YERGIN, D. **O petróleo**: uma história de ganância, dinheiro e poder. São Paulo: Scritta, 1992. p. 397-612.

ANEXOS

ANEXO A - Transcrição da Palestra do Ministro Pedro Malan no Seminário Internacional Estratégias para a Superação da Pobreza (07/11/2002)⁶⁵

Marx dizia que uma sociedade só se coloca problemas que acha que pode resolver. Acho que hoje nós estamos claramente diante de um desafio. É algo que procurarei mostrar que está claramente ao nosso alcance, sem ilusões de que há atalhos, mágicas, piruetas que possam resolvê-los a todos. É importante lembrarmos do passado aqui. Em um curto espaço de uma administração, ou mesmo de duas, ali onde foram equacionados problemas de compatibilizar os três valores essenciais de uma sociedade moderna, que são liberdades individuais, justiça social e eficiência econômica do setor produtivo e eficiência operacional do Estado, em particular nesta área social, isso foi um trabalho de gerações. Foram alcançados ao longo do esforço continuado de gerações com uma determinada visão no sentido de rumo, direção e propósito, que eu acho que nós temos nos últimos dez anos neste país, em particular depois que derrotamos o flagelo da hiperinflação, que, como digo há anos, é o pior, o mais injusto e o mais iníquo e cruel de todos os impostos que uma sociedade pode imaginar, porque incide exatamente sobre os ombros daqueles menos capazes de lidar com ele – o imposto inflacionário. O Brasil é um país em construção, como eu dizia, e nessa construção há quatro pilares ou quatro alicerces fundamentais. Vou me concentrar no quarto pilar, que é o relevante para a discussão de hoje, mas não posso deixar de mencionar os outros três porque uma construção não se faz sem alicerces que têm que se suportar mutuamente. Quero mencionar os três porque nenhum deles é um fim em si mesmo, mas eles são essenciais para que o quarto alicerce possa ser erigido em bases sólidas. O primeiro alicerce é relativo à estabilidade macroeconômica, sem a qual, como mostram as sociedades modernas, é impossível avançar na construção dos outros pilares. Não quero entrar em detalhes, já falei sobre isso em inúmeros outros contextos, mas, aqui, estou falando dos três regimes macroeconômicos básicos: um regime marcado pela responsabilidade fiscal, um regime marcado pela responsabilidade monetária, regime monetário, portanto, e um regime cambial, com flexibilidade bastante para absorver choques externos e permitir mudanças de preços relativos que aumentem a produção exportável e a produção doméstica competitiva com importações. O segundo pilar é o da estabilidade político-institucional. As regras claras de um Estado Democrático de Direito, a previsibilidade e a clareza das regras que presidem o relacionamento entre os Poderes da República, com respeito a contratos, à transparência, à

⁶⁵ www.fazenda.gov.br - acesso 10/06/2013.

redução do grau de incerteza jurídica, em suma, tudo aquilo que configura um sistema institucional, que posso resumir em uma frase: a qualidade de um governo é indissociável da qualidade das instituições públicas de um país e da qualidade da sua sociedade civil, da maneira pela qual ela se expressa não apenas por ocasião de eleições, mas no dia a dia, no exercício de uma cultura cívica democrática, na defesa de direitos e no cumprimento de suas obrigações para com o resto da sociedade. Este pilar da estabilidade político-institucional, administrativa e jurídica é absolutamente essencial na construção de um país, volto a dizer, como mostra a experiência de qualquer país bem sucedido no mundo. Ele também não é um fim em si mesmo, é um pilar importante, e é uma condição essencial para que outros objetivos possam ser alcançados. Há amplas e legítimas controvérsias, não é esse seminário o local apropriado para desenvolvê-las, mas eu queria trazer um ponto aqui: crescimento sustentado ao longo do tempo. Muitos e muitos anos à frente, ali onde ele teve lugar, teve lugar com base no aumento da produtividade no conjunto da economia. Não há crescimento sustentado ao longo do tempo que não tenha por base um aumento da produtividade, para usar o jargão dos economistas, produtividade total dos fatores da economia, de maneira sustentada ao longo do tempo. Esse aumento de produtividade, do qual dependem, entre outras coisas, o investimento, não só em capital físico, em infra-estrutura social básica, mas o investimento no principal ativo que um país tem, que é sua própria gente, o seu próprio povo, assim como o investimento em incorporação de ciência e tecnologia, a processos produtivos, práticas e procedimentos gerenciais, tanto no setor privado quanto no setor público, é uma condição essencial sem a qual é impossível tratar adequadamente de problemas sociais complexos, principalmente em um país como o Brasil. Dito isso, volto a insistir em algo que digo há mais de trinta anos: estabilidade macroeconômica, crescimento de estabilidade político-institucional, embora sejam objetivos absolutamente fundamentais, também não se constituem um fim em si mesmos. O fim fundamental de qualquer política econômica digna deste nome é um processo de melhoria continuada das condições de vida da população de um país, nas quais incluo redução de graus de indigência, pobreza, e redução de desigualdade, mas, também, uma série de outras características dessa melhoria: acesso a bens públicos, acesso a oportunidades em educação, saúde e outras coisas, democratização do acesso de oportunidades que, na verdade, é o objetivo maior do desenvolvimento entendido como processo, que é econômico, social, cultural, político-institucional, ético e moral. É sobre esse quarto pilar que gostaria de falar um pouco, porque é o relevante para a discussão de hoje, mas faço questão de mencionar os outros três porque, sem eles, é um ledo engano imaginar

que um país possa, de forma duradoura, consistente, consolidar um processo de redução de desigualdades, redução de pobreza e redução de indigência ao longo do tempo. É um engano que espero que nós tenhamos definitivamente superado nesse país, e esse quarto pilar deve ser visto, portanto, em conjunto com os outros três, porque eles fazem parte de um processo indissociável de construção de um país no qual nós gostaríamos de viver. (Pedro Malan Transcrição da Palestra do Ministro no Seminário Internacional Estratégias para a Superação da Pobreza 07/11/2002). (BRASIL, 2012)

ANEXO B - Pronunciamentos de Pedro Malan em 22/11/1997 e 15/05/1998⁶⁶

Dito isso, eu quero mais uma vez enfatizar: o controle da inflação não é um objetivo que se esgote em si mesmo, não é um fim em si mesmo - nós nunca dissemos que assim o é. Na verdade, nós nunca postulamos a idéia - que é ingênua - de que a inflação baixa, por si só, permitiria, ao longo do tempo, um processo contínuo de melhora na distribuição da renda e da riqueza no Brasil. Nunca nenhum de nós fez tal formulação; isso seria ingenuidade. Ao mesmo tempo, chamamos a atenção para algo que não é ingenuidade, é mais grave; uma postura de alguns, que acham que é possível melhorar de maneira continuada e expressiva a distribuição de renda e riqueza num país como o Brasil - e nós temos vergonha da nossa distribuição atual, que está ligada a nossa formação histórica, está ligada a trinta anos de campeonato mundial de inflação (início dos sessenta ao início dos anos noventa) -, através de medidas de política que poderiam parecer generosas do ponto de vista de concessões e gastos nominais, e que teriam como consequência, direta ou indireta, a reaceleração da inflação no país. Porque, aí, o que uma mão generosa estaria dando através de aumento de determinado gasto, a outra mão, sub-reptícia, da inflação estaria retirando em termos Reais. Portanto, eu queria fazer esse comentário sobre a inflação. Dito isso, quero afirmar que não abriremos mão do controle da inflação, por três ordens de razão: primeiro, razão de ordem econômica. Está sobejamente demonstrado que a inflação sob controle aumenta a eficiência do funcionamento de uma economia, ao alargar o horizonte de tempo em que decisões de investimento, poupança e de organização do orçamento doméstico têm lugar. Segundo, uma razão de natureza política. Estamos absolutamente convencidos de que é isso o que espera de nós a esmagadora maioria da população brasileira: a preservação do poder de compra do salário do trabalhador. E a terceira razão é de natureza social. A inflação alta é um imposto compulsório que incide desproporcionalmente sobre os mais pobres deste País. Por esse conjunto de razões, não abriremos mão de nosso compromisso de manter a inflação sob controle.

(Pronunciamento de Pedro Malan 22/11/97)

Com a inflação, nós nos iludíamos coletivamente. De uma maneira perversa e paradoxal, nós estávamos mandando a conta para o conjunto da sociedade, em particular para os mais pobres,

⁶⁶ www.fazenda.gov.br - acesso 10/06/2013.

numa tentativa ilusória de fingir que nós estávamos resolvendo o problema. Era relativamente fácil tomar determinadas decisões ou não tomá-las, porque nós sabíamos que a inflação lá estaria para em termos reais corroer e erodir o valor de certos compromissos. Era fácil fazer certas concessões, magnâimas em termos nominais, que eram corroídas pela inflação em poucos meses e que voltavam à sua real dimensão. Na verdade, por trás disso tem uma questão que é uma questão básica, geral, já compreendida há muitas décadas nos países mais desenvolvidos do mundo e que nós ainda estamos brigando por consolidar entre nós. A visão é a seguinte: nós temos – principalmente em países de grandes carências sociais, como é o caso do Brasil, de vergonhosos desequilíbrios na distribuição de renda e riqueza, com problemas sociais graves que demandam a atenção do poder público – um conjunto de demandas sobre recursos públicos que excede em muito a capacidade de atendê-las com a dimensão, com a intensidade e no volume que seria desejável fazê-lo. Governos, seja o Federal, seja o estadual, seja o municipal, não geram recursos. Governos simplesmente transferem recursos que recebem da coletividade, ou via impostos ou via endividamento transferem de outra maneira através de seus gastos. Quando nós temos situações em que os gastos desejados, em termos nominais, excedem de muito a capacidade de atendê-los com as receitas disponíveis e com as limitações de capacidade de endividamento disponíveis, a forma pela qual nós resolvíamos, entre aspas, de uma maneira farisaica, esse problema era através da inflação. Era a inflação crescente que, ao longo do tempo, permitia que em termos reais aquelas demandas nominais fossem ajustadas, e depois do fato. E a conta sendo mandada, via imposto inflacionário, para todo o conjunto da sociedade, para os mais pobres. Quando a inflação passa a ficar num nível civilizado, esse mecanismo perverso e paradoxal de utilizar a inflação para adequar em termos reais demandas que não eram adequadas, ex-ante – para usar o jargão dos economistas –, em termos nominais deixa de existir. O que sobra é a necessidade de escolhas, de definir prioridades, de dizer: isso aqui é importante, e para fazer isso vou ter que fazer menos daquilo. Que é como se faz no resto do mundo que vive num regime de economia estabilizada. Escolhas que tem que ser feitas e são difíceis. A inflação nos dava a ilusão de que escolhas não precisavam ser feitas porque ela resolia por nós esse problema. Agora não é mais possível fazer isso. Há limites para a extensão em que se podem extrair impostos: limites em que a própria coletividade pode ser extraída; limites para a capacidade de endividamento, seja interno ou externo. E nós não queremos trazer de volta o imposto inflacionário, que é a terceira alternativa. Eu costumo dizer que nós somos um país de uma enorme imaginação, criatividade – na música, nas letras, nas artes, futebol, samba, no senso

de humor; nós somos bárbaros em todas essas áreas, para usar um termo argentino. Mas não será aqui que se descobriu uma outra forma diferente de, dado um desejado nível de gastos, conseguir resolvê-lo de uma outra maneira que não seja por aumento de impostos, aumento de endividamento, venda de ativos – que é uma coisa sempre temporária – ou uso do imposto inflacionário, quando as outras alternativas não estão disponíveis? (Pronunciamento de Pedro Malan 15/05/98).

ANEXO C - Pedro Malan – Entrevista à homepage do Ministério da Fazenda (12/11/1997)

[...] A crise atual iniciou-se no Sudeste Asiático devido a diversos fatores. Em primeiro lugar, havia um problema estrutural, decorrente da percepção de que o altíssimo crescimento de países como Tailândia, Malásia, Indonésia, Coréia e Filipinas não seria sustentável àquelas taxas ao longo do tempo. O Sudeste Asiático mostrava indícios claros de estar vivendo o processo de esgotamento de um ciclo expansionista clássico. [...] Características como a expansão vertiginosa do crédito, o excesso de endividamento externo, o sobreinvestimento, com os investimentos superando em muito a poupança, e a ocorrência de "boom" imobiliário levaram à percepção de que o ciclo sincronizado de crescimento na região estava chegando ao final. Esses fatores, aliados ao prolongamento da crise no Japão, levaram à conclusão de que as moedas asiáticas estavam desalinhadas frente ao dólar, tornando-as vulneráveis a ataques especulativos. Ao contrário do que ocorreu no México, a crise asiática agravou-se com a demora na adoção de remédios eficazes[...] À luz do novo contexto internacional em crise, os déficits em conta corrente e fiscal do Brasil passaram a ser vistos como extremamente elevados. O índice de 4,6% de déficit nominal é visto como muito alto em comparação com os demais países da América Latina. Do mesmo modo, existe a percepção de que o déficit em conta corrente brasileiro é elevado face a outros países que não sofreram desvalorização de suas moedas. A combinação dessa percepção com outros fatores (instabilidade na Bolsa de São Paulo, uma das maiores entre os mercados emergentes, oscilações no mercado de Brades brasileiros no exterior, boatos sobre dificuldades que certas instituições financeiras brasileiras estariam enfrentando, a visão de que as reformas não progridem no Brasil) levou a uma concentração maior de atenção no Brasil e gerou dúvidas quanto à preservação da política cambial do Governo brasileiro. As turbulências da semana passada exigiram uma resposta firme do País. [...] O Brasil foi obrigado a utilizar parcela de suas reservas internacionais para manter a estabilidade do Real. Parte do que foi gasto ainda permanece no País e já vem sendo recomprada pelo Banco Central. Tivemos ainda que promover uma elevação da taxa de juros. A decisão foi correta. Em março de 95 também fomos obrigados a elevar os juros devido aos efeitos da crise mexicana e a um claro superaquecimento da economia brasileira que colocava em risco o Real. [...] Para isso, é importante que o País demonstre que sua capacidade de reação extrapola, isto é, não fica restrita à ação da autoridade monetária. Isso deve ser demonstrado de três formas. Em

primeiro lugar, em uma operação conjunta dos Poderes Executivo e Legislativo, deve ser adotado um esforço concentrado para a votação das reformas administrativa, fiscal, da previdência, da legislação trabalhista, da regulamentação do art. 192 da Constituição (sistema financeiro). Temos que mostrar que essas reformas estão sendo aceleradas. Além disso, medidas concretas estarão sendo adotadas para redução do déficit fiscal e do déficit em conta corrente, que deverão apresentar em 98 resultados melhores que os deste ano. (Pedro Malan – Entrevista à homepage do Ministério da Fazenda – 12/11/1997)⁶⁷

⁶⁷ www.fazenda.gov.br - acesso 10/06/2013.

ANEXO D - Transcrição da fala do ministro Pedro Malan durante a abertura da apresentação do Programa de Estabilidade Fiscal na Câmara dos Deputados (04/10/98)

Não falarei sobre o papel de empresas estatais. Lembro apenas que defendemos desde o início — 1995 — a retirada, do texto da Constituição Federal, de impedimentos, vedações, proibições e óbices à participação do setor privado em investimentos necessários ao País — não para o Governo Fernando Henrique Cardoso, mas para o Brasil —, nas áreas de telecomunicações, energia elétrica, transportes, minerações e petróleo. Estábamos convencidos, não por qualquer razão de natureza ideológica ou política, mas pensando no País e no seu futuro, de que o setor público por si só não tinha a menor condição de realizar a expansão da infra-estrutura necessária a tal futuro. Era, portanto, imperativo que se abrisse espaço para que o setor privado pudesse fazê-lo. É a mesma razão pela qual continuamos defendendo a privatização. Não é por ideologia, não é por política, mas é porque queremos que o setor público se concentre na área social e que invista naquilo que importa, que é em gente, em educação básica, em saúde, em segurança, ou seja, naquilo que é atribuição indelegável do Estado e do poder público e não em outras atividades de natureza produtiva que não são mais necessárias, embora tenham sido no passado, que estejam sobre o controle e a propriedade pública em termos de propriedade do capital. Essa é a razão pela qual daremos continuidade ao processo de privatização e vejo com satisfação que é algo que inúmeros Governadores chegaram a conclusão que o que é apropriado deve ser feito. (Transcrição da fala do ministro Pedro Malan durante a abertura da apresentação do Programa de Estabilidade Fiscal na Câmara dos Deputados 04/10/98)⁶⁸

⁶⁸ www.fazenda.gov.br - acesso 10/06/2013.

ANEXO E - Discursos de Malan sobre a reforma da Previdência

É isso mesmo. De 87 a 95, as despesas com os aposentados pularam de 4 bilhões e meio para 19 bilhões e 400 milhões de reais. Quatro vezes! Em 87, a participação dos funcionários públicos aposentados no total da folha de pagamento era de 23%. No ano passado, foi de 44%. E poderá chegar a mais de 65% nos próximos dez anos. Em 1950, para cada funcionário público aposentado, havia oito trabalhando. Em 1970, a proporção era de um para quatro. No ano passado, de um para pouco mais de dois. A continuar esta situação, logo chegaremos a um estado de calamidade: para cada funcionário aposentado haverá apenas um trabalhando. E o salário de um aposentado do serviço público pode chegar a muitos milhares de reais. Desta maneira, os serviços que o governo presta à sociedade serão reduzidos ou se gastará mais pelos mesmos serviços. Hoje o governo federal já gasta com os inativos quase tanto quanto gasta com os ativos. Em muitos estados e em alguns municípios, logo haverá mais gente ganhando sem trabalhar do que trabalhando. Há outras categorias de privilegiados. Algumas, sem qualquer motivo lógico, podem se aposentar com tempo de serviço bem inferior ao do trabalhador em geral. E há também outros tipos de distorções. Uma delas é o fato de que hoje o sistema não é baseado na contribuição e sim no tempo de serviço. (Malan 24/05/1996)⁶⁹

O que eu defendo é algo que deveria ser uma idéia básica de todo e qualquer regime previdenciário, sem o qual ele não tem sustentabilidade a médio e longo prazo: é que é fundamental que haja alguma relação, e não existe hoje no Brasil, entre o valor da contribuição realizada pelo trabalhador ao longo de sua vida ativa e os benefícios que recebe depois de se aposentar. No momento, não existe tal relação no Brasil, e a inexistência deste relacionamento, que é uma condição básica de todo e qualquer regime previdenciário, é o que nos leva a essa situação de um desequilíbrio estrutural e crescente da previdência se nós não alterarmos o sistema atual por meio de mudança constitucional. - Não. O que eu defendo é algo que deveria ser uma idéia básica de todo e qualquer regime previdenciário, sem o qual ele não tem sustentabilidade a médio e longo prazo: é que é fundamental que haja alguma relação, e não existe hoje no Brasil, entre o valor da contribuição realizada pelo trabalhador ao longo de sua vida ativa e os benefícios que recebe depois de se aposentar. No momento, não existe tal relação no Brasil, e a inexistência deste relacionamento, que é uma condição básica

⁶⁹ www.fazenda.gov.br - acesso 10/06/2013.

de todo e qualquer regime previdenciário, é o que nos leva a essa situação de um desequilíbrio estrutural e crescente da previdência se nós não alterarmos o sistema atual por meio de mudança constitucional. (Pedro Malan Entrevista à Rádio CBN 15/05/98)⁷⁰

O ponto que eu gostaria de enfatizar no governo central é a Previdência. Dada a importância do tema e do que nós fizemos e estamos fazendo hoje, e continuaremos a fazer nos próximos dias, semanas e meses, eu gostaria de pedir a atenção especial dos senhores e daqueles que nos vêm para a tabela 3 do texto distribuído e que já se encontra na Internet à disposição dos interessados. Eu me refiro a esta tabela sobre os regime da previdência; e os comentários que eu gostaria de fazer primeiro sobre o primeiro item "regime geral do INSS", os senhores e senhoras poderão ver que neste ano 1998 o total de benefícios previdenciários a serem pagos será de R\$ 53,7 bilhões e o total de contribuições, a arrecadação líquida da previdência INSS, será de R\$ 45,9 - um déficit de 7,8 bilhões de reais. Notem que, quando se olha o período 95 até 98, existia um virtual equilíbrio em 95, um déficit de R\$ 656 milhões em 96, um déficit de R\$ 2,69 bilhões em 97, R\$ 7,8 bilhões previsto para este ano e R\$ 10,9 bilhões previstos para 1999. A projeção, se nada for feito em termos de reforma da previdência no Brasil, é de um gasto com benefícios superior a R\$ 100 bilhões por volta de 2006, 2007, um déficit de quase R\$ 40 bilhões. Neste regime estão os cerca de 18 milhões de trabalhadores brasileiros. Eu quero deixar claro que nós não estamos fazendo nada neste programa de estabilidade fiscal que afete estes 18 milhões de trabalhadores brasileiros; não há nenhum aumento de contribuição aqui sendo proposto. Nós só chamamos a atenção para a importância desse crescente desequilíbrio atuarial; Os grandes desequilíbrios, distorções, privilégios e abusos não estão em definitivo no INSS. Aqui há um limite - mil e poucos reais - uma remuneração média superior a dois salários mínimos; portanto não é aqui que residem as grandes iniquidades. Residem no item 2. Eu gostaria de chamar a atenção dos senhores para a previdência dos servidores públicos, categoria à qual com muita honra pertenço, mas é fundamental em qualquer discussão séria, objetiva, serena, não-emotiva e não-demagógica do problema chamar a atenção para a natureza do crescente desequilíbrio. Neste ano de 1998, nós vamos pagar encargos previdenciários - me refiro à União - de R\$ 20,9 bilhões. As contribuições dos servidores serão R\$ 2,6 bilhões, cerca de quase sete vezes e meia inferior ao total da despesa com inativos e pensionistas. O déficit de R\$ 18,3 bilhões é uma conta que é enviada para o conjunto da sociedade. Vocês e o telespectador que por ventura me ouvem

⁷⁰ www.fazenda.gov.br - acesso 10/06/2013.

agora pagam esta conta e pagarão uma conta crescente, porque a projeção já para o ano que vem é R\$ 22,1 bilhões e vai assim exponencialmente se medidas não forem adotadas - medidas de natureza estrutural e medidas de curto prazo para lidar com o agravamento deste quadro. Essa é uma conta em aberto, crescente. Vejam que em 1995 esses gastos representavam R\$ 15,4 bilhões e vão subir no ano que vem para R\$ 24,9 bilhões - um aumento de mais de R\$ 9 bilhões em 4 anos, enquanto que as contribuições aumentaram de R\$ 2,1 para 2,7 bilhões. Esta conta em aberto é paga por todos sob a forma de ou mais impostos ou aumento do endividamento público, que significam maiores gastos no futuro e obviamente pressões altistas sobre taxas de juros ou dificuldades de assegurar a sua redução. A situação nos estados não é menos desanimadora. Os dados disponíveis dizem respeito apenas ao período de 97 para cá, mas neste ano de 98 serão gastos R\$ 17,2 bilhões e as contribuições serão de R\$ 3,6 bilhões: um déficit de R\$ 13,5 bilhões. De novo uma conta que é mandada para o conjunto das populações dos estados em questão, e municípios a mesma diferença. O déficit da previdência dos servidores públicos, nos três níveis de governo, neste ano é estimado em R\$ 34,4 bilhões. Se somarmos os R\$ 7,8 bilhões do regime geral do INSS, temos na última linha R\$ 42,2 bilhões, isso é mais do dobro do que se gasta em saúde no Brasil e é praticamente o total do orçamento de custeio e investimento do governo. Portanto esta é uma questão que não pode e não deve de forma alguma ser minimizada, e eu gostaria de dizer o que nós precisamos fazer para lidar com ela. (Pedro Malan Entrevista à Rádio CBN 15/05/1998)

ANEXO F - Discurso de FHC sobre o processo de privatização no Brasil

Na mensagem de Natal do ano passado, fiz questão de reconhecer que todos os brasileiros estavam contribuindo generosamente para a solução da crise de energia. “Você apagou a luz e iluminou o Brasil” - afirmei na ocasião. Acho que essa frase diz tudo sobre o que se passou nestes últimos meses. No começo, muitos não acreditavam que seríamos capazes de vencer esta crise. Só falavam em “apagão” e em todo tipo de consequência negativa para a economia e para o país. Felizmente, e graças a você, brasileiro, nada disso aconteceu. A situação mudou, e para melhor. Primeiro, as chuvas vieram com vontade. No Nordeste, onde a situação era mais crítica, os reservatórios superaram os 48% ontem. Em novembro do ano passado, eles ficaram próximos a 7%, bem perto do mínimo necessário para garantir uma operação segura. No Sudeste e Centro-Oeste, os reservatórios atingiram ontem cerca de 57%. Este nível, no final do ano passado, era de 32%. Mas não estamos melhor apenas porque choveu. Não ficamos dependendo apenas da chegada das chuvas. A ajuda do nosso povo foi fundamental. Ele aderiu ao racionamento de forma decidida. Sem esta ajuda, poderia ter sido muito pior. Lembrem-se: chegou-se a falar que seriam necessários apagões diários de, no mínimo, quatro horas. Já pensaram o que seria isso? Foi quando determinei que não recorreríamos aos apagões sem antes tentar a ajuda do povo. Criei a Câmara de Gestão da Crise e dei essa determinação. Sabia que podia confiar no povo brasileiro. Por isso, e mais uma vez, o presidente da República vem dizer, com orgulho: obrigado, povo brasileiro. Mas o governo também fez a sua parte. A Câmara propôs e eu aprovei muitas medidas que vão ajudar a evitar a repetição do problema no futuro. Criamos um programa de energia emergencial. Todas as usinas deste programa já foram contratadas e estarão instaladas até o final de junho. A maior parte dessas usinas está no Nordeste, onde o problema era mais grave: suas hidrelétricas dependem de um único rio, o São Francisco. Criamos também um programa de aumento permanente da geração de energia. Acompanhamos diretamente todas as obras, com visitas de inspeção pelo menos uma vez por mês. Em 2001, aumentamos nossa capacidade de geração em cerca de 3.000 MW. Estamos diversificando nossas fontes de energia, para reduzir o risco de depender muito somente das hidrelétricas. Nossa programação permanente conta com a construção de mais de 30 usinas térmicas a gás, além de outras fontes alternativas, como o bagaço de cana-de-açúcar e a energia gerada pelos ventos. Com tudo isso, estaremos acrescentando de 2002 a 2004 cerca de 20.000 MW ao nosso parque gerador, sem contar com as importações. Isso equivale a quase duas Itaipu. Também foram propostos mecanismos que

alertarão o governo e a sociedade sobre a possibilidade de ocorrerem problemas futuros no abastecimento de energia. Com antecedência de dois anos, uma espécie de sinal amarelo será ligado caso possa ocorrer falta de energia. Antecedência essa necessária para que medidas preventivas possam ser adotadas com segurança. Se este sinal amarelo acender, acionaremos todas as nossas usinas térmicas, inclusive as emergenciais, para poupar a água de nossos reservatórios. Já há, portanto, todas as condições para suspendermos o racionamento. Mas muitos brasileiros têm dúvidas se esta é a hora. Uma recente pesquisa mostrou que quase 80% das pessoas pretendem manter ou mesmo aumentar a economia de energia elétrica. Refleti muito sobre o tema e me perguntei: se o povo se dispõe a manter voluntariamente a economia de energia, por que deveria o governo obrigar-lo a fazer isso? Por isso, decidi terminar o racionamento obrigatório a partir de 1º de março, eliminando também as sobretarifas. Sairemos do racionamento obrigatório para a economia voluntária. E tenho certeza de que não veremos sinais de esbanjamento de energia. Todo esse episódio mostrou que a transparência, a confiança no povo e a coragem de enfrentar os problemas sempre foram instrumentos de ação política do meu governo. Foi assim que derrubamos a inflação, que vencemos as crises financeiras, que implantamos a mentalidade da responsabilidade fiscal no país. E é assim que já começamos a pagar a nossa histórica dívida social, com programas como a Bolsa-Escola e a Bolsa-Alimentação. A superação da crise de energia é mais um capítulo da nova era que vivemos hoje no Brasil. Garanto a você, brasileiro, que nenhum obstáculo nos impedirá de construirmos um Brasil melhor. Um Brasil que se mantém confiante no rumo traçado. A colaboração de cada um de vocês só reforçou em mim a crença no meu país e em meu povo. Muito obrigado e boa noite (CARDOSO, 2002, s/p.)⁷¹.

⁷¹ <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u41968.shtml> acesso 14/05/13 14 horas.

ANEXO G - Discurso da vitória de Lula

"Meus queridos e queridas companheiros, vocês devem saber como está minha cabeça e como é que está o meu coração. Eu queria dizer para vocês que o que nós fizemos até agora foi mais fácil do que o que nós temos para fazer daqui para frente.

Olha, eu queria dizer algumas palavras para vocês. Primeiro, eu queria pedir uma salva de palmas, uma salva de palmas para todos os companheiros que não conseguiram se eleger nesta campanha, mas que têm a mesma importância daqueles que se elegeram. É porque, normalmente, a gente só lembra de quem ganha e eu acho que é importante lembrar que nós somos o resultado da somatória de todos. Mesmo aquele que teve um pouquinho de votos merece de nós a mesma consideração e o mesmo respeito porque sem eles outros não seriam eleitos neste País.

Gostaria de dizer para vocês que foi uma jornada muito dura e que eu não chegaria aqui se não fosse a garra de vocês, a competência de vocês e a credibilidade que vocês depositaram em mim. Eu, hoje, estava lembrando quando fui votar, enquanto os companheiros e companheiras que começaram junto conosco esta luta e que já não estão mais no nosso meio, eu lembrava do meu querido companheiro Sérgio Buarque de Holanda, pai do Chico Buarque, fundador do nosso partido.

Eu lembrava da figura extraordinária de Mário Pedrosa, que também começou junto conosco esta luta. Eu lembrava da extraordinária figura do nosso querido companheiro Henfil. Eu lembrava da extraordinária figura do mais importante educador deste País, o nosso querido Paulo Freire. Eu lembrava do querido Betinho. Eu lembrava do Santo Dias. Eu lembrava do meu companheiro Júlio de Grammond, assessor de imprensa que morreu depois da campanha de 98. Da Bete, minha secretária... Minha cabeça foi virando um parafuso de tantas pessoas que eu lembrei, que iam ficando para trás e que não chegaram até onde nós chegamos.

Eu lembro do companheiro Chico Mendes. Eu lembro do companheiro que desde 89 esteve comigo, o nosso querido João Amazonas, presidente do PCdoB. Aí eu lembro do nosso querido e saudoso Carlito Maia. Nestes últimos dois dias, nós perdemos dois companheiros: um foi comprar material na lojinha do PT pra fazer boca-de-urna e teve um enfarto fulminante dentro do carro levando material. O outro, o companheiro Cabeção, metalúrgico da Ford, desempregado, tava fazendo a passeata do Genoino quando passou mal e morreu.

Agora, eu lembro da minha mãe que tinha medo que eu entrasse no Sindicato com medo de eu ser preso. Ela morreu e eu estava preso e ela não sabia que eu estava preso. Essas

pessoas que morreram e que não conseguiram chegar junto conosco até agora, pode ter certeza, que estão lá em cima olhando pra nós, rindo de alegria, porque nós conseguimos construir os sonhos de algumas gerações. Mas, eu não poderia deixar de agradecer aos companheiros Celso Daniel e Toninho de Campinas, que morreram mais recentemente.

Agora, eu não poderia deixar de agradecer o inestimável serviço que esse companheiro prestou nesta campanha. Que a sua esposa, que a minha esposa prestaram nesta campanha. O trabalho fantástico do companheiro Palocci como coordenador de programa de governo, o nosso querido prefeito de Ribeirão Preto, do companheiro Zé Dirceu e da executiva do meu partido que desta vez se preparou para ganhar as eleições. Quero agradecer à direção do PCdoB, quero agradecer à direção do PL, do PMN, do PCB. Quero agradecer os apoios dos companheiros do PMDB, representado uma grande parte dos companheiros do MR8.

Quero agradecer o Movimento Sindical Brasileiro, que se engajou nesta campanha. Quero agradecer aos estudantes brasileiros. Quero agradecer às mulheres e aos homens deste País que fizeram com que a esperança derrotasse o medo nesta campanha de 2002. Eu quero aproveitar para agradecer os companheiros que disputaram o segundo turno, o primeiro turno e que não conseguiram chegar lá e que me apoiaram no segundo turno. Os companheiros do PPS, os companheiros do PSD e outros companheiros que pelo Brasil afora assumiram a nossa campanha.

Eu estava dizendo a vocês que até agora as coisas foram fáceis. O difícil vai começar agora. Eu sempre comparo a política com o casamento. Quando a gente está apaixonado, que a gente quer casar, a gente senta com a nossa namorada e fica alimentando os nossos sonhos, discutindo o quê que a gente pode fazer. E a gente casa. E nem sempre o que a gente quis fazer a gente consegue fazer com a rapidez que a gente imaginava fazer.

Vocês sabem que o nosso País vive uma crise, mas sabem também que a nossa vitória é a concretização da esperança que nós acumulamos durante muitos e muitos anos neste País. Eu quero que vocês saibam que Zé Alencar e eu, e o governo que nós vamos montar, nós vamos trabalhar 24 horas por dia, de domingo a domingo para que a gente possa cumprir cada coisa que nós prometemos nesta campanha.

Qualquer governante deste País pode ganhar as eleições e não cumprir aquilo que prometeu porque é mais um e o povo já sabe. Nós não podemos. Primeiro, porque a expectativa que nós geramos na sociedade é muito grande. Segundo, porque vocês carregam na consciência de vocês a idéia de que somente nós poderemos fazer pelo Brasil o que o Brasil precisa que seja feito. Somente nós seremos capazes de garantir uma efetiva educação

de qualidade do ensino fundamental à universidade brasileira. Somente nós iremos fazer a reforma agrária tão sonhada por milhões e milhões de brasileiros. Somente nós iremos garantir a saúde como um direito de todos e não como privilégio de quem pode pagar um plano médico.

Nós precisamos garantir que cada homem ou que cada mulher, por mais pobre que seja, tenha o direito de tomar café de manhã, almoçar e jantar todo santo dia. Nós temos que garantir às pessoas o direito de morar. Nós temos que garantir às pessoas o direito de conquistar a sua cidadania. Eu quero olhar na cara de cada um de vocês e vocês olharem na minha cara e dizer pra todos nós "nós vencemos as eleições, agora, nós vamos governar não para aqueles que votaram apenas. Nós temos que governar para 175 milhões de brasileiros".

E eu quero que vocês saibam que minha mãe dizia... minha mãe nasceu e morreu analfabeta e a minha mãe dizia "meu filho, a única coisa que o homem não pode perder é o direito de andar de cabeça erguida e olhar nos olhos das pessoas com quem está conversando". Eu quero dizer pra vocês, eu jamais, jamais, deixarei de andar de cabeça erguida diante do povo brasileiro... Porque irei dormir todo santo dia com a consciência tranquila de que cumprí o meu dever. Vamos andar por este País afora, vamos visitar cada região deste País e vamos provar. Já vencemos todos os preconceitos que tinham contra nós. Primeiro, era o medo da bandeira vermelha, depois, era o medo da barba, depois, era o medo de uma série de coisas. E agora, a maioria do povo me deu a oportunidade de provar que um torneiro mecânico junto com um empresário vão poder fazer por este País aquilo que durante anos a elite brasileira não conseguiu construir.

Eu quero, meus amigos e minhas amigas, dizer para vocês que não trairei um só momento a confiança que vocês confiaram no PT e em mim. Aconteça o que acontecer, vocês serão a minha referência. Se um dia eu cometer um erro, pode ficar certo que eu não terei nenhuma dúvida de ir pra televisão pedir desculpas ao meu povo pelo o que eu errei. Mas, quero dizer para vocês que vou fazer o esforço maior que um ser humano pode fazer para que a gente possa fazer o nosso povo voltar a sorrir. Devolver a alegria, devolver a esperança, fazer a economia voltar a crescer, gerar a riqueza para gerar os empregos que tanta gente precisa neste País.

Eu quero terminar, porque, aos 57 anos, o coração vai ficando mais cansado. E eu quero dizer pra vocês muito obrigado, muito obrigado, muito obrigado por vocês existirem porque sem vocês eu não seria ninguém e não teria chegado aonde cheguei. Muito obrigado por depositarem a confiança em nós. Muito obrigado por terem votado em nós e

tenha a certeza que nós continuaremos sendo as mesmas pessoas que nós fomos até agora. Cada vez que eu encontrar com um de vocês, eu quero ter o prazer de olhar no olho de vocês e dizer pra vocês "estamos fazendo aquilo que vocês esperavam que nós fizéssemos".

Que Deus abençoe cada um de nós, que Deus abençoe cada um de vocês e que Deus nos dê saúde e coragem pra gente mudar a história do Brasil e fazer este País ser mais feliz e o nosso povo viver com muito mais dignidade.

Eu quero terminar falando pro Genoino. Eu já disputei muitas eleições, mas nunca disputei uma tendo um companheiro candidato majoritário com uma alegria que esse homem tinha 24 horas por dia. Eu falei pro Genoino: "Genoino, você não perdeu as eleições. Você saiu desta eleição altamente vitorioso. Porque você provou, Genoino, você provou que o PT não é mais um partido de 10% de voto, você elevou nosso partido a 41% dos votos neste Estado de São Paulo. E eu não tenho dúvida nenhuma, Genoino, que você, nesta disputa, só engrandeceu o povo de São Paulo. Você pode estar certo, meu caro, que você ainda vai dar muita alegria a esses milhões e milhões de brasileiros que de São Paulo depositaram... Você é novo ainda, você é novo... Você não tem nem 50 anos como eu tenho. Eu já perdi três vezes, não baixei a cabeça e ganhei. Você não tem que baixar a cabeça e pode ganhar outras eleições neste País".

Gente, muito obrigado. Boa festa para vocês e até amanhã porque amanhã é dia de começar a trabalhar. Um abraço"⁷².

⁷² (Fonte: <http://olhosdosertao.blogspot.com/2009/12/discurso-de-lula-na-avenida-paulista-em.html>. Acesso dia 7 de agosto de 2011 às 14 horas).

ANEXO H - Carta ao povo brasileiro

O Brasil quer mudar. Mudar para crescer, incluir, pacificar. Mudar para conquistar o desenvolvimento econômico que hoje não temos e a justiça social que tanto almejamos. Há em nosso país uma poderosa vontade popular de encerrar o atual ciclo econômico e político.

Se em algum momento, ao longo dos anos 90, o atual modelo conseguiu despertar esperanças de progresso econômico e social, hoje a decepção com os seus resultados é enorme. Oito anos depois, o povo brasileiro faz o balanço e verifica que as promessas fundamentais foram descumpridas e as esperanças frustradas.

Nosso povo constata com pesar e indignação que a economia não cresceu e está muito mais vulnerável, a soberania do país ficou em grande parte comprometida, a corrupção continua alta e, principalmente, a crise social e a insegurança tornaram-se assustadoras.

O sentimento predominante em todas as classes e em todas as regiões é o de que o atual modelo esgotou-se. Por isso, o país não pode insistir nesse caminho, sob pena de ficar numa estagnação crônica ou até mesmo de sofrer, mais cedo ou mais tarde, um colapso econômico, social e moral.

O mais importante, no entanto, é que essa percepção aguda do fracasso do atual modelo não está conduzindo ao desânimo, ao negativismo, nem ao protesto destrutivo. Ao contrário: apesar de todo o sofrimento injusto e desnecessário que é obrigada a suportar, a população está esperançosa, acredita nas possibilidades do país, mostra-se disposta a apoiar e a sustentar um projeto nacional alternativo, que faça o Brasil voltar a crescer, a gerar empregos, a reduzir a criminalidade, a resgatar nossa presença soberana e respeitada no mundo.

A sociedade está convencida de que o Brasil continua vulnerável e de que a verdadeira estabilidade precisa ser construída por meio de corajosas e cuidadosas mudanças que os responsáveis pelo atual modelo não querem absolutamente fazer. A nítida preferência popular pelos candidatos de oposição tem esse conteúdo de superação do impasse histórico nacional em que caímos, de correção dos rumos do país.

A crescente adesão à nossa candidatura assume cada vez mais o caráter de um movimento em defesa do Brasil, de nossos direitos e anseios fundamentais enquanto nação independente. Lideranças populares, intelectuais, artistas e religiosos dos mais variados matizes ideológicos declararam espontaneamente seu apoio a um projeto de mudança do Brasil. Prefeitos e parlamentares de partidos não coligados com o PT anunciam seu apoio. Parcelas

significativas do empresariado vêm somar-se ao nosso projeto. Trata-se de uma vasta coalizão, em muitos aspectos suprapartidária, que busca abrir novos horizontes para o país.

O povo brasileiro quer mudar para valer. Recusa qualquer forma de continuísmo, seja ele assumido ou mascarado. Quer trilhar o caminho da redução de nossa vulnerabilidade externa pelo esforço conjugado de exportar mais e de criar um amplo mercado interno de consumo de massas. Quer abrir o caminho de combinar o incremento da atividade econômica com políticas sociais consistentes e criativas. O caminho das reformas estruturais que de fato democratizem e modernizem o país, tornando-o mais justo, eficiente e, ao mesmo tempo, mais competitivo no mercado internacional. O caminho da reforma tributária, que desonere a produção. Da reforma agrária que assegure a paz no campo. Da redução de nossas carências energéticas e de nosso déficit habitacional. Da reforma previdenciária, da reforma trabalhista e de programas prioritários contra a fome e a insegurança pública.

O PT e seus parceiros têm plena consciência de que a superação do atual modelo, reclamada enfaticamente pela sociedade, não se fará num passe de mágica, de um dia para o outro. Não há milagres na vida de um povo e de um país.

Será necessária uma lúcida e criteriosa transição entre o que temos hoje e aquilo que a sociedade reivindica. O que se desfez ou se deixou de fazer em oito anos não será compensado em oito dias. O novo modelo não poderá ser produto de decisões unilaterais do governo, tal como ocorre hoje, nem será implementado por decreto, de modo voluntarista. Será fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade.

Premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país. As recentes turbulências do mercado financeiro devem ser compreendidas nesse contexto de fragilidade do atual modelo e de clamor popular pela sua superação.

À parte manobras puramente especulativas, que sem dúvida existem, o que há é uma forte preocupação do mercado financeiro com o mau desempenho da economia e com sua fragilidade atual, gerando temores relativos à capacidade de o país administrar sua dívida interna e externa. É o enorme endividamento público acumulado no governo Fernando Henrique Cardoso que preocupa os investidores.

Trata-se de uma crise de confiança na situação econômica do país, cuja responsabilidade primeira é do atual governo. Por mais que o governo insista, o nervosismo dos mercados e a especulação dos últimos dias não nascem das eleições.

Nascem, sim, das graves vulnerabilidades estruturais da economia apresentadas pelo governo, de modo totalitário, como o único caminho possível para o Brasil. Na verdade, há diversos países estáveis e competitivos no mundo que adotaram outras alternativas.

Não importa a quem a crise beneficia ou prejudica eleitoralmente, pois ela prejudica o Brasil. O que importa é que ela precisa ser evitada, pois causará sofrimento irreparável para a maioria da população. Para evitá-la, é preciso compreender que a margem de manobra da política econômica no curto prazo é pequena.

O Banco Central acumulou um conjunto de equívocos que trouxeram perdas às aplicações financeiras de inúmeras famílias. Investidores não especulativos, que precisam de horizontes claros, ficaram intranquiliados. E os especuladores saíram à luz do dia, para pescar em águas turvas.

Que segurança o governo tem oferecido à sociedade brasileira? Tentou aproveitar-se da crise para ganhar alguns votos e, mais uma vez, desqualificar as oposições, num momento em que é necessário tranqüilidade e compromisso com o Brasil.

Como todos os brasileiros, quero a verdade completa. Acredito que o atual governo colocou o país novamente em um impasse. Lembrem-se todos: em 1998, o governo, para não admitir o fracasso do seu populismo cambial, escondeu uma informação decisiva. A de que o real estava artificialmente valorizado e de que o país estava sujeito a um ataque especulativo de proporções inéditas.

Estamos de novo atravessando um cenário semelhante. Substituímos o populismo cambial pela vulnerabilidade da âncora fiscal. O caminho para superar a fragilidade das finanças públicas é aumentar e melhorar a qualidade das exportações e promover uma substituição competitiva de importações no curto prazo.

Aqui ganha toda a sua dimensão de uma política dirigida a valorizar o agronegócio e a agricultura familiar. A reforma tributária, a política alfandegária, os investimentos em infraestrutura e as fontes de financiamento públicas devem ser canalizadas com absoluta prioridade para gerar divisas.

Nossa política externa deve ser reorientada para esse imenso desafio de promover nossos interesses comerciais e remover graves obstáculos impostos pelos países mais ricos às nações em desenvolvimento.

Estamos conscientes da gravidade da crise econômica. Para resolvê-la, o PT está disposto a dialogar com todos os segmentos da sociedade e com o próprio governo, de modo a evitar que a crise se agrave e traga mais aflição ao povo brasileiro.

Superando a nossa vulnerabilidade externa, poderemos reduzir de forma sustentada a taxa de juros. Poderemos recuperar a capacidade de investimento público tão importante para alavancar o crescimento econômico.

Esse é o melhor caminho para que os contratos sejam honrados e o país recupere a liberdade de sua política econômica orientada para o desenvolvimento sustentável.

Ninguém precisa me ensinar a importância do controle da inflação. Iniciei minha vida sindical indignado com o processo de corrosão do poder de comprar dos salários dos trabalhadores.

Quero agora reafirmar esse compromisso histórico com o combate à inflação, mas acompanhado do crescimento, da geração de empregos e da distribuição de renda, construindo um Brasil mais solidário e fraterno, um Brasil de todos.

A volta do crescimento é o único remédio para impedir que se perpetue um círculo vicioso entre metas de inflação baixas, juro alto, oscilação cambial brusca e aumento da dívida pública.

O atual governo estabeleceu um equilíbrio fiscal precário no país, criando dificuldades para a retomada do crescimento. Com a política de sobrevalorização artificial de nossa moeda no primeiro mandato e com a ausência de políticas industriais de estímulo à capacidade produtiva, o governo não trabalhou como podia para aumentar a competitividade da economia.

Exemplo maior foi o fracasso na construção e aprovação de uma reforma tributária que banisse o caráter regressivo e cumulativo dos impostos, fardo insuportável para o setor produtivo e para a exportação brasileira.

A questão de fundo é que, para nós, o equilíbrio fiscal não é um fim, mas um meio. Queremos equilíbrio fiscal para crescer e não apenas para prestar contas aos nossos credores.

Vamos preservar o superávit primário o quanto for necessário para impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança na capacidade do governo de honrar os seus compromissos.

Mas é preciso insistir: só a volta do crescimento pode levar o país a contar com um equilíbrio fiscal consistente e duradouro. A estabilidade, o controle das contas públicas e da inflação são hoje um patrimônio de todos os brasileiros. Não são um bem exclusivo do atual governo, pois foram obtidos com uma grande carga de sacrifícios, especialmente dos mais necessitados.

O desenvolvimento de nosso imenso mercado pode revitalizar e impulsionar o conjunto da economia, ampliando de forma decisiva o espaço da pequena e da microempresa, oferecendo ainda bases sólidas para ampliar as exportações. Para esse fim, é fundamental a criação de uma Secretaria Extraordinária de Comércio Exterior, diretamente vinculada à Presidência da República.

Há outro caminho possível. É o caminho do crescimento econômico com estabilidade e responsabilidade social. As mudanças que forem necessárias serão feitas democraticamente, dentro dos marcos institucionais. Vamos ordenar as contas públicas e mantê-las sob controle. Mas, acima de tudo, vamos fazer um Compromisso pela Produção, pelo emprego e por justiça social.

O que nos move é a certeza de que o Brasil é bem maior que todas as crises. O país não suporta mais conviver com a idéia de uma terceira década perdida. O Brasil precisa navegar no mar aberto do desenvolvimento econômico e social. É com essa convicção que chamo todos os que querem o bem do Brasil a se unirem em torno de um programa de mudanças corajosas e responsáveis.

Luiz Inácio Lula da Silva

São Paulo, 22 de junho de 2002⁷³

⁷³ Fonte: <http://www2.fpa.org.br/carta-ao-povo-brasileiro-por-luiz-inacio-lula-da-silva> acesso dia 01 de agosto de 2011 às 8 horas.

ANEXO I - Carta aberta sobre a Inflação ao Ministro da Fazenda Henrique de Campos em 21/1/2003 e, ainda, palestra do Presidente o Banco Central, Dr. Henrique Meirelles, no Seminário “Política Monetária, Inflação e Crescimento Econômico” em 26/08/2003

"A decisão de perseguir uma trajetória de inflação com base nestas metas ajustadas leva em conta que a política monetária será capaz de fazer com que a inflação converja para o intervalo de tolerância da meta em dois anos. Outras trajetórias com quedas de inflação mais acentuadas implicam perdas expressivas do crescimento do produto. Simulações baseadas em um conjunto de hipóteses indicam que uma trajetória de convergência da inflação que alcançasse em 2003 o limite superior do intervalo de tolerância da meta, 6,5%, resultaria em uma queda do PIB de 1,6% (veja Tabela 4). Mais ainda, uma trajetória que alcance o centro da meta de 2003, 4%, implicaria uma contração do PIB ainda maior, de 7,3%. Em suma, o regime macroeconômico de metas para inflação, câmbio flutuante e responsabilidade fiscal tem demonstrado ser capaz de absorver fortes choques sobre a economia. A elevada depreciação cambial, a evolução dos preços administrados por contrato e monitorados e a deterioração das expectativas fizeram com que a inflação de 2002 atingisse 12,5% (dos quais, mais da metade ocorreu no último trimestre), valor bastante acima do intervalo superior da meta. A política monetária nos próximos dois anos será calibrada para que a inflação converja para as metas ajustadas, de 8,5% em 2003 e de 5,5% em 2004. Dessa forma, o Banco Central perseguirá uma trajetória de inflação que leve a uma redução importante da inflação neste ano e atinja o intervalo de tolerância da meta em 2004. (Carta aberta ao Ministro da Fazenda Henrique de Campos 21/1/2003)⁷⁴

A política de metas de inflação permitiu que o país lidasse com os efeitos do choque com custos menores para a sociedade brasileira em termos de inflação e crescimento. Foi justamente o regime de metas de inflação que permitiu a adoção, com sucesso, de uma política mais eficaz e menos custosa do que qualquer dos regimes alternativos. O verdadeiro determinante do crescimento de longo prazo é o nível de investimento de uma economia. Para que o crescimento realmente se materialize de forma sustentada, será preciso mobilizar o volume de investimentos necessários à ampliação sustentada da capacidade produtiva. O aumento do volume de investimento requer que se mobilize a poupança doméstica necessária a financiá-lo. Também sabemos por experiência própria que a inflação constitui a melhor

⁷⁴ www.fazenda.gov.br - acesso 10/06/2013.

forma de financiar “surtos” de crescimento de curto prazo. O crescimento inflacionário, porém, não se sustenta ao longo do tempo. E, ainda pior, os efeitos perversos desta desorganização sócio-econômica se fazem sentir de forma mais intensa sobre os mais pobres, agravando nossas mazelas sociais que tanto nos deveriam envergonhar. (Palestra o Presidente o Banco Central, Dr. Henrique Meirelles, no Seminário “Política Monetária, Inflação e Crescimento Econômico” 26/08/2003)⁷⁵.

⁷⁵ www.fazenda.gov.br - acesso 10/06/2013.

ANEXO J - Discursos e pronunciamentos do presidente do Banco Central, Henrique Meirelles e do Ministro da Fazenda, Antonio Palocci - pressupostos da política monetária nacional, o Banco Central e a aposta no crescimento econômico

Governos devem se pautar por realismo, não por ideologia. Do ponto de vista do governo e do bem-estar dos cidadãos – razão última de qualquer política -, existem apenas boas e más políticas. O importante é saber tirar as lições dos erros e acertos do passado. E aqui chego ao segundo ponto que gostaria de destacar: o reconhecimento de que não existem panacéias universais válidas e aplicáveis a todos os países de forma idêntica. Cabe a cada país construir seu futuro, de forma autônoma e responsável. A política monetária deve ser calibrada de forma a fazer a trajetória da inflação convergir para a trajetória das metas. No médio prazo, há uma estrutura a termo de taxas de juros reais na economia que é consistente com esse objetivo. Em períodos de transição como o atual, cabe à autoridade monetária estabelecer uma trajetória para a taxa de juros básica que permita a convergência gradativa da estrutura de taxas de juros reais para aquela que vigorará a médio prazo, de forma a garantir que a inflação se aproxime das metas com a menor volatilidade possível no produto. À medida que se obtêm evidências de que a trajetória da inflação está se tornando mais próxima da trajetória de metas, é natural que diminua a distância entre as taxas de juros reais prevalecentes para diferentes maturidades e seus valores de equilíbrio de médio prazo. É possível reduzir o risco Brasil com a adoção de políticas fiscais e monetárias consistentes, que assegurem a sustentabilidade intertemporal das contas internas e externas. Infelizmente, esse é um esforço recente no Brasil. Dá trabalho. Exige empenho, perseverança e paciência. O Brasil passa por um forte ajuste das contas públicas. Esse é um fenômeno recente no país. De 1994 a 1998, com o fim da inflação, o país registrou um histórico de déficits primários. A partir de 1998, o governo brasileiro entrou em uma rota sustentada de superávits primários. Esse processo está sendo consolidado pelo governo Lula, que estabeleceu – e está cumprindo – uma meta de superávit primário de 4,25% do PIB para 2003 e os anos seguintes. Além desses resultados, convém ressaltar a importância das medidas complementares como as reformas em tramitação no Congresso. A reforma da Previdência, por exemplo, aprovada em tempo recorde na Câmara dos Deputados, deve ser aprovada brevemente no Senado. Ela permitirá uma economia estimada em R\$ 50 bilhões nos próximos 20 anos e constituirá, sem sombra de dúvida, fator importante para o equilíbrio das finanças públicas brasileiras. (Palavras do

Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles, na Abertura do Seminário “Depois do Consenso de Washington” 28/08/2003)⁷⁶

O ajuste das contas externas tem sido um dos pilares do processo de reconquista da confiança levado a cabo com sucesso pelo governo Lula. No momento de troca de comando na área internacional do Banco Central, gostaria de relembrar algumas das conquistas recentes do Brasil na área externa. Mais que vitórias passadas, estas conquistas projetam um cenário muito mais favorável à nossa frente. Peça fundamental no ajuste externo é a evolução da taxa flutuante de câmbio. Hoje, o câmbio está estabilizado e registra baixa volatilidade. Além de não representar pressão sobre a inflação, tem viabilizado excelentes resultados na balança comercial. (Discurso do Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles, na Cerimônia de Posse do Diretor Alexandre Schwartsman 04/11/2003)⁷⁷

O sistema financeiro deve estar sempre aberto à interação com a sociedade. Em outras palavras, deve, também ele, sujeitar-se à competição livre, em que cidadãos bem-informados escolhem livremente entre os serviços ofertados no mercado aquele que melhor pode atender a seus interesses. A livre competição emerge nesse contexto como uma condição fundamental para a redução dos spreads e do custo dos empréstimos. Notem que falo em competição livre e não em mercados livres. Cabe aqui uma reflexão sobre o papel reservado ao Estado nas modernas economias de mercado, tema que me interessa há muitos anos. No Brasil, superamos a duras penas a influência da escola intervencionista, em que o Estado procura impor um determinado comportamento, considerado desejável, a um certo setor ou a toda a economia. Experimentamos uma série infundada de medidas intervencionistas, que geram distorções e ineficiências na economia. Por exemplo, essa foi a linha adotada para tentar conter a inflação e aumentos de preços abusivos. Não por acaso, tivemos uma série infundada de fracassos: tabelamento de preços, controles de câmbio, tablitas, confiscos etc. Como sabemos, nada disso funcionou. Há, no entanto, uma segunda forma de abordar a questão. É a chamada escola regulatória. Nela, procura-se atingir o eficiente funcionamento do mercado com a adoção de um aparato regulatório que visa a ampliação da competição, de forma a que os agentes sejam incentivados a fornecer melhores serviços ou produtos para garantir sua parcela de mercado. Aqui, a ênfase se concentra em três pontos básicos: 1) regulação eficaz;

⁷⁶ www.fazenda.gov.br - acesso 10/06/2013.

⁷⁷ www.fazenda.gov.br - acesso 10/06/2013.

2) maior competição; e 3) mais transparência. A necessidade de uma regulação eficiente parte da constatação de que a livre competição não acontece por acaso. Ao contrário, ela é resultado de um ambiente propício à competição, criado por um conjunto eficiente de normas que induza os agentes à competição. Repito: refiro-me à competição livre, e não a mercados livres. A regulação é, em última instância, a definição clara das regras do jogo e do campo em que se dará a competição. Uma vez definido um aparato regulatório eficiente, é fundamental estimular a competição. A repressão a práticas monopolistas é o exemplo mais claro do que chamo de estímulo à competição. Em um ambiente competitivo, é impossível que um único agente ou um pequeno grupo de agentes imponha um determinado padrão de comportamento ao mercado, restringindo as opções dos consumidores. O ambiente competitivo exige que cada agente busque a melhor e mais eficiente forma de atender aos desejos dos consumidores. Cabe a cada agente trabalhar pela manutenção de seus atuais clientes e pela atração de novos consumidores. Cliente insatisfeito ou maltratado troca de instituição e busca no mercado uma nova empresa que atenda a seus desejos. Essa estratégia tem como pressuposto básico o fortalecimento de algumas condições essenciais para o funcionamento eficiente do sistema financeiro. Em primeiro lugar, é fundamental a existência de um ambiente de estabilidade macroeconômica, garantido pelo equilíbrio das contas públicas. É ele que garante a previsibilidade necessária a decisões de empréstimos de médio e longo prazo. Em segundo lugar, é importante destacar a estabilidade regulatória. Durante anos, como já mencionei anteriormente, os agentes econômicos enfrentaram no Brasil intervenções abruptas, imprevisíveis e não permanentes do governo para corrigir os efeitos da desorganização financeira do setor público. As mudanças freqüentes das regras do jogo aumentaram a instabilidade do sistema e geraram o que podemos chamar de “risco regulatório”. É fundamental reduzir esse risco para ampliar o horizonte de previsibilidade em que atuarão os agentes econômicos. É um de nossos objetivos no Banco Central. (Pronunciamento do Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles, no Seminário “Economia Bancária e Crédito” 28/11/2003)⁷⁸

Gostaria nesse ponto de enfatizar que a política monetária é apenas um componente do nosso arcabouço de política macroeconômica, juntamente com o regime de câmbio flutuante e uma política fiscal que assegura o declínio da relação dívida-PIB no médio prazo. A combinação desses três pilares trouxe ao País resultados extremamente positivos nos últimos anos e

⁷⁸ www.fazenda.gov.br - acesso 10/06/2013.

continuará assegurando um ambiente macroeconômico propício para que possamos continuar crescendo de forma sustentada. Ao mesmo tempo em que fizemos progresso inequívoco na redução do tamanho do nosso endividamento, conseguimos também melhorar consideravelmente a sua qualidade, minimizando riscos para a evolução das contas públicas. Desde 2003 tivemos sucesso inquestionável na estratégia de redução da parcela da dívida doméstica do setor público atrelada à variação da taxa de câmbio. Dessa forma, foi possível reduzir drasticamente a vulnerabilidade do orçamento do setor público aos efeitos de variáveis que não estão sob o controle dos gestores de política econômica e aumentar a resistência da economia a choques de natureza não antecipada. É importante lembrar também que esse passivo cambial significou, no passado, a distribuição do ônus do ajuste cambial entre toda a sociedade brasileira. No que se refere ao regime de câmbio flutuante, tenho repetido que sua maior virtude é exatamente essa - flutuar. Com o pleno funcionamento do regime de câmbio flutuante a economia brasileira foi capaz de gerar um ajuste surpreendente das contas externas, da ordem de 7% do PIB em cerca de três anos. Poucos países experimentaram um ajuste externo dessa magnitude sem maiores desdobramentos em termos de queda do nível de produto ou descontrole inflacionário. No nosso caso, o câmbio flutuante tem funcionado de maneira bastante eficaz como mecanismo de absorção de choques e a garantia de que ele continuará funcionando exatamente dessa forma nos dá a certeza de que o ajuste externo dos últimos anos continuará sendo consolidado. Outro questionamento freqüente que aparece no debate sobre política monetária é "que o Banco Central eleva os juros de forma excessiva e com isso impõe um custo fiscal desnecessário ao governo." É preciso lembrar inicialmente que os juros nunca são elevados por capricho e sim em função da necessidade de manter a inflação sob controle. Isso, aliás, é algo que nunca abriremos mão de fazer. Eles são realmente muito mais elevados do que em outros países, mas não há qualquer evidência de que sejam mais elevados do que seria necessário para manter a inflação sob controle, convergindo para a trajetória de metas. Como acabei de mencionar, me parece que se os juros estivessem mais elevados do que deveriam, a inflação certamente estaria mais baixa do que as metas. Quanto ao custo fiscal das ações de política monetária, é necessário sempre ter em mente que apesar da conta de juros reais fazer parte das despesas do setor público, a relação de causalidade se dá de forma inversa: dada a meta de inflação, os juros nominais devem ser estabelecidos pelo Banco Central de forma a garantir que a meta de inflação seja cumprida; dados os juros reais resultantes, o crescimento que eles permitem e o estoque de dívida pré-existente, o superávit primário deve ser calibrado de forma a manter a relação dívida-PIB sob controle, como aliás

temos feito de forma recorrente e o faremos sempre. Não deve haver qualquer dúvida quanto a esse ponto. Caso contrário, sabemos que a efetividade da política monetária seria reduzida e a inflação acabaria sendo maior do que as metas, o que é algo que definitivamente não deixaremos acontecer. É preciso também ter em mente que o custo fiscal se deve fundamentalmente ao estoque de dívida pré-existente, que faz com que a manutenção da inflação sob controle acabe resultando no presente em juros reais mais elevados do que observaremos no futuro. Se continuarmos reduzindo a dívida, como fizemos de forma tão intensa em 2004, estamos fadados a ter no futuro juros reais cada vez menores. (Exposição do Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, no seminário "Seis Anos de Metas de Inflação no Brasil"01/09/2005)⁷⁹

⁷⁹ www.fazenda.gov.br - acesso 10/06/2013

ANEXO L - Discurso sobre a importância e conquistas do Plano Real voltadas ao crédito, abertura da economia, financiamento e dívida externa elaborado pelo “núcleo duro” do governo federal

Há seis meses, o presidente Lula assumiu o comando do Brasil. Recebeu um país economicamente frágil e altamente vulnerável. Foi um momento extremamente delicado para a nossa economia. Extremamente delicado! O dólar a quase 4 reais, o crédito externo para as nossas empresas praticamente a zero. E o pior: a inflação voltando a crescer, numa progressão espantosa. O momento não podia ser pior para um governo novo, que chegava com muita vontade de mostrar resultados e dar boas notícias. Fomos obrigados, da noite para o dia, a adiar nossos planos e a tomar medidas duras, amargas, para estancar a crise. Mas mostramos ao mundo que aqui estava um governo sério, responsável, comprometido com a mudança, sim! Mas, uma mudança segura, construída em bases sólidas e, sobretudo, verdadeiras. A pressa e a precipitação, no passado, já levaram o nosso país a grandes prejuízos e a grandes sacrifícios. E isso não queremos que volte a acontecer. Hoje, seis meses depois, posso dizer que a situação já é outra. O risco Brasil, que chegou a 2400 pontos, caiu para menos de 800. Com isso, o crédito para as nossas empresas no exterior voltou. O dólar está equilibrado. Tudo isso porque a inflação brasileira, que em dezembro do ano passado era projetada a 40% ao ano, hoje está projetada na faixa dos 7% ao ano para os próximos 12 meses. O nosso primeiro grande desafio, portanto, foi vencido. (Pronunciamento do Ministro Antonio Palocci em cadeia de rádio e TV 26/06/2003)⁸⁰

No que diz respeito à abertura da economia brasileira, nossas empresas aprenderam a trabalhar com um nível de proteção decrescente e maior concorrência externa. Além disso, a mudança do regime cambial e os ganhos de estabilidade macroeconômica reforçaram essa transformação estrutural no seu comportamento em relação às oportunidades oferecidas pelo comércio internacional. Nossa fluxo de comércio passou de um patamar histórico de cerca de 15% do PIB, até meados dos anos 90, para 30% hoje. Como observado nas revisões da nossa economia feitas pela OCDE, que vão se tornando cada vez mais regulares no processo de crescente intercâmbio com a instituição, revertemos um déficit de conta corrente de cerca de 30 bilhões de dólares em 1998 para um superávit de mais de 12 bilhões de dólares nos últimos doze meses, uma reversão de mais de 6 pontos percentuais do PIB. Testemunho da

⁸⁰ www.fazenda.gov.br - acesso 10/06/2013.

flexibilidade básica de nossa economia e vigor de nossas empresas e trabalhadores, esse ajuste se deu sem recessão ou maiores deslocamentos na economia, ou qualquer descontinuidade no cumprimento dos nossos compromissos internacionais. Essa evolução não se deve, devo esclarecer, apenas a medidas macroeconômicas. Uma série de reformas institucionais, dentro de nossa agenda microeconômica, já vem possibilitando a diminuição do custo do capital, reduzindo incertezas e custos burocráticos e criando um ambiente mais favorável ao investimento e à competição no mercado doméstico. Gostaria de citar rapidamente alguns aspectos dessa agenda, tais como a redução dos impostos sobre bens de capital e produtos de consumo popular, e os incentivos tributários concedidos à poupança de longo prazo e a racionalização da tributação da construção habitacional, que se têm traduzido na retomada do setor da construção e em forte dinamismo dos mercados de capital, tanto de renda fixa, quanto de ações. Criamos uma série de mecanismos de mercado para facilitar o financiamento do nosso agronegócio, e aumentamos a segurança dos empréstimos ao consumidor, especialmente aquele de baixa renda. A nova lei de recuperação das empresas e falência tenderá, de forma crescente, a facilitar o financiamento do setor produtivo e sua renovação. Obviamente, não se trata de um processo completo, e muito ainda está sendo feito. Menção especial merece ser feita ao trabalho que vem sendo desenvolvido pela equipe do MDIC, voltado à desburocratização e à simplificação da abertura e fechamento de empresas. Em particular, cabe destacar que essas reformas e a retomada do crescimento vêm-se fazendo acompanhar de uma expansão consistente da Formação Bruta de Capital Fixo. Isso se deveu, em parte, ao avanço do crédito como percentual do PIB, o qual passou de 24% em 2002 para cerca de 29% em 2005. Esse desempenho, fruto também da reconhecida solidez do nosso setor financeiro, onde competem com abertura e em pé de igualdade instituições nacionais e estrangeiras, é resultado ainda do esforço para ampliar, de forma segura, a alavancagem financeira da economia, inclusive dos pequenos empresários, por meio do microcrédito. (Discurso do Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, na Conferência da OCDE "Investimento para o desenvolvimento: ações concretas" 26/10/2005)⁸¹

É com enorme satisfação que recebemos a visita do Diretor-Gerente Rodrigo de Rato e quero aproveitar a oportunidade para agradecer o apoio que o Fundo Monetário Internacional prestou ao Brasil nos últimos anos. Há pouco mais de sete anos, nosso País buscou a assistência do FMI para atravessar um momento econômico particularmente delicado. Ao

⁸¹ www.fazenda.gov.br - acesso 10/06/2013.

longo desse período, pudemos contar com a participação ativa do Fundo, tanto por meio de seu apoio financeiro, como no diálogo franco e profícuo sobre as economias brasileira e internacional. O suporte financeiro do FMI e de outros organismos internacionais em 1998 foi importante para ajudar o Brasil a atravessar a crise cambial de janeiro de 1999. A partir daquele momento, o Brasil percorreu uma longa trajetória de aprimoramento de suas políticas econômicas com uma política cambial mais adequada, o fortalecimento da sua política fiscal e a adoção do regime de metas de inflação. Quero lembrar também como foi importante a corajosa decisão do então Diretor Gerente Horst Köhler de apoiar o processo de transição no Brasil quando, em meio ao processo eleitoral, uma nova crise de confiança trouxe grande instabilidade à nossa economia. Estou feliz também pelo fato de que, neste ano de 2006, o Brasil inaugura uma nova fase de relacionamento com o FMI. Desde abril de 2005, já não se fez mais necessária a renovação do Programa com o Fundo Monetário. E, no mês passado, como todos sabem, *quitamos antecipadamente toda a dívida que ainda tínhamos com o Fundo*. Essa foi uma decisão madura, baseada nos resultados que foram alcançados com muito esforço pela nossa sociedade e muita perseverança na adoção e manutenção de políticas econômicas responsáveis. Esses aprimoramentos nos levam a dispormos hoje de um arcabouço sólido de política macroeconômica, baseado no sistema de metas de inflação, no câmbio flutuante e em um regime fiscal responsável que permite implementar com sucesso o esforço de consolidação de nossas contas públicas e de melhora na qualidade do gasto público. Precisamos continuar a trabalhar para aumentar a eficiência e reduzir os custos da intermediação financeira no Brasil. Fizemos progressos marcantes no âmbito do mercado de crédito, introduzindo mecanismos que já derrubaram barreiras significativas ao acesso do trabalhador ao crédito, como é o caso do crédito consignado. Estabelecemos instrumentos ambiciosos e sofisticados de compartilhamento de informações creditícias e inauguramos um marco legal muito mais avançado para a recuperação judicial de empresas em dificuldades. Nesse trabalho, novamente contou a liderança do Presidente Lula e o importante apoio do Congresso Nacional. Precisamos seguir trabalhando, porém, para disseminar o crédito e criar condições para que a intermediação financeira nesse mercado se torne cada vez menos custosa e mais eficiente. (Discurso do Ministro da Fazenda na recepção ao Diretor Gerente do FMI Rodrigo de Rato 10/01/2006) Grifos Nossos.⁸²

⁸² www.fazenda.gov.br - acesso 10/06/2013. Ver anexos.

ANEXO M - Discurso de Posse do Ministro da Previdência Social Ricardo Berzoini em 02 janeiro de 2003

Excelentíssimo senhor ministro José Cechin,

Excelentíssimo senhor Jacques Wagner, companheiro e ministro do Trabalho e Emprego,

Excelentíssimo senhor ministro Paulo Jobim,

Senhores ministros de Estado presentes,

Excelentíssimo senhor ministro Marco Aurélio Mendes farias Melo, presidente do STF,

Henrique Meirelles, presidente do Banco Central,

Excelentíssimo senhor, Arnaldo Brieto,

Excelentíssimo senhor, Paulo Paiva,

Excelentíssimo senhor, governado do Piauí, companheiro, Wellington Dias,

Excelentíssimo senhores governadores presentes, prefeitos, líderes de partidos, senadores, senadoras, deputados e deputadas, senhores secretários e secretárias de estado do trabalho,

Senhor Gabriel Ferreira, presidente da Febraban,

Senhores dirigentes e representantes das centrais sindicais,

Senhores empresários,

Dirigentes sindicais e de associações vinculadas ao Ministério,

Senhores funcionários dos Ministérios do Trabalho e da Previdência Social,

Senhoras e senhores e principalmente companheiros e companheiras vinculados a esse mundo tão importante da Previdência e do Trabalho,

Quando conversando com o nosso colega de Ministério, Jacques Wagner, propus que fizéssemos uma posse conjunta, justamente para dar esse sentido tão importante da vinculação essencial entre a Previdência Social e o mundo do trabalho. Naturalmente, temos visto nos jornais o debate político do País: a Previdência apresentada como se fosse um problema. Um problema econômico, de credibilidade para o nosso País. Queria chamar a atenção, muito mais para a função social fundamental que a Previdência Social tem para um País como o Brasil: é seguramente o maior programa social desse País, tanto no seu regime contributivo, quanto naqueles tipos de benefícios que não têm essa característica e que representam uma forma importantíssima de garantir que milhões de brasileiros não cheguem a fome e a miséria.

Sabemos dos problemas estruturais que a Previdência assumiu nos últimos 20 anos. Sabemos das transformações do mundo do trabalho. E aí vem o simbolismo da posse conjunta com o ministro Jacques Wagner, e que representa um desafio renovado a cada ano, a cada período para se pensar numa Previdência Social que possa, acompanhando as mudanças do mundo do trabalhador e buscando cada vez mais uma política inclusiva, representar de fato o direito fundamental para todos os cidadãos e cidadãs brasileiros.

Eu creio que assumo nesse momento com duplo desafio, o desafio de cumprir aquilo que o nosso presidente da República, como disse o ministro Cechin, tomou posse ontem envolto em tanta esperança e tanto simbolismo de renovação, mas esse desafio me foi colocado quando nomeado para o cargo de ministro da Previdência Social, desafio de que nós pudéssemos dar conta de construir, a partir de agora, um regime para trabalhadores da iniciativa privada e do setor público que possa ter sustentabilidade a médio e longo prazo. Não podemos pensar na Previdência apenas do ponto de vista de direitos individuais, a Previdência é um compromisso intergeracional, a Previdência é uma política de médio e longo prazo, a Previdência é um sistema que deve pensar no futuro das gerações que estão, ainda sem sequer, ingressar no mundo do trabalho.

Neste momento, de grande alegria pela renovação política que simboliza a presença de Luís Inácio Lula da Silva na presidência da República, pela característica de um momento histórico que pode ajudar a transformar o País, o Brasil essa nação sofrida e tão desigual num País que possa se orgulhar de suas políticas sociais e da igualdade que podemos vir a ter no futuro, em relação as condições básicas da sociedade, eu acho que o desafio que está colocado é de abrir um grande debate com o conjunto da opinião pública, com o conjunto do sindicalismo, com os empresários, com os partidos políticos – independentemente de ser de oposição ou de situação – para que possamos construir juntos a perspectiva de uma Previdência Social adequada a necessidade social do País, adequada aos novos tempos da economia e do trabalho, e que com isso possamos ter o futuro garantido através de mecanismos sólidos e institucionalizados e que pensem num horizonte muito além do período de um mandato de quatro anos de um presidente da República ou da perspectiva da permanência de um ministro de Estado.

Queria parabenizar o governo que agora se encerra pela maneira como tratou a transição entre dois governos. Ontem foi o dia que um País pode admirar a cena de um presidente da República transmitir a faixa presidencial, símbolo do poder federal executivo, a outro presidente eleito também pelas urnas da maneira mais democrática, transparente e

cordial. Eu creio que esse símbolo para o País tem uma significação muito grande. Por isso, ao assumir o Ministério da Previdência Social sei da responsabilidade que assumo e sei que precisaremos trabalhar, não apenas a partir da vontade do governo, mas a partir da vontade da sociedade de construir um governo que possa, ao longo de quatro anos, recuperar a esperança, a vontade de mudar e principalmente a idéia de que o Brasil pode ser um País justo, solidário e fraterno, muito obrigado (Discurso de posse Ricardo Berzoini – Ministro da Previdência Social)⁸³.

⁸³ www.fazenda.gov.br - acesso 10/06/2013.

ANEXO N - Discursos de Henrique Meirelles e Antonio Palocci sobre os fundos de pensão complementar

A reforma da Previdência é um grande avanço. Em primeiro lugar, permite que as necessidades de financiamento corrente do setor público pesem menos sobre a poupança privada, liberando um volume maior de recursos para o investimento produtivo. Além disso, certamente servirá de incentivo adicional à poupança privada à medida que dá maior ênfase a um regime de capitalização em detrimento de um regime de repartição. (Henrique Meirelles Palestra do Presidente do Banco Central em Seminário no Congresso Nacional 02/12/2003)⁸⁴

Como tem reafirmado seguidamente o Ministro da Previdência Ricardo Berzoini, a reforma da previdência pública tem como objetivo garantir nosso compromisso com o ajuste das contas públicas não apenas no presente, mas também no futuro. É inadiável uma reforma que estabeleça para os novos funcionários públicos regras de aposentadoria similares aos dos demais trabalhadores brasileiros. Não mais podemos conviver com uma sociedade com duas classes de trabalhadores. É necessário ainda um regime de transição para este novo sistema que, sem ferir princípios constitucionais, permita restabelecer o controle democrático do orçamento, com a definição da prioridade dos gastos públicos nas diversas áreas que se fazem necessárias nesse projeto de um país mais justo e com melhores oportunidades para todos. A reforma da previdência será complementada com a lei de Responsabilidade Monetária Para tanto, trabalharemos com o congresso para a aprovação da emenda do artigo 192 da constituição federal. Em seguida encaminharemos ao congresso projeto de lei propondo a autonomia operacional do Banco Central. A boa gestão da política monetária requer regras claras e autonomia para cumpri-las. Temos compromisso com a manutenção tanto das metas de inflação quanto do regime de câmbio flutuante. (Transcrição do pronunciamento do ministro da Fazenda, Antonio Palocci na cerimônia de transmissão do cargo 02/01/2003)⁸⁵

O governo atual conteve a tendência de expansão das despesas públicas e estabilizou os gastos correntes no patamar de 17% do PIB. Contudo, o desafio de criar condições para um controle seguro da expansão das despesas públicas, e em particular das despesas correntes,

⁸⁴ www.fazenda.gov.br - acesso 10/06/2013.

⁸⁵ www.fazenda.gov.br - acesso 10/06/2013.

ainda está colocado, como ressaltou o Presidente Renan Calheiros. Pois é apenas através da contenção das despesas correntes como proporção do PIB que se criará as condições para a aceleração da desoneração tributária, a ampliação dos investimentos públicos e, quando necessário, a ampliação da poupança governamental. Neste particular, merece especial atenção o crescimento das despesas previdenciárias, que passaram de 5% do PIB em 1995 para pouco mais de 7% do PIB em 2004. É com vistas ao enfrentamento deste problema que o governo já começou a tomar uma série de medidas de aumento na eficiência da gestão do sistema previdenciário, cujos resultados deverão se tornar mais claros nos próximos anos. Enfrentar o déficit da Previdência após as duas reformas feitas nos últimos anos continua sendo ação essencial para o equilíbrio das contas públicas e a garantia de longo prazo da aposentadoria dos trabalhadores (Exposição do Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, no Fórum Especial "Reforma das Instituições do Estado Brasileiro", promovido pelo Instituto Nacional de Altos Estudos/Fórum Nacional 01/09/2005)⁸⁶.

⁸⁶ www.fazenda.gov.br - acesso 10/06/2013.